



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM LETRAS E CULTURA**

JOSE MAIA ALVES

**MARCAS DE SUBJETIVIDADE EM EDITORIAIS: UMA PERSPECTIVA
BENVENISTIANA DE ANÁLISE**

CAXIAS DO SUL

2020

JOSE MAIA ALVES

**MARCAS DE SUBJETIVIDADE EM EDITORIAIS: UMA PERSPECTIVA
BENVENISTIANA DE ANÁLISE**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras e Cultura, Área de Concentração: Estudos de Linguagem, Literatura e Cultura. Linha de Pesquisa: Linguagem e Processos Culturais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Carina M. M. Niederauer
Coorientadora: Prof.^a. Dr.^a. Sabrina B. Fadanelli

CAXIAS DO SUL

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

A474m Alves, Jose Maia

Marcas de subjetividade em editoriais [recurso eletrônico] : uma perspectiva benvenistiana de análise / Jose Maia Alves. – 2020.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura, 2020.

Orientação: Carina Maria Melchiors Niederauer.

Coorientação: Sabrina Bonqueves Fadanelli.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.u cs.br>

1. Linguística. 2. Subjetividade. 3. Benveniste, Emile, 1902-1976. 4. Editoriais. I. Niederauer, Carina Maria Melchiors, orient. II. Fadanelli, Sabrina Bonqueves, coorient. III. Título.

CDU 2. ed.: 81'1

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Paula Fernanda Fedatto Leal - CRB 10/2291

MARCAS DE SUBJETIVIDADE EM EDITORIAIS: UMA PERSPECTIVA
BENVENISTIANA DE ANÁLISE

Jose Maia Alves

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras e Cultura, Área de Concentração: Estudos de Linguagem, Literatura e Cultura. Linha de Pesquisa: Linguagem e Processos Culturais.

Caxias do Sul, 28 de agosto de 2020.

Banca Examinadora:

Dra. Carina Maria Melchiors Niederauer
Orientadora
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste
Universidade de Passo Fundo

Dra. Jaqueline Stefani
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Tânia Maris de Azevedo
Universidade de Caxias do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A TEORIA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE	14
2.1 ESTUDOS ENUNCIATIVOS NO BRASIL	14
2.2 CATEGORIA DE PESSOA DO DISCURSO	24
2.3 CATEGORIAS DE TEMPO E ESPAÇO DO DISCURSO.....	35
2.4 SUBJETIVIDADE DO DISCURSO	41
2.5 APARELHO FORMAL DA LÍNGUA	50
3 EDITORIAL	60
3.1 O PAPEL DE QUEM ENUNCIA E O EDITORIAL NOS MANUAIS DE REDAÇÃO	60
3.1.1 Manual da redação do jornal <i>Folha de São Paulo</i>	60
3.1.2 Manual de redação e estilo do jornal <i>O Estado de São Paulo</i>	70
3.1.3 Manual de redação e estilo do jornal <i>O Globo</i>	77
3.2 COBERTURA JORNALÍSTICA EM PERÍODO ELEITORAL	85
4 ANÁLISE DAS MARCAS DE SUBJETIVIDADE EM EDITORIAIS	93
4.1 CRITÉRIOS DE ANÁLISE	93
4.2 ANÁLISE ENUNCIATIVA DOS EDITORIAIS	95
4.2.1 Análise de editoriais publicados no jornal <i>Folha de São Paulo</i>	96
4.2.2 Análise de editoriais publicados no jornal <i>O Estado de São Paulo</i>	116
4.2.3 Análise de editoriais publicados no jornal <i>O Globo</i>	137
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	159
ANEXOS	163
ANEXO A – Artigos dos PLG I e PLG II em ordem cronológica de publicação	163
ANEXO B – Anúncio do jornal <i>Folha de São Paulo</i>	165
ANEXO C – Anúncio do jornal <i>O Globo</i>	166

Dedico este trabalho aos meus pais e aos meus
filhos, minhas raízes e meus frutos.

AGRADECIMENTOS

À força divina que me encorajou a retomar os estudos e a perseverar.

À minha família, que esteve presente a cada passo, foi minha grande incentivadora e que soube compreender minha ausência.

À professora Carina Maria Melchior Niederauer, pelas contribuições essenciais à pesquisa e pelo olhar compreensivo e amigo ao longo da trajetória.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, pelas aulas e pelas conversas que ampliaram meu contato com a pesquisa e com o conhecimento.

À turma 17, pelos momentos de aprendizado, companheirismo e de amizade, que foram fundamentais.

À equipe e gestão do Jornal Serranossa, que concedeu apoio essencial para a realização desta pesquisa, compreendendo minha ausência das funções que exerço para a dedicação ao estudo.

À Capes, que, por meio de aporte financeiro, contribuiu para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação propõe a análise enunciativa de marcas de *subjetividade* presentes em editoriais dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* veiculados durante o período da campanha eleitoral presidencial brasileira de 2018. Para isso, faz uma revisão de estudos enunciativos de Émile Benveniste, com ênfase nos artigos “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, “A natureza dos pronomes”, “Da subjetividade na linguagem”, “A linguagem e a experiência humana” e “O aparelho formal da enunciação”, publicados nos dois volumes dos *Problemas de Linguística Geral* (1989, 1995), buscando referência no que os estudiosos da linguística enunciativa chamam de *Teoria da Enunciação* e nos conceitos de *categoria de pessoa*, *categoria de tempo*, *categoria de espaço*, *marcas de subjetividade na língua*, *aparelho formal da língua*, *índices específicos* e *procedimentos acessórios*, além de contar com a contribuição de estudos de pesquisadores brasileiros que têm se dedicado à obra benvenistiana, entre os quais Flores (2005, 2009, 2013, 2016, 2017, 2018, 2019); Teixeira (2012, 2013); Toldo (2016, 2017, 2018); e Silva (2018). Considerando o caráter indissociável do homem e da linguagem na obra de Benveniste, o estudo demonstra as contribuições da *Teoria Enunciativa* na análise de marcas de *subjetividade* em um *discurso* no qual o *sujeito* enuncia em nome de outrem e está condicionado a regras tanto da empresa jornalística quanto àquelas que se referem à legislação específica do período de campanha eleitoral. A fim de traçar um panorama do discurso jornalístico, do editorial e do papel do editorialista diante da língua, a pesquisa também analisa os manuais de redação publicados pelos jornais que constituem o *corpus* e as normas que regulamentam as publicações na imprensa escrita em período de campanha eleitoral. Com base nos pressupostos benvenistianos, conclui-se que as marcas de *subjetividade* podem ser evidenciadas nos editoriais analisados tanto por meio de *índices específicos*, que incluem as *categorias de pessoa*, *tempo* e *espaço*; quanto por meio de *procedimentos acessórios*, entre os quais os termos e *aparelho de funções* que indicam uma relação *intersubjetiva* considerada da perspectiva de quem enuncia, buscando influenciar o comportamento do *alocutário*.

Palavras-chave: Teoria da Enunciação. Émile Benveniste. Subjetividade. Editorial.

ABSTRACT

This dissertation aims at proposing an enunciative analysis of marks of subjectivity present in editorials of the following newspapers: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo and O Globo, all of them published during the period of Brazilian election campaign in 2018. In order to reach this purpose, it reviews the Émile Benveniste's studies, emphasizing the papers "Relationships of Person in the Verb", "The nature of pronouns", "Subjectivity in language", "Language and human experience" and "The formal apparatus of enunciation", published in both volumes of *Problems in General Linguistics* (1989, 1995), considering what researchers of enunciative linguistics call *Enunciation Theory* and the concepts of *linguistic categories of person, time, and space, marks of subjectivity and the formal apparatus of language, specific clues and accessory procedures*; besides that, it relies on studies by Brazilian researchers who have dedicated to Benveniste's work, such as Flores (2005, 2009, 2013, 2016, 2017, 2018, 2019); Teixeira (2012, 2013); Toldo (2016, 2017, 2018); and Silva (2018). Taking into consideration the inseparable feature of man and language in the work of Benveniste, this study attempts at eliciting the contributions of the *Enunciation Theory* in the analysis of marks of subjectivity in a discourse in which the subject enunciates in the name of another and is conditioned to rules concerning the journalistic entrepreneurship and concerning the specific legislation of the election campaign period. So as to trace a picture of journalistic discourse, of editorials and the editorial writer's role in the face of language, this study also analyses writing manuals published by the newspapers that make up the *corpus*, and the rules about the publications in the print media during election campaign period. Based on the Benveniste's presuppositions, this study concluded that the marks of subjectivity can be evidenced in the editorials analyzed both by means of *specific clues*, which include the *categories of person, time and space*; and by means of *accessory procedures*, among which the terms and *apparatus of functions* that indicate an intersubjective relationship considered from the perspective of the utterer to influence the behavior of the *allocutor*.

Keywords: Enunciation Theory. Émile Benveniste. Subjectivity. Editorial.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Discurso I - <i>Jornal Folha de São Paulo</i>	97
Quadro 2 - Marcas de subjetividade do Discurso I do <i>Jornal Folha de São Paulo</i>	98
Quadro 3 - Discurso II - <i>Jornal Folha de São Paulo</i>	104
Quadro 4 - Marcas de subjetividade do Discurso II do <i>Jornal Folha de São Paulo</i>	105
Quadro 5 - Discurso III - <i>Jornal Folha de São Paulo</i>	110
Quadro 6 - Marcas de subjetividade do Discurso III do <i>Jornal Folha de São Paulo</i>	110
Quadro 7 - Discurso I - <i>Jornal O Estado de São Paulo</i>	116
Quadro 8 - Marcas de subjetividade do Discurso I do <i>Jornal O Estado de São Paulo</i>	117
Quadro 9 - Discurso II - <i>Jornal O Estado de São Paulo</i>	123
Quadro 10 - Marcas de subjetividade do Discurso II do <i>Jornal O Estado de São Paulo</i>	124
Quadro 11 - Discurso III - <i>Jornal O Estado de São Paulo</i>	129
Quadro 12 - Marcas de subjetividade do Discurso III do <i>Jornal O Estado de São Paulo</i>	130
Quadro 13 - Discurso I - <i>Jornal O Globo</i>	138
Quadro 14 - Marcas de subjetividade do Discurso I do <i>Jornal O Globo</i>	138
Quadro 15 - Discurso II - <i>Jornal O Globo</i>	143
Quadro 16 - Marcas de subjetividade do Discurso II do <i>Jornal O Globo</i>	144
Quadro 17 - Discurso III - <i>Jornal O Globo</i>	149
Quadro 18 - Marcas de subjetividade do Discurso III do <i>Jornal O Globo</i>	150

1 INTRODUÇÃO

Diante da variedade de composições que os signos linguísticos permitem realizar e dos mecanismos complexos que envolvem a *linguagem*, a *língua* e as diversas realizações dela se tornam objetos de estudo extremamente difíceis de serem analisados, já que exigem uma cuidadosa delimitação, a fim de encontrar o viés teórico mais coerente para explicar determinado fenômeno ou aspecto linguístico, além de considerar o campo de atuação do pesquisador.

A delimitação deste estudo tem origem no hábito diário de ler editoriais, por motivos profissionais e pelo gosto da leitura, já que trabalho há nove anos como revisora de um jornal semanal de Bento Gonçalves-RS. Junto a esse olhar, que avalia a forma do gênero jornalístico, a correção gramatical e ortográfica, mas não se furta de tecer críticas ao seu conteúdo, surgiram alguns questionamentos sobre o papel do editorialista ao produzir o editorial.

A questão principal está relacionada ao fato de o editorialista ser um profissional que, quando escreve, não deve representar a si próprio, mas falar em nome de uma organização. Diante disso, a provocação que surgiu foi saber como se marca a *subjetividade* desse jornalista, considerando que ele busca enunciar em nome de outrem.

Mesmo quando o tema parecia se mostrar atraente como uma questão científica, essa dificuldade de fazer um recorte para um estudo linguístico foi recorrente e, como costuma ocorrer, a delimitação precisou ser aprimorada ao longo das leituras, das discussões, das indicações da orientadora e do amadurecimento do problema de pesquisa.

Ao longo desse processo, a *Teoria Enunciativa*, de Émile Benveniste, surgiu como um suporte que foi definindo o caminho a ser seguido: o estudo *enunciativo* do editorial. Além disso, uma importante contribuição para uma delimitação foi a avaliação do estado da arte.

Sabendo-se que teorias do *discurso* e da *enunciação* – principalmente as que se fundamentam na obra de Émile Benveniste – defendem a presença do *sujeito* como parte indissociável da *língua* em uso, contrariando a crença de que há gêneros discursivos passíveis de não revelar a *subjetividade* de quem escreve, estudos sobre esses *discursos*¹, como é o caso desta pesquisa, tornam-se terreno fértil.

¹ O que alguns autores entendem como *texto*, neste estudo será tratado como *discurso*, a fim de respeitar a nomenclatura adotada na teoria benvenistiana. Benveniste (1995, p. 284) propõe o discurso como “a linguagem posta em ação – necessariamente entre parceiros”. O autor também caracteriza o discurso como sendo “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (1995, p. 267).

Isso pôde ser observado, preliminarmente, nos resultados de uma busca pelos termos “editorial”, “Benveniste” e “marcas de subjetividade” no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)², a qual revelou a existência de pesquisas que se aproximam do escopo deste estudo, abordando tanto a presença do *sujeito* na *língua* quanto a utilização de editoriais jornalísticos como *corpus*.

Dentre esses estudos, destacam-se a dissertação de mestrado em Ciência Política, defendida em 2003, na UFRGS, intitulada *A palavra do jornal: a construção da política no espaço dos editoriais*, de Ana Cristina Ghisleni, que discute a noção de política presente nos editoriais dos jornais *Zero Hora* e *Folha de São Paulo*, a partir da *Análise do Discurso* (Maingueneau; Orlandi); a dissertação de mestrado em Língua Portuguesa, defendida em 2008, na UERJ, intitulada *O discurso outro em editoriais jornalísticos*, de Manuela Mac Cord, que investiga as formas de inserção do discurso outro e a ausência de marca de pessoalidade em editoriais jornalísticos de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*, com base na *Análise do Discurso* (Pêcheux e Orlandi), e os estudos de Authier-Revuz sobre a *heterogeneidade enunciativa*; a dissertação de mestrado em Língua Portuguesa, defendida em 2010, na UERJ, intitulada *Marcas de autoria em editoriais*, de Mariana Rosa Medeiros Chagas, que busca mostrar estratégias linguísticas para evidenciar a autoria (Foucault; Bakhtin; Orlandi) em editoriais e explicitá-la na relação com as *pessoas do discurso*; e, por fim, a tese de doutorado em Estudos da Linguagem – Teorias do *Texto* e do *Discurso*, defendida em 2013, na UFRGS, intitulada *A voz na apresentação do telejornal: um estudo enunciativo do Jornal Nacional da Rede Globo*, de Eda Mariza Machado Franco, que busca na *Teoria Enunciativa* (Benveniste) suporte para compreender os recursos da *objetividade* da mídia televisiva, utilizados nos telejornais, e a manifestação do *sujeito* nesse contexto.

Essas pesquisas mostram a recorrência da utilização das teorias da *Análise do Discurso* e da *Enunciação* para analisar marcas de autoria em *discursos* jornalísticos. No entanto, com exceção da tese de Eda Mariza Machado Franco – que se fundamenta em Benveniste, mas que não aborda o editorial –, os estudos são referenciados teoricamente em Pêcheux, Orlandi, Authier-Revuz, Foucault e Maingueneau, o que revela a oportunidade de tratar de um assunto com reconhecida relevância, como é o caso das marcas de *subjetividade* e autoria em editoriais, porém sob uma nova perspectiva: a abordagem da *Teoria da Enunciação*, de Benveniste.

² Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 1 dez. 2018.

Depois de identificar a questão linguística a ser abordada e a “lente” teórica que permitiria analisar o problema, o passo seguinte foi buscar o *corpus*, tendo em vista que há um grande número de jornais no Brasil – somente a Associação Nacional de Jornais (ANJ) reúne 96 empresas jornalísticas³, número que é parcial, considerando que nem todas que atuam no País são associadas à ANJ.

Como a abordagem exigiria avaliar o modo de escrever o editorial, o critério para a escolha dos jornais foi o fato de haver um manual de redação e estilo produzido pela empresa jornalística, o que poderia revelar um estilo de escrita orientado pela publicação. Sob esse critério, foram selecionados como fontes os jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*. Restava, então, considerar quais editoriais desses periódicos seriam analisados.

O modelo de conduta tradicional das redações e que se repete nos principais manuais – dentre os quais os dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo* – considera a “objetividade” como uma qualidade do discurso jornalístico. Esse zelo pela isenção dos jornalistas torna-se ainda mais evidente em período de campanha eleitoral, quando as publicações são regulamentadas pelas leis⁴ 4.737/65⁵ e 9.504/97⁶, além da resolução do Tribunal Superior Eleitoral 23.547/2017⁷, a fim de evitar que os candidatos sejam favorecidos por veículos ou profissionais de imprensa.

Na tentativa de cumprir o que orientam os manuais e em atenção ao que dispõe a legislação eleitoral, é possível que os jornalistas tenham um cuidado ainda maior ao produzir o discurso jornalístico durante as eleições. Por esse motivo, a fim de identificar marcas de *subjetividade* em editoriais mesmo em uma situação em que os editorialistas podem demonstrar extremo zelo ao enunciar, a primeira semana de vigência da campanha eleitoral brasileira de 2018 é o recorte temporal que caracteriza o *corpus* desta pesquisa.

Considerando o *corpus* descrito, o problema que conduziu esta análise foi elaborado da seguinte forma: *ainda que os principais manuais de redação do Brasil orientem o jornalista a ser objetivo quando escreve e as leis eleitorais exijam isenção da imprensa em período de campanha,*

³ Disponível em: <https://www.anj.org.br/site/#sp-inset-5>. Acesso em: 2 dez. 2018.

⁴ Neste caso considerou-se a legislação eleitoral em geral e a específica das eleições presidenciais de 2018.

⁵ Lei federal, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral Brasileiro, regulamentando, entre outras coisas, a propaganda partidária.

⁶ Lei federal, de 30 de setembro de 1997, que dispõe sobre as normas para eleições no Brasil.

⁷ Resolução do Tribunal Superior Eleitoral, de 18 de dezembro de 2017, que dispõe sobre representações, reclamações e pedidos de resposta para as eleições.

estudos enunciativos têm demonstrado uma relação inseparável entre linguagem e sujeito. Nesse sentido, em que medida a Teoria da Enunciação de Benveniste possibilita identificar marcas de subjetividade em editoriais escritos em período eleitoral?

Por se tratar de uma análise enunciativa, este estudo buscou evidenciar marcas que denotem *subjetividade* de quem enuncia, a partir do modo como mobiliza a língua e que marcas linguísticas se observam dessa relação.

Em estudos linguísticos, as marcas de *subjetividade* são comumente associadas à flexão verbal e à utilização de pronomes possessivos em primeira pessoa. No entanto, a Teoria Enunciativa de Benveniste descreve outros instrumentos da *língua* que permitem ao *sujeito* se marcar no *discurso*.

Com base nisso, esta pesquisa investiga de que modo a *Teoria da Enunciação* de Benveniste pode auxiliar a identificar marcas de *subjetividade* em editoriais produzidos em período eleitoral. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (a) apresentar as noções benvenistianas de *categoria de pessoa*, *categoria de tempo*, *categoria de espaço*, *subjetividade e aparelho formal da língua*; (b) analisar pesquisas que vêm sendo realizadas sobre o tema; (c) descrever as características do discurso jornalístico convencionadas por três manuais de redação do Brasil – *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo* –, com ênfase no editorial; e (d) analisar, com base em indicadores referenciados na *Teoria da Enunciação*, as marcas de *subjetividade* em editoriais dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo* publicados durante a campanha eleitoral brasileira de 2018.

O passo inicial deste estudo é uma pesquisa bibliográfica, que compreende os conceitos trazidos pela *Teoria da Enunciação* de Benveniste, presente nos artigos “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, “A natureza dos pronomes”, “Da subjetividade na linguagem”, “A linguagem e a experiência humana” e “O aparelho formal da enunciação”, publicados nos dois volumes dos *Problemas de Linguística Geral* (1989, 1995). Além disso, são exploradas análises de pesquisadores brasileiros que utilizam os pressupostos de Benveniste em seus estudos, entre os quais Valdir Flores, Marlene Teixeira, Claudia Toldo e Carmem Luci da Costa Silva. Os resultados dessa revisão teórica e discussão compõem o capítulo “A teoria enunciativa de Émile Benveniste”.

O capítulo seguinte, “Editorial”, aborda de que modo os manuais de redação caracterizam o discurso jornalístico, o papel do jornalista e o editorial, além do planejamento e da avaliação da

cobertura jornalística e das leis que devem ser seguidas pela equipe em período de campanha eleitoral.

Por fim, o capítulo “Análise das marcas de subjetividade em editoriais” retoma a delimitação do problema de pesquisa e coloca à prova a seguinte hipótese: a partir da *Teoria da Enunciação* benvenistiana, é possível identificar marcas de *subjetividade* em editoriais em período eleitoral por meio das *categorias de pessoa, tempo e espaço* do *discurso*, que têm como referência o *eu* que se enuncia em uma *instância de discurso* à qual também estão relacionadas essas marcas.

Reunidos editoriais publicados pelos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo* durante a primeira semana da vigência da campanha eleitoral de 2018 no Brasil⁸, é realizada uma análise enunciativa, com base em indicadores elencados a partir do que postulam os estudos enunciativos de Benveniste, destacando excertos dos *discursos* que evidenciam a *subjetividade* de quem enuncia.

⁸ Em 2018, o período de campanha eleitoral na imprensa escrita estendeu-se do dia 16 de agosto a 5 de outubro, no primeiro turno, e de 8 a 26 de outubro, no segundo turno. A votação em primeiro e segundo turno ocorreu nos dias 7 e 28 de outubro, respectivamente.

2 A TEORIA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE

Muitos caminhos teóricos são possíveis quando o tema é o estudo da relação entre *sujeito*, a *linguagem* e a *língua*, no entanto, ao analisar cada um deles, percebe-se que as definições dos elementos que compõem as teorias não são as mesmas e que implicam resultados também diferentes. A explicação disso pode estar nos mais diversos enfoques dos quais se ocupam os estudos *Enunciativos* e a *Análise do Discurso*, abordagens teóricas que têm embasado mais frequentemente pesquisas com essa temática.

Nesta análise, cujo foco é buscar na *Teoria Enunciativa* de Émile Benveniste suporte teórico para investigar as marcas de *subjetividade* em editoriais em período eleitoral, o passo inicial é a revisão dos conceitos da *Teoria da Enuncação* benvenistiana abordados no Brasil, considerando alguns estudos que têm lançado mão dela para explicar diferentes fenômenos linguísticos. Em seguida, são apresentados alguns aspectos relevantes da constituição dessa teoria ao longo dos dois volumes dos *Problemas de Linguística Geral*, de Benveniste.

A ordem das questões abordadas nas seções seguintes é uma tentativa de traçar uma trajetória cronológica dos temas que foram sendo definidos e descritos pelos estudos benvenistianos, embora a organização dos *Problemas de Linguística Geral* não esteja disposta pelo ano de publicação ou pela evolução dos conceitos.

Desse modo, a segunda seção aborda “*Categoria de pessoa do discurso*”, seguida pelas “*Categorias de tempo e espaço do discurso*”. Já a quarta seção trata da “*subjetividade do discurso*” e, por fim, na quinta, será descrito o “*Aparelho formal da língua*”.

2.1 ESTUDOS ENUNCIATIVOS NO BRASIL

Embora tenham chegado ao Brasil na segunda metade dos anos 1970, os postulados de Benveniste, que hoje se conhece como *Teoria da Enuncação*, somente passaram a fazer parte de estudos de linguistas brasileiros a partir da década seguinte. Ainda assim, inicialmente, serviam de embasamento para outras disciplinas relacionadas aos estudos da linguagem, entre as quais a *Pragmática*, a *Análise do Discurso* e a *Linguística Textual*. Passados quase 50 anos, atualmente os livros de Benveniste que foram traduzidos no Brasil são somente os dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*, publicados pela primeira vez em 1976 e 1989, respectivamente, os dois

volumes de *O vocabulário das instituições indo-europeias*, publicados pela primeira vez em 1995, e mais recentemente, em 2014, *As últimas aulas dadas no Collège de France* (FLORES, 2017).

A indisponibilidade dos estudos enunciativos em língua portuguesa pode ser uma das causas da pouca adesão dos estudiosos brasileiros à *Teoria da Enunciação*, que daria conta de muitos fenômenos linguísticos que vêm sendo abordados por outras lentes teóricas. Uma breve busca realizada no início deste estudo no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para avaliar o estado da arte já demonstrou que ainda é recorrente a fundamentação na *Análise do Discurso*, por exemplo, em estudos relacionados à *subjetividade* e à *autoria* no *discurso* jornalístico.

No entanto, a atenção dada, inicialmente, pelos linguistas brasileiros à obra de Benveniste nem sequer se compara à extensão que ela tem. Conforme Flores (2013), o linguista da *Teoria da Enunciação* conta com 18 livros, cerca de 300 artigos, mais de 300 resenhas, 34 comunicações e manuscritos não publicados⁹.

Além da quantidade de publicações, chama atenção a vastidão de interlocutores aos quais Benveniste se dirigia. Uma rápida análise aos títulos dos periódicos que publicaram os originais dos artigos reunidos nos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral (PLG)* demonstra a consolidação e o aspecto interdisciplinar de seus estudos. Nos 48 artigos que compõem os dois volumes, Benveniste falou ao público da linguística, da literatura, da psicologia, da sociologia, da filosofia, da antropologia, entre diversos outros ramos da ciência (ver ANEXO A).

Mesmo diante de uma obra que já era consolidada na linguística francesa e que interagiu com diversos outros campos da ciência, no primeiro momento de recepção das ideias benvenistianas no Brasil, disciplinas como a *Pragmática*, a *Análise do Discurso* e a *Linguística Textual* utilizavam o aparato metodológico apresentado por Benveniste para descrever ou dar suporte às suas abordagens, mas desconsideravam a epistemologia do modelo criado pelo linguista da *Enunciação* (FLORES, 2016).

Para se ter uma ideia, nessa época, grande parte dos estudos do campo da *Pragmática* que citavam Benveniste identificavam marcas da *dêixis* nos pronomes, mas desconsideravam a distinção entre *pessoa/não-pessoa*, ignorando o fato de que, para Benveniste, os pronomes eram apenas um ponto de partida para falar da presença do homem na língua (FLORES, 2016).

⁹ Em 1975, Mohammad Djafar Moïfar publicou uma das mais completas bibliografias de Benveniste, que inclui, em ordem cronológica e temática, obras, artigos, resenhas e comunicações feitas pelo linguista na Société de Linguistique de Paris (FLORES, 2016, p. 21).

Segundo Flores (2016), os estudiosos da *Análise do Discurso*, a partir dos anos 1980, ocupavam-se da crítica às noções de *sujeito* e de *subjetividade* presentes na obra de Benveniste, mas reconheciam o pioneirismo dele quanto à presença do *sujeito* em estudos da linguagem. O problema estaria, segundo a crítica, na natureza psicológica, egocêntrica, idealista do *sujeito* apresentado por Benveniste. Também havia discordância com relação à ideia de *apropriação* presente no artigo “O aparelho formal da enunciação”.

É preciso, no entanto, observar que o artigo “Da subjetividade na linguagem”, publicado no *Journal de Psychologie*, em 1958, não foi dirigido ao público da linguística, o que pode justificar algumas referências e termos utilizados, como os que foram alvo da crítica da *Análise do Discurso*.

No campo da *Linguística Textual*, as referências à *enunciação* de Benveniste limitavam-se aos estudos do verbo e do pronome, a fim de descrever marcas que expressavam temporalidade, de coesão textual, de modalidades, entre outras. Tal como nos estudos pragmáticos, a *Linguística Textual* utilizava somente o aspecto descritivo da teoria benvenistiana (FLORES, 2016).

Nesse cenário, observa-se que a *Teoria Enunciativa* chega ao Brasil tendo que enfrentar a crítica e por meio de uma abordagem superficial. Desse modo, conforme Flores (2016), cada vez que era referenciada, a teoria associava-se a uma configuração epistemológica diferente daquela que Benveniste havia desenvolvido para ela.

Parte dessa superficialidade pode ser associada à, já mencionada, vastidão dos postulados benvenistianos ou à compreensão parcial deles. Segundo Flores (2016, p. 6), ainda não há um ponto de vista único dos linguistas brasileiros em relação à linguística enunciativa, o que se pode observar é que a obra de Benveniste não se limita ao campo da enunciação. “Estudar essa obra implica fazer recortes e constituir um *corpus* textual de referência a partir do qual uma pesquisa pode ser desenvolvida.”

Além da interdisciplinaridade com outros campos de estudo, o pensamento desenvolvido por Benveniste é complexo e singular, abordando temas como linguística geral, fenômenos diacrônicos, sintáticos, lexicais, culturais, entre outros (FLORES, 2016).

Embora apresente uma diversidade temática, cada tema é tratado por Benveniste de um modo próprio, buscando referências naquilo que a linguística já havia produzido e as ultrapassando com suas propostas teóricas. Isso pode ser visto no capítulo “A forma e sentido na linguagem”, do *Problemas de Linguística Geral II*, no qual Benveniste esclarece a noção de *signo*, baseada em

Saussure, mas vai além ao propor que se observem aspectos que não tinham sido abordados pelo criador da Linguística.

Quando Saussure introduziu a idéia de signo linguístico, ele pensava ter dito tudo sobre a natureza da língua; não parece ter visto que ela podia ser outra coisa ao mesmo tempo, exceto no quadro da oposição bem conhecida que ele estabelece entre língua e fala. Compete-nos tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante. (BENVENISTE, 1989, p. 224).

A própria organização dos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*¹⁰, ambos divididos em seis temas – “Transformações da Linguística”, “A comunicação”, “Estruturas e Análises”, “Funções Sintáticas”, “O homem na língua” e “Léxico e Cultura” –, revela a disposição de Benveniste de teorizar sobre os mais diferentes aspectos da linguagem e tudo que a ela se relaciona.

Diante de conceitos e de uma epistemologia própria sobre fenômenos tão complexos, na linguística ou em outras ciências, o que se observa é uma dificuldade inicial de estabelecer os estudos da *Teoria Enunciativa* no Brasil de forma autônoma por exigir um exame mais aprofundado e sob olhares de diferentes ramos da ciência. A análise da *subjetividade* definida por Benveniste, por exemplo, extrapola os estudos linguísticos e busca suporte em áreas como a antropologia – quando atribui a natureza do homem à linguagem – e a psicologia, como se pode ver no artigo “Da subjetividade na linguagem”, no qual, ao definir a *subjetividade*, Benveniste equipara a noção linguística ao que poderia ser aplicável à psicologia ou à fenomenologia: “Ora, essa ‘subjetividade’, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É ‘ego’ que diz ego” (BENVENISTE, 1995, p. 286, grifos do autor).

Outra dificuldade em consolidar os estudos benvenistianos no Brasil, além da interdisciplinaridade e da diversidade de temas, pode estar no caráter não linear dos artigos que compõem os dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*. Cada capítulo consiste de um artigo publicado em anos e até em décadas diferentes (ver ANEXO A). A primeira leitura desses artigos,

¹⁰ No primeiro volume de *Problemas de Linguística Geral*, conforme consta no prefácio assinado por Benveniste, o próprio autor realizou a organização e seleção dos artigos que compõem o livro. Já no segundo volume tanto o prefácio quanto a organização são assinadas por M. DJ. Moïfar, que menciona a autorização e supervisão de Benveniste.

que também não estão organizados cronologicamente nos livros, pode ter feito com que os estudiosos que tiveram contato com eles não compreendessem a evolução da teoria em um primeiro momento, encontrando, inclusive, incoerências, que se explicam pelo fato de as reflexões não terem sido feitas no mesmo período e por falarem a interlocutores diferentes.

Flores (2016) ressalta a impossibilidade de ler a obra de Benveniste de maneira linear, tanto no que se refere à organização temática dos livros quanto à relação entre os capítulos que os compõem. No entanto, isso não significa que não haja uma ligação entre os conceitos trazidos ou conexões construídas ao longo dos estudos benvenistianos.

Diante disso, somente um minucioso estudo, com as devidas conexões e recortes, poderia fazer com que uma teoria tão complexa fosse aceita em uma comunidade científica, o que também demandaria tempo.

É preciso destacar, no entanto, que isso não foi exclusividade do Brasil, já que Benveniste também foi lido de diferentes formas e enfrentou certa resistência em outros países, que incluem a própria França. De acordo com Normand (2009), embora Benveniste abordasse as marcas de pessoa e a enunciação bem antes dos anos 1970, os linguistas franceses, a esse respeito até então, referiam-se ao artigo sobre *shifters* publicado por Jakobson¹¹, em 1957, que, inclusive, traz “A natureza dos pronomes”, de Benveniste, em suas referências. Isso só começou a mudar a partir da publicação de “O aparelho formal da enunciação”, em 1970, mesmo assim os termos benvenistianos aparecem misturados aos de Jakobson na elaboração do que se conhece por teoria da enunciação.

No caso do Brasil, tantas dificuldades tardaram a consolidação dos estudos enunciativos no País, mas não impediram que ocupassem o *status* de disciplina da linguística ao lado de *Análise do Discurso*, *Pragmática* e *Linguística Textual*, por exemplo. Prova disso é o surgimento e continuidade de importantes eventos científicos¹² que hoje se ocupam da análise da obra benvenistiana e a crescente gama de publicações referenciadas na *Teoria da Enunciação* e em Benveniste. É preciso considerar, no entanto, como lembra Flores (2016), que o próprio termo

¹¹ JAKOBSON, Roman. Shifters, verbal categories, the Russian verb. In: *Russian language project*. Harvard University; tr. Dans *Essais de linguistique générale*. Ch. IX. Paris: Minuit, 1963 (1957).

¹² Entre os principais eventos científicos no Brasil que discutem a obra benvenistiana estão os Colóquios leituras de Émile Benveniste, que reúnem as instituições gaúchas UFRGS, UPF, FURG, UFPEL e UFSM.

Teoria da Enunciação não foi estabelecido ou representa um propósito de Benveniste, mas consiste de uma dedução feita pelos leitores dos artigos que compõem os *Problemas de linguística geral*.

Sendo assim, como não há uma teoria proposta por Benveniste, também não há como afirmar que exista um modelo acabado sobre a *enunciação*, tampouco que ele explicita por completo a partir de que modelo faz suas análises, com a devida consideração à matriz teórica saussuriana, que está presente em diversos artigos de Benveniste, à qual, no entanto, ele não se limita.

Por esse motivo, ao ler a obra de Benveniste, é necessário considerar que há uma lógica particular em cada artigo, com categorias específicas de análise, sobre as quais ele teoriza e nesses limites analisa de maneira específica as línguas, a língua e a linguagem¹³ (FLORES, 2016).

Embora haja uma complexidade peculiar nos artigos de Benveniste, que pode levar a uma leitura equivocada, pelo uso, muitas vezes, do mesmo termo para conceitos diferentes nos artigos presentes nos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*, atribuída às diferentes datas de publicação dos artigos e aos mais diversos interlocutores aos quais ele se propôs falar, é possível observar um postulado principal na vasta obra benvenistiana: a presença do homem na língua. Já o operador desse *axioma*, que permite seu funcionamento, é a própria *enunciação*, como propõe Flores:

Com o axioma *O homem está na língua*, pode-se resumir o princípio do pensamento benvenistiano: o homem está na língua – se marca na língua, se singulariza na língua, se propõe como sujeito na língua – porque é fundado simbolicamente na linguagem. A subjetividade decorrente das marcas da presença na língua é possível porque a linguagem, concebida como intersubjetividade, constitui o homem e o propõe como sujeito (FLORES, 2013, p. 44, grifo do autor).

Os estudos do linguista Valdir Flores¹⁴ partem da afirmação de que o *homem está na língua*, de que ele se singulariza na *língua* e a partir dela se torna *sujeito*. Segundo ele (2016), no entanto, o princípio epistemológico de Benveniste é um só e está explicitamente presente na teoria desde o artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958, sendo recorrente em todos os outros, mesmo naqueles que não tratam diretamente da *enunciação*:

¹³ Nesse caso é preciso considerar a *língua* como um sistema, as *línguas* como as diferentes manifestações de comunidades linguísticas também diversas e a linguagem como a “capacidade humana de simbolizar” (BENVENISTE, 1989; 1995).

¹⁴ Dados obtidos do currículo do pesquisador na Plataforma Lattes. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/8959064517534406>. Acesso em 10 out. 2019.

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem. (BENVENISTE, 1995, p. 285).

Flores (2013) também propõe um método de estudo da obra de Benveniste, considerando a *Teoria da Enunciação* como uma rede conceitual, na qual a compreensão de cada definição é primordial para que seja possível relacioná-la aos demais conceitos. Além disso, ele observa três momentos temáticos da teoria: o primeiro preocupa-se com a distinção entre *pessoa* e *não-pessoa*; o segundo apresenta a distinção entre *semiótico* e *semântico*; e o terceiro descreve o *aparelho formal da enunciação*. Mesmo assim, não é possível analisar de forma linear a reflexão de Benveniste, já que os artigos têm uma lógica particular e os conceitos neles contidos são ressignificados a cada vez que são utilizados.

Ao longo desta pesquisa, além das referências diretas aos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*, serão trazidas reflexões de quatro importantes pesquisadores brasileiros, os quais fazem parte de uma geração que tem se debruçado sobre a obra de Benveniste, respeitando a epistemologia e abrangência de seus estudos. Valdir Flores, Marlene Teixeira, Claudia Toldo e Carmem Luci da Costa Silva serão apresentados, com a apreciação breve de suas trajetórias acadêmicas, a fim de evidenciar uma pequena amostra do alcance atual da *Teoria da Enunciação* na pesquisa brasileira e os diversos desdobramentos que ela tem motivado na área da linguística.

Com reconhecida importância entre os estudiosos brasileiros na área da enunciação, o linguista Valdir Flores tem Mestrado em Letras (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), Doutorado em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1997), Pós-doutorado na Université de Paris XII-Val-de-Marne, e Pós-doutorado na Université de Paris X – Nanterre. Foi professor convidado na École Normale Supérieure - Paris/França, onde ministrou curso sobre a Recepção de Saussure e Benveniste no Brasil. Ministrou aulas também na Université de Paris III, como professor convidado. Atualmente ele é professor titular de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e faz parte do programa de Pós-graduação da mesma instituição.

A área de concentração de estudos de Flores aborda aspectos epistemológicos da Linguística Geral (Ferdinand de Saussure; Roman Jakobson, Émile Benveniste) e Linguística da

Enunciação (Émile Benveniste, Henri Meschonnic, Antoine Culioli). Nos últimos anos, suas pesquisas têm buscado desenvolver uma perspectiva antropológica da abordagem da *enunciação*. Nesse campo, reúne projetos de pesquisa, artigos, além de participações em capítulos ou autoria de livros relacionados à temática da *enunciação*. Ele também é convidado com frequência em eventos relacionados a Benveniste e *enunciação*, além de bancas de qualificação e defesa de dissertações e teses. Mais recentemente, em 2019, Flores lançou o livro intitulado *Problemas gerais de linguística*, cujo nome e o conteúdo fazem referência à obra de Benveniste, buscando problematizar a relação entre homem, língua e linguagem e suas implicações.

A linguista Marlene Teixeira¹⁵ também dedicou quase 30 anos de sua carreira aos estudos benvenistianos. Falecida no ano de 2015, ela desenvolveu importantes pesquisas que relacionaram a *subjetividade na linguagem* e os mais diferentes contextos, com ênfase nas relações de trabalho e constituição do *sujeito*.

Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (1998), com estágio de Doutorado-Sanduiche na Université Sorbonne Nouvelle, em Paris, Marlene Teixeira era professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e atuava na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, realizando pesquisas, orientações e participações em bancas de mestrado e doutorado na área da *enunciação*, em material gerado em contextos de saúde; e no âmbito da compreensão de como se constrói a significação em textos literários. Fazia parte também do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Unisinos, no qual desenvolveu estudos sobre a relação entre linguagem e atividade de trabalho na área da saúde. Da sua produção científica, destaca-se a contribuição em sete projetos relacionados à obra de Benveniste, com a publicação de artigos e participações em capítulos ou autoria de livros embasados na *Teoria da Enunciação* e no conceito benvenistiano de *subjetividade*.

Outra referência brasileira nos estudos enunciativos é a linguista Cláudia Toldo¹⁶, que se destaca no estudo do *Aparelho Formal da Enunciação*, especialmente na proposta de uma nova forma de abordar o texto, no âmbito do ensino de língua portuguesa e em análises literárias. Ela escreve, ainda, sobre as *categorias de tempo e pessoa* e a *subjetividade no discurso*, conceitos

¹⁵ Dados obtidos do currículo da pesquisadora na Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6037383980782552>. Acesso em: 10 out. 2019.

¹⁶ Dados obtidos do currículo da pesquisadora na Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7927613573357678>. Acesso em: 10 out. 2019.

propostos por Benveniste. As pesquisas de Claudia Toldo concentram-se na área da Linguística, com ênfase na Linguística da Enunciação, e Linguística do Texto, dedicando-se principalmente ao estudo dos seguintes temas: enunciação (Teoria de Émile Benveniste), ensino de língua materna, abordando questões referentes ao ensino da leitura, da produção textual e da sintaxe.

Além de pesquisadora, ela atua como professora de Língua Portuguesa e Linguística do Curso de Graduação em Letras e é professora/orientadora do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Letras Universidade de Passo Fundo (UPF). Graduada em Letras pela UPF/RS (1990), com Especialização em Ensino de Língua Portuguesa pela PUC/MG (1992), Mestrado em Letras (Área de concentração: Teorias do texto e do Discurso) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999), Doutorado em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002) e Pós-doutorado em Linguística, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012), Claudia Toldo já participou de projetos na área da enunciação, tendo publicado artigos sobre o tema e participado em capítulos ou autoria de livros relacionados à *enunciação*.

Entre os principais estudiosos de Benveniste no Brasil também se destaca a pesquisadora Carmem Luci da Costa Silva¹⁷, professora associada em Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que se dedica ao estudo de teorias *enunciativas*, com ênfase na perspectiva de Émile Benveniste, relacionada à aquisição e ao ensino-aprendizagem de língua materna.

Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a pesquisadora participou de projetos embasados nas obras de Benveniste, tendo publicado artigos e participado em capítulos de livros referenciados na *Teoria Enunciativa*.

O critério de seleção dos principais estudiosos apresentados neste estudo baseou-se no volume de pesquisas publicadas, na relevância e dedicação quase que exclusiva à obra de Benveniste. Tem-se ciência de que há muitos outros pesquisadores de relevância que aqui não foram citados, tampouco se busca esgotar o vasto e crescente grupo de linguistas brasileiros que estudam e referenciam-se no pensamento benvenistiano atualmente. Inclusive, observa-se um novo rumo para a recepção do linguista francês no Brasil, especialmente pelo fato de que tanto esses quanto outros experientes estudiosos deram e darão continuidade a essa disciplina da linguística,

¹⁷ Dados obtidos do currículo da pesquisadora na Plataforma Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2371181014921204>. Acesso em: 10 out 2019.

quando orientam cada vez mais novos pesquisadores a buscarem respostas para diversas questões da linguagem na *Teoria Enunciativa* de Benveniste.

Uma busca no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹⁸ utilizando as palavras-chave “Teoria Enunciativa+Benveniste” mostra que existem 9.697 pesquisas de pós-graduação (teses e dissertações) com esse tema, considerando somente a grande área Linguística, Letras e Artes. A pesquisa também revela que esses estudos partiram de 82 instituições de Ensino Superior brasileiras, o que também sustenta uma crescente consolidação de Benveniste no meio científico nas diferentes regiões do Brasil.

A ampliação da discussão da *Teoria Enunciativa* trazida em artigos científicos também contribui para os estudos de Benveniste no Brasil. Utilizando os mesmos termos – “Teoria Enunciativa+Benveniste” –, uma busca no Portal de Periódicos da Capes¹⁹ resultou em 811 registros, entre os quais artigos (778), livros (24), resenhas (7) e outros recursos textuais (1).

Com o mesmo objetivo de trazer as mais relevantes discussões sobre a obra de Benveniste, diversos grupos de estudos se reúnem em eventos como o *Colóquio Leituras de Émile Benveniste*²⁰, que em 2019 chegou à sua terceira edição, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em parceria com pesquisadores de diversas instituições, entre as quais Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade de Passo Fundo (UPF).

Destaca-se também o *Grupo de pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade* (GELS), fundado em 2005, pela Professora Dra. Cármen Lúcia Hernandes Agustini, com a participação de alunos de Graduação e de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Os pesquisadores promovem colóquios e *workshops*²¹ que discutem, entre outros temas, a *subjetividade* presente na obra de Benveniste.

Com um minucioso trabalho de pesquisa e reunião de projetos e pesquisadores da obra de Émile Benveniste e Ferdinand Saussure, o grupo *Estudos Enunciativos*, idealizado pelo professor

¹⁸ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br>. Acesso em: 29 out. 2019.

¹⁹ Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 29 out. 2019.

²⁰ A terceira edição do Colóquio Leituras de Benveniste foi realizada entre os dias 10 e 11 de outubro de 2019, na Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: www.ufrgs.br/estudosenunciativos/events/3o-coloquio-leituras-de-emile-benveniste. Acesso em: 29 out. 2019.

²¹ Nos dias 3 e 4 de outubro de 2016, foi realizado o IX Workshop do GELS, em alusão aos 40 anos sem Benveniste. Disponível em: <http://gelsufu.ntecemepe.com/eventos/gels/workshop/ixworkshopdogels>. Acesso em: 29 out. 2019.

Dr. Valdir Flores, com o apoio dos pesquisadores Giovane Fernandes Oliveira e Kedilen Dutra da Silva Botelho, da UFRGS, é uma das referências na área, participando e promovendo constantemente eventos relacionados aos estudos benvenistianos, entre os quais o já citado *Colóquio Leituras de Émile Benveniste*.

Esse breve apanhado da recepção das ideias de Benveniste no Brasil e a evolução das pesquisas relacionadas à *enunciação* benvenistana no Brasil têm o objetivo de demonstrar que, diante de tantas dificuldades para ingressar adequadamente na comunidade científica brasileira, a *Teoria Enunciativa* ainda precisa ser cada vez mais explorada e revisitada, principalmente agora que já se pôde ter uma ideia da riqueza dos estudos de Benveniste para explicar a complexa relação entre o *homem*, a *linguagem* e as *línguas*.

A seção 2.2 inicia o estudo específico dos conceitos enunciativos que esta pesquisa propõe como as contribuições benvenistianas para demonstrar as marcas de *subjetividade* no discurso na análise enunciativa. Considerada por Benveniste (1995) uma condição necessária para a enunciação, a *categoria de pessoa* é também o que determina o fundamento da *subjetividade*, como será abordado nas seções a seguir.

2.2 CATEGORIA DE PESSOA DO DISCURSO

A definição e discussão sobre a *categoria de pessoa* do *discurso*, neste estudo, passará por artigos de base da obra de Benveniste: “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, “A natureza dos pronomes”, “Da subjetividade na linguagem”, “A linguagem e a experiência humana” e “O aparelho formal da enunciação”. Além deles, serão acrescidas contribuições de pesquisadores brasileiros já elencados na seção anterior.

Como suporte, considerando a flutuação terminológica da obra de Benveniste, o estudo também é embasado no *Dicionário de linguística da enunciação*²², referência que contribui esclarecendo diversas definições na área da Enunciação e identificando o artigo de origem dessas formulações teóricas.

A hipótese posta à prova nesta pesquisa também busca na *categoria de pessoa* do *discurso* suporte para identificar como aparecem as marcas de *subjetividade* em editoriais²³ produzidos em

²² Ver FLORES et. al, 2009.

²³ Serão analisados os editoriais dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*.

período eleitoral no Brasil. Para isso, inicialmente, será preciso analisar a noção de *pessoa* formulada por Benveniste, em especial nos artigos anteriormente referidos e, como isso, vinculá-la à *subjetividade* expressa pela língua, o que será analisado mais detalhadamente em seção específica sobre a *subjetividade*.

Inicialmente, será explorado o artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, publicado em 1946, e que consta no primeiro volume de *Problemas de Linguística Geral*, inaugurando a parte “O homem na língua”. Nessa análise, Benveniste demonstra como se constitui a *pessoa verbal*. Segundo ele, os únicos tipos de palavras que são submetidos à categoria de *pessoa* são os verbos e os pronomes. (BENVENISTE, 1995).

Esse é claramente um ponto de partida, a *pessoa verbal*, para que Benveniste apresente a relação diferenciada que alguns tipos de pronomes estabelecem na língua, destacando também a distinção da noção de *pessoa* e de *sujeito*. Para isso, previamente, ele demonstra como precisa ser a abordagem linguística da definição de *pessoa verbal*.

Conforme Benveniste (1995, p. 248), para a denominação de *pessoa*, diferentemente da descrição tradicional de eu, tu, ele, é necessário “procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua oposição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo o que as diferencia”.

Considerando que a *categoria* de *pessoa* é fundamental ao verbo, uma teoria linguística das *peçoas verbais* só pode ser constituída a partir das oposições que as caracterizam. Assim, Benveniste (1995) busca as definições utilizadas pelos gramáticos árabes para ilustrar a diferença entre as duas primeiras pessoas verbais e a terceira, nas quais aquele que fala corresponde à primeira pessoa; aquele a quem nos dirigimos é a segunda e a terceira é aquele que está ausente.

A partir dessa definição, observam-se características ainda mais particulares em cada *pessoa verbal*:

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. *Eu* designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o “eu”: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, “tu” é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”; e, ao mesmo tempo, *eu* enuncia algo como um predicado de “tu”. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma é assim exepuada da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Daí ser questionável a legitimidade dessa forma como “pessoa” (BENVENISTE, 1995, p. 250, grifos do autor).

A terceira pessoa, assim, não se refere a nenhuma pessoa específica, sendo a forma verbal que indica a *não-pessoa*, remetendo ao que os gramáticos árabes caracterizaram como “ausente”. Nesse sentido, Benveniste (1995) chama atenção para a diferença da expressão da terceira pessoa em muitas línguas, entre as quais a falta ou presença exclusiva da desinência verbal, índices pessoais somente nas duas primeiras pessoas, o tratamento diferenciado das duas pessoas, que leva à conclusão de que a terceira pessoa não está no mesmo plano das duas primeiras nas línguas analisadas, representando, então, a forma não pessoal da flexão verbal.

Outra característica a ser destacada do “eu-tu” é o que Benveniste (1995) define como “unicidade”, que permite que tanto “eu” quanto “tu” sejam únicos a cada enunciar. Diferentemente de “ele”, que tanto pode ser muitos sujeitos como pode não se referir a nenhum. As duas pessoas (“eu-tu”) também se caracterizam pelo fato de poderem inverter seus papéis durante a *enunciação*, o que não é possível ocorrer com o “ele”, já que não designa ninguém especificamente.

No artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, Benveniste (1995, p. 253-4) argumenta que esse caráter diferencial da terceira pessoa não significa que o “ele” tenha se apartado da *categoria de pessoa*, mas que serve justamente para representar a *não-pessoa*. Embora às vezes “ele” implique algum *sujeito*, geralmente visando à clareza do conteúdo do *discurso*, esse *sujeito* “nunca é proposto como pessoa”. Sendo assim, tudo o que estiver fora da relação “eu-tu” – consideradas as pessoas – recebe como predicado necessariamente uma forma verbal da *não-pessoa*.

Além dessa distinção entre *pessoa* e *não-pessoa*, Benveniste (1995, p. 254) propõe que se analise também a relação intrínseca dos membros que constituem a categoria de *pessoa verbal*. O que se observa inicialmente é uma *correlação de pessoalidade* que caracteriza “eu-tu”, os quais se opõem no interior da própria categoria e são dotados de marca de *pessoa*. Já o “ele” é privado dela, representando apenas “um invariante não-pessoal, e nada mais que isso”.

Junto à *correlação de pessoalidade*, que constitui as *pessoas* (“eu-tu”) e as opõe à *não-pessoa* (“ele”), Benveniste (1995) também identifica uma *correlação de subjetividade*, que caracteriza o “eu” como *interior* ao enunciado e *exterior* ao “tu”. Desse modo, essa interioridade e transcendência do “eu” em relação ao “tu” faz dele a *pessoa subjetiva* enquanto o seu oposto (tu) é caracterizado como a *pessoa não-subjetiva*. Juntas, as duas *pessoas*, “eu-tu” se opõem à *não-pessoa* (ele).

Considerando a natureza deste estudo, torna-se relevante destacar essa *correlação de subjetividade* como característica apenas do “eu”, ou seja, somente essa *pessoa* é capaz de expressá-la por meio da *enunciação*. Durante esta análise, cabe ressaltar que será preciso considerar que a oposição entre as duas *pessoas* (“eu-tu”) revela a existência desse “eu”, essencial na *instância de discurso* e somente “eu” é capaz de enunciar algo de natureza *subjetiva*. Mesmo assim, o simples fato de revelar e possibilitar a existência do “eu”, faz da relação com o “tu” uma marca de *subjetividade*.

Voltando aos postulados de Benveniste, diante dessas duas correlações (*pessoalidade e subjetividade*), “a categoria de pessoa adquire outro estatuto, porque não basta defini-la em termos de presença/ausência do traço de pessoalidade, mas é necessário concebê-la em termos de subjetividade.” Enquanto o “eu” é *pessoa subjetiva*, o “tu” é somente *pessoa* e ambas se opõem ao “ele” (*não-pessoa*) (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 32).

Conhecidas as relações entre as duas *pessoas* e a *não-pessoa*, passa-se a analisar a possibilidade de pluralização, que demonstra o duplo caráter da primeira *pessoa verbal*. Desde já, é preciso compreender que não se mostra possível multiplicar a presença do “eu”, pelo fato dessa pessoa ser única a cada vez que enuncia, ou seja, não há dois “eus”. O que seria então o “nós”?

Segundo Benveniste (1995), o que constitui o “nós” não são objetos idênticos, mas a união de um “eu” e um “não-eu”. Esse “não-eu” pode ser tanto “vós” quanto “eles”, estabelecendo uma relação *inclusiva* entre duas *pessoas* (“eu-vós”) ou *exclusiva* entre uma *pessoa* e uma *não-pessoa* (“eu-eles”).

Outro aspecto a ser analisado na constituição do “nós” é o elemento que se sobressai em cada tipo de plural: “em ‘nós’ inclusivo, que se opõe a ‘ele, eles’, é ‘tu’ que sobressai, enquanto em ‘nós’ exclusivo, que se opõe a ‘tu, vós’, é o ‘eu’ que é sublinhado. As duas correlações que organizam o sistema das pessoas no singular se manifestam assim na dupla expressão de ‘nós’” (BENVENISTE, 1995, p. 257, grifos do autor).

Esse “nós” que não corresponde a uma multiplicação do “eu”, mas uma dilatação, também revela dois empregos opostos:

De um lado, o “eu” se amplifica por meio de “nós” numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida; é o “nós” de majestade. De outro lado, o emprego de “nós” atenua a afirmação muito marcada de “eu” numa expressão mais ampla e difusa: é o “nós de autor ou de orador” (BENVENISTE, 1995, p. 258, grifos do autor).

Afora as especificidades já mencionadas da primeira *pessoa*, o que as *pessoas verbais* compartilham no plural é o fato de representarem uma *pessoa amplificada*, o que Benveniste (1995, p. 258-9) sugere que se diferencie como sendo “pessoa estrita (= “singular”) e pessoa amplificada (= “plural”)”. Nesse caso, somente a terceira *pessoa verbal (não-pessoa)* teria capacidade de admitir um plural que represente a multiplicação.

Segundo Flores (2013), a distinção entre *pessoa* e *não-pessoa* inicia no artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, mas o alcance dessa distinção é ampliado em outros estudos, entre os quais “A natureza dos pronomes”.

Dez anos depois de publicar “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, Benveniste estende a discussão sobre *pessoa* e *não-pessoa* quando lança o artigo “A natureza dos pronomes”, em 1956, que também está presente no primeiro volume de *Problemas de Linguística Geral*, figurando na quinta parte, intitulada “O homem na língua”.

Adiantado pelo título, o tema inicial do artigo são os pronomes, principalmente a forma como vinham sendo estudados e como podem ser vistos na análise linguística. Mesmo que estejam presentes em todas as línguas e refiram-se sempre às mesmas categorias de expressão (demonstrativos, pessoais etc.), Benveniste (1995) demonstra que os pronomes não podem ser considerados uma classe única, caracterizando-se de acordo com o modo de linguagem que representam, alguns são da *sintaxe da língua* e outros das *instâncias do discurso*, ou seja, atualizam-se pelo ato da *enunciação*.

Ao definir os pronomes que se referem a “eu, tu, ele” como pessoais, ignora-se a verdadeira noção de *pessoa*, que, neste caso, só está presente em “eu-tu” e falta em “ele”. Conforme explicam Flores e Teixeira (2005), o tipo de referência que estabelecem é que denota a diferença entre a *pessoa* e *não-pessoa*. Enquanto “eu-tu” pertence ao nível pragmático da linguagem, definindo-se pela *instância de discurso* e referindo coisas diferentes a cada *enunciação*, “ele” pertence ao nível sintático, combinando-se com a referência objetiva sem depender da instância enunciativa.

Sendo assim, uma propriedade fundamental de “eu-tu” é o fato de não terem uma referência direta, objetiva e constante como ocorre com uma noção lexical. “Cada *eu* tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal.” Essas formas referem-se somente à *realidade do discurso*, no qual “*eu* significa a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”. Do mesmo modo, considerando a relação “eu-tu” como

alocução, o “tu” é “o indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância lingüística *tu*” (BENVENISTE, 1995, p. 278-79, grifos do autor).

Tendo em vista que essa *instância de discurso* na qual “eu-tu” se atualizam é única, é somente nela que essas formas podem ser referidas. Desse modo, as formas “eu-tu” têm sua unicidade conferida pela *instância de discurso*, a qual não se confirma com relação ao “ele”, que tem certa independência da *enunciação*, o que revela a importância da (inter)subjetividade entre os temas presentes nos estudos de Benveniste (FLORES; TEIXEIRA, 2005).

A relação *intersubjetiva* que constitui as *peessoas* (“eu-tu”) na *instância de discurso* mostra-se fundamental para revelar as marcas de *subjetividade* investigadas neste estudo, considerando que Benveniste a descreve como necessária para que ocorra a *enunciação*.

Considerando que formas pronominais como “eu-tu” não têm referência objetiva, mas dependem da *instância de discurso*, para permitir a comunicação *intersubjetiva*:

A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância de seu discurso. Desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não afirmando nada, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda negação. Seu papel consiste em fornecer instrumento de uma conversão, a que se pode chamar a conversão de linguagem em discurso. É identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como “sujeito” (BENVENISTE, 1995, p. 280, grifos do autor).

Nesse processo, quando o indivíduo se apropria da linguagem²⁴, ela se transforma em *instâncias de discurso*, as quais têm como referência o “eu”, definindo o indivíduo “pela construção lingüística particular de que ele se serve quando se enuncia como locutor”. Logo, os indicadores “eu-tu” só existem quando são atualizados na *instância de discurso*, marcando “para cada uma das suas próprias instâncias o processo de apropriação pelo locutor” (BENVENISTE, 1995, p. 281).

Embora tenhamos visto que as *instâncias do discurso* estão vinculadas às *peessoas* em uma relação autorreferencial, pela qual se definem, Benveniste (1995) adverte, neste artigo, que há enunciados de *discursos* em que as *instâncias* não se referem a elas mesmas, o que ocorre exclusivamente com a *não-pessoa*:

²⁴ Segundo Flores (2013), Benveniste considera, neste artigo, os pronomes como um problema de linguagem, e não das línguas, pelo fato de não serem apenas formas, mas posições na linguagem. Cabe essa ressalva porque a partir do artigo “Da subjetividade na linguagem”, esse processo é caracterizado como apropriação da “língua”.

[...] a não-pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas, mas que predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que*, exceto a própria instância, podendo sempre esse *não importa quem* ou *não importa o que* ser munido de uma referência objetiva (BENVENISTE, 1995, p. 282, grifos do autor).

Nesse sentido, até aqui, é relevante destacar como essencial o fato de a *pessoa* (“eu-tu”) ser descrita como a forma que está relacionada somente a ela própria e à *instância de discurso*, que se atualiza no momento da *enunciação*. Já a *não-pessoa* pode ser caracterizada como um signo parte do repertório virtual e da sintaxe da língua, que está relacionado a uma referência ou a um conceito objetivo.

A partir da análise das formas pronominais, é possível observar que se tratam de classes de natureza totalmente diferentes, distinguindo de um lado a “língua como repertório de signos e sistema das suas combinações e, de outro, a língua como atividade manifestada nas instâncias de discurso caracterizadas como tais por índices próprios” (BENVENISTE, 1995, p. 283).

Segundo Flores (2019, p. 73, grifo do autor), no artigo “A natureza dos pronomes”, Benveniste parte dos pronomes para discutir um assunto mais geral: “a linguagem impõe às línguas que ‘reservem’ lugares de pessoa e não pessoa, sem o que não seria possível falar”.

Ele também amplia o que havia esboçado na “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, reconhecendo, no âmbito antropológico, a existência de lugares de *pessoa* e *não-pessoa*. Além disso, apresenta classes de naturezas diferentes que fazem da *língua*, ao mesmo tempo, “um sistema combinatório de signos” e uma “*atividade manifestada nas instâncias do discurso*” (FLORES, 2013, p. 94-6, grifos do autor).

O artigo “Da subjetividade na linguagem”, publicado em 1958, que também figura no primeiro volume de *Problemas de Linguística Geral*, na parte “O homem na língua”, discute a presença do *homem* na *linguagem* e a sua constituição como *sujeito* por meio dela. Para isso, problematiza o *status* linguístico de *pessoa*, o qual determina a *subjetividade* (BENVENISTE, 1995).

Segundo Benveniste (1995), o que constitui a *pessoa* é a condição de diálogo necessária entre um “eu” e um “tu”, que implica reciprocidade. Esse diálogo entre duas *pessoas* e a referência a si próprio como “eu” é classificada por Benveniste como condição indispensável para a linguagem.

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu* (BENVENISTE, 1995, p. 286, grifos do autor).

Embora “eu” e “tu” sejam necessários para a constituição de um e de outro, existe uma posição de transcendência do “eu” em relação ao “tu”. Ainda assim ambos são complementares, em uma oposição interior/exterior, além de serem reversíveis – o “eu” pode assumir o papel de “tu” e o “tu” pode passar a ser “eu”.

Em uma análise da recorrência da expressão da *pessoalidade* nas línguas, Benveniste afirma que ela está presente em todas:

É notável o fato – mas, familiar como é, quem pensa em notá-lo? – de que entre os signos de uma língua, de qualquer tipo, época ou região que ela seja, não faltam jamais os “pronomes pessoais”. Uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível (BENVENISTE, 1995, p. 287, grifo do autor).

Conforme já havia sido abordado em artigos anteriores, em “Da subjetividade na linguagem”, Benveniste (1995) destaca também a característica dos pronomes pessoais como “eu” e “tu” de não remeterem a nenhum conceito ou indivíduo específico, mas ao ato de *discurso* no qual são pronunciados. Sendo assim, só podem ser identificados pela *instância de discurso*, que só tem referência atual e está sob a dependência do “eu” que enuncia.

Essas *formas vazias* propostas pela *linguagem* permitem que cada *locutor* se aproprie delas definindo-se como “eu” e estabelecendo seu parceiro como “tu”, criando a *instância de discurso* na qual estão todas as coordenadas que definem o *sujeito*. Desse modo, é a instalação da *subjetividade* que cria na linguagem a *categoria de pessoa* (BENVENISTE, 1995).

Além dos pronomes, o emprego de alguns verbos na *primeira pessoa* também pode revelar diferença de perspectiva e sentido se comparado a outras flexões. Tais distinções feitas por Benveniste serão abordadas mais detalhadamente na seção 2.4, que trata da *subjetividade* na língua.

Cabe destacar do artigo “Da subjetividade na linguagem”, com relação à *categoria de pessoa*, a importância da instalação da *subjetividade* – quando o “eu” enuncia-se como *sujeito* e propõe seu parceiro como “tu” – na criação da própria expressão de *pessoa na linguagem*.

Constante no segundo volume de *Problemas de Linguística Geral*, na parte “A comunicação”, o artigo “A linguagem e a experiência humana”, publicado em 1965, trata da relação do *homem* com duas das categorias universais do *discurso*: a de *pessoa* e a de *tempo*.

Considerando o propósito desta seção, por ora, será abordado somente o que se refere à *categoria de pessoa*, a *categoria de tempo* será tratada na seção 2.3.

Nesse artigo, Benveniste apresenta as *categorias de tempo de pessoa na língua* como um dos exemplos das “categorias elementares que independem da determinação cultural” e que permitem ver “a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem” (FLORES, 2013, p. 107).

Estando a relação “eu-tu” já estabelecida como inerente ao *discurso* e como uma condição que individualiza o *homem*, o autor chama atenção para o caráter único da experiência enunciativa sob a perspectiva de quem enuncia.

Aquele que fala se refere sempre pelo mesmo indicador *eu* a ele-mesmo que fala. Ora, este ato de discurso que enuncia *eu* aparecerá, cada vez que ele é reproduzido, como o mesmo ato para aquele que o entende, mas para aquele que o enuncia, é cada vez um ato novo, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos. Assim, em toda língua e a todo momento, aquele que fala se apropria desse *eu*, este *eu* que, no inventário das formas da língua, não é senão um dado lexical semelhante a qualquer outro, mas que, posto em ação no discurso, aí introduz a presença da pessoa sem a qual nenhuma linguagem é possível (BENVENISTE, 1989, p. 68-9, grifos do autor).

Sendo assim, cada vez que o pronome “eu” se dirige explícita ou implicitamente ao “tu”, ambos opondo-se a “ele”, a experiência humana da *enunciação* se instaura. E mais, ainda que os pronomes pessoais estejam disponíveis da mesma forma que os demais signos, quando alguém os assume, o pronome “eu” é capaz de transformar-se em uma “designação única” e produzir a cada vez uma nova pessoa. A atualização dessa experiência essencial, conforme reforça Benveniste, está presente em todas as línguas (BENVENISTE, 1989).

Outro diferencial dessa experiência é o fato de não ser descrita, mas estar presente na forma que a transmite, o que pode ser observado no “eu”, constituindo a pessoa no *discurso* a partir do momento que ela fala. Além disso, “este *eu* na comunicação muda alternativamente de estado: aquele que o entende o relaciona ao *outro* do qual ele é signo inegável; mas, falando por sua vez, ele assume *eu* por sua própria conta” (BENVENISTE, 1989, p. 69, grifos do autor).

Nesse sentido, além da possibilidade de ser autorreferencial, Benveniste reforça que o pronome é uma forma vazia até o momento em que é empregado no *discurso* por meio da *enunciação*:

A língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira. Mas, fora do discurso efetivo, o pronome não é senão uma forma vazia, que não pode ser ligada nem a um objeto nem a um conceito. Ele recebe sua realidade e sua substância somente no discurso (BENVENISTE, 1989, p. 69).

Segundo Flores (2013, p. 108, grifos do autor), embora fale sobre os pronomes, neste artigo Benveniste se refere a todas as “formas que permitem a *dialética singular* na qual cada um, ao mesmo tempo em que usa a mesma forma, nela, se singulariza”.

Diante disso, conclui-se que é possível encontrar no *discurso* outras formas, que não os pronomes, que tenham essa propriedade de preencherem-se pela *enunciação* e singularizarem o *sujeito* que enuncia.

Em relação às referências anteriores, a questão ora apresentada por Benveniste no artigo “A linguagem e a experiência humana” é a “universalidade da experiência humana na linguagem”, tendo em vista que uma característica comum às línguas é a possibilidade do homem de singularizar-se, apesar de utilizar formas iguais (FLORES, 2013, p. 107-8).

Também constante na parte “A comunicação” do segundo volume de *Problemas de Linguística Geral*, o artigo “O aparelho formal da enunciação” foi lançado em 1970, atendendo a uma solicitação de Tzvetean Todorov, que trabalhava na organização de uma edição especial da revista *Langages*²⁵ sobre *enunciação*. As considerações presentes no estudo acerca da *enunciação* podem ser vistas como as últimas palavras de Benveniste sobre o tema nos *Problemas de Linguística Geral* (FLORES, 2013).

Sobre as *pessoas* do *discurso*, os estudos anteriores já haviam descrito de forma exaustiva a caracterização dessa *categoria*. Sendo assim, as menções feitas sobre o assunto são mais para dar suporte ao próprio *quadro formal* da *enunciação*, esse, sim, o objeto de descrição do artigo, que será abordado mais detalhadamente na seção 2.5.

Ao descrever como ocorre a *enunciação*, Benveniste (1989, p. 84, grifo do autor) destaca o caráter interpessoal e referencial, em que, ao mesmo tempo que o locutor se autorrefere ao enunciar, ele também “implanta o *outro* diante de si”. Nesse ato individual, o “eu” se introduz na própria fala e constitui, a cada *instância de discurso*, um *centro de referência interno*.

²⁵ *Langages*. Paris: Didier-Larousse, 5º ano, n. 17 (março de 1970): 12-18.

Esse fenômeno linguístico da *categoria de pessoa* é classificado como exclusivo da *enunciação*:

É primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Nessa relação, os pronomes pessoais e demonstrativos aparecem como “indivíduos linguísticos” que remetem sempre e unicamente a “indivíduos”, sejam eles pessoas, momentos ou lugares, de forma oposta aos termos nominais que remetem apenas a conceitos, que nascem na *enunciação*, sendo “engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez designam algo novo” (BENVENISTE, 1989, p. 85).

Além de surgirem a partir da *enunciação*, as *pessoas do discurso*, e a sua inter-relação, são características constitutivas da própria *enunciação*.

O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo. Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar *quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação (BENVENISTE, 1989, p. 87, grifos do autor).

Sobre a possibilidade de existência do diálogo fora da *enunciação* ou se *enunciação* ocorre sem diálogo, Benveniste (1989) exemplifica a questão a partir do *hain-teny* dos Merinas, disputa de citação de provérbios, que, segundo ele, só tem aparência de diálogo e não pode ser considerada *enunciação*; e pela descrição do monólogo, que procede da *enunciação* e concede ao “EGO” dois papéis.

Destaca ainda o limite do *diálogo* naquilo que o antropólogo B. Malinowski trata como “comunhão fática”, que consiste na troca de palavras que servem apenas para “preencher uma função social” (BENVENISTE, 1989, p. 88-90).

Essas questões e as exemplificações contidas nelas serão tratadas com mais ênfase na seção específica sobre o *aparelho formal da língua*. Contudo, a contribuição deste último artigo para a compreensão da *categoria de pessoa* está em reforçar o “eu” como *centro de referência* da

instância de discurso e na valoração do caráter de diálogo entre as *peçoas* como condição necessária para a *enunção*.

Apesar de muitas das noções de *peço*²⁶ e *não-peço*²⁷ serem reafirmadas e até mesmo repetidas ao longo dos artigos apresentados, mostra-se relevante conhecer o percurso conceitual dessa distinção para compreender como ela foi construída e quais de seus aspectos foram sendo enfatizados até o artigo final de Benveniste.

Por essa razão, neste estudo, os artigos vêm sendo abordados de forma separada, a fim de respeitar a epistemologia particular presente em cada um deles. Sendo assim, a partir das definições de *peço* e *não-peço* e suas implicações apresentadas nesta seção, far-se-á a análise dos *discursos* que compõem o *corpus* desta pesquisa, considerando também as demais categorias que se referenciam na *instância de discurso*.

2.3 CATEGORIAS DE TEMPO E ESPAÇO DO DISCURSO

Muitos dos artigos presentes nos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral* trazem considerações pontuais sobre as *categorias de tempo e espaço no discurso*, embora nenhum deles trate somente desse tema, que, inclusive, dá suporte à parte da hipótese lançada neste estudo: o *sujeito* que escreve editoriais marca sua *subjetividade* também por meio das *relações espaciais e temporais*, as quais se revelam por termos que se atualizam pela *instância de discurso*.

Considerando a particularidade de cada estudo de Benveniste, esta seção abordará os artigos que referem as noções de *espaço* e de *tempo* separadamente, em ordem cronológica de publicação. Como já foram situados o volume e as seções em que estão publicados nos *Problemas de Linguística Geral*, passar-se-á a mencionar somente o ano de publicação.

O artigo “A natureza dos pronomes”, de 1956, discute as diferentes funções dessa classe, atribuindo parte deles à sintaxe da *língua* e outros como sendo característicos das *instâncias do*

²⁶ O *Dicionário de Linguística e Enunção* define *peço* como a “categoria linguística que se constitui na e pela enunção [...] *Eu* e *tu* são mutuamente constitutivos, *tu* é implícito ao dizer de *eu*. A categoria de *peço* é sempre dual, um par linguístico que tem existência concomitante” (FLORES et. al., 2009, 186-87, grifos do autor).

²⁷ A *não-peço* é definida pelo *Dicionário* como a “face objetiva da língua. Modo de enunção possível para instâncias não pessoais”. Acrescenta ainda que “Benveniste denomina a terceira *peço*, *ele*, de *não-peço*, porque entende que há uma diferença de natureza e de função entre as *peçoas*, *eu/tu*, e a *não-peço*, *ele*. Na língua, tudo o que não é do domínio de *eu-tu*, pertence ao domínio do *ele*, da *não-peço*.” (FLORES et. al., 2009, p. 174).

discurso, entre os quais estão alguns que denotam as relações *espaciais e temporais* do *discurso* (BENVENISTE, 1995).

Nesse grupo, que tem referência à *instância de discurso* pela qual também se une à *categoria de pessoa*, estão alguns pronomes, advérbios e locuções adverbiais. Entretanto, segundo Benveniste (1995), são em primeiro lugar os demonstrativos que se organizam correlativamente com os *indicadores de pessoa*.

Há aqui um traço novo e distintivo dessa série: é a identificação do objeto por um indicador de ostensão concomitante com a instância de discurso que contém o indicador de pessoa: *esse* será o objeto designado por ostensão simultânea à presente instância de discurso, a referência implícita na forma (por exemplo, *hic* oposto a *iste*) associando-o a *eu*, a *tu* (BENVENISTE, 1995, p. 279, grifos do autor).

Do mesmo modo, também estão associados a essa referência os advérbios *aqui e agora*, que “delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*”. Outros termos também podem estabelecer essa relação, como “*hoje, ontem, amanhã, em três dias, etc*” (BENVENISTE, 1995, p. 279, grifos do autor).

O uso de “etc” e o fato de dizer que a série não se limita a “aqui e agora” permite supor outros termos que estabeleçam essa relação, sem deixar de considerar, no entanto, que Benveniste (1995) ressalta que o caráter cada vez único e particular desses termos é atribuído à contemporaneidade da *instância de discurso*, à qual se refere e que contém o indicador de *pessoa*.

Segundo Flores e Teixeira (2005), no artigo “A natureza dos pronomes”, Benveniste separa os signos da sintaxe e os da *instância de discurso*, nesse sentido os autores propõem que:

a dêixis se liga à categoria de pessoa, ou seja, ao paradigma do “eu/tu”, enquanto os elementos não-dêiticos se ligam à não-pessoa, ou seja, ao paradigma do “ele”. Com a separação entre os “indicadores auto-referenciais” – do paradigma do “eu” – e os chamados de “terceira pessoa”, há dois tipos de referência que remetem a direções distintas que podem ser esquematizadas da seguinte forma: Eu/tu – categoria de pessoa – referência dêitica. Ele – categoria de não-pessoa – referência não-dêitica (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 39, grifos dos autores).

Desse modo, uma dessas referências, nas quais situam-se os dêiticos²⁸, é vinculada à *instância de discurso* e a outra liga-se a uma referência objetiva. Na análise de *discursos*, como os

²⁸ Segundo o *Dicionário de Linguística da enunciação*, “a dêixis é um mecanismo ou uma relação, pois é responsável pela conversão do significado do signo no nível semiótico da língua em referência da palavra no nível semântico da

editoriais que compõem este estudo, os dêiticos revelam marcas de *subjetividade* pelo fato de estarem vinculados à *instância de discurso*, cujo *centro de referência* é o *sujeito*.

Do mesmo modo que os pronomes da *categoria de pessoa*, esses indicadores autorreferenciais da *dêixis*, *formas vazias*, servem para resolver o problema da comunicação *intersubjetiva*, tornando-se *formas plenas* quando o *locutor* os assume em cada *instância do seu discurso* (BENVENISTE, 1995).

Essa referenciação à *instância de discurso* também se estende ao paradigma verbal, “principalmente ao “tempo” do verbo, que é sempre relativo ao *presente* da *instância* na qual figura a forma verbal” e, conseqüentemente, ao momento da *enunciação* (BENVENISTE, 1995, p. 282, grifos do autor).

No artigo “Da subjetividade na linguagem”, de 1958, Benveniste parte da análise dos pronomes pessoais para revelar a *subjetividade* no *discurso*, porém, ele mostra que outras classes de pronomes também dividem o mesmo *status*:

São os indicadores da *dêixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado com ponto de referência: “isso, ontem, no ano passado etc. têm em comum o traço de se definirem somente na instância do discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia (BENVENISTE, 1995, p. 288, grifo do autor).

Nesse caso, a *dêixis* da qual se trata é aquela que é simultânea à *instância de discurso*, ou seja, que está relacionada ao “eu” que enuncia, sendo dessa referência que o demonstrativo, por exemplo, tira seu caráter cada vez único e particular (BENVENISTE, 1995).

O artigo também traz a noção de *temporalidade* como sendo relacionada ao domínio da *subjetividade*, e esse tempo não está somente na expressão dos verbos. Segundo Benveniste (1995, p. 289, grifo do autor), essa noção pode tanto se marcar nos verbos quanto em outras classes: “partículas, advérbios, variações lexicais; é problema de estrutura formal. De uma ou de outra maneira, uma língua distingue sempre ‘tempos’”.

Sendo assim, para Benveniste (1995, p. 289), “o tempo linguístico é *sui-referencial*. Em última análise, a temporalidade humana com todo o seu aparato linguístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem”.

língua. Trata-se de uma conversão do significado – repetível – do signo – à referência – irrepitível – da palavra” (FLORES et. al., 2009, p.77).

Nesse sentido, considerando o propósito deste estudo, mostra-se mais uma forma de encontrar marcas de *subjetividade* no *discurso*, além das flexões temporais dos verbos, por meio do uso de termos de outras classes que expressem temporalidade e estejam vinculados ao *sujeito* por meio da *instância de discurso*.

Mais uma vez a relação entre *subjetividade* e linguagem é o propósito da análise de Benveniste, quando define a noção *tempo* para revelar a relação entre um *presente* que só existe – e sempre existe – na *instância de discurso*, ou seja, no momento da *enunciação*.

No artigo “A linguagem e a experiência humana”, publicado em 1965, Benveniste relaciona novamente os dêiticos – os demonstrativos, por exemplo – como formas vazias que se atualizam no *discurso*. Esses elementos também estão relacionados ao “eu” que enuncia e indicam a localização do objeto do qual se fala. Desse modo, “o sistema das coordenadas espaciais se presta também para localizar todo objeto em qualquer campo que seja, uma vez que aquele que o organiza está ele-próprio designado como centro e ponto de referência” (BENVENISTE, 1989, p. 70).

Nesse estudo, Benveniste retoma as duas categorias que considera indissociáveis no *discurso*: as de *tempo* e de *pessoa*, as quais são categorias elementares, que não dependem de determinação cultural e pelas quais é possível ver a experiência subjetiva dos “sujeitos que se colocam e situam na e pela linguagem” (TOLDO; VALÉRIO, 2016, p. 31, grifo das autoras).

Observa-se, assim, que é possível buscar marcas de *subjetividade* em todas as manifestações linguísticas que se relacionam ao *tempo* ou às *pessoas* vinculadas à *instância de discurso*.

Para abordar as formas linguísticas temporais como “experiências subjetivas”, Benveniste (1989) demonstra que o termo “tempo” é conceitualizado pela *língua* de forma totalmente diferente das ideias de *tempo* pré-estabelecidas. Exemplo disso é o fato de nem todas as línguas expressarem a *temporalidade* por meio de formas verbais, desconstruindo uma visão genérica do que seria o *tempo* na *língua*. Ele também ressalta a importância de não se confundir o “sistema temporal de uma língua” com o tempo “objetivo”, este relacionado diretamente à *realidade*. Assim, a *língua* tem um *tempo* específico, para que seja possível compreendê-lo.

Em vista disso, Benveniste descreve diferentes formas de conceber o *tempo*. O *tempo físico* que é “um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade, com duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior”; o *tempo crônico*, que “é o tempo caracterizado por uma sequência de acontecimentos

que, quando congelado na história, permite uma consideração bidirecional (passado-futuro); e o *tempo linguístico*, o qual requer uma análise mais detalhada.

Segundo Benveniste (1989, p. 74), “é pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo”. Esse *tempo linguístico* tem como característica o fato de estar definido e organizado em função do *discurso*. O centro gerador desse *tempo* é justamente o “presente da instância da fala”. O *presente linguístico* é o fundamento das oposições temporais da *língua*, estando em contraste com o “momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso” e o “momento em que o acontecimento não é ainda presente”.

Ainda assim, é preciso considerar a constatação de Benveniste (1989, p. 76) de que o “o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso”, embora possam a partir dele surgir formas retrospectivas ou prospectivas – o passado e o futuro.

A *temporalidade* no processo de comunicação tem suas características particulares, uma delas é o fato de o *locutor* enunciar a partir do tempo de seu *discurso*, mas fazer com que o interlocutor aceite esse tempo como sendo seu, ou seja, o “hoje” do *locutor* ao ser enunciado passa a ser o “hoje” de seu interlocutor (BENVENISTE, 1989).

Considerando os *discursos* analisados neste estudo, é possível propor que o editorialista quando enuncia o faz a partir do seu tempo, que passa a ser também o tempo de seu *discurso*, tomado por seu *alocutário* como o tempo da *enunciação*. Sendo assim, as marcas desse *tempo* são também as marcas do *sujeito* que enuncia.

Nesse sentido, Benveniste (1989) afirma que o *tempo* do *discurso* não pode ser visto nem como crônico nem como demasiadamente subjetivo, mas como um fator de *intersubjetividade*, que possibilita a comunicação linguística.

Esse tempo linguístico é composto por um “hoje”, o presente linguístico, que separa um “ontem” e um “amanhã”. Outras qualificações também podem ter a mesma perspectiva:

“último” (“último inverno; a última noite”) e “próxima” (“a próxima semana; o próximo outono”) não comportam senão “ontem” e “amanhã” de localização fixa e única. O que caracteriza as séries de designações de ordem intersubjetiva, como se vê, é que uma translocação espacial e temporal torna-se necessária para objetivar os signos tais como “este”, “eu”, “agora”, que têm a cada vez um referente único na instância de discurso e somente ele (BENVENISTE, 1989, p. 79).

Assim, também se observa a possibilidade de encontrar marcas de *subjetividade* nos *discursos* por meio desses termos que, a partir do *presente* da *instância de discurso*, fazem uma regressão ou uma projeção no tempo.

Por fim, no artigo “A linguagem e a experiência humana”, Benveniste (1989) conclui que:

A intersubjetividade tem assim sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem (BENVENISTE, 1989, p. 80)

Sendo assim, em seus termos, dimensões e *temporalidade*, a relação *intersubjetiva* pode deixar marcas do *sujeito* no *discurso* que enuncia, como pretende demonstrar este estudo.

Benveniste (1989) também aborda o *tempo linguístico* no artigo “Aparelho formal da enunciação”, de 1970, no qual apresenta as *formas temporais*, que se determinam em relação a um “EGO”, que é o centro de referência do *discurso*. Esse *presente*, o qual coincide com o momento da *enunciação*, é parte desse aparelho necessário.

O sistema de referência, nesse caso, é visto como um elemento constitutivo da *língua*, ou seja, a referência é um termo integrante da *língua* na sua totalidade, sendo regida pelo *sujeito* e do qual depende para ter *sentido*. Assim, o centro de referência passa a ser apenas um: o *sujeito* e sua *enunciação* (FLORES; TEIXEIRA, 2005).

Nesse sentido, a *temporalidade* é produzida “na e pela enunciação”. Da *enunciação* se instala a categoria do *presente*, e “da categoria do presente nasce a categoria do tempo”. Assim, o “homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 1989, p. 85, grifo do autor).

Com relação ao propósito deste estudo, cabe destacar que as *categorias de tempo e espaço* são critérios importantes e esclarecedores trazidos por Benveniste para identificar a presença de marcas linguísticas de *subjetividade*, principalmente ao considerar que elas estão vinculadas à *instância de discurso* e, por isso, referenciam-se no *sujeito* que enuncia.

2.4 A SUBJETIVIDADE DO DISCURSO

Esta seção busca considerar a noção de *subjetividade* e as marcas linguísticas que a revela constantes nos estudos de Benveniste. Para isso, novamente, os artigos dos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral* que tratam do assunto serão retomados separadamente e em ordem cronológica.

Nesse sentido, cabe destacar que o principal embasamento desta seção está no artigo “Da subjetividade na linguagem”, publicado originalmente em 1958, no *Journal de psychologie*. No entanto, inicialmente serão retomadas algumas noções que foram sendo construídas em outros artigos.

No artigo “A estrutura das relações de pessoa no verbo”, publicado em 1946, ao diferenciar as *pessoas verbais*, Benveniste já apresenta a *correlação de subjetividade* que distingue as *pessoas* “eu-tu”, em uma relação de “interioridade” e “transcendência” do “eu” (pessoa subjetiva), e de exterioridade do “tu” (pessoa não-subjetiva). Mesmo que “eu” seja transcendente e interior ao enunciado, as duas *pessoas* são constitutivas uma da outra e se unem em oposição à *não-pessoa*, em uma *correlação de pessoalidade* (BENVENISTE, 1995, p. 255).

Desse modo, o “eu” seria a pessoa internamente relacionada à *enunciação*, mas que não pode ser constituída sem presença de um “tu”, embora este não carregue a característica da *subjetividade*, exclusiva de quem enuncia.

Dez anos depois, o artigo “A natureza dos pronomes”, ao descrever a função distinta dos pronomes como *indivíduos linguísticos* relacionados à *instância de discurso*, destaca que a existência de signos *vazios* que se tornam *plenos* pela *enunciação* serve para resolver o problema da comunicação *intersubjetiva*, já que seria impossível cada locutor ter um indicativo próprio para exprimir sua *subjetividade* (BENVENISTE, 1995).

Sendo assim, para Benveniste (1995), quando o *locutor* se apropria da *língua*, cria a *instância de discurso*, que se torna um *centro de referências* internas cuja chave é o “eu”, ao qual todos que se relacionam à essa *instância de discurso* estão ligados. Entende-se que aqui já está uma demonstração de que as formas das *categorias* que se ligam à *instância de discurso* podem ser consideradas marcas do *sujeito* que enuncia, portanto indicadores de *subjetividade*.

Além dessas caracterizações prévias, no entanto, o ponto de partida para desvendar o que é e como se mostra a *subjetividade* na *linguagem* pode estar, inicialmente, no fato de compreender

o que há de comum e unificador na trajetória científica de Benveniste no campo da Linguística. Um dos caminhos que têm sido apontados está no artigo “Da subjetividade na linguagem”, principalmente na relação entre *linguagem* e *homem*.

Para Flores (2013, p. 43-44), a questão central que norteia os estudos de Benveniste aparece justamente nesse artigo, resumida nas teses de que “o homem está na língua” e que é “fundado simbolicamente na linguagem”. Dessas constatações também surge a reflexão de que o *homem* não pode ser separado da *linguagem* porque ela faz parte da própria natureza humana e, inclusive, permite definir o que ele é.

Essas definições de Benveniste explicitadas por Flores favorecem a natureza deste estudo, que investiga marcas de *subjetividade* em editoriais em período de campanha eleitoral. Sabendo-se dessa indissociabilidade da *linguagem*, da *língua* e do *homem*, a pesquisa busca demonstrar formas que revelem essas marcas de *subjetividade* no *corpus* selecionado a partir de indicadores elaborados com base no quadro enunciativo proposto por Benveniste.

Para Toldo e Silva (2017, p. 115), no capítulo “Da subjetividade na linguagem”, ao afirmar que é um homem falando com outro homem que encontramos no mundo, “Benveniste oferece uma base teórico-metodológica capaz de comprovar que é na língua que está o princípio básico da vida humana de que não há existência possível sem o outro”. Essa condição de diálogo na linguagem, análoga à necessidade do outro para a existência humana, também reforça a importância desse artigo de Benveniste para consolidar a presença de quem escreve no seu *discurso*.

Nesse sentido, as formas que marcam a *intersubjetividade*, vista como necessária na *enunciação*, podem ser consideradas também marcas do *sujeito* que enuncia.

Benveniste também mostra que a experiência humana é concomitante à *enunciação*, produzindo, a cada vez, o *homem* como *sujeito*. Sendo assim, “é no ato de apropriação da língua pelo locutor que a experiência advém, numa relação indissociável com a (inter)subjetividade” (TEIXEIRA, 2012b, p. 37).

No artigo “Da subjetividade na linguagem”, na busca pela propriedade específica da *linguagem* que permite a comunicação, Benveniste (1995, p. 286, grifo do autor) estabelece uma relação necessária entre o *homem*, a *linguagem* e a *realidade*. Ele diz: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”.

Entretanto, dada a flutuação terminológica já mencionada, Flores (2017, p. 62) sugere que é possível que Benveniste, quando utiliza a construção *pela linguagem*, esteja evocando *língua*. Desse modo, sua proposição seria a de que “o homem se constitui como sujeito na linguagem e pela língua”.

Ainda assim, pode ser que o termo *linguagem*²⁹ tenha servido como uma instância universal humana. E já que a relação que estava sendo estabelecida no *discurso* em questão era entre *linguagem* e *homem*, Benveniste pode ter optado por manter os termos que conduziam a discussão, sem um rigor terminológico à matriz teórica saussuriana, da qual era adepto e que distingue *linguagem* (capacidade) de *língua* (sistema).

Superada, por ora, a questão terminológica, essa passagem do *homem* a *sujeito*, que só pode atingir a realidade por meio da *linguagem*, Benveniste introduzirá a noção de *subjetividade* e marca uma transição da abordagem antropológica para uma abordagem linguística. Cabe ainda observar, na mesma passagem, que, ao utilizar “ego”, nesse contexto, Benveniste se refere à primeira *pessoa do discurso*, o “eu” (FLORES, 2017).

Atenta-se, porém, ao fato de a primeira publicação do artigo “Da subjetividade na linguagem” ter sido dirigida ao público da psicologia, o que pode ter contribuído para a utilização do termo “ego”. Inclusive, nessa mesma explicação sobre o que é a *subjetividade*, Benveniste aborda esse conceito tanto aplicado à filosofia quanto à psicologia.

A “subjetividade” de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (esse sentimento, na medida em que podemos considerá-lo, não é mais que um reflexo), mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa “subjetividade”, quer a apresentemos em fenomenologia ou em psicologia, como quisermos, não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem (BENVENISTE, 1995, p. 286, grifos do autor).

Além de dirigir-se à psicologia e à filosofia, esse trecho é o que traz à tona a *subjetividade* como a propriedade fundamental da *linguagem*, característica que ainda estava sendo investigada quando Benveniste definiu a “palavra” como uma atualização da *linguagem*, mas não especificou qual propriedade fundamental desta habilitava a palavra para a comunicação.

²⁹ Em 1963, no artigo “Vista d’olhos sobre a linguística”, Benveniste (1995, p. 20) trata mais claramente a questão no seguinte trecho: “a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, não é a mesma coisa que as línguas, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza”.

Dada a noção de *subjetividade* como “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”, está posta uma distinção clara entre os termos *locutor* e *sujeito*, o primeiro é anterior ao ato de *apropriação da língua* e o segundo funda-se pelo ato da *enunciação* (BENVENISTE, 1995, p. 286, grifo do autor).

Também se observa no artigo “Da subjetividade na linguagem” que, quando se refere a esse conceito enunciativo, Benveniste utiliza aspas na palavra “subjetividade”, o que diferencia da noção mais genérica do termo, ou seja, algo que emana do sujeito.

Flores (2013, p. 101) explica que o papel do *locutor* é o de apropriar-se da *língua*, já ao *sujeito* cabe constituir “uma instância que decorre da apropriação feita pelo locutor”.

Nesse sentido, a *subjetividade* está ligada ao *homem* pela *linguagem*. Ou seja, ela é a presença de uma propriedade fundamental da *linguagem* no homem e a expressão do *homem* na *linguagem*, que, por sua vez, o liga à sua *realidade*. O fundamento dessa *subjetividade* é determinado pelo “*status* linguístico da *pessoa*” (BENVENISTE, 1995).

De acordo com Silva, (2018, p. 422), nessa perspectiva, é preciso considerar a linguagem como “o elo entre os homens, visto não haver relação natural, imediata e direta entre o homem e o mundo, nem entre o homem e o homem”. Cabe a ela fornecer o “aparato simbólico” que intermedeia essa relação.

Sendo o fundamento dessa *subjetividade* a determinação do *status* linguístico de *pessoa*, a distinção do “eu” e do “tu” está relacionada diretamente à constituição de ambos, já que a existência do “eu” pressupõe a existência do “tu” (BENVENISTE, 1995).

Além de ser constitutivo da *pessoa*, esse *diálogo* e polaridade necessários entre um “eu” e um “tu” é fundamental para a existência da própria *linguagem*, considerando que ela só é “possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 286, grifos o autor).

Nesse contexto, segundo Flores e Teixeira (2005), essa *intersubjetividade* também é constitutiva da *pessoa* em função da possibilidade de inverter-se na *enunciação*. Ambos podem ocupar a posição de “eu”, que determina o “tu”, alternadamente, de acordo com o *discurso*.

O que concretiza a realização de uma experiência humana, nesse caso, é o fato de “eu” referir-se cada vez a uma pessoa diferente àquela que dele se apropria. Desse modo, cada vez que alguém enuncia, revela o instrumento linguístico que a funda: “Essa atualização da experiência na

linguagem é algo essencial que jamais poderá faltar a uma língua, é a possibilidade mesma do discurso” (TOLDO; VALÉRIO, 2016, p. 32).

Constituídos de forma interdependente, a relação “eu-tu” gira em torno de uma oposição “interior x exterior”, que pode ser reversível, conforme mencionado anteriormente (BENVENISTE, 1995, p. 286). É nessa realidade *dialética*, na qual “eu” e “tu” se constituem, que Benveniste (1995) situa o fundamento linguístico da *subjetividade* como essencial e inseparável da *linguagem*, já que esta é:

tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem. Falamos realmente da linguagem e não apenas de línguas particulares (BENVENISTE, 1995, p. 287).

Uma evidência dessa possibilidade da *linguagem* de expressar *subjetividade* está no fato de que todas as línguas dispõem de formas linguísticas para indicar *pessoa*. Os pronomes, porém, são os exemplos mais claros de termos que se preenchem pela *subjetividade*, já que não remetem sempre ao mesmo conceito ou indivíduo, ficando condicionados à *instância de discurso* (BENVENISTE, 1995).

Estando o fundamento da *subjetividade* no *discurso*, na *língua* em uso, Benveniste (1995, p. 288) explica que “a linguagem está de tal forma organizada que permite cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como eu”, o que se pode observar pelo uso dos pronomes pessoais, mas não somente por essa classe.

Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para essa revelação da subjetividade na linguagem. Desses pronomes dependem por sua vez outras classes, que participam do mesmo *status*. São os indicadores da *dêixis*, demonstrativos, advérbios, adjetivos, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito” tomado como ponto de referência: “isto, aqui, agora” e as suas numerosas correlações “isso, ontem, no ano passado, amanhã”, etc. Têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia. (BENVENISTE, 1995, p. 288, grifos do autor).

Do mesmo modo que Benveniste destaca a presença de *pessoalidade* em todas as línguas, ele também apresenta como característica essencial a *temporalidade*, que classifica como “uma certa organização linguística da noção de tempo”. Para ele, independentemente da organização dos tempos em uma determinada língua, todas elas partem do presente, que, por sua vez, “tem como referência temporal um dado linguístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância

do discurso que o descreve.”. Com isso, por estar ancorada na *enunciação*, a *temporalidade* revela a *subjetividade* presente no próprio exercício da *linguagem* (BENVENISTE, 1995, p. 289).

Segundo Flores e Teixeira (2005, p. 34), é possível perceber, em Benveniste, o que é da ordem da *linguagem* e o que é da ordem da *língua*, do que decorre a conclusão de que “a *intersubjetividade* está para a *linguagem* assim como a *subjetividade* está para a *língua*”. Logo, como a *linguagem* está na natureza do *homem*, pode-se concluir que a *intersubjetividade*, por natureza, também está prevista na manifestação mais primitiva da *linguagem*. Já a *subjetividade* pode ser associada ao nível da *língua*, ou seja, da possibilidade de realização linguística.

Essa constatação é plausível ao considerar que Benveniste (1995, p. 289) define a *linguagem* como “a possibilidade da *subjetividade* pelo fato de conter sempre as formas linguísticas apropriadas à sua expressão”, como ocorre nos índices de *tempo* e de *pessoa*. Já o *discurso* – que nesse raciocínio estaria no nível de uso da *língua* – é o responsável pela manifestação dessa *subjetividade*, a qual cria a categoria de *pessoa*.

Subjetividade essa que pode ser ainda marcada pela mudança de *sentido* em alguns verbos, embora a maioria deles descrevam uma ação idêntica quando conjugados nas três primeiras pessoas, por exemplo: “eu como, tu comes, ele come”. No entanto, conforme demonstra Benveniste (1995, p. 290-92), em alguns casos, o verbo conjugado na primeira pessoa serve somente para expressar a *subjetividade*, como ocorre no enunciado “Eu creio que o tempo vai mudar”, no qual o trecho “eu creio” está posto somente para transformar a proposição “O tempo vai mudar” em uma *enunciação subjetiva*.

Segundo Flores (2013, p. 104), a análise dos verbos de fala trazida por Benveniste demonstra em que termos se pode dizer que a categoria de *pessoa* é um indicador da *subjetividade* na *linguagem*, constitutiva da natureza do *homem*.

Desse modo, apenas com a troca de *pessoa* o *eu* ganha um *status* semântico diferenciado dos demais, quando permite que um verbo seja empregado exclusivamente para denotar a *subjetividade*.

Outro exemplo trazido por Benveniste (1995, p. 291, grifos do autor) diz respeito aos verbos “supor, presumir e concluir”, os quais funcionam como indicadores de *subjetividade* quando são acompanhados de “que + proposição”, como no exemplo: “Eu suponho que você tenha me entendido”. O trecho “eu suponho” não é uma descrição do locutor supondo, mas uma atitude dele perante a proposição “você tenha me entendido”. Serve, portanto, para marcar a *subjetividade*. É

importante destacar que essa função só está presente no verbo na primeira pessoa, já que esses verbos nas demais pessoas só servem para “repetir o que o “tu” acaba de dizer”.

De acordo com Benveniste (1995, p. 292), os verbos que equivalem a um ato convencional socialmente, como é o caso de “jurar, prometer, garantir, certificar; alistar-se, empenhar-se em”³⁰, por exemplo, também são capazes de demonstrar a natureza da *subjetividade* por meio da mudança de sentido quando conjugados nas diferentes pessoas. A enunciação desses verbos em primeira pessoa é o próprio cumprimento de um ato por quem enuncia, que não se dá no sentido do verbo, mas na *subjetividade* do *discurso*. Já quando são conjugados nas demais pessoas trata-se apenas de uma descrição de uma ação, isto é:

É uma conseqüência do fato de que a própria instância de discurso que contém o verbo apresenta o ato, ao mesmo tempo em que fundamenta o sujeito. Assim, o ato é cumprido pela instância de enunciação do seu “nome” (que é *jurar*), ao mesmo tempo em que o sujeito é apresentado pela instância de enunciação do seu indicador (que é “eu”). (BENVENISTE, 1995, p. 293, grifos do autor).

Sendo assim, além das *categorias* referenciadas na *instância de discurso – pessoa, tempo e espaço* –, o efeito de sentido subjetivo dos verbos ora apresentados é mais um aparato da *linguagem*, que, por meio do *discurso*, faz emergir a *subjetividade*.

Mesmo definindo o que é *subjetividade* para Benveniste (1995, p. 286) – “a capacidade do locutor para se propor como sujeito” e “a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem” –, compreendendo que ela é inseparável tanto da *linguagem* quanto do *homem* e onde ela se revela, é necessário revisar as demais conexões terminológicas que envolvem o próprio conceito de *subjetividade* e verificar como isso acontece no *discurso*. Eis aí o que motiva este estudo a buscar como aparecem as marcas de *subjetividade* em editoriais de período de campanha eleitoral, pois, *a priori*, esse gênero do discurso tem por função expor a opinião de um veículo de comunicação e não a do editorialista que enuncia.

Além disso, os diferentes usos de termos como *subjetividade* no mesmo artigo “Da subjetividade na linguagem” – ora como “emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem”, ora como “capacidade do locutor de se propor como sujeito” – já indicam que é preciso definir critérios para considerar marcas de *subjetividade*. Cabe, assim, observar como essa

³⁰ Essa discussão é retomada em 1963, no artigo “A filosofia analítica e a linguagem”, que amplia os conceitos da filosofia de enunciado performativo e constativo (BENVENISTE, 1995, p. 294-305).

discussão evoluiu após seu artigo de base, embora se saiba que não houve uma definição mais específica de *subjetividade*³¹ nos *Problemas de Linguística Geral* do que essas.

Em 1965, no artigo “A linguagem e a experiência humana”, ao discutir sobre a experiência humana que o homem vive pela enunciação, Benveniste reforça o lugar do “eu” como uma referência central na *instância de discurso* e a relação com os demais indicadores que também estão referenciados nela, como os que organizam o *espaço* e o *tempo*.

Indicando os objetos, os demonstrativos organizam o espaço a partir de um ponto central, que é Ego, segundo categorias variáveis: o objeto está perto ou longe de mim ou de ti, ele é também orientado (defronte ou detrás de mim, no alto ou embaixo), visível ou invisível, conhecido ou desconhecido, etc. O sistema das coordenadas espaciais se presta também para localizar todo objeto em qualquer campo que seja, uma vez que aquele que o organiza está ele-próprio designado como centro e ponto de referência (BENVENISTE, 1989, p. 70).

E prossegue: “Das formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o *tempo*”. Nesse sentido, Benveniste explicita que o que liga o *sujeito* à noção do *tempo* é a constatação de que o *tempo linguístico* está ancorado no presente da *instância de discurso*, ou seja, no momento da *enunciação* (BENVENISTE, 1989, p. 70, grifo do autor).

Desse modo, o fato de a *pessoa subjetiva*, “eu”, ser interior à mesma *instância de discurso* que contém as *categorias* de *tempo* e *espaço* possibilita que essas expressões também sejam consideradas marcas da *subjetividade*.

No “Aparelho formal da enunciação”, de 1970, Benveniste reforça a presença do “eu” como referência central da *instância de discurso* na *enunciação*. Nesse processo de *apropriação* do *aparelho formal da língua*, o *locutor* enuncia sua posição por meio de “índices específicos, de um lado, e por meio procedimentos acessórios, de outro.”

Neste estudo, as marcas de *subjetividade* serão analisadas tendo como base esses “índices específicos”, os quais entende-se como os indicadores de *pessoa*, *espaço* e *tempo* que estão referenciados na *instância de discurso*. Serão considerados também os “procedimentos

³¹ *O Dicionário de Linguística e Enunciação*, com base no artigo “Da subjetividade na linguagem”, resume a subjetividade como “a passagem de locutor a sujeito e essa passagem se apresenta na língua através de marcas específicas que são do campo da categoria.” (FLORES et. al., 2009, p. 219).

acessórios”, estes entendidos como as demais formas que pelo modo como o locutor enuncia podem expressar *subjetividade*. Esses conceitos serão detalhados na seção 2.5.

Considera-se que Benveniste não tenha esgotado, o que não parecia ser sua intenção, todas as formas de expressão de *subjetividade*, abrindo a possibilidade de propor uma análise enunciativa para além das *categorias* que se referenciam na *instância de discurso*, mas que considerem que o objetivo desse tipo de análise é verificar como o ato enunciativo ocorre e o que marca essa relação (BENVENISTE, 1989).

No artigo “Da subjetividade na linguagem”, Benveniste explica que na sua análise de línguas particulares seu objetivo era ilustrar os efeitos da instalação da *subjetividade*:

A instalação da "subjetividade" na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria da pessoa. Tem além disso efeitos muito variados sobre a própria estrutura das línguas, quer seja na organização das formas ou nas relações da significação. Aqui, visamos necessariamente línguas particulares, para ilustrar alguns efeitos da mudança de perspectiva que a "subjetividade" pode introduzir. Não saberíamos dizer qual é, no universo das línguas reais, a extensão das particularidades que assinalamos; no momento, é menos importante delimitá-las que fazê-las ver. (BENVENISTE, 1995, p. 290, grifos do autor)

Superado o momento de “fazer ver” os efeitos instalação da *subjetividade*, Benveniste abre possibilidades para que se delimite nas línguas, por meio da análise enunciativa, quais são esses efeitos.

Tendo em vista o objetivo deste estudo, até esta seção foram analisadas as categorias de *pessoa, espaço e tempo*, as quais se demonstraram fundamentais para revelar a *subjetividade* de quem enuncia por meio da dependência à *instância de discurso*, cujo centro de referência é o sujeito que enuncia.

A seção seguinte abordará o artigo “O aparelho formal da enunciação”, que descreve como ocorre o ato enunciativo, em que situações ele se realiza e quais os instrumentos da sua realização. Essa descrição é necessária, pois pode ajudar a compreender procedimentos que revelem marcas de *subjetividade* pelo próprio *ato enunciativo*.

2.5 O APARELHO FORMAL DA LÍNGUA

Esta seção apresentará alguns aspectos centrais do artigo “O aparelho formal da enunciação”, de Benveniste. Também abordará a discussão trazida por pesquisadores brasileiros acerca das reflexões dos conceitos inaugurados por esse estudo.

É de grande importância para esta pesquisa – que analisa marcas de *subjetividade* de quem escreve o editorial jornalístico – conhecer o que Benveniste chama de *quadro formal* de realização da *enunciação*, pois permite compreender inicialmente sob que condições se enuncia, que tipo de relação é necessária entre *locutor* e *língua* para que ocorra a *enunciação* e que marcas linguísticas de *subjetividade* é possível observar nessa relação.

A primeira distinção que Benveniste (1989, p. 81) faz a respeito das descrições linguísticas para chegar ao conceito de *enunciação* esclarece que o *emprego das formas* não pode ser descrito do mesmo modo que o *emprego da língua*, já que este consiste “de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira”.

Nesse sentido, enquanto o *emprego da língua afeta a língua inteira*, o *emprego das formas*, essencial para toda a descrição linguística, restringe-se à investigação das regras sintáticas, das possibilidades paradigmáticas, das regras de formação, das correlações morfológicas, das possibilidades combinatórias, permitindo a criação de um inventário que representa uma “imagem aproximativa da língua em emprego” (FLORES, 2013, p. 163).

Benveniste baseia suas definições sobre a *enunciação* no *emprego da língua*. As consequências dessa distinção é que a *enunciação* pode ser considerada um ponto de vista da análise que leva em conta o sentido, incidindo em cada um dos níveis separadamente e/ou em inter-relação. Com isso, há uma “ruptura com uma certa visão estratificada de língua e um alargamento da análise enunciativa estendendo-a a todos os níveis da língua” (FLORES, 2013, p. 163).

Nesse ponto da discussão surge o primeiro conceito de *enunciação*, que Benveniste (1989, p. 82) define como sendo “este colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização”. Dessa maneira, o objeto da análise enunciativa é “o ato de produzir um enunciado”, que é “o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta”.

Já que a *enunciação* é um fato do *locutor*, a relação dele com a *língua* é o que determina os caracteres linguísticos da enunciação. Esse grande processo, segundo Benveniste (1989), pode ser estudado sob três aspectos principais: o vocal, o mecanismo e no *quadro formal* de realização.

O primeiro deles diz respeito à realização vocal da *língua*, em que sons emitidos e percebidos têm origem em atos individuais. Mesmo que esses atos sejam repetidos pelos mesmos *sujeitos*, jamais serão iguais, considerando a variedade de situações nas quais a *enunciação* é produzida. Na tentativa de atenuar os traços individuais da *enunciação fônica*, buscaram-se *sujeitos* diferentes para multiplicar os registros, o que não resolve e só resulta em uma imagem média de sons distintos ou ligados (BENVENISTE, 1989).

O segundo aspecto de estudo elencado por Benveniste (1989, p. 83) é o próprio mecanismo (a *enunciação*), que “supõe a conversão individual de língua em discurso”. E levanta uma questão:

Aqui a questão – muito difícil e pouco estudada ainda – é ver como o “sentido” se forma em “palavras”, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância. Sob a mesma consideração disporemos os procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram. (BENVENISTE, 1989, p. 83, grifos do autor).

Por fim, a definição da *enunciação* “no quadro formal de sua realização” é caracterizada como o terceiro aspecto e o que constitui o objeto de estudo do artigo “Aparelho formal da enunciação”, o qual busca destacar, na *língua*, os caracteres formais da *enunciação* “a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 1989, p. 83).

No estudo da *enunciação* no *quadro formal* de sua realização, Benveniste (1989, p. 83) considera, “sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, e os instrumentos de sua realização”. Esse ato introduz “o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação”.

Desse modo, a *língua*, antes possibilidade de *língua*, passa a ser efetuada em uma *instância de discurso* que se instaura pela *enunciação*, na qual “um locutor emana uma forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno”(BENVENISTE, 1989, p. 82).

Conforme Silva (2018, p. 425) conclui, nesse sentido, “é a enunciação que dá existência para a língua ao se tornar discurso”. O discurso, por sua vez, revela a “dupla natureza da língua: de ser imanente ao indivíduo e, ao mesmo tempo, transcendente à sociedade”, natureza dupla que se fundamenta no *emprego da língua*.

A *enunciação*, do modo como é proposta, pode ser caracterizada, segundo Flores (2019, p. 70), como “uma realidade ao mesmo tempo singular na sua manifestação e geral na sua forma”, o que Benveniste define como um *processo de apropriação* em relação à *língua*:

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro (BENVENISTE, 1989, p. 84, grifo do autor).

Flores (2013, p. 164, grifos do autor) destaca o fato de Benveniste ter classificado inicialmente a *enunciação* como um “*grande processo*”, mesmo depois de ter afirmado que ela é um “*ato*”. Ele explica que há tanto o lado processual quanto o lado acional da *enunciação*: “ela é um ato porque, através dela, o locutor transforma a língua em discurso e essa transformação se dá, entre outros motivos, como um processo de agenciamento de formas e sentidos”.

Conforme Toldo (2018, p. 429) complementa, nesse caso, *ato* se refere à relação do *locutor* com a *língua*, em uma situação comunicativa, que é “sempre nova, única, singular, irrepitível. Já o *processo* é algo que se renova a cada instância de discurso, quando o aparelho da língua é colocado em funcionamento”.

Mais uma questão de terminologia trazida por Flores (2018, p. 404) refere-se à observação de que Benveniste utiliza a expressão “aparelho formal da língua” e não “aparelho formal da enunciação”, que só aparece no título do artigo. Para ele, Benveniste chama atenção para o fato de o *locutor* “se apropriar da língua, do aparelho formal da língua, e construir com ela um aparelho de enunciação”. Desse modo, o *locutor* cria um “aparelho formal de enunciação a cada vez que enuncia, com base no aparelho formal da língua”.

Essa *apropriação* do *aparelho formal da língua* e a *enunciação*, como disse Benveniste (1989, p. 84), ocorrem “por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro”.

Os *índices específicos* aos quais Benveniste (1989, p. 84-85, grifos do autor) se refere são descritos como a “emergência dos índices de pessoa (a relação *eu-tu*)”; “os numerosos índices de ostensão (tipo *este, aqui, etc.*), termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo em que é pronunciada a instância do termo”; e “o paradigma inteiro – freqüentemente vasto e complexo – das formas temporais”, todos comandados pela *enunciação*.

Já os *procedimentos acessórios* são constituídos pelo aparelho de funções da língua, os quais o enunciador utiliza para “influenciar de algum modo o comportamento do alocutário” (BENVENISTE, 1989, p. 86).

Desses procedimentos, cabe destacar os que são exemplificados por Benveniste (1989): a interrogação (formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequência, entonação); a intimação (formas no imperativo, o vocativo); a asserção (as palavras sim e não, afirmando de forma negativa ou positiva uma proposição); as modalidades formais pertencentes aos verbos (modos optativo, subjuntivo); e as modalidades formais pertencentes à fraseologia (talvez, sem dúvida, provavelmente);

Esses *procedimentos acessórios* dos quais o *enunciador* dispõe para *influenciar o comportamento do alocutário* têm características que precisam ser explicitadas individualmente para compreender qual aspecto marca a relação entre quem enuncia e seu *alocutário*:

- a) interrogação: é uma *enunciação* construída para suscitar uma resposta;
- b) intimação: supõe uma relação imediata do *enunciador* ao outro, referida no *tempo* da *enunciação*;
- c) asserção: comunica uma certeza do *enunciador*;
- d) modalidades formais pertencentes ao verbo: enunciam expectativas, desejos e apreensão do *enunciador*;
- e) modalidades formais pertencentes à fraseologia: indicam incerteza, possibilidade, indecisão ou recusa de asserção.

Diferentemente dos *índices específicos* (*pessoa, tempo, índices de ostensão*), que claramente são definíveis pela relação com a *instância de discurso* que se instaura a cada *enunciação*, os *procedimentos acessórios* abrem um leque de possibilidades, principalmente as modalidades pertencentes à fraseologia, já que sua condição é o fato de servirem para o *enunciador* influenciar o comportamento do *alocutário*.

Nesse sentido, este estudo investiga como aparecem as marcas de *subjetividade* em editoriais, observando de que modo o *locutor* mobiliza a *língua* – considerando tanto os *índices específicos* quanto os *procedimentos acessórios* – no momento que enuncia, tendo em vista uma relação que é referenciada na *instância de discurso* e *intersubjetiva*.

Essa *intersubjetividade* é uma das condições da *enunciação*, que pressupõe a existência de um *alocutário*, explícita ou implicitamente, já que o *locutor*, ao enunciar, “assume a língua e implanta o outro diante de si”. Sendo a *língua* empregada para expressar uma relação com o outro e com o mundo, a referência é parte integrante da *enunciação* e a necessidade do *locutor* de referir pelo *discurso* bem como a possibilidade do outro de correferir são condições dessa apropriação do *aparelho formal da língua* (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Como o *locutor* está sempre imerso em um jogo que envolve distinguir, reconhecer e compreender para significar e comunicar, em relação ao outro, a cada vez que coloca a *língua* em ação estabelece o elo intermediário entre os indivíduos e a sociedade (SILVA, 2018).

Além disso, mais um dado constitutivo da *enunciação* é o fato de introduzir o *locutor* em sua fala, fazendo dele um centro de referência interna, em um jogo de formas específicas que tem a tarefa de relacioná-lo, de modo contínuo e necessário, com sua *enunciação* (BENVENISTE, 1989).

Dessas “formas específicas”, cumpre destacar que são entendidas como as *categorias de pessoa, tempo e ostensão*, necessariamente relacionadas à *enunciação*, conforme já foi abordado.

Considerando a relação do *locutor* com a *língua* e com um *alocutário*, o estudo enunciativo deve privilegiar “a relação do produtor com o seu discurso – o fato de ter se enunciado de determinado modo – e os efeitos de sentido constituídos na interlocução por meio da verificação do modo como as formas se diversificam e se engendram”. Nesse caso, é preciso ter em vista o fato de o *locutor* mobilizar a *língua* de determinado modo, e não o produto resultante do ato, enquanto conteúdo (SILVA, 2018, p. 426).

Essa abordagem é a que norteia este estudo, que, embora se utilize do enunciado – editoriais – para sua análise, pretende descrever em que termos ocorre o *ato enunciativo*, ou seja, o modo como o *locutor* mobiliza a *língua* para enunciar.

Nesse sentido, ao realizar o deslocamento do *aparelho formal* para o estudo de *enunciação* escrita, Silva (2018, p. 426) propõe que cada *discurso* seja concebido como se apresentasse um *aparelho formal de enunciação* singular, com caracteres linguísticos específicos, “que marcam a relação do locutor com a sua enunciação e o modo específico como implanta o alocutário diante de si”.

Partindo da *enunciação* e, como mecanismo que insere um *locutor* como *centro de referência* da *instância de discurso*, que esta propõe um *alocutário* e transforma *língua* em *discurso*, serão detalhadas a seguir as *formas específicas* que relacionam o *locutor* à *enunciação* por serem fundados a partir dela.

Inicialmente, Benveniste (1989, p. 84) descreve como inerente à *instância de discurso* criada pela *enunciação* a emergência dos *índices de pessoa* (a relação eu-tu), que constitui o “eu”, quem enuncia, e o “tu”, *alocutário*.

Do mesmo modo, também são fundados pela *enunciação* os *índices de ostensão* “termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo”. Sendo assim, os pronomes pessoais e demonstrativos, diferentemente das demais formas nominais, não se referem a um conceito específico, mas nascem na *enunciação* e cada vez designam algo novo (BENVENISTE 1989, p. 84-85).

Também surgem da *enunciação* as formas temporais, que são determinadas em relação ao “*EGO*, centro da *enunciação*”. Desse modo, os tempos verbais cuja forma axial, o ‘presente’, coincide com o momento da *enunciação*, fazem parte deste aparelho necessário.” (BENVENISTE, 1989, p. 85-6). Esse presente constitui um ponto de partida:

O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à *enunciação*, que se renova a cada produção de discurso, e partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, imprime na consciência o sentimento de uma continuidade que denominamos “tempo”; continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da *enunciação*, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais (BENVENISTE, 1989, p. 86, grifo do autor).

Diferentemente das entidades com estatuto pleno e permanente na língua, as *categorias de pessoa, ostensão e tempo* só existem em relação ao *aqui-agora* do locutor. (BENVENISTE, 1989).

Segundo Flores (2019), essas indicações são indispensáveis e universais, manifestando e singularizando o falante em todas as línguas:

O conjunto formado pelas indicações de pessoa, espaço e tempo constitui uma espécie de dispositivo, inerente a todas as línguas, que permite a inscrição do *Homo loquens* e a sua singularização. Trata-se de um sistema universal. Não se pode conceber uma língua que não o tenha. As formas específicas da *enunciação*, as categorias, estão inscritas na linguagem e é por isso que emergem nas línguas. Sem elas não haveria como o falante falar (FLORES, 2019, p. 76-7, grifo do autor).

Conforme detalhado anteriormente nesta seção, além dos *índices específicos*, necessários, a *enunciação* também fornece as condições para que o *locutor* se sirva da *língua* para “influenciar o comportamento do alocutário”, o que Benveniste descreve como os *procedimentos acessórios*.

Além disso, a condição de diálogo também é uma característica da *enunciação*:

O que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo. Esta característica coloca necessariamente o que se pode denominar o *quadro figurativo* da enunciação. Como forma de discurso, a enunciação coloca duas “figuras” igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação. É a estrutura do *diálogo*. Duas figuras na posição de parceiros são alternativamente protagonistas da enunciação. Este quadro é dado necessariamente com a definição da enunciação (BENVENISTE, 1989, p. 87, grifos do autor).

Depois da apresentação do *quadro figurativo da enunciação*, a fim de problematizar os limites da própria *enunciação* e do *diálogo* que a constitui, Benveniste (1989, p. 87-8) contrasta dois exemplos: o *hain-teny* dos Merinas – uma disputa de citação de provérbios – e um monólogo. Tal análise o faz concluir que, embora tenha muita aparência de *diálogo* – por contar com duas pessoas que batalham entre si, citando provérbios opostos –, essa disputa não faz nenhuma referência ao objeto do debate, sendo assim, não é *diálogo* tampouco *enunciação*. Já o monólogo, embora não pareça, tem toda a validade de um *diálogo*, sendo classificado como um “diálogo interiorizado”, que se origina da *enunciação*, já que supõe a interação alternada de um “eu locutor” e do “eu ouvinte”. Exemplo disso ocorre quando, em um monólogo, o *locutor* faz perguntas e afirmações a ele mesmo, do tipo “Eu já disse isso?”, “Será que estou ficando louco?”, “Você não está falando sério!”.

Outra variedade comunicativa que caracteriza a *enunciação*, mas que se coloca no limite do *diálogo* é o que Malinowski³² classifica como *comunhão fática*, fenômeno psicossocial com função linguística, no qual o discurso, em forma de diálogo, ocorre apenas pela troca de palavras com a finalidade de socializar. Uma palavra de cortesia, comentários sobre o tempo, sobre a saúde, ou um simples bate-papo podem caracterizar a *comunhão fática*, que Benveniste situa como:

[...] o limite do “diálogo”. Uma relação pessoal criada, mantida, por uma forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização, não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, pura

³² MALINOWSKI, B. *The Meaning of meaning*. Disponível em: <http://s-f-walker.org.uk/pubsebooks/pdfs/ogden-richards-meaning-all.pdf>. Acesso em 17 nov. 2019.

enunciação de palavras combinadas, repetidas por cada um dos enunciadores (1989, p. 90, grifo do autor).

Segundo resumem Flores e Teixeira (2013), Benveniste pontua com esses exemplos que o *hain-teny* tem aparência e forma de um *diálogo*, mas não tem o *quadro figurativo*, o *sentido*. Já o monólogo, embora não tenha aparência de *diálogo*, tem o *quadro figurativo*, o *sentido*. Por fim, a *comunhão fática* é posta no limite do diálogo.

Essa conclusão é pertinente para explicitar o quanto o *quadro figurativo da enunciação*, que prevê a existência de um “eu” e um “tu”, que se alternam no *discurso*, é determinante para caracterizar o *ato enunciativo*, posto que é necessário que ambos participantes sejam, de fato, *locutores* que se apropriam da língua para validarem a *enunciação* como *diálogo*. Nesse caso, independentemente de haver duas “figuras” trocando palavras, caso o *sentido* não se origine do *ato de enunciar* dos *locutores*, não se pode caracterizá-lo como *enunciação*.

Esse *quadro formal* descrito por Benveniste no artigo “O aparelho formal da enunciação” parece ser concebido pelo autor como um ponto de partida para os estudos enunciativos, mas não o seu fim, conforme pode-se observar pelo o que ele propõe no encerramento do artigo:

Ter-se-ia que considerar as alterações lexicais que a enunciação determina, a fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da “oralidade”. Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui (BENVENISTE, 1989, p. 90, grifo do autor).

Esses desdobramentos sugeridos por Benveniste são considerados neste estudo, que parte da rede de conceitos benvenistiana, que culmina com a descrição do *quadro formal* proposto pelo “O aparelho formal da enunciação”, mas faz um deslocamento ao tratar da *enunciação escrita* sob a perspectiva de quem enuncia.

Conforme Silva (2018, p. 428-9), a perspectiva enunciativa benvenistiana do estudo do *discurso* propõe “buscar os ‘vestígios’ nos modos como cada locutor integra forma e sentido para colocar a língua em emprego em discursos presentes nas distintas práticas sociais”. Nesse sentido, a própria análise dos “vestígios” tem caráter singular, na medida que também se constitui como um ato enunciativo.

Do mesmo modo, Toldo e Valério (2016, p. 44) consideram que “analisar um texto com base na enunciação é produzir um novo texto”, já que consiste em um processo de interpretação,

que busca “a associação entre os elementos da enunciação e o fato de o locutor ter dito o que disse, na época/tempo que disse”.

Diante disso, com base nos estudos benvenistianos apresentados, esta pesquisa se propõe a elaborar critérios singulares para a análise do *corpus*, abordando cada *discurso* na sua individualidade, conforme requer o viés enunciativo.

É importante ressaltar que as formas e funções apresentadas por Benveniste – tanto *índices específicos* quanto *procedimentos acessórios* –, segundo Silva (2018), não são os únicos caminhos para revelar a presença do *locutor* no *discurso* dada a singularidade da *enunciação*:

Essas formas e funções são os modos mais aparentes de presença do locutor em sua enunciação, no entanto, as demais formas e procedimentos que o locutor atualiza e engendra em seu discurso fazem com que cada texto seja a atualização de um aparelho formal próprio e singular em um tempo e espaço específicos, fato que atesta o caráter de singularidade de cada texto, concebido como ato enunciativo, ainda que a língua, atualizada no discurso, seja produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade (SILVA, 2018, p. 428).

Teixeira e Mello (2013) também destacam que o analista da linguagem deve ampliar seu olhar depois da leitura de “O aparelho formal da enunciação”, não se restringindo às relações de *pessoa, tempo e espaço*.

Após a leitura de *O aparelho formal da enunciação* (1989b), o olhar do analista da linguagem não pode mais focalizar somente as relações de pessoa, tempo e espaço, restringindo seu estudo às marcas linguísticas dessas categorias. A partir do pressuposto de que toda a língua está submetida à enunciação, devem também ser focalizados os *procedimentos acessórios* mencionados por Benveniste, que se referem a quaisquer expedientes morfológicos, lexicais ou sintáticos de que se vale o locutor para influenciar seu alocutário (TEIXEIRA; MELLO, 2013, p. 13-14, grifo das autoras).

Entre esses *expedientes*, dos quais o *locutor* utiliza para influenciar seu *alocutário*, as autoras propõem, por exemplo, o aposto, como marca dessa relação intersubjetiva (TEIXEIRA; MELLO, 2013).

De acordo com Flores (2018), seguindo caminho metodológico de estudo que Benveniste apresenta em “O aparelho formal da enunciação”, para fazer uma análise enunciativa, o linguista deve partir do *ato enunciativo*, considerar a situação em que se dá esse ato e descrever os recursos linguísticos que o tornaram possível.

Em vista disso, considerando como ocorre a *enunciação* e todos os elementos linguísticos e referenciais que ela mobiliza, a análise feita neste estudo levará em conta as especificidades do *corpus* selecionado, as definições do *quadro enunciativo* trazidas por Benveniste e como essa relação entre *língua* e *locutor* deixará marcas de *subjetividade* no *discurso*.

Também se está ciente de que o fato de Benveniste apresentar e reformular importantes definições acerca da emergência da *subjetividade* pela *enunciação* não significa que ele tenha concluído e esgotado um modelo de análise *enunciativa*, indício disso é o próprio encerramento tanto do artigo “Da subjetividade na linguagem³³” quanto de “O Aparelho Formal da Enunciação³⁴”, que convidam a novas possibilidades de análise, partindo das noções neles formuladas.

Ainda, embora os estudos enunciativos de Benveniste – aqui estão inclusos somente aqueles que compõem os dois volumes de *Problemas de Linguística Geral* e os que dele derivam – mencionem a necessidade de não confundir a referência à *instância de discurso* com a *referência objetiva* à realidade, principalmente ao tratarem de *formas plenas* e *formas preenchidas pela enunciação*, convocam o analista a estar atento ao modo como o *locutor* mobiliza a *língua* para influenciar o *alocutário*, e às marcas de *subjetividade* que emanam dessa relação.

Nesse sentido, a perspectiva benvenistiana autoriza propor a análise de alguns termos que se considera de ordem *subjetiva* por estabelecerem uma relação de influência do *locutor* no *alocutário*, mas que não chegaram a ser exemplificados no referencial abordado. Todavia, busca-se coerência com relação ao *quadro formal enunciativo* trazido por Benveniste, no que se refere à ligação entre o *locutor*, o *alocutário* e a *língua* na passagem para *relação intersubjetiva* e *discurso*, por meio da *enunciação*.

Por fim, destaca-se que, diante da revisão da *Teoria Enunciativa* benvenistiana, a partir dos *Problemas de Linguística Geral*, alguns conceitos se mostraram importantes na elaboração de critérios para a análise enunciativa desta pesquisa, tais como: *intersubjetividade*, *categoria de pessoa*, *categoria de ostensão*, *categoria de tempo*, *verbos que equivalem a um ato convencionalizado socialmente* e *verbos subjetivos que acompanham asserções*.

³³ “Muitas noções na linguística e, talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecermos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de *intersubjetividade*, única que torna possível a comunicação lingüística” (BENVENISTE, 1995, p. 293, grifo do autor).

³⁴ “Amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui” (BENVENISTE, 1989, p. 90).

3 EDITORIAL

Este capítulo descreverá a abordagem que os manuais de redação dos três principais jornais do Brasil – *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* – trazem com relação ao discurso jornalístico, ao editorial e ao papel do sujeito que enuncia, com ênfase na função desse gênero jornalístico e nas orientações que se referem às escolhas linguísticas do profissional e os efeitos no *discurso*. Destacará também alguns aspectos da legislação brasileira relacionada à expressão na imprensa escrita em período de campanha eleitoral e as recomendações e análises dos próprios jornais acerca de suas coberturas.

3.1 O PAPEL DE QUEM ENUNCIA E O EDITORIAL NOS MANUAIS DE REDAÇÃO

Nesta seção serão descritas as principais características e organização dos três manuais de redação dos jornais que compõem o *corpus* desta pesquisa. Além disso, analisar-se-á como é caracterizado o discurso jornalístico, o editorial e a relação entre o sujeito que escreve, suas escolhas linguísticas e os efeitos delas no *discurso*.

Essa abordagem tem o objetivo de conhecer a função à qual se propõe cada um dos manuais de redação e que orientações eles trazem sobre o discurso jornalístico, o gênero editorial e o espaço dele no jornal. Outro aspecto importante a ser considerado, tanto nos princípios editoriais quanto na prescrição de condutas procedimentais, é de que forma os manuais identificam e classificam a *objetividade* e a *subjetividade* no *discurso* e suas marcas linguísticas.

3.1.1 Manual da redação do jornal *Folha de São Paulo*

A quinta edição do *Manual da Redação* do jornal *Folha de São Paulo*, lançada em fevereiro de 2018, contém as normas e recomendações que orientam o trabalho dos jornalistas. A publicação é uma proposta que incorpora alguns elementos das versões anteriores, mas difere em pontos essenciais das demais edições, lançadas em 2001, 1992, 1987 e 1984 (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018).

Uma das características que foram mantidas é a apresentação de uma concepção de jornal, com princípios e compromissos, que oferece aos leitores a possibilidade de fiscalizar sua execução. No entanto, a versão mais recente inova ao guiar-se pela flexibilização progressiva de parte das

normas e considerar algumas transformações advindas da *internet*, trazendo, pela primeira vez, por exemplo, uma seção dedicada ao comportamento do jornalista nas redes sociais (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018).

Com relação à função atribuída ao manual pelos editores da publicação, destacam-se a tarefa de sanar dúvidas frequentes de profissionais do jornalismo, indicar procedimentos e consolidar práticas, com ênfase na reafirmação dos valores que consideram característicos da área. Ainda, na introdução da obra, é destacado o sucesso que as publicações fazem no papel de guia linguístico para profissionais das mais diversas áreas (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018).

Contando com 486 páginas, o manual está dividido em quatro partes: “Folha”, “Atuação jornalística”, “Texto” e “Anexos temáticos”. A edição traz também um conteúdo extra, intitulado “Errei, mas quem não erramos”, o qual dedica seis páginas para retificações, de grafia ou de interpretação, que são publicadas na seção de erratas do jornal.

A primeira parte apresenta os “Princípios Editoriais”, compostos por 12 tópicos de ações a serem seguidas pela equipe; o “Projeto Editorial da Folha”, com diretrizes jornalísticas e a história e estrutura organizacional do *Grupo Folha*.

Dentre os “Princípios Editoriais” da *Folha de São Paulo*, cabe destacar, inicialmente, a expressão de seu compromisso com a difusão de informações confiáveis e de opiniões qualificadas para o “exercício da cidadania e desenvolvimento das ideias e da sociedade” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 13). A seguir serão apresentados alguns tópicos que dizem respeito à atuação do jornalista e sua posição diante da linguagem:

[...] 5. Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores; [...] 8. Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão; [...] 10. Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 13-14).

Nesses tópicos, chama atenção a convocação dos jornalistas para realizarem o jornalismo crítico, sem que se deixem levar por convicções ideológicas em suas ações. Também se observa a pontuação de espaços diferenciados para o conteúdo noticioso e opinativo, o que pode ser interpretado como uma separação expressa de noticiário e opinião, seção na qual se inclui o editorial.

Já o “Projeto Editorial” tem como função analisar o ambiente em que o jornal atua e atualizar suas diretrizes jornalísticas. Para isso, em documento também divulgado, na íntegra, na edição de 30 de março de 2017, “destaca a relevância do jornalismo profissional para manter nítida a distinção entre notícia e falsidade, argumenta que veículos pautados pelo diálogo pluralista fazem contraponto à intolerância que assola as redes sociais”, além disso “reconhece uma demanda mal atendida por informações proveitosas e inspiradoras, sem prejuízo da prioridade dada a enfoques críticos e à busca do conteúdo exclusivo” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 15).

O projeto também define o objetivo do jornal como sendo “o de condensar o que ocorre de relevante para um público interessado em informação, opinião e análise” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 18).

Nessa seção, é importante ressaltar o que diz o manual sobre a *objetividade*:

Embora a objetividade descritiva seja inalcançável como valor absoluto, procedimentos consagrados de apuração e redação aplicam o distanciamento crítico e tornam as descrições dos eventos tão exatas quanto possível. Procurando manter-se equidistante das diferentes forças em atuação num dado cenário e disposto a ouvi-las e expressá-las, o jornalista profissional confirma a veracidade dos fatos, aponta conexões entre eles e estabelece uma hierarquia noticiosa (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 16).

Ainda que se possa supor que essa orientação é mais voltada ao conteúdo noticioso, também interessa a esta pesquisa descrever ações que o manual considera adequadas ao trabalho do jornalista. Nesse sentido, destaca-se uma relativização da *objetividade* quando se afirma que ela não pode ser alcançada por quem escreve como um valor absoluto, mas relacionada a um distanciamento que o profissional deve ter diante dos eventos e ao expressar aquilo que apura.

Esse distanciamento, no entanto, está mais próximo de representar uma tentativa de isenção, sem desconsiderar totalmente a análise crítica, já que o manual é enfático ao classificar o jornalismo que se propõe a fazer como sendo “um registro crítico, apartidário e pluralista” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 22).

Fora a isenção já mencionada, que engloba o registro crítico e apartidário, a pluralidade que é frequente nos princípios do jornal é exemplificada pelo conjunto de opiniões de seus colunistas e pela própria expressão crítica do editorial.

A diversidade se manifesta também no amplo espectro ideológico do corpo de colunistas, que abriga as correntes de opinião mais representativas da sociedade e faz da **Folha** um desaguadouro natural de ideias e posições em conflito. O fato de contar com um espectro

denso e variado de opiniões assinadas não exige o jornal de emitir a sua própria sobre os temas mais relevantes, mas as posições que assume não tutelam a cobertura noticiosa (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 22, grifo do autor).

Observa-se, mais uma vez, a preocupação em separar o que é noticioso daquilo que é opinativo, buscando demonstrar uma postura independente do jornal tanto quando faz notícia como quando expressa sua visão crítica e opinativa dos fatos.

O capítulo “Atuação Jornalística” divide-se em duas seções: “Conduta” e “Prática”. Na primeira, são trazidos princípios éticos com recomendações exemplificadas por ações consideradas adequadas ou inadequadas na rotina jornalística, além de uma lista de palavras e expressões que devem ser empregadas com cuidado no texto para não comprometer a credibilidade do jornal, credibilidade essa que, segundo o manual, é frequentemente ameaçada por “conflitos de interesses, militância política e ideológica, falta de transparência na apuração, relações pouco profissionais com fontes, uso de expressões incorretas ou imprecisas e abordagens equivocadas, lenientes ou sensacionalistas” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 43).

Também é mencionada com destaque a proibição de militância política da equipe jornalística durante o desempenho das funções. Conforme o manual: “é natural que o jornalista tenha suas opiniões e preferências, mas o ativismo pode torná-lo vulnerável a paixões e acusações justificadas de parcialidade” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 48).

Esse cuidado dedicado a reforçar o “apartidarismo” do jornal figura ainda no trecho que trata exclusivamente do comportamento do jornalista nas redes sociais, privando o profissional de expressar suas preferências partidárias e futebolísticas, por exemplo, em nome da manutenção dos princípios editoriais da *Folha de São Paulo* (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018).

Em uma menção mais claramente restritiva, intitulada “O profissional da Folha não pode”, é importante destacar um dos tópicos que proíbe a equipe de “emitir juízos que comprometam a independência ou prejudiquem a reputação, a isenção ou a linha editorial da **Folha** ou de seus jornalistas” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 53, grifo do autor).

Na seção “Prática”, são orientados procedimentos de trabalho para a atuação jornalística, baseados nos “Princípios Editoriais” da *Folha de São Paulo*. O espaço também apresenta uma lista de termos relacionados a ações que se esperam do jornalista durante sua jornada de trabalho.

A seção é composta por um passo a passo da apuração e escrita do jornalista, do qual ressalta-se o trecho que caracteriza o *discurso* jornalístico:

Todo jornalista, ao elaborar um texto, deve ter como objetivos oferecer informações com exatidão, clareza, concisão e didatismo e prender a atenção do leitor até o último parágrafo [...] Espera-se que o jornalista conheça a gramática e encontre a linha de equilíbrio entre o tom formal e o coloquial adequado a cada situação. Recomenda-se parcimônia no uso de recursos estilísticos inusuais, que devem servir a uma exposição atraente dos fatos, não a aventuras pseudoliterárias (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 73).

Ainda nessa seção, o sentido do *discurso* é abordado nas orientações que se referem ao uso de adjetivos e à organização da escrita: “Recomenda-se cuidado ao usar *adjetivos*, pois eles muitas vezes expressam juízos de valor [...] A falta de *clareza* pode resultar da má escolha de palavras, de falhas na construção sintática, da falta de *coerência* e da *ambiguidade* de uma passagem” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 74, grifos do autor).

O manual traz ainda diversas outras orientações sobre a revisão e criticidade com relação ao próprio texto, mesmo depois da publicação, mencionando também a importância da criatividade e didatismo ao se relacionar com o leitor, o qual, segundo o manual, “é o principal interlocutor do jornalista” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p.55).

Cabe destacar neste ponto que o manual reconhece a existência de uma relação *intersubjetiva* nos termos que descreve Benveniste, conforme abordado no capítulo 2, na qual quem enuncia o faz considerando a presença de um *alocutário* que deve ser tomado como parte necessária da *enunciação*. Também demonstra que deve haver uma ação do *enunciador* em relação ao seu *alocutário*, caracterizada pelo manual como didática e criativa.

Na lista de verbetes que compõe a seção “Prática”, chamam atenção dois trechos entre as recomendações direcionadas a colunistas e blogueiros que escrevem para o jornal. A primeira delas orienta que se evite o plural majestático³⁵ e a segunda ensina que o jornalista deve se dirigir ao leitor no singular – “veja leitor” em vez de “vejam leitores”, por exemplo. (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, 86).

Essas recomendações remetem a duas questões importantes para este estudo: a marca de primeira pessoa (eu/nós), que deve ser evitada segundo o manual; e, mais uma vez, o reconhecimento da relação *intersubjetiva*, ao considerar a possibilidade de dirigir-se ao leitor.

Outro verbebo que está no foco desta análise é o que traz a definição de editorial:

³⁵ Para Benveniste (1995, p. 258, grifos do autor), que embasa este estudo, esse plural consiste em “um ‘eu’ *dilatado* além da pessoa estrita, ao mesmo tempo acrescido de contornos vagos [...] o ‘eu’ se amplifica por meio de ‘nós’ numa pessoa mais maciça, mais solene e menos definida; é o ‘nós’ de majestade.” Ou seja, quando se emprega “nós” para dar um tom mais genérico e solene ao *discurso* em vez de enunciar em primeira pessoa (eu).

EDITORIAL Texto não assinado que expressa a opinião de um veículo de comunicação. Na **Folha**, as posições veiculadas diariamente refletem discussões internas sedimentadas ao longo de décadas. Entre os princípios que o jornal defende estão: democracia, Estado de Direito, liberdade de expressão, direitos humanos, transparência no setor público, livre-iniciativa, economia de mercado com atuação estatal para corrigir desequilíbrios, liberdades individuais nas relações privadas, multilateralismo nas relações privadas, multilateralismo nas relações internacionais, autodeterminação dos povos e solução pacífica de conflitos. Essas convicções funcionam como balizas para a formação de juízo sobre situações específicas. Uma vez publicado, o conteúdo vira referência para editoriais futuros. A editoria de Opinião reúne profissionais encarregados de formular editoriais e deve assegurar a coerência das opiniões do jornal, bem como atualizá-las quando necessário. Nada impede que a **Folha** mude de posição, mas, nesse caso, deve explicar os motivos com clareza. Na **Folha**, os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem. O jornal estimula a publicação de artigos de opinião e colunas que divirjam de seus editoriais (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 93, grifos do autor).

O manual traz a descrição tradicional do editorial, cuja função é expressar a opinião de um veículo de comunicação. Cabe destacar que o conteúdo dessa seção é conduzido por princípios pré-definidos, aos quais o enunciador do *discurso* deve estar atento, já que os editoriais publicados são referências para os que virão a ser produzidos. A *Folha* parece estar disposta a mudar ou atualizar seu posicionamento – o que pode, inclusive, ser proposto pela equipe responsável pela opinião –, porém, ao que consta, a condição é que se justifique a mudança com “clareza”.

Essa necessidade de justificativa clara para “desamarrar-se” dos princípios do jornal pode desencorajar muitos profissionais a buscarem novas visões ou até mesmo de exporem suas próprias opiniões acerca de determinados assuntos. No entanto, como a função da seção é expressar a opinião da *Folha*, parece que essa é uma medida que visa a condicionar os editorialistas a serem coerentes com um discurso institucional, que busca se tornar cada vez mais sólido e reconhecido no meio jornalístico.

Outra observação a ser considerada é uma flexibilização da relação entre noticiário e opinião. Embora o manual seja enfático ao afirmar que o editorial não determina o conteúdo noticioso do jornal, convida a equipe jornalística a ficar atenta a temas que aparecem com frequência nessa seção, os quais devem ser abordados em reportagem. Isso também denota certo grau de importância que esse espaço tem, sendo considerado de leitura obrigatória pela equipe.

Ainda na lista de verbetes da seção “Prática”, encontra-se outra consideração relevante ao propósito desta pesquisa, a que se refere à objetividade:

Não existe objetividade absoluta. Ao escolher um assunto, redigir e editar um texto, o jornalista toma decisões subjetivas, influenciadas por suas convicções pessoais, hábitos e emoções. Isso, porém, não o exime da obrigação de tentar ser o mais objetivo possível. As diretrizes expostas neste “Manual” têm a finalidade de ajudar o profissional de imprensa a relatar os fatos com exatidão e distanciamento (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 109).

Nessa descrição, o manual reconhece certa dificuldade no que tange ao distanciamento do jornalista diante do *discurso*, principalmente por admitir que este está vinculado a decisões, linguísticas ou de conteúdo, intrinsecamente ligadas à *subjetividade* de quem escreve. No entanto, quando a publicação orienta que o profissional seja “o mais objetivo possível”, levanta a possibilidade de haver níveis de *objetividade*, que podem ser alcançados pela habilidade técnica e cognitiva de quem escreve, ao se munir de referências, que incluem as recomendações do próprio manual.

A possibilidade de que o jornalista se distancie totalmente do seu *discurso* não vêm ao encontro da análise linguística baseada em Benveniste (1989; 1995), conforme foi visto no capítulo 2, que demonstra a existência de *índices específicos necessários à enunciação* que relacionam o *discurso* a quem enuncia. No entanto, demonstra orientar uma ação consciente do *enunciador* de que deve mobilizar a *língua* de modo a não expressar sua *subjetividade* quando possível.

Tratando do discurso jornalístico, a terceira parte do manual é dividida em três tópicos: “Estilo”, “Língua Portuguesa” e “Padronização”. No primeiro, estão algumas diretrizes de estilo para aprimorar a escrita jornalística, organizadas por entradas em ordem alfabética. A seção seguinte, também disposta em ordem alfabética, reúne as principais normas gramaticais, que costumam gerar dúvidas em quem escreve e resultam em erros publicados no jornal. Por fim, na “Padronização” estão listadas convenções adotadas pela *Folha de São Paulo* que buscam assegurar a identidade do jornal.

Com relação ao estilo no discurso jornalístico, em linhas gerais, o manual defende que ele se constitua a partir das escolhas feitas por quem está escrevendo. Porém, não considera essa liberdade absoluta, já que é preciso observar alguns elementos pouco passíveis de mudança, como a gramática e alguns princípios do jornalismo, entre os quais a “clareza, precisão, síntese e objetividade” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 124).

Sendo assim, o manual admite que a tarefa de escrever seguindo esses princípios exige conhecimento e esforço e para isso propõe algumas diretrizes, as quais orientam que não sejam

encaradas como normas absolutas, mas como uma referência para o aprimoramento do texto (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018).

A primeira questão que chama atenção na seção “Estilo” é o reforço à cautela com o uso de adjetivos que expressem “juízo de valor, dado seu caráter subjetivo”. Essa menção já havia sido feita no capítulo “Atuação Jornalística”, na seção “Prática”. O manual também orienta que sejam evitados aqueles que denotem imprecisão ou redundância. O cuidado se estende ainda aos advérbios que tendem a ser opinativos, tais como *certamente*, *evidentemente*, *efetivamente*, *definitivamente*, *absolutamente*, ou que sejam dispensáveis por repetirem um sentido que já está no termo que acompanham. “Em *totalmente desnecessário*, por exemplo, *totalmente* é desnecessário” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 125-26).

Essa atenção frequente ao sentido das palavras demonstra uma preocupação com a imprecisão ou falta de clareza do *discurso* jornalístico e com a expressão involuntária da opinião de quem escreve, simplesmente pelo uso inadequado de alguns termos. Também nos remete aos *procedimentos acessórios* descritos por Benveniste (1989), abordados na seção 2.5, que surgem das escolhas que o *enunciador* faz para influenciar seu *alocutário*.

Embora não descarte a possibilidade de haver análise dos fatos por parte de quem escreve em todas as editorias, o manual reforça que o espaço para a opinião está restrito aos artigos, colunas, crônicas e editorial. A seção “Estilo” também traz uma descrição do estilo do editorial:

EDITORIAL Na **Folha**, seu estilo deve ser ao mesmo tempo incisivo e elegante, com registro mais formal que o das reportagens, mas sem incidir em linguagem empolada. Espera-se que apresente a questão de forma concisa e equilibrada, desenvolva argumentos defendidos pelo jornal, refute opiniões opostas e chegue a uma conclusão. (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 137, grifos do autor).

Sendo assim, o estilo peculiar do editorial já convoca novamente a habilidade linguística do editorialista, que deve escrever de maneira mais elaborada do que o repórter, mas, ao mesmo tempo, também deve primar pela clareza, equilíbrio, concisão e pelos princípios previamente definidos pelo jornal, a fim de defender e refutar opiniões de forma coerente em nome do veículo de comunicação.

Voltando a falar sobre os espaços do jornal nos quais não é permitida a emissão de opinião, o manual traz algumas formas linguísticas que podem comprometer a isenção do texto jornalístico. Entre elas, destaca-se o cuidado no uso dos verbos modalizadores e declarativos:

Ao relatar declarações, evite o emprego de verbos modalizadores, que podem revelar julgamentos, opiniões ou pontos de vista do enunciador sobre o que escreve. Use verbos de conotação neutra, como *afirmou*, *declarou*, *disse*, *perguntou*, *respondeu*, *exclamou*, *informou* (de preferência no passado). A escolha de um termo não neutro pode involuntariamente conferir caráter positivo ou negativo às declarações reproduzidas. Em algumas situações, os modalizadores podem ser úteis, mas é preciso verificar a sua acepção exata [...] Exemplos de verbos usados como declarativos que devem ser evitados: Acreditar, admitir, alegar, alertar, contar, falar, garantir, pontuar, revelar, informar. (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 154-56).

Ao reconhecer a possibilidade de os verbos declarativos e modalizadores insinuarem opinião, o manual traz uma orientação sobre as marcas subjetivas no discurso jornalístico. É importante também destacar, conforme foi abordado na seção 2.4, que Benveniste (1995) também prevê a função *subjetiva* dos verbos, tanto dos que acompanham asserções quanto daqueles que constituem um ato convencionalmente socialmente.

Outra análise pertinente é a da caracterização dos verbos “afirmar”, “declarar”, “dizer”, “perguntar”, “responder”, “exclamar” e “informar” como sendo mais “neutros” em relação aos demais, posição que se apoia na noção de sentido fixo, contrariando a noção de *enunciação*, que considera que o sentido se constitui a partir da atualização da *língua* em *discurso* a partir do *ato enunciativo*. E, mesmo que a explicação do manual seja seguida de exemplificação, entende-se que isso permite ilustrar apenas uma das inúmeras possibilidades de uso desses verbos e não a única.

Os verbos declarativos também são abordados na seção “Padronização”, na qual a orientação é ter cuidado com o uso de “acreditar”, “admitir”, “alegar”, “alertar”, “argumentar”, “assegurar”, “avaliar”, “confessar”, “explicar”, “garantir”, “justificar”, “lamentar”, “reconhecer”, “ressaltar”, “salientar”, que podem comprometer a neutralidade do texto. No entanto, o manual esclarece que essa recomendação não se aplica a situações específicas, como “em textos literários, opinativos ou marcadamente subjetivos”, nos quais podem ser empregados para “ênfase de estado de espírito ou julgamento do narrador” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 250).

Nesse sentido, percebe-se uma flexibilização das regras para textos opinativos, que é reforçada na descrição do uso do pronome possessivo “nosso”: “Use apenas ao reproduzir declaração textual. O presidente é da República, não *nosso*; a seleção é do Brasil, não *nossa*; o correspondente é da Folha, não *nosso*. Admite-se o pronome em editoriais e colunas” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 234, grifo do autor).

Além das recomendações relacionadas ao sentido das palavras, a seção “Padronização” também é composta por uma lista de convenções que foram adotadas com o objetivo de reforçar a identidade do jornal. As orientações abordam o uso de abreviaturas, grafia de palavras, uso de numerais, pontuação, aspas, jargões, maiúsculas, expressões socialmente aceitas, crédito de textos e fotos, estrangeirismos, formas de tratamento, entre outras (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 199).

Já a seção “Língua Portuguesa” apresenta recomendações de tópicos gramaticais que costumam gerar dúvida, entre os quais acentuação, homonímia, advérbios, artigos, substantivos e adjetivos, conjunções, pronomes demonstrativos, colocação pronominal, tempos e vozes verbais, formas nominais do verbo, concordância e regência verbal e nominal, crase, uso dos porquês, hífen, gentílicos e pontuação. As orientações são somente a título de revisão, pois o manual esclarece que “espera que seus profissionais conheçam a gramática da língua portuguesa” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 159).

A última parte é composta por anexos temáticos, que trazem informações básicas, de forma didática, sobre as principais áreas presentes nos jornais: “Ciência e Ambiente”, “Economia”, “Educação”, “Matemática e Estatística”, “Religiões”, “Saúde”, “Tecnologia” e “Três Poderes”.

Na seção “Anexos temáticos” não foram encontradas indicações que pudessem contribuir tanto para a caracterização do papel de quem escreve no jornal quanto do gênero editorial, sendo descrita somente para fins de conhecimento da organização do manual.

O que se observa, em geral, no *Manual da Redação da Folha de São Paulo* (2018), na edição analisada, é uma obra de referência para subsidiar a atuação de sua equipe jornalística, especialmente, mas, conforme é destacado na introdução e ao longo dos capítulos, existe uma preocupação de guiar o leitor com relação ao que esperar ao ler o jornal e também de reforçar seus princípios e a identidade linguística de seu *discurso*, inclusive no conteúdo opinativo.

No que se refere ao editorial, percebe-se certa manutenção de uma estrutura tradicional desse gênero textual, quando orienta como sendo a função desse espaço a de expressar a opinião do veículo de comunicação, com base nos argumentos defendidos por este, além de mencionar a ausência de assinatura do jornalista e a sua posição institucional e independente do noticiário.

Sobre a relação entre *língua* e *sujeito*, conforme já foi descrito, o manual prescreve ao jornalista que seja “o mais objetivo possível” e, mesmo que essa orientação não esteja direcionada aos editorialistas, especificamente, observa-se que outras recomendações indicam que eles também

são levados a não se marcarem, entre as quais destacam-se: o cuidado com o sentido dos verbos declarativos, modalizadores, adjetivos e advérbios.

Enquanto o manual prescreve que o editorialista busque a objetividade, mesmo a considerando de forma relativa, no sentido de que evite marcar-se no seu discurso, esta pesquisa demonstra, a partir da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, que é condição necessária a presença do enunciador em todo e qualquer discurso, e que ela deixa marcas linguísticas da sua *subjetividade*, inclusive em editoriais

3.1.2 Manual de redação e estilo do jornal *O Estado de São Paulo*

Lançada no ano de 1997, a terceira edição do *Manual de redação e estilo* do jornal *O Estado de São Paulo* foi organizada pelo jornalista Eduardo Martins Filho, com o objetivo de trazer um conjunto de princípios para a uniformização do texto do jornal.

O livro, que conta com 400 páginas, atualiza e amplia a edição lançada em 1990, que foi reimpressa em 1992. A principal mudança apontada é a divisão do manual em capítulos. O primeiro deles, intitulado “Normas internas e de Estilo”, apresenta um conjunto de normas gramaticais, ortográficas e regras de padronização do jornal (MARTINS FILHO, 1997).

Justificado pela complexidade do emprego adequado da crase no discurso jornalístico, o segundo capítulo, “Uso da crase”, traz regras e exemplificações de uso obrigatório, facultativo e proibido do acento grave, além de uma lista de mais de 400 locuções que costumam gerar dúvida (MARTINS FILHO, 1997).

Já o terceiro capítulo elenca, conforme refere o próprio título, “Os cem erros mais comuns”, que incluem inadequações de ortografia, prosódia, conjugação verbal, uso dos verbos impessoais, concordância e regência verbal e nominal, colocação pronominal, pronomes oblíquos, crase, os porquês, homonímia, sinonímia, pleonasmos, entre outros. No final do capítulo são eleitos os “dez erros mais graves” (MARTINS FILHO, 1997).

Uma lista, em ordem alfabética, de quase 500 palavras que geram dúvida quanto à pronúncia da sílaba tônica ou dos sons abertos e fechados das vogais compõe o quarto capítulo, “Guia de Pronúncia” (MARTINS FILHO, 1997).

Esse é seguido pelo capítulo “Escreva Certo”, no qual a preocupação é a grafia das palavras e expressões; uso do hífen; nomes próprios e geográficos; grafia adotada pelo jornal em

caso de duas formas de uma palavra; palavras aportuguesadas; e nomes de produtos e empresas nacionais ou estrangeiros. Organizada em ordem alfabética, a lista ocupa 61 páginas e é classificada pelo manual como uma fonte de consulta rápida (MARTINS FILHO, 1997).

Por fim, o manual apresenta um anexo de unidades de medidas, em formato de tabela, com dados e fórmulas para transformação de uma unidade em outra.

Conhecida a estrutura do manual a ser analisado, cabe retornar a uma parte bastante importante do projeto editorial da obra, que é a “Apresentação”, assinada pelo então diretor de redação Alúzio Maranhão.

Ao destacar a expansão dos manuais de redação, que chegaram a distribuir 500 mil exemplares à época, o jornalista considera esse crescimento um “termômetro do interesse em escrever melhor, num português objetivo e correto, mas sem pedantismos”. Nesse sentido, embora ele não especifique se esse interesse é somente dos profissionais do jornalismo, observa-se que há uma pretensão de classificar ou tornar esse gênero uma referência de uso linguístico até mesmo ao leitor comum (MARANHÃO apud MARTINS FILHO, 1997, p. 5).

Ele também relata como surgiu o material que inspirou o projeto do manual, baseado na revisão diária que o jornalista Eduardo Martins Filho fazia dos textos publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, cujas correções eram enviadas aos editores. Cotidianamente, a equipe de redação também recebia orientações extraídas do próprio manual ou “impostas por situações novas” (MARANHÃO apud MARTINS FILHO, 1997, p. 5-6).

O próprio fato de reconhecer a necessidade de avaliar as “situações novas” impostas pelo caráter dinâmico da linguagem já demonstra uma preocupação em reavaliar constantemente as orientações repassadas à equipe jornalística, não fazendo do manual a fonte absoluta de todo o conhecimento linguístico necessário. Mesmo assim, é importante destacar o potencial que se atribuía ao jornalismo como referência linguística, o que pode ser visto na seguinte descrição constante ainda na “Apresentação”:

Hoje, fala-se e escreve-se pior que em gerações passadas. E as redações brasileiras não são nenhum oásis nesse deserto. Mas, se padecem da mesma síndrome que ataca nos exames para o vestibular e nos textos de telenovelas, as redações podem e devem se converter em sólidas trincheiras de defesa do conhecimento da língua. O Manual é uma afiada arma nessa guerra. (MARANHÃO apud MARTINS FILHO, 1997, p. 6).

Além de o jornal e o próprio manual serem referências aos leitores, Maranhão também ressalta que o fato de enfrentar o início de uma revolução tecnológica, que mudaria a forma de se comunicar, fez com que os meios de comunicação impressos buscassem, na época, constante atualização, inclusive no que se refere à linguagem.

Tudo, como a linguagem, está em constante evolução. Cada vez se tem menos tempo para a leitura, imperativo que fundamenta várias reformas em jornais baseados no farto uso de ilustrações e no encurtamento do texto. É visível, nas duas últimas décadas, a tendência ao emprego parcimonioso de longos parágrafos, de frases intermináveis., verdadeiro teste de fôlego para quem se dispõe a praticar leitura em voz alta. O jornalismo está ficando mais objetivo, os textos, mais diretos e, por isso mesmo, se torna fundamental o bom manejo da língua (MARANHÃO apud MARTINS FILHO, 1997, p. 7).

Mais uma vez, observa-se a expressão do caráter dinâmico da linguagem, o que pode indicar que existe uma preocupação constante com a adequação linguística na atuação jornalística, além do reconhecimento da importância de saber usar a língua tanto para quem escreve quanto para quem lê, já que o manual também foi produzido de modo que pessoas leigas na área possam fazer uso para sanar dúvidas.

Outra pretensão expressa na “Apresentação” do livro é a de auxiliar no ensino de português nas escolas e democratizar de forma eficiente a informação. Tudo isso seguindo a tendência de mudança motivada pelas inovações tecnológicas surgidas na época, conforme adianta o jornalista: “Os ventos que empurram o jornalismo para novas fórmulas de edição também varrem regras estabelecidas em outras atividades” (MARANHÃO apud MARTINS FILHO, 1997, p. 7).

A função da “Apresentação” do manual é a de demonstrar como surgiu a ideia e qual o papel dessa publicação no mercado editorial. Feita essa observação, importante para compreender o restante do livro, serão analisados trechos dos capítulos que podem revelar qual a orientação aos jornalistas com relação à *subjetividade* ou à *objetividade* em seus textos e a descrição do editorial como gênero jornalístico, além de recomendações sobre o papel do profissional ao escrever.

O capítulo “Normas internas e de estilo” aborda questões gramaticais que costumam ser motivo de dúvida dos leitores em geral. Porém, fica evidente uma preocupação maior com a uniformização do texto do jornal, além de serem citadas questões de estilo consideradas essenciais para a produção de um texto “elegante e correto”. Essas recomendações são classificadas como “um alerta para formas pobres ou viciosas de redação, para redundâncias comprometedoras, para modismos absolutamente descartáveis” (MARTINS FILHO, 1997, p. 14).

Com relação ao jornalismo, o objetivo expresso na introdução do primeiro capítulo é de expor a “filosofia editorial” do jornal e trazer exemplos de modo que o profissional que escreve “saiba o que deve ou não fazer” (MARTINS FILHO, 1997, p. 14).

Cabe observar o caráter prescritivo que se evidencia nesse trecho, em que o manual admite a intenção de ser um guia para o jornalista, orientando sobre o que ele “deve ou não fazer” em relação a questões fundamentais da área. As prescrições que compõem o restante do capítulo, que conta com 292 páginas, estão organizadas em duas partes: “Instruções Gerais” e “Instruções Específicas”. As primeiras mostram-se mais voltadas a quem produz o discurso jornalístico, com indicações sobre o conteúdo a ser escrito.

Foram selecionadas algumas recomendações que mencionam qual a função do jornalista e de que modo se espera que ele escreva, atento ao sentido, evitando expor opiniões em determinadas seções do jornal. Entre elas se destaca a primeira: “Seja claro, preciso, direto, objetivo e conciso” (MARTINS FILHO, 1997, p. 15).

Observa-se que esse tipo de orientação vai ao encontro do que Benveniste (1989) postula, levando em conta o modo como o *locutor* mobiliza a *língua* para influenciar o seu *alocutário*, conforme detalhado na seção 2.5, tendo em vista que o *enunciador* pode tomar essas recomendações observando como esses conceitos (clareza, precisão, objetividade e concisão) são válidos para seu *alocutário*. Isso pode levá-lo, por exemplo, a considerar a necessidade de uma explicação mais detalhada ou mais sucinta de determinados termos, influenciando até mesmo as escolhas lexicais que faz.

Embora se saiba que essa orientação esteja voltada a todos aqueles que escrevem, no decorrer das demais observações, percebe-se que esse texto “direto” e “objetivo” é uma característica primordialmente recomendada ao noticiário.

Outra questão abordada diz respeito à função do profissional em relação ao seu público. Segundo o manual, “o jornalista funciona como intermediário entre o fato ou fonte de informação e o leitor” (MARTINS FILHO, 1997, p. 16). Nesse sentido, observa-se que caberia a ele o papel de interpretar muitas das informações que recebe, o que indica a possibilidade de haver *subjetividade* até mesmo na simples escolha do enfoque a ser abordado em determinado assunto ou de cada termo que compõe o seu discurso.

É possível relacionar essa constatação a uma das proposições fundamentais da teoria de Benveniste (1995), que considera que o homem só atinge a realidade por meio da linguagem. Neste

caso, cabe ao *enunciador*, a partir do modo como mobiliza a *língua*, atingir seu *alocutário* e colocá-lo em contato com a sua realidade.

Voltando às orientações do manual, destaca-se o alerta para evitar afirmações “definitivas”, sob a justificativa de que podem tentar “impor a todos uma verdade no mínimo passível de discussões, ou que ultrapasse os limites do razoável” (MARTINS FILHO, 1997, p. 122).

Observa-se, assim, que existe uma preocupação em garantir ao *alocutário* o direito de avaliar as informações publicadas pelo jornal, sem que sejam fruto do exagero ou da interpretação ampliada de quem escreve, o que demonstra zelo pela isenção do jornalista diante dos fatos, mas desconsidera o caráter relativo do que se conceitua como “definitivas”.

Considerando essa possibilidade de expressão de opinião ou *subjetividade* por parte de quem escreve, o manual também recomenda atenção ao uso das palavras, tanto no que se refere ao emprego de “expressões de valor absoluto ou muito enfático”, grupo no qual se enquadrariam os adjetivos em geral e os superlativos, quanto em relação a alguns verbos que são classificados como fortes, em razão do sentido (MARTINS FILHO, 1997, p. 16-17).

Ainda sobre os adjetivos, uma das recomendações do manual esclarece que o uso dessa classe de palavras em textos noticiosos deve ser exclusivo para limitar um fato, ou seja, dar características restritivas que são importantes para a compreensão da notícia. Em contrapartida, orienta a evitar “aqueles que envolvam avaliação ou encerrem carga elevada de subjetividade”, já que esses podem poluir o texto com elementos qualificativos. Reforça, também, que os “adjetivos fortes”, que dão “a idéia de que alguém tenta impingir-lhe opiniões definitivas sobre algo ou alguém” precisam ser evitados em qualquer tipo de texto publicado no jornal (MARTINS FILHO, 1997, p. 32).

Sobre o emprego dos verbos, uma das orientações retoma a importância do sentido atribuído a eles, destacando o uso do verbo “dizer” e todas as substituições que são feitas dele no sentido declarativo. Conforme alerta o manual, uma substituição malfeita desse verbo pode acarretar três problemas principais:

- a) a **Editorialização**. O texto tende a ser opinativo, porque o repórter atribui juízos de valor às declarações do entrevistado. [...]
- b) **Artificialidade**. Alguém usa palavras como sentença, sustenta, confidencia, enfatiza, embasa, notifica e outras semelhantes?
- c) **Originalidade**. Inconscientemente, o jornalista participa de uma competição de originalidade que todos sabem onde começa, mas nunca onde vai terminar. (MARTINS FILHO, 1997, p. 100, grifos do autor).

Observa-se que é pontuada a “editorialização” como um problema do discurso noticioso, mas não se refere ao próprio editorial. Destaca-se também mais uma vez, como ocorreu na seção anterior, uma menção ao sentido subjetivo dos verbos, abordado por Benveniste (1995) e detalhado na seção 2.4.

Ainda acerca do cuidado com o sentido das palavras, os jornalistas também são orientados a desconfiar dos “sinônimos perfeitos”, já que, de acordo com o manual, “em geral, há uma palavra para definir uma situação”, e a evitar o uso de expressões coloquiais ou rebuscadas, buscando sempre adequar o texto ao universo de seus leitores (MARTINS FILHO, 1997, p. 16-17).

Essas considerações revelam o reconhecimento da relação *intersubjetiva* que se estabelece no discurso jornalístico, no qual o *enunciador* faz escolhas que devem considerar aquele para quem enuncia. Também retoma as orientações de clareza, objetividade e precisão, expressas anteriormente.

A essas características é reforçado o cuidado com a imparcialidade, que pode ser alcançada, conforme o manual, quando o jornalista organiza os fatos de modo que o leitor possa tirar suas próprias conclusões. Em contrapartida, são ressaltados os espaços específicos no jornal e situações excepcionais para a exposição de opinião.

Lembre-se de que o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais, dispensando comentários no material noticioso. As únicas exceções possíveis: textos especiais assinados, em que se permitirá ao autor manifestar seus pontos de vista, e matérias interpretativas, em que o jornalista deverá registrar versões diferentes de um mesmo fato ou conduzir a notícia segundo linhas de raciocínio definidas com base em dados fornecidos por fontes de informação não necessariamente expressas no texto (MARTINS FILHO, 1997, p. 17).

Destaca-se nessa recomendação a afirmativa de que as opiniões expostas nos editoriais são as do jornal. Conforme foi abordado no capítulo anterior, a teoria benvenistiana mostra que o *discurso* relaciona-se necessariamente com aquele que enuncia, tendo neste as referências de *pessoa, tempo e espaço*, além de considerar suas escolhas linguísticas. Desse modo, a análise deste estudo busca marcas de *subjetividade* que possam demonstrar essa relação que não se dá entre jornal e discurso jornalístico, a não ser por meio do *enunciador*.

Com relação às formas pessoais, o manual restringe o uso aos editoriais e crônicas. A exceção aos repórteres ocorre apenas quando estes forem testemunhas ou personagens de reportagens, condição que o manual classifica como excepcional (MARTINS FILHO, 1997).

A partir dos exemplos que acompanham as recomendações, é possível observar que por “formas pessoais” são entendidas as marcas do “eu” e do “nós” e o uso do pronome possessivo referente também à primeira pessoa (meu/nosso), que é sugerido também na orientação sobre impessoalidade.

Impessoalidade. A notícia deve ser redigida de forma impessoal, sem que o jornalista se inclua nela ou adote a primeira pessoa do plural em frases que a dispensam. Veja exemplos: Este é um índice pequeno “se levarmos em conta o volume de negócios. / No Brasil “temos” hoje 150 milhões de habitantes. / Há vírus que causam uma infecção latente: nunca mais “nos livramos dela”. No primeiro caso, bastaria substituir o levarmos por se se levar; no segundo, a frase seria: O Brasil tem hoje....; no terceiro, escreva simplesmente: nunca mais a pessoa se livra dela. Não confunda essa restrição com os casos, legítimos, de editoriais, artigos, anúncios, comentários e outros em que a primeira pessoa do plural pode ser usada sem maiores problemas. (MARTINS FILHO, 1997, p. 142, grifo do autor).

O conceito de *impessoalidade* está restrito à ausência da marca de primeira pessoa, desconsidera outras formas subjetivas que revelam *pessoalidade*. Quando recomenda que o jornalista não se inclua no discurso, toma essa noção na concepção superficial de que isso ocorre somente pelas marcas da pessoa verbal ou pelo pronome. As análises deste estudo buscam mostrar no *corpus* selecionado que há mais engendramentos da língua que marcam quem enuncia.

Cabe destacar, no entanto, que, diferentemente do que se esperava, o manual autoriza que haja nos editoriais espaço para marcas de *subjetividade*, tanto nas formas verbais quanto no uso de pronomes. Orientação essa que é reforçada:

Nosso. 1 – Como o noticiário deve ser impessoal, deixe a palavra apenas para editoriais, comentários, crônicas e artigos. Não use, por isso, as formas nosso país, nosso governo, nosso Estado, nossa cidade, nossos dias, nossa seleção, nosso presidente, etc. (MARTINS FILHO, 1997, p. 195, grifo do autor).

Em todas as oportunidades, o manual destaca que há opiniões a serem expressas e que isso poderá ser feito com suas devidas marcas de *pessoalidade* e *subjetividade*, porém restringe esse uso a determinados gêneros jornalísticos, entre os quais o editorial, a crônica, o artigo de opinião,

como forma de demonstrar que a restrição dessas marcas é voltada para o texto noticioso. Tal como ilustra, em parte, essa recomendação acerca das opiniões:

Opiniões. 1 - O jornal, como um todo, tem opiniões sobre os assuntos que publica e as expressa em editoriais. O noticiário, por isso, deve ser essencialmente informativo, evitando o repórter ou redator interpretar os fatos segundo sua ótica pessoal. Por interpretar os fatos entenda-se também a distorção ou condução do noticiário. [...]. Deixe esse gênero de ilação a cargo dos especialistas ou editorialistas e apenas descreva os acontecimentos (MARTINS FILHO, 1997, p. 204-205, grifo do autor).

Mais uma vez o jornal considera que são institucionais as opiniões expressas em editoriais, todavia, a flexibilização do uso de formas pessoais nesse gênero, pode indicar que o editorialista está autorizado a marcar-se e a incluir-se no seu *discurso* nessas condições, o que não é recomendado aos demais jornalistas da equipe. Tudo isso, ressalta-se, parece não ser compatível com a noção enunciativa do *discurso*, para a qual a presença do *sujeito* que enuncia é condição necessária.

É inegável que essa flexibilização da expressão da *personalidade* e da *subjetividade* em editoriais é uma informação que contraria a noção tradicional que se esperava encontrar em manuais de redação. No entanto, cabe a esta pesquisa ampliar a compreensão de marcas de *subjetividade* que, neste manual, especificamente, está restrita às marcas verbais e aos pronomes de primeira pessoa, passando brevemente pelo sentido de adjetivos e verbos e pelas escolhas que o autor do texto faz. Para isso, buscou-se embasamento na Teoria da Enunciação, de Émile Benveniste, que considera mais amplamente a relação entre o *sujeito* e as marcas que ele deixa no *discurso*.

3.1.3 Manual de redação e estilo do jornal O Globo

Organizada e editada pelo jornalista Luiz Garcia, a versão do *Manual de redação e estilo* que será analisada nesta seção é a quarta que foi disponibilizada ao público pelo jornal *O Globo*, lançada em 1992, com reedição revista e ampliada em 1999. Antes dela, houve outras edições nos anos 1960, nos anos 1970 e no final dos anos 1980. Em relação às demais versões, a proposta desta edição do manual é tratar de questões relacionadas a uma linguagem jornalística mais moderna, escrita por um profissional que é cada vez mais cobrado por sua “capacidade técnica e consciência profissional” (GARCIA, 1998, p. 9).

O conteúdo que orientou a elaboração da obra e que serviu de exemplo para as mais diversas explicações baseia-se em mais de 1.200 edições do jornal *O Globo*, que foram analisadas e das quais surgiram “as principais deficiências e áreas suscetíveis de aperfeiçoamento” no texto jornalístico” (GARCIA, 1999, p. 10).

Contando com 246 páginas, o manual é composto por cinco capítulos: “Antes de escrever”, “Estilo”, “Padrões e convenções”, “Em bom português” e “Questões éticas”. Traz também uma lista de apêndices: “Palavras perigosas”, “Acidentes de texto”, “Em outros idiomas”, “Expressões jurídicas” e “Termos de Psicanálise e Psiquiatria”.

O primeiro capítulo apresenta recomendações aos jornalistas com relação às atitudes que eles devem ter antes de começar a escrever, como a avaliação e preparação da pauta, o comportamento no contato com as fontes e a discussão acerca das informações apuradas com o editor. O foco da abordagem desse capítulo do manual é a ação do jornalista diante das informações que coleta e que irão se transformar em discurso jornalístico. Tal tópico interessa a esta pesquisa no sentido de que delinea tanto a postura que se espera do profissional que escreve quanto a sua relação com questões de ordem linguística.

Segundo o manual, a preparação do jornalista começa antes da escrita e é importante para a caracterização do discurso jornalístico, já que tal organização com a coleta de informações e abordagem adequada permite “marcar a diferença entre o texto vivo e preciso do jornalista e o relatório insosso do burocrata” (GARCIA, 1999, p. 13).

Ao longo do desenvolvimento da pauta, uma das recomendações aos profissionais do jornalismo é manterem-se atualizados com a leitura diária da edição e de outras fontes. Além disso, eles são orientados a conhecer a opinião do jornal: “Artigos e editoriais merecem atenção. O jornalista não precisa concordar com coisa alguma, mas deve conhecer a linha editorial do jornal que publica o que ele escreve” (GARCIA, 1999, p. 14).

Observa-se uma preocupação com a uniformização das abordagens, embora isso não esteja expresso, quando o jornalista é orientado a conhecer a opinião do jornal. Ao sugerir que ele esteja a par da linha editorial, pode-se estar também orientando a considerá-la nas suas coberturas jornalísticas.

No segundo capítulo, intitulado “Estilo”, são apresentadas algumas características consideradas essenciais para que o discurso jornalístico cumpra a função de informar, tais como

exatidão, clareza e concisão. Para atrair o leitor, no entanto, o manual ressalta que a atenção ao estilo quando se escreve é indispensável (GARCIA, 1999, p. 19-20).

Assim como foi visto no manual analisado na seção anterior, observa-se a recomendação de qualidades discursivas que o *enunciador* deve considerar na produção de seu *discurso* tendo em vista seu *alocutário*, com ênfase, neste caso, no estilo da escrita jornalística. Revela-se, assim, que a *intersubjetividade* é fator a ser considerado pelo *enunciador*, o qual, segundo o manual, tem a tarefa de atrair seu *alocutário*.

Embora os manuais tenham um caráter predominantemente prescritivo, o editor do *Manual de redação e estilo* do jornal *O Globo* reconhece que não há regras que possibilitem ensinar o desenvolvimento de um estilo de escrita, já que isso também depende do talento, da aptidão e das leituras de quem escreve (GARCIA, 1999).

Dessa forma, o manual afirma que o *discurso* é dependente de quem *enuncia*, uma constatação que não pode passar sem ser observada, já que a relação inseparável entre o *sujeito* e o *discurso* norteia os estudos enunciativos de Benveniste (1989, 1995), abordados no capítulo anterior e que embasam esta pesquisa.

Diante dessa impossibilidade de ensinar o estilo, as recomendações apresentadas pelo manual se propõem a auxiliar no desenvolvimento de uma habilidade, a qual, segundo o próprio manual, surge em grande parte por conta própria. Para isso, trata de temas como a informação, a linguagem, a organização das palavras e os gêneros jornalísticos.

Do mesmo modo que não há como ensinar sobre estilo em jornalismo, conforme o manual, não existem fórmulas que possam ser reproduzidas nos textos de maneira irretocável, como destaca o autor: “Quanto a receitas, um princípio vale para todas: é bom conhecê-las bem para saber desprezá-las na hora certa” (GARCIA, 1999, p. 24).

Além da simplicidade e da correção, uma riqueza que o jornalista precisa mostrar, de acordo com o manual, é o vocabulário: “Não é pedido a ninguém que tenha um dicionário na cabeça; mas exige-se de todos que conheçam o significado exato de cada termo que usarem” (GARCIA, 1999, p. 27).

Essa noção de “significado exato” afasta-se do conceito benvenistianiano da enunciação, que define o *discurso* como irrepitível, pelo fato de estar condicionado à *instância de discurso* na qual é produzido, diferente a cada vez que um *locutor* se apropria do *aparelho formal da língua* para enunciar. Sendo assim, não há significado exato, mas um significado novo a cada enunciar.

Esse trecho do manual que remete ao sentido é uma introdução para o conteúdo que segue, a respeito de como as palavras se relacionam para formar o discurso jornalístico. Inicialmente, são abordados os usos dos adjetivos e pronomes indefinidos, sobre os quais o profissional é orientado a ter cuidado com aqueles que não acrescentam informações ou são imprecisos. Também há ressalvas quanto ao emprego e substituições de verbos declarativos:

Acreditar: verbo perigoso, porque o jornalista não entra na cabeça das pessoas para ter certeza se elas acreditam mesmo ou apenas dizem que acreditam. [...] **Admitir:** tem sentido de confessar, revelar com relutância, a contragosto; é importante saber se o entrevistado admitiu espontaneamente ou em uma resposta a uma pergunta [...] **Afirmar:** sugere opinião, tomada de posição; declarar é afirmar mais solene [...] **Garantir:** dar certeza absoluta, assegurar sob palavra. Garante-se algo que é ou está; se a referência é algo que vai ser, o verbo adequado é prometer [...] **Revelar:** perigoso, porque, ao usá-lo, o jornal está coonestando afirmação de responsabilidade alheia (GARCIA, 1999, p. 41-2, grifos do autor).

Percebe-se que essa é uma recomendação presente nos três manuais de redação analisados nesta pesquisa. A preocupação com o uso dos verbos parece refletir um cuidado com o ato que está vinculado à enunciação dessas formas, seja atribuindo uma ação a outra pessoa ou ao próprio *enunciador*, como Benveniste (1995) destacou ao tratar da *subjetividade* de algumas formas verbais, abordagem que consta na seção 2.4.

Essa observação é uma amostra do papel decisivo que o jornalista tem ao enunciar. Ainda que os recursos linguísticos e as recomendações técnicas estejam à sua disposição, cabe a ele fazer escolhas adequadas ao *discurso* que se propõe produzir diante de um repertório incontável de possibilidades.

Entre as “virtudes” do texto jornalístico, o manual também elenca a capacidade de alcançar o leitor, quando recomenda que se tenha “respeito” tanto com relação à sua inteligência quanto àquilo que ele ignora. Enfim, que se construa o *discurso* considerando um determinado perfil de leitor (GARCIA, 1999, p. 28).

Nos termos que embasam esta pesquisa, cabe abrir um parêntese e destacar que essa orientação do manual demonstra que reconhece a presença de um “tu” ao qual o “eu” se dirige sempre que enuncia. Nesse sentido, mesmo no âmbito do planejamento do discurso, o jornalista é orientado a levar em conta que está fazendo parte de uma relação *intersubjetiva*, na qual se devem considerar as *pessoas* que dela participam.

De volta ao manual, ainda com relação ao estilo, são apresentadas algumas características daquilo que se classifica como um “mau texto”, entre as quais está a imprecisão, o exagero, a inadequação, a redundância e a “editorialização”, que consiste em expressar opinião em textos supostamente noticiosos (GARCIA, 1999, p. 28).

Embora seja possível observar um cuidado para que o discurso jornalístico seja adequado ao seu propósito e não carregue opinião, é importante destacar que a maior parte dessas orientações estão voltadas ao discurso noticioso e à conduta do jornalista que atua como repórter. Na descrição do estilo atribuído ao *discurso* opinativo, surgem recomendações mais flexíveis se comparadas com as já apresentadas:

Opinião – O jornal diz o que pensa em seus editoriais; articulistas e colunistas fazem o mesmo em textos assinados, e para eles a liberdade de estilo é tão grande quanto a de opinar. Mas há normas para a opinião. Deve-se evitar, com exceção de momentos muito especiais, o comentário que apenas registra pasmo, admiração ou indignação. Esses sentimentos – principalmente a indignação ante o interesse público ofendido – são importantes, mas não bastam: precisam estar apoiados em fatos e acompanhados de argumentos lógicos que conduzam a uma conclusão concreta. [...] A opinião pode ser manifestada de forma leve, irônica; ou séria, seca. Mas lhe é proibido ser pomposa. Alguns textos do jornal parecem usar roupa esporte; outros vestem terno e gravata. O editorial está quase sempre no segundo caso – mas não usa fraque, beca ou toga (GARCIA, 1999, p. 47, grifo do autor).

Observa-se, inicialmente, que o “jornal” é considerado o “sujeito” que se expressa nos editoriais, como se fosse possível desconsiderar a *subjetividade* do editorialista que escreve. Isso não foge da visão tradicional de editorial, porém, a afirmação fica mais marcada ao colocar na mesma categoria uma instituição (o jornal) e pessoas (articulistas e colunistas), separados apenas pelo fato de que estes enunciadores assinam seus discursos. Desse modo, esses gêneros compartilham a seção de opinião, a qual é conduzida por regras que destacam o bom uso do espaço para análises fundamentadas e claras, que lancem mão de um estilo mais solene do que os demais gêneros jornalísticos, estando mais próximo de usar “terno e gravata” do que “roupa esporte”, nas palavras do manual.

Na mesma medida em que o editorial é leitura obrigatória a todos os jornalistas, conforme já foi mencionado, o manual também orienta que a coluna que expressa a opinião do jornal acompanhe e sirva-se do conteúdo jornalístico. Porém, não deve ter este como sua única fonte:

As notícias do jornal são a matéria-prima natural da opinião, mas não a única. O artigo ou editorial realmente útil suplementa a notícia com pesquisa e informação próprias. Sem

isso, será difícil de ir além de observações superficiais e conclusões padronizadas (GARCIA, 1999, p. 47).

Nesse sentido, surge mais uma função até então não atribuída ao editorial: complementar e aprofundar informações e abordagens feitas pelo noticiário. Dada a caracterização do estilo solene descrita para esse gênero, por fim, nota-se que o papel do editorialista é o de fazer uma análise opinativa, bem argumentada, atenta à escrita adequada, informativa e inovadora para ir além do lugar-comum.

Tratadas as questões de estilo, o manual passa a abordar no terceiro capítulo, “Padrões e Convenções”, algumas regras de padronização, as quais incluem “características próprias da linguagem jornalística” e “critérios peculiares ao GLOBO”. Na seção, estão recomendações para o uso de maiúsculas e minúsculas, numerais, grafias de termos técnicos, formas de tratamento, unidades de medida, siglas e abreviaturas, datas, entre outras orientações com relação à forma convencional da escrita no jornal (GARCIA, 1999, p. 59).

Já o quarto capítulo, intitulado “Em bom português”, ressalta que o jornalista deve conhecer e dar atenção às normas que regem o próprio idioma, por dois motivos principais: a compreensão e avaliação que o leitor faz do texto; e o compromisso com o que será repassado ao público. “O jornal é a única leitura habitual de milhões de cidadãos e, se a imprensa não tem a pretensão de ensinar o povo a falar e escrever corretamente, tem pelo menos a obrigação de não deseducá-lo” (GARCIA, 1999, p. 75).

Neste ponto ganha destaque novamente a *intersubjetividade*, que condiciona o *enunciador* a considerar o *alocutário* antes da enunciação, projetando aquilo que ele pode compreender e fazendo escolhas linguísticas a partir disso.

Por mais que o manual destaque que não tem pretensão de ser uma gramática, o quarto capítulo aborda basicamente regras de acentuação, crase, uso do hífen, regência e concordância verbal, uso da preposição, artigos, pronomes e pontuação, no formato regra e exemplo.

O quinto capítulo, “Questões éticas”, apresenta normas de conduta do profissional do jornalismo, que vão além do comportamento social, passando pelo uso da linguagem e decisões que implicam interpretação dos fatos e a avaliação do público.

Essas restrições, conforme o manual, não chegam a ser prejudiciais ao trabalho do jornalista, pelo contrário, “elevam a qualidade da informação”, já que a atividade jornalística, além

de observar a legislação brasileira, deve considerar critérios específicos da área, que também levam em conta a avaliação do público leitor, de quem espera a aprovação (GARCIA, 1999, p. 111).

Diante desses critérios, o profissional do jornalismo tem em suas mãos a tarefa de escolher a abordagem adequada a ser feita de determinado fato. Segundo o manual:

Todo jornalista, do repórter ao editor, seleciona e dá pesos diferentes aos elementos de informação que passam por suas mãos. Isso é inevitável – pois não há outra maneira de trabalhar – e representa o exercício de considerável poder: o de decidir como determinado aspecto da realidade será apresentado à opinião pública (GARCIA, 1999, p. 111-12).

Com tamanha responsabilidade de escolha, a primeira lição ética que o manual prescreve é que o profissional não abuse desse poder, que não use dele para “fins políticos, ideológicos e pessoais” (GARCIA, 1999, p. 112).

Contrariando o que se esperava encontrar na estrutura tradicional dos manuais, o manual reconhece a impossibilidade de os jornalistas desfazerem-se de alguns de seus aspectos característicos, o que reforça a expressão da *subjetividade* como algo inevitável, embora esse distanciamento seja classificado como isenção, a qual o manual orienta que deva ser perseguida o tempo todo no discurso jornalístico.

[...] ninguém consegue despir idéias e sentimentos como quem tira um paletó antes de começar um dia de serviço. Ainda assim, mesmo sabendo que a isenção absoluta é impossível, é dever do jornalista tentar, o tempo todo, ser absolutamente isento (GARCIA, 1999, p. 112).

Além da influência de algumas convicções do próprio *sujeito* que escreve, o manual também lembra que a linha editorial é outro elemento balizador inclusive do conteúdo noticioso. Mesmo assim, a recomendação é que o jornal zele para que “a influência seja mínima, idealmente nenhuma, repelindo a fraude que se expressa na deturpação ou na ocultação dos fatos” (GARCIA, 1999, p. 112).

Já que a “isenção olímpica é inalcançável”, a orientação ao profissional do jornalismo é antes agir com franqueza e deixar evidente ao leitor a posição do jornal diante dos fatos do que adotar uma postura tendenciosa, quando não for possível ser isento. Desse modo, cabe ao jornalista reconhecer que o ato de informar é um direito, que lhe concede poder, mas também implica deveres, os quais precisam ser considerados (GARCIA, 1999, p. 112).

Nesse sentido, o jornalista é orientado a ter uma conduta de modo que busque isenção, o que inclui evitar marcas no discurso. No entanto, considerando os estudos enunciativos de Benveniste (1989, 1995), essa separação, que o manual exige que seja uma tentativa constante, não é possível sob alguns aspectos necessários da *enunciação*, conforme demonstra a análise deste estudo.

De volta à organização do manual, por fim, estão elencados quatro apêndices: “Palavras perigosas”, “Acidentes de Texto”, “Em outros idiomas”, “Expressões jurídicas” e “Termos de Psicanálise e Psiquiatria”. Os dois primeiros repetem muitas das recomendações que foram abordadas ao longo do manual acerca do uso das palavras e do cuidado com o sentido em cada contexto. Já os demais são compilados de termos técnicos com definições compreensíveis ao público em geral.

Em linhas gerais, o manual inova ao destacar a importância da preparação anterior à escrita e do desenvolvimento do estilo. Do mesmo modo como ocorreu com os outros dois manuais analisados, o *Manual de redação e estilo* do jornal *O Globo* também abordou com ênfase o cuidado com o sentido das palavras, elencando adjetivos, pronomes e verbos declarativos como classes a serem utilizadas com zelo pelo jornalista.

Já com relação à função de quem escreve, ressalta-se a menção ao poder de escolha do jornalista e as questões éticas que o impedem de abusar desse poder e o mantém nos mesmos propósitos editoriais que o jornal estabelece. Mesmo que haja espaços diferenciados para o conteúdo opinativo e o noticiário, chamam atenção as orientações que incentivam a inter-relação dessas seções, quando convidam repórteres a lerem o editorial e editorialistas a conhecerem o conteúdo noticioso.

Também é de grande relevância a menção a uma relação necessária entre jornalista e leitor, na qual ambos participam da produção do *discurso* na medida em que quem escreve deve fazê-lo tendo em mente aquele que lê, sem subestimá-lo ou ir além daquilo que ele é capaz de compreender. Isso remete, sem rigor terminológico, ao que Benveniste postula como a relação *intersubjetiva* necessária entre um “*eu*” e um “*tu*”, que se alternam, inerente a toda e qualquer *enunciação*.

Além disso, o manual admite a dificuldade do jornalista de desfazer-se de suas convicções e considera a possibilidade de que ele discorde da posição do jornal e ainda assim possa realizar seu trabalho alinhado à proposta jornalística que baliza o conteúdo noticioso e opinativo. De qualquer modo, continua sendo evidente a perseguição pela isenção, mesmo que relativa.

Cabe a este estudo, após analisar como os manuais caracterizam o papel do profissional do jornalismo e a sua relação com o *discurso* jornalístico, demonstrar, a partir do *corpus* apresentado e sob a lente teórica da Teoria Enunciativa de Émile Benveniste, como aparecem nos editoriais essas marcas de *subjetividade* que estão relativizadas nos três manuais analisados, os quais mencionam isenção e *objetividade* como valores do discurso jornalístico que não são absolutos, mas que podem ser buscados em parte.

3.2 COBERTURA JORNALÍSTICA EM PERÍODO ELEITORAL

Nesta seção são mencionadas as principais disposições legais que regulamentam a divulgação na imprensa escrita durante a campanha eleitoral no Brasil. Também são abordadas algumas publicações dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, nas quais eles apresentam ao público como seria conduzida a cobertura das eleições presidenciais de 2018.

A importância da apresentação desses aspectos ao objeto de estudo desta pesquisa justifica-se pelo fato de que buscam demonstrar algumas limitações impostas à imprensa escrita em período de campanha eleitoral, que podem ou não ter influenciado no modo como o jornalista produziu o editorial na época.

Considerando o *corpus* desta pesquisa, as principais disposições legais que tratam da divulgação na imprensa em período de campanha eleitoral no Brasil estão na Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral brasileiro; na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições no Brasil, incluindo a propaganda eleitoral na imprensa; e na Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23.547, de 18 de dezembro de 2017, que dispõe sobre representações, reclamações e pedidos de resposta previstos na legislação para as eleições de 2018.

A propaganda eleitoral no Brasil, expressa ou não, é autorizada a partir do dia 15 de agosto do ano da eleição, conforme o artigo 240 da Lei nº 4.737 e o artigo 36 da Lei nº 9.504. Os *discursos* jornalísticos que constituem o *corpus* desta pesquisa foram publicados durante esse período (BRASIL, 1965), (BRASIL, 1997).

Observa-se que é tamanha a preocupação em responsabilizar os veículos de imprensa pelos atos em desacordo com a lei em época de campanha eleitoral que o artigo 9º da Resolução 23.547 prevê a obrigatoriedade de as empresas de comunicação informarem um endereço para possíveis notificações. A comunicação é tida como uma medida preventiva (BRASIL, 2017).

Essa fiscalização inicia antes mesmo da autorização da campanha, estando disposta no art. 36-A da Lei nº 9.504 a proibição de propaganda antecipada, que pode ser caracterizada pelo pedido expresso de voto ou pela menção da candidatura com exaltação das qualidades dos pré-candidatos (BRASIL, 1997).

Já na vigência da campanha, entre as proibições no teor do que se considera propaganda eleitoral, a Lei 4.737 veda a criação de estados mentais, emocionais ou passionais na opinião pública – artigo 242 –, a divulgação de fatos inverídicos que possam exercer influência no eleitorado – artigo 323 –, a calúnia que imputa falsamente fato criminoso – artigo 324 –, a difamação imputando fato ofensivo à reputação – artigo 325 – e a injúria, ofendendo a dignidade ou decoro – artigo 326 –, com agravo de pena se for cometido por meio que facilite a divulgação da ofensa – artigo 327. Nesse caso, como a imprensa escrita tem grande tiragem e ainda costuma ter plataformas digitais pela *internet*, é possível que uma dessas violações possa ter agravo de pena (BRASIL, 1965).

A manifestação na *internet*, inclusive, é prática comum entre os veículos de imprensa, que costumam dispor de portal de notícias, *sites* especiais de cobertura eleitoral além das contas nas redes sociais, como é o caso dos três jornais analisados neste estudo. Sobre esse tipo de divulgação, o artigo 57 da Lei 9.504 estabelece que é permitido manifestar o pensamento pela internet durante o período de campanha eleitoral, mas é proibido o anonimato, o que acaba responsabilizando exclusivamente a empresa jornalística em casos de artigos, colunas ou notícias não assinadas (BRASIL, 1997).

Cabe a ressalva de que todos esses atos consideram a aplicação de punição depois de o fato gerador estar consolidado, já que o artigo 37 da Resolução nº 23.547 veda a censura prévia sobre o teor de matérias jornalísticas ou de caráter informativo. Sendo assim, a fiscalização não permite proibir uma publicação, mas multar ou dar o direito de resposta quando for necessária a reparação (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, a legislação eleitoral prevê amplamente o direito de resposta, que está disposto no artigo 243 da Lei nº 4.737, no artigo 58 da Lei nº 9.504 e reforçado no artigo 15 da Resolução nº 23.547. Os dois últimos destacam o prazo de 72 horas para realizar o pedido, estabelecem o mesmo espaço para a divulgação de resposta, a obrigatoriedade de comprovação da distribuição da tiragem e multa em caso de descumprimento, que varia de R\$ 5 mil a mais de R\$ 15 mil (BRASIL, 1965), (BRASIL, 1997), (BRASIL, 2017).

Essa breve exposição dos principais dispositivos legais certamente não esgota todas as possibilidades da ampla legislação brasileira, tampouco tem essa pretensão, mas permite ter uma ideia de algumas das preocupações e obrigações que envolvem o trabalho do jornalista durante a campanha eleitoral, já que ele não responde somente por si, mas também representa uma empresa, que pode ser corresponsabilizada por seus atos.

Além da vigência de uma legislação específica, os meios de comunicação costumam estabelecer normas e fazer análises próprias, que consideram sua linha editorial, seus princípios e os objetivos que pretendem alcançar como imprensa durante a cobertura eleitoral. Serão apresentadas algumas diretrizes expressas pelos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* sobre como seria conduzida a cobertura, com base em matérias divulgadas pré e pós-campanha.

No jornal *Folha de São Paulo* a notícia pré-cobertura das eleições presidenciais de 2018 foi publicada na edição de 15 de agosto de 2018, com o título “Folha dá início à cobertura especial da corrida eleitoral”. A matéria limita-se a anunciar o início da cobertura das eleições e a descrever uma agenda de novas colunas assinadas por especialistas convocados excepcionalmente para discorrer sobre temas relacionados à campanha eleitoral. Não há menções à conduta da equipe tampouco aos princípios editoriais que nortearão o conteúdo jornalístico (FOLHA, 2018).

Nem mesmo a seção dedicada à opinião institucional do jornal, “O que a Folha Pensa”, do dia 15 de agosto de 2018, trouxe alguma diretriz que pudesse indicar a renovação dos princípios ou das ações da equipe durante as eleições. No entanto, chama atenção uma campanha publicitária na qual o jornal dedica uma página a um anúncio, que parece ter a função de expressar o compromisso com a isenção jornalística. Na peça publicitária, é apresentada uma imagem do ex-presidente Lula, e *emojis* que representam diferentes emoções, acompanhados do seguinte enunciado em destaque: “Culpado ou Caçado?”, seguido de outros dois enunciados: “Lula comandou um grande esquema de corrupção no país” e “Eleição sem Lula é fraude”. Em seguida, a explicação: “Você vê todo tipo de opinião na Folha. Mas só publicamos nas reportagens aquilo que aconteceu”. “folha.com.br/opiniõesefatos”. “Aberta a opiniões, fechada com os fatos.” “Folha, não dá para não ler” (ver ANEXO B).

Somente no encerramento da cobertura eleitoral, o jornal publicou uma matéria resumindo as ações realizadas durante esse período. Com o título “Cobertura da Folha teve reportagens

exclusivas e inovações”, a publicação apresenta quais foram as abordagens e os “furos” mais importantes, destacando o equilíbrio no tom do conteúdo.

O equilíbrio nos textos publicados sobre os concorrentes ao Palácio do Planalto marcou o trabalho da **Folha**. Houve um controle interno em tempo real da cobertura, que mostrou tratamento simétrico às duas candidaturas em relação ao espaço dado e à proporção de matérias críticas sobre candidatos no primeiro e no segundo turno (COBERTURA, 2018a, não paginado, grifo do autor).

A publicação também explica o papel do editorial durante a cobertura, que, segundo o texto, “destacou a necessidade de os dois candidatos líderes nas pesquisas, Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), expressarem compromissos definitivos com a democracia.” (COBERTURA, 2018a, não paginado).

Por fim, a menção que mais se destaca é uma análise que avalia como positivo o equilíbrio do conteúdo jornalístico da *Folha de São Paulo* no período da pré-cobertura e da cobertura das eleições:

Em 6.886 textos analisados desde o dia 1º de agosto até 24 de outubro, levantamento realizado pelo Banco de Dados **Folha** mostra que a cobertura do jornal se manteve equilibrada no segundo turno das eleições, como foi no primeiro. Retrato disso é que, mesmo com Jair Bolsonaro com mais menções no jornal (3.053 contra 1.323) do que Fernando Haddad — em face de o candidato petista ter iniciado a corrida presidencial apenas em 11 de setembro —, os índices de textos noticiosos negativos para os postulantes à Presidência ficaram em 25,3% e 23,9%, respectivamente (COBERTURA, 2018a, não paginado, grifo do autor).

Em uma visão geral das matérias e do anúncio referidos, embora não tenham sido mencionados na notícia pré-cobertura, observa-se que os princípios editoriais que figuram no *Manual da Redação* (2018) – “jornalismo crítico, plural, apartidário e moderno” – estiveram presentes ao menos na análise da cobertura, especialmente pela reafirmação do compromisso com o equilíbrio, isenção e pluralidade. Isso demonstra que houve alinhamento da equipe ao menos no que se refere à imagem da cobertura que a *Folha de São Paulo* buscou passar.

Quanto ao jornal *O Estado de São Paulo*, este publicou matéria específica sobre a sua cobertura eleitoral de 2018 no dia 21 de agosto de 2018, na semana seguinte à data oficial de início da propaganda eleitoral, embora o jornal já tivesse divulgado, em datas anteriores, notícias sobre política que abordavam as eleições. Conforme o título antecipa, “Estado tem cobertura multiplataforma”, a preocupação do jornal foi demonstrar agilidade na apuração dos dados e no

acompanhamento da rotina dos candidatos. Além disso, *O Estado de São Paulo* também reforçou o compromisso de barrar a disseminação de notícias falsas. Para isso, o jornal destacou a manutenção do portal “Estadão Verifica”, um *blog* para checagem de fatos, e a participação no “Projeto Comprova”, coalizção que conta com 24 veículos de comunicação brasileiros para “combater a desinformação nas eleições” (ESTADO, 2018a, não paginado).

No dia 04 de outubro de 2018, semana da votação do primeiro turno, a matéria intitulada “Estado dará destaque à cobertura em tempo real” reafirmou o compromisso com a agilidade na entrega da informação e exaltou a equipe de mais de 300 profissionais, que trabalhava na produção de conteúdo multiplataforma, envolvendo tanto as reportagens no jornal quanto divulgações sobre os números das eleições no portal de notícias e nas redes sociais. Novamente, não houve menção à postura ética dos profissionais envolvidos na cobertura ou aos princípios editoriais do jornal (ESTADO, 2018b).

Às vésperas do segundo turno, no dia 26 de outubro de 2018, *O Estado de S. Paulo* replica a matéria publicada em 04 de outubro de 2018, em formato de infográfico, com enfoque, mais uma vez, na apuração em tempo real, descrevendo toda a programação multiplataforma agendada até o pleito. Não houve acréscimo de informação quanto à conduta dos profissionais (ELEIÇÕES, 2018).

A primeira matéria sobre a cobertura eleitoral do jornal *O Globo* foi publicada no dia 29 de julho de 2018. Sob o título “Cobertura das eleições no Globo terá conteúdo exclusivo e dinâmico”, a notícia dá um panorama de como o jornal havia planejado o acompanhamento do processo eleitoral, ressaltando que buscava mostrar “sempre o contexto em que os fatos aconteceram e os desdobramentos possíveis para cada um deles”. A matéria também destaca as diferentes abordagens nas plataformas disponíveis para a cobertura eleitoral, que contaria com a rapidez do ambiente digital e o conteúdo aprofundado na edição impressa, a fim de trazer uma seleção dos acontecimentos mais importantes por meio de análises, entrevistas, debates e reportagens especiais (O GLOBO, 2018a).

Com uma equipe de 40 jornalistas apurando a agenda dos candidatos, a cobertura também contou com o trabalho dos editores na produção de análises sobre as eleições. Para Maiá Menezes, que à época estava no comando da editoria “País”, o jornal tinha pela frente um grande desafio, que é:

levar aos leitores os acontecimentos diários das campanhas de maneira “clara e relevante”. Com o afiado olhar de fiscalização que a técnica jornalística oferece, a

proposta é aproximar o eleitor jovem, tentar dialogar com as bolhas da internet, checar notícias falsas, dar espaços aos candidatos para o bom debate e investigar com afinco as candidaturas. É dar ao eleitor subsídios para sua escolha (MENEZES apud O GLOBO, 2018, não paginado).

Essa preocupação com a checagem das informações pareceu dar o tom da cobertura apresentada na matéria divulgada em 29 de julho de 2018, que citou em várias ocasiões esse compromisso da equipe jornalística. Além disso, outra menção recorrente foi ao uso das plataformas digitais, que permitiriam mais interatividade, aproximando os leitores e buscando auxiliá-los a conhecer os candidatos (COBERTURA, 2018b).

Pouco mais de duas semanas depois, inaugurando a cobertura jornalística das eleições, a matéria intitulada “Corrida ao Planalto começa com indefinição”, veiculada no jornal *O Globo* no 16 de agosto de 2018, não chega a reforçar o modo como a equipe iria conduzir pautas com cunho eleitoral, mas já põe em prática o que havia anunciado. O foco da abordagem é diretamente a descrição da agenda inicial dos candidatos e um infográfico que mostra os principais pontos do programa de governo e os desafios a serem enfrentados (O GLOBO, 2018a).

O que parece uma tentativa de dar um tom de isenção à cobertura surge em uma conhecida campanha do grupo ao qual pertence o jornal, intitulada “Fato ou Fake”. Em duas páginas inteiras, o anúncio destaca o compromisso da ação de informar com fatos e de duvidar das informações falsas (ver ANEXO D), retomando o discurso que já havia sido expresso na matéria pré-campanha. Inclusive, o texto que está disposto na segunda página do anúncio traz afirmações que buscam demonstrar que os veículos do *Grupo Globo*, listados no rodapé da arte, estão cientes do compromisso de apuração do jornalismo, antevendo as notícias falsas como um problema a ser enfrentado.

Seria ótimo dizer que o fim da fake news é um fato. O único fato verdadeiro é que as fake news serão sempre um problema. E, quando todos voltam os olhos para o jornalismo, nós também olhamos para o nosso papel. Nossa obrigação é manter você bem informado. E convenhamos, mentiras não informam ninguém. Elas deformam. Por isso, nós duvidamos de tudo e não deixamos passar nada. Nenhuma mentira. Nada que é fake sobrevive à investigação do jornalismo. Só os fatos resistem. É uma questão de responsabilidade e de respeito. Duvidando, o fake deixará de ser um problema. Quando isso acontecer, nós noticiaremos. Mas só se for verdade. Jornalismo é isso. A gente duvida. A gente confere. A gente informa. Fato ou Fake. É jornalismo para o fake não virar news (O GLOBO, 2018a, p. 10-11).

Após uma campanha marcada pelo uso das redes sociais, que chegaram a concorrer com os meios de comunicação mais tradicionais, para anunciar a cobertura da reta final às vésperas das eleições no segundo turno, o jornal aborda na matéria “O Globo fará cobertura digital especial do segundo turno das eleições”, de 26/10/2018, o modo como sua equipe seria mobilizada para acompanhar e analisar todos os detalhes dos momentos finais da votação até as avaliações posteriores e primeiras medidas tomadas pelos eleitos.

Para isso, *O Globo* destaca que foram convocados colunistas, editores e repórteres a fim de oferecer aos leitores “a mais ampla, ágil e surpreendente cobertura”. Chama atenção o trecho em que a matéria caracteriza a visão pessoal dos colunistas como algo positivo e excepcionalmente reforçado para essa cobertura:

Participarão nomes consagrados da cobertura política como Lauro Jardim, Ascânio Seleme, Ancelmo Gois, Merval Pereira, Míriam Leitão e Bernardo Mello Franco, que, além do conteúdo *premium* que já oferecem a seus leitores nas colunas do GLOBO, vão se dedicar a garimpar preciosidades do noticiário sobre as eleições, como bastidores e aspectos inusitados das campanhas. Os colunistas poderão oferecer uma visão ainda mais pessoal sobre os fatos políticos e chamar a atenção para ângulos inesperados da notícia. (O GLOBO, 2018b, não paginado).

Apresentados os principais membros da equipe e a especialidade deles que contribuirá para a cobertura, o jornal ressalta que o foco da abordagem nesta etapa final do segundo turno serão as “análises objetivas, frases impactantes, as imagens mais marcantes e os gráficos que ilustram com precisão as decisões tomadas pelos eleitores”, demonstrando um olhar mais crítico e analítico sobre toda a corrida eleitoral (O GLOBO, 2018b, não paginado).

Por fim, *O Globo* faz um chamamento ao leitor, destacando que todo seu trabalho de cobertura é ciente da função intermediadora da imprensa, a qual pode auxiliá-lo no acesso e na interpretação das informações relacionadas à política.

Esse é um esforço editorial que objetiva fazer a diferença na hora mais importante das eleições, com pontos de vista que ajudam a entender o que você sempre quis saber e explicam aquilo que você ainda nem tinha se dado conta de que precisava saber. Afinal, nunca se falou tanto em política no país. E nunca foi tão necessário falar ainda mais (O GLOBO, 2018b, não paginado).

Como pôde ser observado, considerando a própria avaliação do jornal sobre sua cobertura eleitoral, o que parece ter norteado o trabalho das equipes do *Globo* foram as três linhas estruturam

seus princípios: isenção, correção e agilidade. Tudo isso representado pela apresentação da campanha “Fato ou Fake” e pelo destaque dado às plataformas digitais, que foram o carro-chefe da cobertura e o termômetro na relação com os leitores. Além disso, a equipe de especialistas apresentada buscou reforçar a credibilidade das análises, o que também denota preocupação com a isenção. Conforme já foi citado, essa análise se refere à avaliação feita pelo próprio jornal quando descreve sua cobertura. Os editoriais abordados no *corpus* desta pesquisa poderão revelar se isso se concretiza na prática, embora não seja essa sua função principal.

Com relação ao lançamento das coberturas feitas pelos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, observa-se que não há uma divulgação específica sobre a condução da cobertura para explicitar ou reforçar os princípios editoriais a serem seguidos por suas equipes.

No entanto, as menções feitas com relação à apuração das informações, o equilíbrio nas divulgações e o foco nas campanhas contra fake news revelam que havia um compromisso ao menos de divulgar a isenção e a imparcialidade com que seriam tratadas as informações.

A preocupação nas divulgações das coberturas estava mais focada na apresentação de inovação, com plataformas digitais e recursos de tecnologia e equipe de jornalistas acompanhando em tempo real, o que demonstra a importância da internet na campanha eleitoral de 2018.

4 ANÁLISE DAS MARCAS DE *SUBJETIVIDADE* EM EDITORIAIS

Este capítulo descreve os critérios de seleção e os indicadores de análise do *corpus*, elaborados com base nos pressupostos benvenistianos. Apresenta excertos dos editoriais selecionados, os quais são analisados, a fim de demonstrar como aparecem as marcas de *subjetividade* em editoriais, segundo a *Teoria Enunciativa* de Émile Benveniste e os estudos que dela derivam. Nas análises, são observadas também as orientações dos manuais de redação dos jornais selecionados.

4.1 CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Por ser um discurso característico da expressão de opinião, o conteúdo do editorial tem destacada importância no que se refere à imagem do veículo de comunicação e à relação deste com a sociedade, ainda mais em tempo de campanha eleitoral, quando os jornais são fontes de informação e, muitas vezes, suas apurações e análises são consideradas referências pelos eleitores.

As eleições presidenciais do ano de 2018 no Brasil foram marcadas pela polarização de opiniões e massivas campanhas contra as *fake news*, que deram uma amostra do compromisso da imprensa no processo eleitoral. Nesse cenário, o jornalismo esteve constantemente na mira de acusações, que encontraram na *Internet*, principalmente nas redes sociais, um canal de disseminação rápida e de alto alcance, para confrontá-lo e questionar suas apurações e análises.

Diante da pressão sofrida tanto por parte da sociedade quanto por grupos políticos e da própria empresa jornalística, é possível que o profissional do jornalismo tenha adotado, no período eleitoral, algumas restrições para além daquelas que costumam orientar seu dia a dia na redação.

A fim de verificar como o *locutor* mobiliza a língua para enunciar e quais marcas de *subjetividade* emergem no *discurso*, mesmo em condições que talvez possam restringir a expressão de quem enuncia, esta pesquisa analisará nove editoriais dos jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, publicados durante a campanha das eleições presidenciais do Brasil em 2018. São três editoriais de cada jornal, veiculados entre os dias 16 de agosto de 2018 e 24 de outubro de 2018. Os nove discursos foram coletados em ordem cronológica, sendo ignorados os editoriais que não tratavam do tema eleitoral. As publicações são da primeira semana de campanha

eleitoral, quando os meios de comunicação começavam a conhecer as propostas dos candidatos e a realizar sua cobertura.

O critério para a escolha dos periódicos foi o de que estes possuíssem um manual de redação e estilo produzido pela própria empresa jornalística, o que deveria servir de orientação para a escrita do editorial.

Ao longo da pesquisa, a noção de *subjetividade* a ser considerada baseia-se no que define Benveniste. Para ele, a *subjetividade* é “a capacidade do locutor para se propor como “sujeito””, que também pode ser caracterizada como a “emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem”. Acrescenta-se a isso a ligação indissociável do *sujeito* à *instância de discurso* (BENVENISTE, 1995, p. 286, grifo do autor).

Nesse sentido, cabe destacar quais indicadores, elaborados com base nos conceitos benvenistianos, permitirão demonstrar como aparecem essas marcas de *subjetividade* no *corpus* selecionado:

a) Marcas de *subjetividade* por meio de modos verbais, apostos e expressões explicativas, formas subjetivas (verbos, advérbios, adjetivos, substantivos ou locuções), que indicam uma relação *intersubjetiva* considerada da perspectiva de quem enuncia, buscando “influenciar o comportamento do alocutário”: por suscitarem a influência do “eu” em relação ao “tu”, alguns modos verbais, expressões explicativas, apostos e formas subjetivas derivam das escolhas de quem enuncia e podem revelar a relação *intersubjetiva* entre as *peças* do *discurso*.

b) Por meio do *espaço* relacionado à *instância de discurso*: o momento da *enunciação* é marcado pelo *espaço* de onde se situa a *instância de discurso* – o “aqui” de quem enuncia –, algumas marcas de *espaço* não estão relacionadas a um conceito lexical e só podem ser atualizadas a partir da *instância de discurso*, por estarem diretamente ligadas ao *espaço* de onde o *sujeito* enuncia.

c) Por meio do *tempo linguístico* da *instância de discurso*: considerando que existe um *presente linguístico* referido pela *instância de discurso*, que se instaura a cada *enunciação*, demais flexões de tempo também estão em relação direta com o *sujeito* que

enuncia. Além disso, os advérbios e adjuntos adverbiais que expressam a noção de *tempo* também estarão relacionados a esse *presente do discurso*.

d) Por meio de verbos que equivalem a um ato convencionalizado socialmente (jurar, prometer, garantir): a enunciação desses verbos compromete o *sujeito* que os enuncia a uma ação contida neles, o que revela sua presença.

e) Por meio de verbos subjetivos (crer, achar, pensar, supor): esses verbos acompanham asserções e têm a função de expressar a *subjetividade* de quem enuncia.

f) Por meio de pronomes que se atualizam na/pela instância de discurso: alguns pronomes são formas “vazias” que só se tornam “plenas” na atualização da *língua* em *discurso*, que ocorre por meio da *enunciação*, criando *instâncias do discurso*, cujo centro de referência é o *sujeito* que enuncia.

g) Pela expressão específica da primeira pessoa (estrita – eu – ou amplificada – nós): a referência direta ao “eu” já denota o *sujeito* que enuncia, cuja marca também está presente na pessoa amplificada (nós), que pressupõe a presença de um “eu”.

Lembrando que, como referido inicialmente, os indicadores elencados têm suas bases na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste (1989, 1995), como forma de explicitar tanto os *índices específicos* quanto os *procedimentos acessórios* por meio dos quais o *locutor* se apropria do *aparelho formal da língua* para enunciar e que deixam marcas de sua *subjetividade* no *discurso*. Esses conceitos são detalhados no capítulo 2.

4.2 ANÁLISE ENUNCIATIVA DOS EDITORIAIS

Considerando que a análise enunciativa tem como finalidade explicar como se constitui o sentido, os *discursos* que compõem o *corpus* são apresentados na íntegra, e destacam-se excertos a serem analisados com base nos indicadores apresentados na seção 4.1.

Esta análise busca evidenciar marcas que denotem a *subjetividade* de quem enuncia, o que não significa que tenha como critério julgar se o locutor teve intenção de marcar-se, mas, sim,

como ele mobilizou a *língua* para enunciar, quais marcas demonstram essa relação entre o *sujeito* e seu *discurso*, já que o objeto da análise enunciativa é o ato de enunciar e não o produto, e, por fim, quais os efeitos desse modo de enunciar que se dirige a um *alocutário*.

Para isso, conforme já foi explicitado, a definição de *subjetividade* tem como base tanto o fato de o *locutor* ser capaz de se propor como *sujeito* ao enunciar quanto a noção de uma propriedade da linguagem que emerge no ser no momento da *enunciação*, ligando-se a ele pela *instância de discurso* (BENVENISTE, 1995).

Essa passagem de *locutor* a *sujeito* é feita por meio de *índices específicos*, os quais entende-se como os indicadores de *pessoa, tempo e espaço*, que estão referenciados na *instância de discurso*, e *procedimentos acessórios*, estes entendidos como as demais *formas linguísticas* que são mobilizadas por quem enuncia para “influenciar de algum modo o comportamento do alocutário” (BENVENISTE, 1989, p. 86).

Tendo em vista também sob que condições o *locutor* mobiliza a *língua* para enunciar, serão observadas as orientações gerais dos manuais de redação.

Os destaques serão feitos em negrito e sublinhado e pela transcrição do excerto na respectiva classificação do quadro que apresenta o rol de indicadores. Para facilitar a leitura, a análise aparecerá imediatamente após o editorial.

Ciente das limitações dos indicadores ora estabelecidos e da infinidade de possibilidades da língua, é importante ressaltar que esta análise enunciativa não esgota as possíveis marcas de *subjetividade* presentes nos *discursos*. Tem mais o objetivo de evidenciar, por amostragem, o quanto os pressupostos benvenistianos contribuem para demonstrar esses instrumentos e índices de *subjetividade*, os quais são característicos, de forma *específica* ou *acessória*, da *enunciação*.

4.2.1 Análise de editoriais publicados no jornal *Folha de São Paulo*

Conforme foi visto na seção 3.1.1, que trata do *Manual da Redação da Folha de São Paulo*, as orientações dadas aos jornalistas em textos opinativos são no sentido de que expressem opiniões qualificadas, que estimulem o exercício da cidadania, desenvolvimento de ideias para uma sociedade crítica, iluminando os problemas, apontando falhas e contradições, questionando autoridades, mantendo atitude apartidária e isenta (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018).

O manual também destaca a distinção entre material noticioso e opinativo, sendo que neste há mais liberdade de expressão crítica, porém é onde também se deve primar pela isenção e pela observação aos princípios editoriais do jornal, regidos por um jornalismo “crítico, apartidário e pluralista” (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018, p. 22).

Nesse sentido, as orientações são para evitar que as posições particulares, partidárias e ideológicas influenciem no exercício da profissão do jornalista. Para isso, são feitas muitas recomendações a respeito da linguagem, ao uso de expressões qualificativas e de verbos declarativos que possam indicar um posicionamento exagerado ou impreciso que comprometa a independência do jornal ou prejudique a isenção da linha editorial. Tais orientações figuram no manual, em tom prescritivo (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018).

Com relação ao que se refere ao conteúdo dos editoriais, o manual recomenda posturas que considerem a defesa da democracia, o Estado de Direito, a liberdade de expressão, os direitos humanos, a transparência, entre outros, destacando que o estilo do discurso deve ser incisivo e mais formal que o discurso do noticiário, apresentando a questão de forma concisa e equilibrada, seguida por argumentos e refutação de opiniões de modo a chegar a uma conclusão (MANUAL DA REDAÇÃO, 2018).

Primeiramente, são apresentados três editoriais do jornal *Folha de São Paulo*; em seguida, três do jornal *O Estado de São Paulo*; e, por fim, três editoriais do jornal *O Globo*. Todos estão em ordem cronológica de publicação. Foram dispensados os editoriais publicados nesse período que não tratavam do tema eleições.

O primeiro editorial a ser analisado, intitulado “A farsa da fraude”, foi publicado no jornal *Folha de São Paulo*, em 16 de agosto de 2018, no primeiro dia em que estava autorizada a propaganda eleitoral da campanha presidencial no Brasil.

Quadro 1 - Discurso I - Jornal *Folha de São Paulo*

(continua)

A farsa da fraude – publicado em 16/08/2018

PT **insiste de modo perigoso** em **bravatas** contra a Justiça e o processo eleitoral.

O PT em 1988 **boicotou** a homologação da Carta que **sacramentou** a passagem do **autoritarismo** para a democracia no Brasil. **Manifestava-se** então a **retórica antissistema**, característica das **mais criticáveis** na agremiação que **pretendia**, e **conseguiu**, agigantar-se pelo voto.

(conclusão)

Esse oposicionismo **imberbe**, que **denunciava** as mesmas **regras do jogo** utilizadas pelo partido para crescer e se consolidar, era **claramente** uma **farsa**. Ou uma **bravata**, como **depois admitiria** o **já** presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas os interessados no **enraizamento** da democracia **deveriam** se preocupar **também** com frases e atos **hostis** ao status quo institucional patrocinados por lideranças partidárias. **Existem hoje** no mundo alguns exemplos de movimentos que **começaram** assim, mas **deslizaram** para **aventuras autoritárias após** instalados no poder.

Preocupa, a propósito, a constante **pressão** para **deslegitimar** o sistema judicial **comandada** por Lula e o PT. Criticar uma condenação **é** algo **normal**. Nenhum réu **é obrigado** a concordar com os argumentos do juiz que o sentenciou. **Precisa apenas** cumprir sua decisão.

Diferente é apregoar que “eleição sem Lula é fraude” e, embalado nesse slogan, **marchar** rumo ao Tribunal Superior Eleitoral, como **fizeram** agrupamentos de esquerda atrelados ao PT **nesta quarta** (15).

Trata-se, sem dúvida, de **nova falácia fabricada** pelo partido. Este **terá** candidato **uma vez** consumada a inabilitação do líder pelo TSE: **será** o ex-prefeito Fernando Haddad. A sigla **vai** participar do que chama de **fraude**.

O **problema** dos rompantes **antissistema não é** o que **ocorre** quando os seus **porta-vozes** perdem as eleições. O **preocupante é** o que **acontece** quando **ganham** e se **defrontam** com **impasses** na administração. A **tentação** de **concretizar** o que **eram** só **bravatas se apresenta**.

Não é difícil cogitar a hipótese de um representante do PT eleger-se presidente da República e colocar-se diante da **oportunidade** de conceder **perdão** aos **companheiros** do partido condenados na Lava Jato, incluindo Lula. Ou de **solapar** a **autonomia** das instituições de controle do exercício do poder.

O **flerte** com **excentricidades** que **desprestigiam** a **competição** política e o **sistema de pesos e contrapesos** no Brasil **não é monopólio** do PT. Derrotado na eleição de 2014, o PSDB **entrou** com recurso questionando a **lisura** da votação.

O impeachment, **na visão desta Folha, era** punição **exagerada** para os **desmandos** orçamentários praticados sob Dilma Rousseff. **Melhor teria sido** a **renúncia** da presidente e de seu vice, e a consequente convocação de novas eleições diretas.

A **pantomima** petista com Lula **seria apenas mais** uma **recaída** do partido no **infantilismo, não despertasse temores** sobre como **pode** terminar essa **brincadeira**.

Fonte: Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/08/a-farsa-da-fraude.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Quadro 2 - Marcas de subjetividade do Discurso I do jornal *Folha de São Paulo*

(continua)

<p>Marcas de subjetividade por meio de modos verbais, apostos e expressões explicativas, formas subjetivas (verbos, advérbios, adjetivos, substantivos ou locuções), que indicam uma relação intersubjetiva considerada da perspectiva de quem enuncia, buscando influenciar o comportamento do alocutário</p>	<p>farsa – fraude – insiste – de modo perigoso – bravatas – boicotou – sacramentou – autoritarismo – retórica – antissistema – mais – criticáveis – imberbe – regras do jogo – crescer – se consolidar – claramente – farsa – bravata – admitiria – enraizamento – também – hostis – assim – deslizaram – aventuras – autoritárias – preocupa – a propósito – constante – pressão – deslegitimar – é – normal – é – obrigado – precisa – apenas – diferente – é – apregoar – embalado – marchar – sem dúvida – nova – falácia – fabricada – fraude – problema – rompantes – antissistema – não é – porta-vozes – preocupante – é – ganham – defronta m – impasses – tentação – concretizar – só – bravatas – se apresenta – não é – difícil – cogitar – oportunidade – perdão – companheiros – solapar – autonomia – flerte – excentricidades – desprestigiam – competição – sistema de pesos e contrapesos – não é – monopólio – lisura – na visão desta Folha – exagerada – desmandos – melhor – renúncia – pantomima – apenas – mais – recaída – infantilismo – não despertasse – temores – pode – brincadeira</p>
---	---

(conclusão)

Marcas de <i>subjetividade</i> por meio do <i>espaço</i> relacionado à <i>instância de discurso</i> de quem enuncia.	
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio da existência de um <i>tempo</i> linguístico da <i>instância de discurso</i> , que é o tempo de quem enuncia.	insiste – boicotou – sacramentou – manifestava-se – pretendia – conseguiu – denunciava – era – depois – admitiria – já – deveriam – existem – hoje – começaram – deslizaram – após – preocupa – é – é – precisa – é – fizeram – nesta quarta – trata-se – terá – uma vez – será – vai – não é – ocorre – é – acontece – ganham – defrontam – eram – se apresenta – não é – perdão – desprestigiam – não é – entrou – era – teria sido – seria – não despertasse – pode
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de verbos que equivalem a um ato convencionalmente socialmente, como é o caso de “jurar”, “prometer”, “garantir”, entre outros.	
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de verbos <i>subjetivos</i> , como “crer”, “achar”, “pensar”, “supor”, entre outros.	
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de pronomes que se atualizam na/pela <i>instância de discurso</i> a cada <i>enunciação</i> .	nesta quarta
Marcas de <i>subjetividade</i> pela expressão específica da <i>primeira pessoa</i> (<i>estrita</i> – “eu” – ou <i>amplificada</i> – “nós”)	

Fonte: da autora (2020).

Sem maiores restrições em relação à isenção, no editorial intitulado “A farsa da fraude” (Quadro 1), que trata da relação do PT com o processo eleitoral e com a Justiça, percebe-se um posicionamento crítico do editorialista, não necessariamente apartidário e plural, conforme orientam os princípios editoriais da *Folha de São Paulo*. Isso pode ser observado pelas escolhas linguísticas, conforme será analisado nesta seção.

Uma demonstração dessas escolhas pode ser observada no seguinte excerto: “*Não é **difícil** cogitar a hipótese de um representante do PT eleger-se presidente da República e colocar-se diante da **oportunidade** de conceder **perdão** aos **companheiros** do partido **condenados** na Lava Jato, incluindo Lula. Ou de **solapar** a **autonomia** das instituições de controle do exercício do poder.*” Em seguida, essa posição contrária ao partido é enfatizada: “*O impeachment, na visão desta Folha, era punição **exagerada** para os **desmandos** orçamentários praticados sob Dilma Rousseff. **Melhor** teria sido a **renúncia** da presidente e de seu vice, e a conseqüente convocação*

de novas eleições diretas.”. E, por fim, confirma seu posicionamento: “A pantomima petista com Lula seria apenas mais uma recaída do partido no infantilismo, não despertasse temores sobre como pode terminar essa brincadeira.”

O *discurso* apresenta formas *subjetivas*, as quais representam uma escolha que o *enunciador* faz diante das possibilidades da *língua* para influenciar o comportamento do seu *alocutário*, considerando o que Benveniste (1989, p. 84) chama de *procedimentos acessórios*³⁶ pelos quais “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição”. Embora elas se relacionem a um conceito que denomine uma entidade lexical, ganham caráter *subjetivo* ao serem utilizadas para enfatizar ou caracterizar o *discurso* do qual fazem parte pela perspectiva de quem enuncia.

Neste *discurso* essa relação *intersubjetiva* do *enunciador* com seu *alocutário* mostra-se pelas escolhas que ele faz, sejam elas de ordem sintática ou lexical, que revelam sua perspectiva diante do *discurso*, deixando marcas de sua *subjetividade*.

Dado o grande número de exemplos, que podem ser conferidos no Quadro 2, serão ilustrados apenas alguns deles de acordo com a função à qual servem ao locutor.

Observe-se, nesse sentido, a escolha que o *enunciador* faz dos adjetivos, que expressam uma característica atribuída a partir da *sua* perspectiva: “O impeachment, na visão desta Folha, era punição exagerada para os desmandos orçamentários praticados sob Dilma Rousseff.”; “Mas os interessados no enraizamento da democracia deveriam se preocupar também com frases e atos hostis ao status quo institucional patrocinados por lideranças partidárias”.

Do mesmo modo, os substantivos que ele usa no *discurso* também denotam *subjetividade*, destacando uma escolha que, ao nomear indivíduos e situações, revelam uma caracterização que emana do *enunciador*: “Esse oposicionismo imberbe, que denunciava as mesmas regras do jogo utilizadas pelo partido para crescer e se consolidar, era claramente uma farsa. Ou uma bravata.”. Os advérbios, que revelam sob que perspectiva o *enunciador* produz o seu *discurso*: “Esse oposicionismo imberbe, que denunciava as mesmas regras do jogo utilizadas pelo partido para crescer e se consolidar, era claramente uma farsa.”

Isso também ocorre com o emprego dos verbos: “O PT em 1988 boicotou a homologação da Carta que sacramentou a passagem do autoritarismo para a democracia no Brasil.”. Os modalizadores e o uso do modo subjuntivo, que expressam sugestão e expectativa: “A *pantomima*

³⁶ É nessa perspectiva que serão analisados os demais *discursos* com relação à *intersubjetividade*.

petista com Lula seria apenas mais uma recaída do partido no infantilismo, não despertasse temores sobre como pode terminar essa brincadeira”. Mas os interessados no enraizamento da democracia deveriam se preocupar também com frases e atos hostis ao status quo institucional patrocinados por lideranças partidárias.”

De forma ainda mais marcada, o *enunciador* se revela por meio de asserções³⁷, cuja pontuação também deixa claro esse destaque: “*Trata-se, sem dúvida, de nova falácia fabricada pelo partido.*”. E, por fim, os apostos, que chamam atenção do *alocutário* a uma informação acrescentada como uma explicação ou análise sobre o que se enuncia: “*Manifestava-se então a retórica antissistema, característica das mais criticáveis na agremiação que pretendia, e conseguiu, agigantar-se pelo voto.*”.

Sobre a *categoria de espaço*, consideram-se marcas de *subjetividade* termos que se definem “somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob dependência do *eu* que aí se enuncia”³⁸ (BENVENISTE, 1995, p. 288, grifo do autor).

Embora se saiba que o contexto do editorial esteja se referindo ao cenário político do Brasil e que esse é também o espaço de quem enuncia, essa referência tem seu sentido apreendido pelo uso da palavra “Brasil”, sendo assim, não se trata de uma forma que se atualiza na/pela *instância de discurso*.

A respeito das marcas de *tempo*, serão destacadas aquelas que têm “como referência um dado linguístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância de discurso que o descreve” (BENVENISTE, 1995, p. 289)³⁹.

Neste caso, as marcas de *tempo* relacionadas ao *presente* da *instância de discurso* podem ser identificadas, em sua grande maioria, pelas formas verbais. Sobre como o *enunciador* utiliza os verbos para denotar o tempo do *discurso*, percebe-se que as formas no pretérito perfeito, imperfeito e futuro do pretérito são utilizadas na narração de fatos que auxiliam na defesa inicial da tese *dele*. Como pode ser visto nos enunciados: “*O PT em 1988 boicotou a homologação da Carta que sacramentou a passagem do autoritarismo para a democracia no Brasil. Manifestava-se então a*

³⁷ Benveniste (1989, p. 86) inclui a asserção entre os aparelhos de funções dos quais o locutor dispõe para enunciar. “Em seu rodeio sintático, como em sua entonação, a asserção visa a comunicar uma certeza, ela é a manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação, ela tem mesmo instrumentos específicos que a exprimem ou que a implicam, as palavras *sim* e *não* afirmando positivamente ou negativamente uma proposição”.

³⁸ É nessa perspectiva que serão analisados os demais *discursos* com relação à *categoria de espaço*.

³⁹ É nessa perspectiva que serão analisados os demais *discursos* com relação à *categoria de tempo*.

retórica antissistema, característica das mais criticáveis na agremiação que pretendia, e conseguiu, agigantar-se pelo voto. Esse oposicionismo imberbe, que denunciava as mesmas regras do jogo utilizadas pelo partido para crescer e se consolidar, era claramente uma farsa. Ou uma bravata, como depois admitiria o já presidente Luiz Inácio Lula da Silva. [...] Mas os interessados no enraizamento da democracia deveriam se preocupar também com frases e atos hostis ao status quo institucional patrocinados por lideranças partidárias.”

A escolha do *enunciador* de usar ‘hoje’ parece marcar uma mudança de perspectiva que busca resgatar o *discurso* para o presente da *enunciação*, como pode ser visto nos enunciados: “Existem hoje no mundo alguns exemplos de movimentos que começaram assim, mas deslizaram para aventuras autoritárias após instalados no poder. Preocupa, a propósito, a constante pressão para deslegitimar o sistema judicial comandada por Lula e o PT. Criticar uma condenação é algo normal. Nenhum réu é obrigado a concordar com os argumentos do juiz que o sentenciou. Precisa apenas cumprir sua decisão. Diferente é apregoar que “eleição sem Lula é fraude” e, embalado nesse slogan, marchar rumo ao Tribunal Superior Eleitoral, como fizeram agrupamentos de esquerda atrelados ao PT nesta quarta (15)”.

Em seguida, ele demonstra uma postura assertiva e de alerta com a utilização de verbos no presente, intercalados por poucos verbos no passado (fizeram, eram, entrou) e no futuro (terá, será). Conforme mostra o trecho: “Trata-se, sem dúvida, de nova falácia fabricada pelo partido. Este terá candidato uma vez consumada a inabilitação do líder pelo TSE: será o ex-prefeito Fernando Haddad. A sigla vai participar do que chama de fraude. O problema dos rompantes antissistema não é o que ocorre quando os seus porta-vozes perdem as eleições. O preocupante é o que acontece quando ganham e se defrontam com impasses na administração. A tentação de concretizar o que eram só bravatas se apresenta. Não é difícil cogitar a hipótese de um representante do PT eleger-se presidente da República e colocar-se diante da oportunidade de conceder perdão aos companheiros do partido condenados na Lava Jato, incluindo Lula. Ou de solapar a autonomia das instituições de controle do exercício do poder.”

No momento em que o *enunciador* utiliza a expressão ‘na visão desta Folha’, reinicia a narrativa, agora utilizando o passado ‘era’ e o futuro do pretérito ‘teria sido’ para demonstrar uma projeção de algo que não se concretizou – a renúncia de Dilma Rousseff – e um redimensionamento, ampliando os efeitos de uma oração condicional: “O impeachment, na visão desta Folha, era punição exagerada para os desmandos orçamentários praticados sob Dilma Rousseff. Melhor

***teria sido** a renúncia da presidente e de seu vice, e a conseqüente convocação de novas eleições diretas. A pantomima petista com Lula **seria** apenas mais uma recaída do partido no infantilismo, **não despertasse** temores sobre como pode terminar essa brincadeira.”.*

Observa-se que todos esses deslocamentos temporais, que, como demonstrado, geram efeitos de sentido específicos, estão ancorados no *presente* da *instância de discurso* que contém o “eu” que *enuncia* e podem, portanto, ser considerados marcas de *subjetividade*.

Além da temporalidade expressa pelos verbos, o *enunciador* também emprega outros termos, na progressão do *discurso*, que cumprem função semelhante e estão vinculadas ao *presente* da *instância de discurso*: “*Ou uma bravata, como **depois** admitiria o **já** presidente Luiz Inácio Lula da Silva.*”; “*Este terá candidato **uma vez** consumada a inabilitação do líder pelo TSE: será o ex-prefeito Fernando Haddad. A sigla vai participar do que chama de fraude.*”; “*Existem **hoje** no mundo alguns exemplos de movimentos que começaram assim, mas deslizaram para aventuras autoritárias após instalados no poder.*” No primeiro enunciado, a forma ‘*depois*’ seguida de ‘*admitiria*’ revela um passado em relação ao momento da *enunciação*. No segundo enunciado, a forma ‘*uma vez*’ remete a uma projeção – quando for consumada – em relação à *instância de discurso*. Já a forma ‘*hoje*’ no enunciado está referenciada no momento da *enunciação*, no *presente* da *instância de discurso*, ou seja, seu sentido só pode ser atualizado considerando o momento que o *sujeito* enuncia.

No *discurso* ora analisado não foram utilizados verbos que equivalem a um ato convencionalizado socialmente (como jurar, prometer, garantir) ou verbos subjetivos (crer, achar, pensar)⁴⁰. Além de não serem comuns no discurso jornalístico, essa ausência pode revelar atenção às orientações do *Manual da redação (2018)* do jornal *Folha de São Paulo*, que menciona o cuidado com verbos que possam comprometer a neutralidade do texto, a isenção e independência do jornal.

Com relação aos pronomes que, para Benveniste (1995, p. 288, grifo do autor), “têm em comum o traço de se definirem somente com relação à instância de discurso na qual são produzidos, isto é, sob a dependência do *eu* que aí se enuncia”⁴¹, o enunciador faz uso de um deles: “*Diferente é apregoar que “eleição sem Lula é fraude” e, embalado nesse slogan, marchar rumo ao Tribunal Superior Eleitoral, como fizeram agrupamentos de esquerda atrelados ao PT **nesta quarta (15)**”.*

⁴⁰ Ver capítulo 2, seção 2.4.

⁴¹ É nessa perspectiva que serão analisados os demais *discursos* com relação aos pronomes.

Embora esteja acompanhado por um termo que o define (quarta) e por um número entre parênteses (15)”, o pronome ‘nesta’ só pode ser atualizado pela *instância de discurso*, que tem como centro de referência o *sujeito* que enuncia. Sendo assim, a expressão ‘nesta quarta’ só tem seu sentido constituído quando relacionada ao momento da *enunciação* e pode ser considerada somente a quarta em que a *enunciação* ocorre ou a mais próxima possível desse momento.

Em outro enunciado, ao enfatizar a posição do jornal a respeito do *impeachment* de Dilma Rousseff, em vez de utilizar a marca de primeira pessoa (*estrita* – “eu” – ou *amplificada* – “nós”) o enunciadador utiliza expressão ‘*na visão desta Folha*’. Embora seja permitido pelo *Manual da Redação (2018)* do jornal *Folha de São Paulo* o uso de verbos e de pronomes em primeira pessoa em editoriais, os discursos ora analisados revelam que o editorialista evita tal uso, possivelmente, na tentativa de se distanciar do *discurso*, o que, como restou comprovado, não é suficiente para impedir marcas de *subjetividade*.

Quadro 3 - Discurso II - jornal *Folha de São Paulo*

(continua)

A salvação da política - publicado no Jornal Folha de São Paulo em 17/08/2018

País não pode abrir mão de experimentar inovações que possam trazer ganhos incrementais.

Cortes ou pastas com superpoderes não suprimem o imperativo de negociar com o Congresso

O pensamento antipetista que floresceu no país ao longo dos últimos anos costuma dar importância exagerada à bandeira do corte de ministérios no Executivo federal — proposta encampada pelos presidenciáveis Jair Bolsonaro (PSL) e Geraldo Alckmin (PSDB), que disputam essa faixa do eleitorado.

Não que o tema seja irrelevante. O número de pastas chegou ao recorde de 39, dez acima da quantidade atual, no governo de Dilma Rousseff (PT), sem que se apresentasse nenhuma justificativa em termos de melhora da gestão pública.

Ao contrário, a proliferação de cargos de comando tende a provocar conflitos de atribuições e a atrasar o processo decisório. O problema talvez não tenha sido mais grave porque a maioria dos postos criados tinha poderes mais próprios do segundo escalão.

De todo modo, inutilidades como ministros da Pesca, da Aviação Civil ou da Pequena Empresa acabaram associadas à gastança que produziu a ruína do Orçamento, quando não aos múltiplos escândalos de corrupção do período.

O equivoco mais comum, devidamente explorado pelo mundo político, está em imaginar que a mera extinção de pastas corresponda a enjugamento do Estado ou combate ao desperdício — expressões que se encontram em documentos divulgados pelas campanhas de Bolsonaro e Alckmin.

Os cortes promovidos desde a redemocratização não passaram de relocações de órgãos, programas e servidores. Tome-se o exemplo da reforma promovida por Michel Temer (MDB), em que o antigo Ministério da Previdência, de longe o campeão de despesas da Esplanada, foi basicamente absorvido pelo Desenvolvimento Social.

Isso não se dá por acaso. O funcionalismo dispõe de garantias legais contra demissões; eliminar ações inteiras de governo é tarefa complexa dos pontos de vista técnico e político — que independe, aliás, do fim da pasta responsável.

Outras fantasias recorrentes envolvem equipes de “notáveis”, profundos conhecedores de suas áreas, ou superministérios detentores de grande poder e autonomia, como o que Bolsonaro prevê na economia.

(conclusão)

Nada há de errado, a priori, na fusão de órgãos, muito menos na escolha de expoentes do setor para o comando. Entretanto será ilusório supor ou fazer crer que expedientes do gênero bastarão para livrar o Executivo das restrições impostas pela barganha de cargos, verbas e votos com o Congresso.

A negociação parlamentar permanecerá imperativa, e o modo como ocorre no Brasil não mudará com facilidade. Os ministros da Fazenda mais bem-sucedidos em tempos democráticos foram os que obtiveram respaldo do Planalto nas disputas legislativas cruciais. Essa será uma responsabilidade intransferível do presidente.

Fonte: Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/08/a-salvacao-da-politica.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Quadro 4 - Marcas de subjetividade do Discurso II do jornal *Folha de São Paulo*

(continua)

<p>Marcas de subjetividade por meio de modos verbais, apostos e expressões explicativas, formas subjetivas (verbos, advérbios, adjetivos, substantivos ou locuções), que indicam uma relação intersubjetiva considerada da perspectiva de quem enuncia, buscando influenciar o comportamento do <i>alocutário</i></p>	<p>Salvação – não pode – que possam – ganhos – incrementais – superpoderes – não suprimem – imperativo – antipetista – importância – exagerada – não que seja – irrelevante – atual – que se apresentasse – ao contrário – tende – conflitos – atrasar – problema – talvez – não tenha sido – mais grave – mais próprios – de todo modo – inutilidades – como ministros da Pesca, da Aviação Civil ou da Pequena Empresa – ganância – ruína – múltiplos – escândalos – equívoco – mais comum – devidamente explorado pelo mundo político – imaginar – mera – que corresponda – desde a redemocratização – realocações – de longe o campeão de despesas da Esplanada, – basicamente – isso não se dá por acaso – é tarefa complexa – independe – aliás – fantasias – recorrentes – “notáveis” – profundos conhecedores – superministérios – grande – poder – autonomia – errado – a priori – muito menos – expoentes – entretanto – ilusório – supor – fazer crer – restrições – barganha – negociação – imperativa, – o modo como ocorre – não mudará – com facilidade – mais bem-sucedidos – em tempos democráticos – cruciais – responsabilidade – intransferível</p>
<p>Marcas de subjetividade por meio do espaço relacionado à instância de discurso de quem enuncia.</p>	<p>no país</p>
<p>Marcas de subjetividade por meio da existência de um tempo linguístico da instância de discurso, que é o tempo de quem enuncia.</p>	<p>não pode – que possam – não suprimem – floresceu – ao longo dos últimos anos – costuma – disputam – não que seja chegou – atual – que se apresentasse – tende – não tenha sido – tinha – acabaram – produziu – está – que corresponda – encontram – desde a redemocratização – não passaram – tome-se – foi – não se dá – dispõe – é – independe – envolvem – prevê – Nada há – será – bastarão – permanecerá – não mudará – foram – obtiveram – será</p>
<p>Marcas de subjetividade por meio de verbos que equivalem a um ato convencionalmente socialmente, como é o caso de “jurar”, “prometer”, “garantir”, entre outros.</p>	

(conclusão)

Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de verbos <i>subjetivos</i> , como “crer”, “achar”, “pensar”, “supor”, entre outros.	
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de pronomes que se atualizam na/pela <i>instância de discurso a cada enunciação</i> .	
Marcas de <i>subjetividade</i> pela expressão específica da primeira pessoa (<i>estrita</i> – “eu” – ou <i>amplificada</i> – “nós”)	

Fonte: da autora (2020)

O editorial intitulado “A salvação da política” (Quadro 3) aborda os cortes de ministérios que aparecem nas propostas de dois dos candidatos como forma de combate ao desperdício e enxugamento do Estado. O *enunciador* argumenta que se dá uma importância exagerada a esse aspecto, atribuída por *ele* ao pensamento antipetista dos últimos anos, e que os cortes de pastas têm consistido em realocações de órgãos, considerando um equívoco acreditar que represente enxugamento ou combate ao desperdício como defendiam as campanhas de Jair Bolsonaro e Geraldo Alckimin. *Ele* também cita o recorde de ministérios do governo Dilma Rousseff, os quais para ele não justificaram melhora na gestão pública, e a reforma feita pelo então presidente Michel Temer, que teria unido o Ministério da Previdência ao do Desenvolvimento Social. Outras “fantasias”, segundo *ele*, são os superministérios com poder e autonomia, os quais defende que não livram o Executivo da negociação de cargos, verbas e votos com o Congresso. Segundo o *enunciador* conclui, essa prática permanecerá ocorrendo e não mudará com facilidade, sendo essa uma responsabilidade exclusiva do presidente. Para defender sua tese final, *ele* argumenta que os ministros da Fazenda mais bem-sucedidos foram os que puderam contar com o Planalto nas disputas com o Legislativo.

Neste editorial, pode-se dizer que o *enunciador* demonstra ter seguido o princípio do pluralismo, constante no *Manual de Redação (2018)* do jornal *Folha de São Paulo*, principalmente por citar políticos de vários partidos, destacando algumas características negativas, como a crítica às campanhas de Bolsonaro e Alckmin, que defendiam o corte de ministérios como combate ao desperdício e enxugamento do Estado; a crítica ao recorde de ministérios do governo Dilma Rousseff, que avalia não ter resultado em melhora na gestão pública; e a crítica a reforma feita pelo então presidente Michel Temer quando é destacada a quantidade recorde de ministérios durante o

seu governo. Antes disso, há uma menção ao pensamento “antipetista”, ao qual atribui o fato de as pessoas defenderem de forma exagerada o corte de ministérios. O modo como o *enunciador* conclui o *discurso*, afirmando que essa prática de negociação com Legislativo será uma responsabilidade intransferível do presidente, sugere que *ele* considera que, independentemente de quem se eleja, o presidente seria condicionado a aceitar esse tipo de negociação.

As escolhas de formas lexicais ou as organizações sintáticas empregadas pelo *enunciador* revelam a relação *intersubjetiva* entre as *pessoas do discurso* (“eu”-“tu”), que sugerem ou geram influência do *locutor* sobre o comportamento do *alocutário*.

Observa-se, conforme foi feito na análise do Discurso I, como os substantivos utilizados pelo *enunciador* revelam uma caracterização da perspectiva *dele*: “Outras *fantasias* recorrentes envolvem equipes de “*notáveis*”, profundos conhecedores de suas áreas, ou *superministérios* detentores de grande poder e autonomia, como o que Bolsonaro prevê na economia.” ; De todo modo, *inutilidades* como ministros da Pesca, da Aviação Civil ou da Pequena Empresa acabaram associadas à ganância que produziu a ruína do Orçamento, quando não aos múltiplos escândalos de corrupção do período.” No caso de “notáveis” as aspas também denotam a escolha do *enunciador* de destacar de forma irônica o termo.

No mesmo sentido, os adjetivos empregados trazem uma avaliação do *enunciador*: “Nada há de *errado*, a priori, na fusão de órgãos, muito menos na escolha de expoentes do setor para o comando.”; “Essa será uma responsabilidade *intransferível* do presidente.”

Isso também pode ser observado na escolha dos seguintes verbos: “Ao contrário, a proliferação de cargos de comando *tende a provocar* conflitos de atribuições e a *atrasar* o processo decisório.”

O *enunciador* utiliza ainda advérbios ou locuções adverbiais que revelam *sua* perspectiva sobre os fatos apreciados e podem influenciar o comportamento de seu *alocutário*. Tais como: “O equívoco *mais* comum, *devidamente* explorado pelo mundo político, está em imaginar que a mera extinção de pastas corresponda a enxugamento do Estado ou combate ao desperdício — expressões que se encontram em documentos divulgados pelas campanhas de Bolsonaro e Alckmin.” “A negociação parlamentar permanecerá imperativa, e o *modo como* ocorre no Brasil não mudará *com facilidade*.”

A relação *intersubjetiva* do *enunciador* com seu *alocutário* também se mostra pelo uso dos verbos no modo subjuntivo, que expressam possibilidade, imprecisão ou incerteza: “O

problema talvez não tenha sido mais grave porque a maioria dos postos criados tinha poderes mais próprios do segundo escalão.”, sugerindo um modo de análise por parte de seu *alocutário*. O que também se observa no emprego de expressões que organizam o *discurso*: “Ao contrário, a proliferação de cargos de comando tende a provocar conflitos de atribuições e a atrasar o processo decisório.”; “De todo modo, inutilidades como ministros da Pesca, da Aviação Civil ou da Pequena Empresa acabaram associadas à ganância que produziu a ruína do Orçamento, quando não aos múltiplos escândalos de corrupção do período.”. Pelos modalizadores, que sugerem ao *alocutário*: “País não pode abrir mão de experimentar inovações que possam trazer ganhos incrementais.” E pelos apostos, que acrescentam uma informação, uma explicação ou uma análise e evidenciam um diálogo entre as *pessoas* do *discurso*: “Tome-se o exemplo da reforma promovida por Michel Temer (MDB), em que o antigo Ministério da Previdência, de longe o campeão de despesas da Esplanada, foi basicamente absorvido pelo Desenvolvimento Social”.

Todas essas formas marcam a *subjetividade* de quem enuncia pelo fato de o *locutor* mobilizar a *língua* de determinado modo para atingir seu *alocutário*.

Com relação à *categoria de espaço*, observa-se sua marca pelo uso do termo “país”, como no enunciado: “O pensamento antipetista que floresceu no país ao longo dos últimos anos costuma dar importância exagerada à bandeira do corte de ministérios no Executivo federal — proposta encampada pelos presidentiáveis Jair Bolsonaro (PSL) e Geraldo Alckmin (PSDB), que disputam essa faixa do eleitorado. Quando o enunciador utiliza esse termo, não há uma referência a um conceito lexical ou de retomada, ou seja, o sentido de ‘país’, neste caso, está relacionado ao *espaço* do qual enuncia o *sujeito*.”

As marcas de *subjetividade* relacionadas à *categoria de tempo*, referenciado na *instância de discurso*, podem ser indicadas pelo uso de verbos no passado, que ilustram uma situação ocorrida antes do momento da *enunciação* que serve à argumentação do *enunciador*: “O pensamento antipetista que floresceu no país ao longo dos últimos anos costuma dar importância exagerada à bandeira do corte de ministérios no Executivo federal — proposta encampada pelos presidentiáveis Jair Bolsonaro (PSL) e Geraldo Alckmin (PSDB), que disputam essa faixa do eleitorado.”; O número de pastas chegou ao recorde de 39, dez acima da quantidade atual, no governo de Dilma Rousseff (PT), sem que se apresentasse nenhuma justificativa em termos de melhora da gestão pública.

Já os verbos empregados no presente indicam uma constatação da perspectiva do enunciador: “*O equívoco mais comum, devidamente explorado pelo mundo político, está em imaginar que a mera extinção de pastas corresponda a enxugamento do Estado ou combate ao desperdício — expressões que se encontram em documentos divulgados pelas campanhas de Bolsonaro e Alckmin.*” Ou ainda algo que acontece ou é válido para o momento da enunciação: “*O funcionalismo dispõe de garantias legais contra demissões;*”

Também estão referenciados na *instância de discurso* os verbos no futuro, que iniciam uma suposição ou previsão do enunciador: “*Entretanto será ilusório supor ou fazer crer que expedientes do gênero bastarão para livrar o Executivo das restrições impostas pela barganha de cargos, verbas e votos com o Congresso.*”; “*A negociação parlamentar permanecerá imperativa, e o modo como ocorre no Brasil não mudará com facilidade.*”

Além das relações temporais marcadas pelas formas verbais, que estabelecem uma projeção ou regressão em relação ao *presente do discurso*, expressões não verbais também estão referenciadas no tempo da *instância de discurso*. Isso pode ser observado nos enunciados: “*O pensamento antipetista que floresceu no país ao longo dos últimos anos costuma dar importância exagerada à bandeira do corte de ministérios no Executivo federal — proposta encampada pelos presidentiáveis Jair Bolsonaro (PSL) e Geraldo Alckmin (PSDB), que disputam essa faixa do eleitorado*”; “*O número de pastas chegou ao recorde de 39, dez acima da quantidade atual, no governo de Dilma Rousseff (PT), sem que se apresentasse nenhuma justificativa em termos de melhora da gestão pública.*”

No primeiro exemplo, ao escolher o termo ‘últimos anos’, o *enunciador* faz uma regressão temporal em relação ao momento da *enunciação*. Já o segundo está referenciado no exato momento em que se enuncia, ou seja, ‘atual’ é o momento da *enunciação*. Dessa *instância de discurso*, na qual estão referenciadas tanto as formas temporais verbais quanto as não verbais, o *sujeito* é a central de referência, sendo a noção temporal uma marca da sua *subjetividade*.

Quadro 5 - Discurso III - jornal *Folha de São Paulo*

<p>O velho, de novo – publicado no Jornal Folha de São Paulo em 21/08/2018</p> <p>Cenário eleitoral mostra descompasso entre desejo de renovação e força de nomes tradicionais. Se a espiral de desastres econômicos e escândalos de corrupção dos últimos anos prenunciava uma intensa demanda por renovação na política, o cenário eleitoral deste ano dá seguidos exemplos de que a inércia ainda rege a oferta de opções competitivas nas disputas.</p> <p>O processo mais visível de decantação se deu na corrida presidencial, com a desistência precoce de candidatos a mudar o rol tradicional de favoritos — casos de Luciano Huck, apresentador de TV, e Joaquim Barbosa, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>Fora a relativa novidade representada por Jair Bolsonaro (PSL), um deputado no sétimo mandato consecutivo, restaram no páreo postulantes experimentados. Além de PT e PSDB, que encabeçaram os últimos seis pleitos, os concorrentes mais bem posicionados são os veteranos Marina Silva (Rede) e Ciro Gomes (PDT).</p> <p>As eleições estaduais e legislativas fornecem demonstrações ainda mais eloquentes, quase caricaturais, da resistência dos nichos tradicionais de poder.</p> <p>Como noticiou esta Folha, os principais clãs políticos do país lançaram mais de 60 candidaturas neste ano. Entre os sobrenomes mais conhecidos estão os de dois ex-presidentes, José Sarney (MDB), cuja filha Roseana tenta voltar ao governo do Maranhão, e Fernando Collor (PTC), ele próprio em busca de retomar Alagoas.</p> <p>As chances de sucesso das oligarquias podem ser avaliadas conforme o tamanho de suas coligações. O governador alagoano, Renan Filho (MDB), concorre a um segundo mandato com o apoio de 19 siglas; no Pará, o também emedebista Helder Barbalho reúne 17.</p> <p>O descompasso entre a expectativa de renovação e a permanência de velhos nomes e práticas se dá, em boa medida, porque os partidos e seus caciques controlam o acesso à política — e os mais estabelecidos dispõem de mais verbas e tempo de propaganda na TV.</p> <p>Dado o nível precário de informação do eleitorado, as apostas tendem a se concentrar em figuras conhecidas. Por ora, o potencial das redes sociais na construção de lideranças é hipótese a ser testada.</p> <p>Esse estado de coisas não será alterado, de todo modo, simplesmente porque parcelas mais atuantes da sociedade expressam insatisfação com seus representantes.</p> <p>Tal sentimento precisa se materializar em reformas graduais, algumas delas, diga-se, já em modesto andamento. Neste ano, uma cláusula de desempenho ainda branda deve contribuir para a redução do número de partidos; a partir de 2020, acabam as coligações proporcionais nos pleitos legislativos.</p> <p>Nada disso garante um sistema imune a vícios, como aliás não se encontra no mundo. Certo é que a mera rejeição à política se mostra, na melhor hipótese, estéril.</p>	
--	--

Fonte: Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/08/o-velho-de-novo.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Quadro 6 - Marcas de subjetividade do Discurso III do jornal *Folha de São Paulo*

(continua)

<p>Marcas de subjetividade por meio de modos verbais, apostos e expressões explicativas, formas subjetivas (verbos, advérbios, adjetivos, substantivos ou locuções), que indicam uma relação intersubjetiva considerada da perspectiva de quem enuncia, buscando influenciar o comportamento do alocutário</p>	<p>Velho – de novo – descompasso – desejo de renovação – força – tradicionais – espiral – desastres econômicos – escândalos – intensa – renovação – seguidos – inércia – ainda – competitivas – mais visível – decantação – precoce – tradicional – favoritos – casos de Luciano Huck, apresentador de TV, e Joaquim Barbosa, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal – relativa novidade – representada – um deputado no sétimo mandato consecutivo – experimentados – mais bem – veteranos – ainda mais eloquentes – quase caricaturais – tradicionais – principais – mais conhecidos – José Sarney (MDB) – Fernando Collor (PTC) – próprio – podem ser avaliadas – Renan Filho (MDB) – descompasso – renovação – velhos – em boa medida – caciques – mais estabelecidos – precário – figuras conhecidas – Por ora – lideranças – a ser testada – de todo modo – mais atuantes – se</p>
---	---

(conclusão)

	materializar – graduais – diga-se – modesto – andamento – ainda – branda – deve contribuir – imune a vícios – aliás – certo é que – mera – na melhor hipótese – estéril
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio do espaço relacionado à instância de discurso de quem enuncia.	
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio da existência de um tempo linguístico da instância de discurso, que é o tempo de quem enuncia.	mostra – últimos anos – denunciava – deste ano – dá ainda – rege – se deu – restaram – encabeçaram – últimos seis pleitos – são – fornecem – noticiou – lançaram – neste ano – estão – tenta – podem – concorre – se dá – controlam – dispõem – tendem – é – a ser testada – não será – expressam – precisa – diga-se – já Neste ano – ainda – deve – acabam – garante – não se encontra – certo é que – mera – se mostra
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de verbos que equivalem a um ato convencionalizado socialmente, como é o caso de “jurar”, “prometer”, “garantir”, entre outros.	
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de verbos <i>subjetivos</i>, como “crer”, “achar”, “pensar”, “supor”, entre outros.	
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de pronomes que se atualizam na/pela instância de discurso a cada enunciação.	deste ano – neste ano
Marcas de <i>subjetividade</i> pela expressão específica da primeira pessoa (<i>estrita</i> – “eu” – ou <i>amplificada</i> – “nós”)	

Fonte: da autora (2020)

O editorial intitulado “O velho, de novo” (Quadro 5) discute o cenário eleitoral que se desenhava em 2018 com figuras tradicionais na política, frustrando, conforme o *enunciador*, um desejo de renovação, antes motivado por escândalos de corrupção e pela economia. Classificando a candidatura de Jair Bolsonaro (PSL), no sétimo mandado, como uma relativa mudança, a discussão é ilustrada com diversos nomes e partidos, velhos conhecidos da política brasileira, que postulavam suas candidaturas, e de seus familiares para continuar ou alternar no poder. O *enunciador* também chama atenção para a quantidade de siglas que apoiam as tradicionais famílias da política, as quais também dispõem de mais tempo de propaganda na TV. Uma das apostas em potencial feita pelo editorial são as redes sociais, vistas como meio de criar lideranças. O argumento final sugere que sejam feitas reformas graduais, entre as quais a cláusula de desempenho, que

poderia reduzir o número de partidos e o fim das coligações proporcionais nos pleitos legislativos. Essas mudanças, no entanto, conforme o *enunciador* conclui, não garantem um “sistema imune a vícios”, o que, para *ele*, não existe. Por fim, destaca que a simples rejeição à política tem, na melhor das hipóteses, um resultado que classifica como “estéril”.

Com relação ao apartidarismo e isenção, orientados pelo *Manual da Redação (2018)* do jornal *Folha de São Paulo*, é possível perceber um leve desvio desses princípios quando o *enunciador* se mostra visivelmente frustrado com a desistência da candidatura de Luciano Huck e Joaquim Barbosa, a qual classifica como “precoce”. Também demonstra contrariedade com relação à permanência de tradicionais figuras do cenário político e classifica a candidatura de Jair Bolsonaro como uma “relativa novidade”.

Na análise das marcas de *subjetividade* que surgem da relação *intersubjetiva* do *enunciador* com seu *alocutário*, observam-se marcas pela escolha das formas linguísticas que o *enunciador* faz e pelo modo como ele organiza seu *discurso* de forma a influenciar o comportamento de seu *alocutário*.

Nesse sentido revelam marcas os apostos, que acrescentam uma informação ou marcam uma explicação ou avaliação do *enunciador*: “*Fora a relativa novidade representada por Jair Bolsonaro (PSL), um deputado no sétimo mandato consecutivo, restaram no páreo postulantes experimentados.*”; “*As eleições estaduais e legislativas fornecem demonstrações ainda mais eloquentes, quase caricaturais, da resistência dos nichos tradicionais de poder.*”.

Algumas expressões que o *enunciador* utiliza revelam sob que perspectiva o *discurso* deve ser abordado, como: “*Por ora, o potencial das redes sociais na construção de lideranças é hipótese a ser testada.*”; “*Como noticiou esta Folha, os principais clãs políticos do país lançaram mais de 60 candidaturas neste ano.*”.

Ele também faz uso de asserções, que marcam *seu* posicionamento acerca da discussão: “*Certo é que a mera rejeição à política se mostra, na melhor hipótese, estéril.*” Destaca-se ainda o uso dos verbos modalizadores, por meio dos quais o *enunciador* sugere: “*Dado o nível precário de informação do eleitorado, as apostas tendem a se concentrar em figuras conhecidas.*”

Com relação aos termos utilizados por denotarem as escolhas que o *enunciador* faz para influenciar seu *alocutário*, destacam-se os adjetivos, que qualificam e conduzem uma análise: “*O processo mais visível de decantação se deu na corrida presidencial, com a desistência precoce de candidatos a mudar o rol tradicional de favoritos — casos de Luciano Huck, apresentador de TV,*

e Joaquim Barbosa, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal.”; “Fora a relativa novidade representada por Jair Bolsonaro (PSL), um deputado no sétimo mandato consecutivo, restaram no páreo postulantes experimentados.”.

Conforme foi visto nas análises anteriores, o uso de substantivos também revela de que modo o *enunciador* nomeia e caracteriza indivíduos e situações: “Cenário eleitoral mostra descompasso entre desejo de renovação e força de nomes tradicionais.”; “O descompasso entre a expectativa de renovação e a permanência de velhos nomes e práticas se dá, em boa medida, porque os partidos e seus caciques controlam o acesso à política — e os mais estabelecidos dispõem de mais verbas e tempo de propaganda na TV.

Para intensificar ações, fatos e análises, o *enunciador* emprega advérbios, que também revelam sua *subjetividade*: “As eleições estaduais e legislativas fornecem demonstrações ainda mais eloquentes, quase caricaturais, da resistência dos nichos tradicionais de poder.”; “os mais estabelecidos dispõem de mais verbas e tempo de propaganda na TV.”; “O processo mais visível de decantação se deu na corrida presidencial.”

Todos esses termos poderiam ser substituídos ou omitidos de acordo com a *subjetividade* de quem enuncia. Quando os emprega, o *enunciador* revela ao *alocutário* sua percepção sobre os fatos descritos.

A *categoria de espaço*, relacionada à *instância de discurso*, é expressa pelo *enunciador* por meio do uso da palavra ‘país’, a qual se atualiza pela *enunciação*, referindo-se ao espaço do *sujeito*, já que não tem no *discurso* uma referência a um conceito lexical que sugira outra compreensão. Quando o *enunciador* diz “Como noticiou esta Folha, os principais clãs políticos do país lançaram mais de 60 candidaturas neste ano”, refere-se ao *espaço* de onde enuncia.

As marcas relacionadas ao *tempo* da *enunciação* se revelam pelo uso de formas verbais no presente, que indicam fatos ou constatações que ocorrem concomitantes ao momento da *enunciação*: “Se a espiral de desastres econômicos e escândalos de corrupção dos últimos anos prenunciava uma intensa demanda por renovação na política, o cenário eleitoral deste ano dá seguidos exemplos de que a inércia ainda rege a oferta de opções competitivas nas disputas.” “O descompasso entre a expectativa de renovação e a permanência de velhos nomes e práticas se dá, em boa medida, porque os partidos e seus caciques controlam o acesso à política — e os mais estabelecidos dispõem de mais verbas e tempo de propaganda na TV.”

Ao usar verbos no passado, o *enunciador* se refere a fatos que ocorreram antes do momento da *enunciação*, resultando de uma análise que embasa o *seu* argumento: “*O processo mais visível de decantação se deu na corrida presidencial, com a desistência precoce de candidatos a mudar o rol tradicional de favoritos — casos de Luciano Huck, apresentador de TV, e Joaquim Barbosa, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal.*”; “*Além de PT e PSDB, que encabeçaram os últimos seis pleitos, os concorrentes mais bem posicionados são os veteranos Marina Silva (Rede) e Ciro Gomes (PDT)*”. A forma verbal no futuro indica uma conclusão em tom de previsão do *enunciador* sobre os fatos analisados: “*Esse estado de coisas não será alterado, de todo modo, simplesmente porque parcelas mais atuantes da sociedade expressam insatisfação com seus representantes*”.

Ainda revelam a temporalidade neste editorial algumas formas não verbais que o *enunciador* utiliza para situar seu *alocutário*, atualizando-se a partir do presente da *instância de discurso*. Quando o *ele* diz: “*Além de PT e PSDB, que encabeçaram os últimos seis pleitos, os concorrentes mais bem posicionados são os veteranos Marina Silva (Rede) e Ciro Gomes (PDT).*”, os ‘*últimos seis pleitos*’ são considerados por seu *alocutário* como os seis pleitos anteriores ao momento em que *enuncia*. Do mesmo modo ocorre ao *enunciar*: “*Como noticiou esta Folha, os principais clãs políticos do país lançaram mais de 60 candidaturas neste ano.*”, quando ‘*neste ano*’ é necessariamente o ano em que *enuncia*. Por estarem vinculadas à *instância de discurso*, da qual o *sujeito* é o *centro de referência*, tanto as formas verbais quanto as não verbais são marcas de *subjetividade*.

Os pronomes que são atualizados pela *enunciação* também aparecem no editorial analisado, todos eles acompanhando a palavra ‘ano’ “*Se a espiral de desastres econômicos e escândalos de corrupção dos últimos anos prenunciava uma intensa demanda por renovação na política, o cenário eleitoral deste ano dá seguidos exemplos de que a inércia ainda rege a oferta de opções competitivas nas disputas.*”; “*Como noticiou esta Folha, os principais clãs políticos do país lançaram mais de 60 candidaturas neste ano.*” Esses pronomes são considerados formas *vazias* até serem atualizadas em formas *plenas* pela *instância de discurso*, conforme foi adiantado pela análise do *tempo* no *discurso*, revelam uma referência ao momento da *enunciação* e ao *sujeito* que *enuncia*.

Neste editorial não há marcas de *primeira pessoa* (“eu”) ou da *pessoa amplificada* (“nós”). Quando chama atenção do *alocutário* para uma notícia que havia sido publicada em outra edição

do jornal, o *enunciador* se refere ao veículo de comunicação que representa como sendo “Esta Folha”, mas não utilizando marcas de *pessoa*, que poderiam revelar sua *subjetividade*.

Os três *discursos* do jornal *Folha de São Paulo* analisados nesta seção revelam a presença constante das marcas da *categoria de pessoa e de tempo* e, conseqüentemente, pela *instância de discurso*, relacionando-se ao *sujeito*. A primeira se mostrou presente na acentuação da relação *intersubjetiva* entre *enunciador* e *alocutário*, com destaque para o uso de apostos, verbos modalizadores, verbos no modo subjuntivo, asserções, mas principalmente pela escolha do léxico, marcado por grande número de adjetivos, embora o *Manual da redação (2018)* do jornal *Folha de São Paulo* oriente que se evite o uso de termos qualificativos. Já a *categoria de tempo* revelou suas marcas pelas formas verbais, todas elas referenciadas a partir da *instância de discurso* que se instaura na/pela *enunciação*. Também puderam ser observadas marcas não verbais de *tempo*, revelando ligação entre *enunciador* e *discurso*, que demonstram uma relação de interdependência quando *alocutário* precisa recorrer ao *tempo* da *enunciação* para compreender o tempo ao qual o *discurso* se refere.

Nenhum dos discursos abordados nesta seção apresentou marcas de *subjetividade* por meio de verbos que equivalessem a um ato convencional; por meio de verbos *subjetivos* como “crer”, “achar”, “pensar”, “supor”; ou pela expressão específica da *primeira pessoa* (“eu”) ou da *pessoa amplificada* (“nós”). Cabe destacar, ainda, que em duas ocasiões o *enunciador* faz referência ao próprio jornal como sendo “*desta Folha*” (Discurso I) e “*esta Folha*” (Discurso II), no que parece uma tentativa de distanciamento do *discurso*.

Já os indicadores relacionados ao *espaço* aparecem quando o *enunciador* faz uso da palavra ‘país’, que só pode ser atualizada pelo *espaço* de onde se enuncia. Quanto aos pronomes que se atualizam na/pela *instância de discurso* aparecem nos editoriais analisados, indicados pelo uso de ‘nesta’, ‘deste’ e ‘neste’, todos acompanhados por termos referentes ao tempo do *discurso*.

Com relação às recomendações de redação e estilo do manual do jornal, o *enunciador* não demonstra ter considerado as recomendações quanto ao uso de expressões qualificativas, como pôde ser constatado levando em conta o grande número de adjetivos e substantivos que revelam a apreciação do *enunciador* acerca do *discurso*.

Sobre o tema dos *discursos*, que abordam as eleições e a política, o tratamento dado à questão nos editoriais do jornal *Folha de São Paulo* não demonstra receio, por parte do *enunciador*, com relação à imparcialidade, isenção e ao apartidarismo, recomendados pelo manual e

regulamentado pela legislação eleitoral, dando ênfase à análise crítica e declarada, o que pode ser observado por acusações diretas a partidos e a candidatos.

4.2.2 Análise de editoriais publicados no jornal *O Estado de São Paulo*

Analisado na seção 3.2.1, o *Manual de redação e estilo* do jornal *O Estado de São Paulo* (1997), destaca a importância de características como imparcialidade, clareza, precisão, objetividade e elegância do discurso jornalístico, enfatizando que o jornalista deve lembrar que é o intermediário na relação do seu interlocutor com os fatos.

Para guiar o profissional do jornalismo na escrita, o manual ressalta o cuidado com o uso de expressões enfáticas ou afirmações definitivas, que imponham posições sem que sejam passíveis de avaliação. Nesse sentido, as recomendações demonstram que o uso de adjetivos e outros termos qualificativos podem revelar subjetividade ou impor opiniões (MARTINS FILHO, 1997).

Mesmo que oriente que se evite os verbos na primeira pessoa e o uso do pronome “nosso” no texto noticioso, o manual ressalva que essa restrição não se aplica ao editorial, que tem maior liberdade para a expressão da opinião do jornal (MARTINS FILHO, 1997).

O primeiro editorial a ser analisado, “Tribunal como palanque” (Quadro 7), foi publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 17 de agosto de 2018, no segundo dia em que estava autorizada a cobertura jornalística da campanha eleitoral presidencial no Brasil.

Quadro 7 - Discurso I - jornal *O Estado de São Paulo*

(continua)

Tribunal como palanque – publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 17/08/2018

A **incrível farsa protagonizada** pelo PT **em nome** de seu **chefão** Lula da Silva, registrado no TSE como candidato à Presidência, **teve** um **único** objetivo: transformar o Judiciário em **palanque** petista.

A **incrível farsa protagonizada na quarta-feira** pelo PT **em nome** de seu **chefão** Lula da Silva, **registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como candidato do partido à Presidência a despeito do fato incontestável de que ele é inelegível**, **teve** um **único** objetivo: **transformar o Judiciário em palanque petista**.

Seguindo a **estratégia desenhada** pelo ex-presidente em sua cela em Curitiba, **onde cumpre pena por corrupção e lavagem de dinheiro**, os petistas **parecem acreditar** que qualquer desfecho jurídico a respeito da candidatura de Lula lhes **será benéfico**. Na **remotíssima** hipótese de que a Justiça Eleitoral dê **sinal verde** à candidatura, Lula **chegará** como **favorito** à disputa; **no entanto**, se sua candidatura **for** impugnada, **o que é bem mais provável**, Lula e sua **claque denunciarão** a decisão como **prova cabal** de que o ex-presidente é um **perseguido político** – **e é isso, e apenas isso, o que alimentará a campanha petista**.

Transformar seu **encalacrado** líder em **vítima** de uma **trama jurídico-midiática foi** o que **restou** a um partido que, **de bastião da ética na política, se tornou símbolo da corrupção** nacional e que, **de promessa de**

(conclusão)

inovação e de modernidade administrativa, passou à História como a agremiação que **deu** ao País seu **pior** governo **de todos os tempos**, o de Dilma Rousseff, **felizmente afastada antes que completasse sua “obra”**.

O problema é que a estratégia petista **está** indo **de vento em popa**. Na campanha eleitoral, **pouca** gente **parece se lembrar** que a **crise política, econômica e moral** que o País **atravessa foi** produzida pelos governos de Lula e de Dilma. **Formou-se um consenso tácito** entre **quase todos** os **principais concorrentes** que o **nome** a ser evitado na campanha **é** o do **atual** presidente, **Michel Temer**, que **hoje sintetiza, para a esmagadora maioria da opinião pública**, o que **há** de **pior** na política – **malgrado o fato de que herdou de Dilma um país em frangalhos e entregará ao sucessor uma administração razoavelmente saneada**. **Enquanto isso**, a ex-presidente Dilma, **a despeito** de seu **imenso passivo**, **aparece** com **bom desempenho** na corrida ao Senado por Minas Gerais e o ex-presidente Lula, **mesmo tendo sido o inventor desse desastre chamado Dilma, mesmo tendo sido o presidente sob cujo governo estouraram os maiores escândalos de corrupção da História nacional e mesmo sendo ele próprio um condenado por corrupção, surge** como líder em todas as pesquisas de intenção de voto.

Os dois casos **tripudiam** da **democracia** e das **instituições**: Dilma **só está** concorrendo porque, **a despeito de ter sofrido impeachment, manteve** seus direitos políticos graças a uma **incrível cabala** de um ministro do Supremo Tribunal Federal com o presidente do Senado; e Lula, **um presidiário com longa pena ainda a cumprir**, faz **troça** do Judiciário e **desafia** os tribunais a mantê-lo preso e impedir **que** o povo **seja** “**feliz de novo**”.

O **escárnio lulopetista atingiu** seu **estado da arte** quando, **ao registrar Lula como seu candidato**, o PT **anexou** à documentação uma certidão de antecedentes na qual não **consta** sua **pública e notória** condenação. Ele **seria, então**, um “**ficha limpa**”. Os petistas não apenas **sabem** que essa **manobra será** desconsiderada pela Justiça Eleitoral, como **é** isso **justamente** o que eles **querem**, pois qualquer decisão judicial **que** lhes **seja** contrária **servirá** para reforçar sua denúncia de “**perseguição política**” contra Lula – o **grande mote** da campanha eleitoral do partido. “Estão querendo impedir que um dos maiores estadistas vivos do mundo concorra à Presidência”, **tuitou** Fernando Haddad, **sempre no papel de poste, como prefeito e, agora, como provável candidato do PT à Presidência**, dando o **tom** da **fraude**.

Com esse espírito, Lula **transformou** sua cela em comitê eleitoral, **incluiu vários** dirigentes petistas entre seus advogados e **elegeu** os juízes como seus **adversários** políticos. Para o ex-presidente, quanto mais tempo demorar a decisão judicial sobre sua candidatura, melhor, pois **é** nos tribunais que ele **escolheu** fazer sua campanha.

Diante desse desafortado repto lulopetista, o Judiciário **deve simplesmente** fazer **prevalecer** a lei e **resguardar** o **interesse** da **coletividade**, **garantindo** que a eleição presidencial ocorra sem o **tumulto** que só **interessa** aos que não **têm** o **mínimo respeito** pela **democracia**.

Fonte: Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,tribunal-como-palanque,70002457043>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Quadro 8 - Marcas de subjetividade do Discurso I do jornal *O Estado de São Paulo*

(continua)

<p>Marcas de subjetividade por meio de modos verbais, apostos e expressões explicativas, formas subjetivas (verbos, advérbios, adjetivos, substantivos ou locuções), que indicam uma relação intersubjetiva considerada da perspectiva de quem enuncia, buscando influenciar o comportamento do alocutário</p>	<p>palanque – incrível – farsa –protagonizada –chefão – único– transformar –palanque – A incrível – farsa – protagonizada – chefão – registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como candidato do partido à Presidência a despeito do fato incontestável de que ele é inelegível – único – palanque – estratégia desenhada – onde cumpre pena por corrupção e lavagem de dinheiro – parecem acreditar – benéfico – remotíssima –dê sinal verde – favorito – no entanto – se for – o que é bem mais provável – claque – prova cabal – “perseguido político”– e é isso, e apenas isso, o que alimentará a campanha petista – encalacrado líder – vítima – trama jurídico-midiática – de bastião da ética na política – símbolo – corrupção – de promessa de inovação e de modernidade administrativa – pior governo de todos os tempos – o de Dilma Rousseff – felizmente – afastada – antes que completasse sua “obra” – de vento em popa – pouca – parece se lembrar – crise</p>
---	---

(conclusão)

	política — econômica — moral — País — atravessa — foi — produzida — consenso tácito — quase todos — principais — concorrentes — nome — evitado — Michel Temer — para a esmagadora maioria da opinião pública — pior — malgrado o fato de que herdou de Dilma um país em frangalhos e entregará ao sucessor uma administração — razoavelmente saneada — enquanto isso — a despeito de seu imenso passivo — bom — desempenho — mesmo tendo sido o inventor desse desastre chamado Dilma — mesmo tendo sido o presidente sob cujo governo estouraram os maiores escândalos de corrupção da História nacional — mesmo sendo ele próprio um condenado por corrupção — líder — tripudiam — democracia — instituições — só — a despeito de ter sofrido impeachment — incrível — cabala — um presidiário com longa pena ainda a cumprir — troça — desafia — que seja — “feliz de novo” — escárnio — lulopetista — estado da arte — ao registrar Lula como seu candidato — consta — pública — notória — “ficha limpa” — não apenas sabem — manobra — como — justamente — que lhes seja — denúncia — “perseguição política” — grande mote — sempre no papel de poste — como prefeito e — como provável candidato do PT à Presidência — tom — fraude — com esse espírito — vários — adversários — diante desse desafortado repto lulopetista — deve — simplesmente — prevalecer — resguardar — interesse — coletividade — garantindo — tumulto — interessa — mínimo — respeito — democracia
Marcas de subjetividade por meio do <i>espaço</i> relacionado à <i>instância de discurso</i> de quem enuncia.	ao País o País, um país
Marcas de subjetividade por meio da existência de um tempo linguístico da <i>instância de discurso</i>, que é o tempo de quem enuncia.	Teve — na quarta-feira — é inegável — teve — parecem acreditar — será — dê sinal verde — chegará se for — é — denunciarão — é — é — alimentará — foi — restou — se tornou — deu — que completasse — parece se lembrar — atravessa — foi — formou-se — é — hoje — sintetiza — há — herdou — entregará — aparece — estouraram — surge — tripudiam — está — manteve — desafia — que seja — atingiu — anexou — consta — seria — sabem — será — é — querem — que lhes seja — servirá — tuitou — transformou — incluiu — elegeu — é — escolheu — deve — interessa — não têm
Marcas de subjetividade por meio de verbos que equivalem a um ato convencionalmente socialmente, como é o caso de “jurar”, “prometer”, “garantir”, entre outros.	
Marcas de subjetividade por meio de verbos <i>subjetivos</i>, como “crer”, “achar”, “pensar”, “supor”, entre outros.	
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de pronomes que se atualizam na/pela <i>instância de discurso</i> a cada <i>enunciação</i>.	
Marcas de <i>subjetividade</i> pela expressão específica da primeira pessoa (<i>estrita</i> — “<i>eu</i>” — ou <i>amplificada</i> — “<i>nós</i>”)	

Fonte: da autora (2020).

O editorial intitulado “Tribunal como palanque” (Quadro 7) aborda o que o *enunciador* classifica como sendo uma estratégia de campanha de Lula e do PT fazer o registro da candidatura no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mesmo sabendo que o ex-presidente está inelegível. O argumento inicial do *enunciador* é de que o objetivo de Lula é “transformar o Judiciário em palanque petista”. Para *ele*, essa seria a única alternativa para o partido que caracteriza como símbolo da corrupção e que deu ao país “*o pior governo de todos os tempos*”, o de Dilma Rousseff. O *enunciador* também destaca o bom desempenho de Lula e Dilma nas pesquisas e classifica os dois casos como o ato de “tripudiar da democracia e das instituições”. Ele faz acusações a um ministro do Supremo Tribunal Federal e ao presidente do Senado de serem responsáveis pelo fato de Dilma não ter perdido seus direitos políticos após o *impeachment*. Já Lula é acusado de desafiar os tribunais a mantê-lo na cadeia e de debochar do Judiciário, inclusive com a apresentação de uma certidão de antecedentes sem a condenação, considerando-se, assim, um ficha limpa, o que o *enunciador* classifica como sendo o “estado da arte” do “escárnio lulopetista”. Para *ele*, a provável reprovação da Justiça Eleitoral reforça a alegação de perseguição política a Lula, que teria feito da cela um comitê eleitoral, sendo os dirigentes petistas seus advogados, enquanto os juízes seriam seus adversários políticos. Na manobra de Lula, segundo o *enunciador*, é positivo que demore a decisão sobre a candidatura, já que a campanha é feita nos tribunais. Depois de detalhar o que avalia como sendo a estratégia do PT nas eleições presidenciais, o *enunciador* convoca a responsabilidade do Judiciário de fazer prevalecer a lei, garantir o direito da coletividade, para que a eleição presidencial ocorra sem tumulto, conduta que atribui a quem não tem respeito pela democracia.

Observando a temática que conduz o *discurso* do *enunciador*, é possível perceber que não houve preocupação com a imparcialidade, já que o próprio tema do editorial é uma assertiva de que existe uma estratégia do PT de enfrentamento ao Judiciário na sua campanha eleitoral, ocupando o papel de vítima nas decisões que não forem favoráveis, e traça detalhadamente como isso ocorrerá, na sua avaliação. Embora o *Manual de redação e estilo* (1997) oriente que sejam evitadas afirmações definitivas, de modo a impor verdades, neste editorial, o posicionamento do *enunciador* é enfático, fazendo, inclusive, projeções do que acontecerá em diferentes cenários.

Com relação às marcas de *subjetividade* presentes no *discurso*, por meio da relação *intersubjetiva* com seu *alocutário*, observa-se que o *enunciador* faz uso de uma grande quantidade de apostos que acrescentam informações ou revelam análises intercaladas: “*A incrível farsa*

protagonizada na quarta-feira pelo PT em nome de seu chefe Lula da Silva, **registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como candidato do partido à Presidência a despeito do fato incontestável de que ele é inelegível**, teve um único objetivo: transformar o Judiciário em palanque petista.”; “Seguindo a estratégia desenhada pelo ex-presidente em sua cela em Curitiba, **onde cumpre pena por corrupção e lavagem de dinheiro**, os petistas parecem acreditar que qualquer desfecho jurídico a respeito da candidatura de Lula lhes será benéfico.”. Destaque para o uso recorrente de expressões intercaladas, que parecem servir para justificar ou reforçar o argumento do *enunciador* prevendo uma possível contestação de seu *alocutário*.

Essa *intersubjetividade* também se marca pelo uso do verbo modalizador, indicando de forma enfática, pelo uso do advérbio, uma sugestão do *enunciador*: “Diante desse desafortado reptolopetista, o Judiciário **deve** simplesmente fazer prevalecer a lei e resguardar o interesse da coletividade, garantindo que a eleição presidencial ocorra sem o tumulto que só interessa aos que não têm o mínimo respeito pela democracia”.

O *enunciador* também faz uso de asserções, destacando sua perspectiva acerca dos temas tratados: “O problema é que a estratégia petista está indo de vento em popa”. Isso também ocorre pelo uso dos verbos no subjuntivo, quando *ele* faz uma projeção: “Na remotíssima hipótese de que a Justiça Eleitoral **dê** sinal verde à candidatura, Lula chegará como favorito à disputa.”

As escolhas das formas que o *enunciador* faz para caracterizar os termos também marcam sua *subjetividade* e demonstram como ele mobiliza a língua para influenciar o comportamento de seu *alocutário*. Como ocorre com os adjetivos, que caracterizam e qualificam: “A **incrível** farsa protagonizada na quarta-feira pelo PT em nome de seu **chefão** Lula da Silva, registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como candidato do partido à Presidência a despeito do fato **incontestável** de que ele é **inelegível**, teve um único objetivo: transformar o Judiciário em palanque petista.”; “Na **remotíssima** hipótese de que a Justiça Eleitoral **dê** sinal verde à candidatura, Lula chegará como **favorito** à disputa;”; “se sua candidatura for impugnada, o que é bem mais **provável**, Lula e sua claqué denunciarão a decisão como prova cabal de que o ex-presidente é um **perseguido político**” – e é isso, e apenas isso, o que alimentará a campanha petista.”; “Transformar seu **encalacrado** líder em **vítima** de uma trama **jurídico-midiática** foi o que restou a um partido que, de bastião da ética na política, se tornou símbolo da corrupção nacional e que, de promessa de inovação e de modernidade administrativa, passou à História como a agremiação que deu ao País seu **pior** governo de todos os tempos, o de Dilma Rousseff, felizmente afastada

antes que completasse sua “obra”.”; “Diante desse **desaforado** repto lulopetista, o Judiciário deve simplesmente fazer prevalecer a lei e resguardar o interesse da coletividade, garantindo que a eleição presidencial ocorra sem o tumulto que só interessa aos que não têm o mínimo respeito pela democracia.”

A escolha dos substantivos também denota uma análise do *enunciador* sobre o *discurso*: “A incrível **farsa** protagonizada na quarta-feira pelo PT em nome de seu chefe Lula da Silva, registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como candidato do partido à Presidência a despeito do fato incontestável de que ele é inelegível, teve um único objetivo: transformar o Judiciário em **palanque** petista.”; “Seguindo a **estratégia** desenhada pelo ex-presidente em sua **cela** em Curitiba, onde cumpre pena por corrupção e lavagem de dinheiro, os petistas parecem acreditar que qualquer desfecho jurídico a respeito da candidatura de Lula lhes será benéfico.”; “Com esse espírito, Lula transformou sua **cela** em **comitê eleitoral**, incluiu vários dirigentes petistas entre seus advogados e elegeu os juízes como seus adversários políticos.”

O uso que o *enunciador* faz dos advérbios também podem revelar a *subjetividade* ao intensificarem ou modalizarem o *discurso*: “Transformar seu encalacrado líder em vítima de uma trama jurídico-midiática foi o que restou a um partido que, de bastião da ética na política, se tornou símbolo da corrupção nacional e que, de promessa de inovação e de modernidade administrativa, passou à História como a agremiação que deu ao País seu pior governo de todos os tempos, o de Dilma Rousseff, **felizmente** afastada antes que completasse sua ‘obra’.”; “Formou-se um consenso tácito entre quase todos os principais concorrentes que o nome a ser evitado na campanha é o do atual presidente, Michel Temer, que hoje sintetiza, para a esmagadora maioria da opinião pública, o que há de pior na política – malgrado o fato de que herdou de Dilma um país em frangalhos e entregará ao sucessor uma administração **razoavelmente** saneada.”

Com relação aos indicadores de *subjetividade* revelados pela *categoria* de *espaço*, que se atualiza com referência à *instância de discurso*, observa-se o emprego da forma ‘País’: “Na campanha eleitoral, pouca gente parece se lembrar que a crise política, econômica e moral que o **País** atravessa foi produzida pelos governos de Lula e de Dilma.” Nesse caso, não há uma ocorrência da palavra ‘Brasil’, por exemplo, que estabeleça uma retomada, a referência precisa ser atualizada de acordo com o *espaço* de onde se enuncia.

Já as marcas de *subjetividade* indicadas pela *categoria* de *tempo*, também referenciadas na *instância de discurso*, foram identificadas pela presença de verbos nas formas do presente, pelas

quais o *enunciador* descreve ações ou faz constatações que ocorrem ou são válidas no momento da enunciação: “Seguindo a estratégia desenhada pelo ex-presidente em sua cela em Curitiba, onde **cumpre** pena por corrupção e lavagem de dinheiro, os petistas **parecem** acreditar que qualquer desfecho jurídico a respeito da candidatura de Lula lhes será benéfico”; Formou-se um consenso tácito entre quase todos os principais concorrentes que o nome a ser evitado na campanha **é** o do atual presidente, Michel Temer, que hoje **sintetiza**, para a esmagadora maioria da opinião pública, o que **há** de pior na política – malgrado o fato de que herdou de Dilma um país em frangalhos e entregará ao sucessor uma administração razoavelmente saneada.

Os verbos no passado fazem parte do relato de fatos que ilustram os argumentos do *enunciador*: “Na campanha eleitoral, pouca gente parece se lembrar que a crise política, econômica e moral que o País atravessa **foi** produzida pelos governos de Lula e de Dilma.”; “**Formou-se** um consenso tácito entre quase todos os principais concorrentes que o nome a ser evitado na campanha é o do atual presidente, Michel Temer, que hoje sintetiza, para a esmagadora maioria da opinião pública, o que há de pior na política – malgrado o fato de que **herdou** de Dilma um país em frangalhos e entregará ao sucessor uma administração razoavelmente saneada.”; “O escárnio lulopetista atingiu seu estado da arte quando, ao registrar Lula como seu candidato, o PT **anexou** à documentação uma certidão de antecedentes na qual não consta sua pública e notória condenação.”

Já as formas verbais no futuro indicam uma projeção feita pelo *enunciador*: Na remotíssima hipótese de que a Justiça Eleitoral dê sinal verde à candidatura, Lula **chegará** como favorito à disputa; no entanto, se sua candidatura for impugnada, o que é bem mais provável, Lula e sua claque **denunciarão** a decisão como prova cabal de que o ex-presidente é um “perseguido político” – e é isso, e apenas isso, o que **alimentará** a campanha petista.

Os verbos no modo subjuntivo parecem revelar um tom irônico e crítico do *enunciador*: “Transformar seu encalacrado líder em vítima de uma trama jurídico-midiática foi o que restou a um partido que, de bastião da ética na política, se tornou símbolo da corrupção nacional e que, de promessa de inovação e de modernidade administrativa, passou à História como a agremiação que deu ao País seu pior governo de todos os tempos, o de Dilma Rousseff, felizmente afastada **antes que completasse sua ‘obra’**.”; “e Lula, um presidiário com longa pena ainda a cumprir, faz troça do Judiciário e desafia os tribunais a mantê-lo preso e impedir **que o povo seja “feliz de**

novo”. Esse mesmo tom também se percebe no uso do futuro do pretérito: “*Ele seria, então, um ‘ficha limpa’.*”

Nos seus diferentes usos, os deslocamentos temporais dessas formas verbais – para o passado ou para o futuro – ou até mesmo a concomitância com o momento da *enunciação* consideram o *presente linguístico* da *instância de discurso*, são, portanto, referenciados no *sujeito* que enuncia e constituem marcas de *subjetividade*.

Outras expressões não verbais também estabelecem essa relação com a *instância de discurso*, como ocorre nos exemplos: “*A incrível farsa protagonizada na quarta-feira pelo PT em nome de seu chefe Lula da Silva, registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como candidato do partido à Presidência a despeito do fato incontestável de que ele é inelegível, teve um único objetivo: transformar o Judiciário em palanque petista.*”; *Formou-se um consenso tácito entre quase todos os principais concorrentes que o nome a ser evitado na campanha é o do atual presidente, Michel Temer, que hoje sintetiza, para a esmagadora maioria da opinião pública, o que há de pior na política – malgrado o fato de que herdou de Dilma um país em frangalhos e entregará ao sucessor uma administração razoavelmente saneada.* No primeiro caso, a ‘quarta-feira’ à qual o *enunciador* se refere só pode ser atualizada como sendo a mais próxima do momento da *enunciação*. Com relação a ‘hoje’, a atualização tem referência no momento em que o *locutor* enuncia, o mesmo acontece com ‘atual’, que também coincide com o tempo presente da *enunciação*.

Quadro 9 - Discurso II - jornal *O Estado de São Paulo*

(continua)

Bolsonaro e a imprensa – publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 22/08/2018

As “opiniões” desse candidato sobre ditadura, mulheres, homossexuais e bandidos já são conhecidas. É preciso questioná-lo sobre Previdência, dívida pública e outros temas cruciais

O candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL) tem sido um desafio para a imprensa. Diante do ex-capitão, jornalistas parecem impelidos a levantar questões sobre ditadura militar, mulheres, homossexuais e segurança pública. Quase invariavelmente, Bolsonaro é confrontado a respeito de suas opiniões pregressas e correntes a respeito de tortura ou é instado a comentar a conquista de direitos por minorias, ocasiões em que exercita seu já conhecido deboche – para grande excitação de seus ardorosos seguidores nas redes sociais.

Compreende-se o afã dos jornalistas de expor a truculência de Bolsonaro, perfeita antítese do que se idealiza para a democracia no País. No entanto, ao lhe dar espaço para reafirmar opiniões que nada acrescentam ao debate nacional e se prestam somente a mobilizar sua claque, a mídia em geral acaba por consolidar o capital eleitoral de Bolsonaro – que, além de tudo, posa de vítima de campanha da imprensa e dos militantes do “politicamente correto”, um grande trunfo para quem se apresenta como o candidato “antissistema”.

(conclusão)

Não é apenas no Brasil que a imprensa **tem** encontrado **dificuldades** para lidar com a **ascensão** desses **brucutus** políticos. Nos Estados Unidos, **recentemente**, mais de 300 jornais **publicaram** editoriais, de maneira **coordenada**, contra a **estratégia** do presidente Donald Trump de **desmoralizar** a imprensa. **Foi** mais um **round** do **embate** que **mobiliza** os jornalistas americanos desde que Trump **conquistou** a presidência com um **discurso hostil** a vários dos **mais caros valores democráticos**.

O mesmo **se dá** na Alemanha, onde a ascensão do Alternativa para a Alemanha (**AfD, na sigla em alemão**) **confundiu** o establishment – **contra o qual, não à toa, esse partido populista de direita diz lutar**. Com 13% dos votos na eleição de 2017 e 94 cadeiras no Parlamento, o AfD, **primeiro partido com esse perfil a ter relevância política na Alemanha desde a derrota do nazismo na 2.ª Guerra, seria naturalmente** considerado **importante**; sendo o partido que **é** – **visceralmente contra a União Europeia e contra a imigração, especialmente de muçulmanos** –, o AfD **obviamente suscita a mais viva polêmica**, que **amiúde estampa manchetes**. **É um círculo vicioso**: os **líderes** e **militantes** do AfD **imprecam violentamente** contra imigrantes e contra o euro e **ganham destaque**, atraindo **ainda mais** eleitores **insatisfeitos** com a política em geral e **dispostos** a dar mais votos a esses **populistas**.

No dia 12 passado, contudo, um jornalista alemão, Thomas Walde, **experimentou** algo **diferente**: ao entrevistar para a TV ZDF um dos **principais líderes** do AfD, Alexander Gauland, **tratou-o** como um **político qualquer**, e não como **porta-voz estridente** de **xenófobos, racistas e eurocéticos**. Gauland **foi** questionado sobre temas a respeito dos quais todos os partidos **têm** de lidar, e que **são muito caros** aos alemães, **como mudanças climáticas, aposentadoria e avanços da vida digital**. Nenhuma pergunta **foi** feita a respeito de imigração, pois sobre isso todos já **sabem** qual é a posição do AfD. **Com alguma ironia**, o jornalista Walde **queria** saber qual **era** afinal a “alternativa” defendida pelo AfD para essas questões, uma vez que o partido **se apresenta**, já em seu nome, como “alternativa”. Resultado: Gauland **não soube** responder, demonstrando **publicamente** o **imenso despreparo** de seu partido – **que se limita a propor a implosão do establishment sem conseguir dizer o que pretende colocar no lugar**.

Ao destacar esse caso, a revista americana The Atlantic **ressaltou** que **se tratava** de uma lição a ser aprendida pelos jornalistas dos Estados Unidos a respeito de como tratar o presidente Trump e a extrema direita. O mesmo **talvez se possa dizer** da imprensa brasileira no caso de Bolsonaro. As “**opiniões**” desse candidato sobre a **ditadura, mulheres, homossexuais e bandidos já são bastante conhecidas; é preciso, a partir de agora**, questioná-lo sobre **Previdência, dívida pública, responsabilidade fiscal, planos para educação, saúde e saneamento básico**, entre outros temas **cruciais** para o País. Ou seja, **é preciso** tratar Bolsonaro, **afinal**, como um candidato como outro **qualquer**.

Fonte: Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-e-a-imprensa,70002467565>.

Acesso em: 31 jan. 2020.

Quadro 10 - Marcas de subjetividade do Discurso II do jornal *O Estado de São Paulo*

(continua)

<p>Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de modos verbais, apostos e expressões explicativas, formas subjetivas (verbos, advérbios, adjetivos, substantivos ou locuções), que indicam uma relação <i>intersubjetiva</i> considerada da perspectiva de quem enuncia, buscando influenciar o comportamento do <i>alocutário</i></p>	<p>“opiniões” – Ditadura – Mulheres – Homossexuais – bandidos – É preciso – Previdência – cruciais – desafio – ex-capitão – impelidos – ditadura militar – mulheres – homossexuais – segurança pública – invariavelmente – confrontado – pregressas – correntes – tortura – instado – minorias – conhecido – deboche – grande – excitação – ardorosos – seguidores – afã – expor – truculência – perfeita – antítese – se idealiza – democracia – no entanto – reafirmar – debate nacional – somente – mobilizar – claque – consolidar – capital eleitoral – além de tudo – posa – vítima – campanha – imprensa – militantes – “politicamente correto” – grande – trunfo – “antissistema” – não é apenas – tem – dificuldades – ascensão – brucutus – coordenada – estratégia – desmoralizar – round – embate – conquistou – discurso – hostil – mais – caros – valores – democráticos – se dá – (AfD, na sigla em alemão) – contra o qual, não à toa, esse partido populista de direita diz lutar – primeiro partido</p>
---	---

(conclusão)

	com esse perfil a ter relevância política na Alemanha desde a derrota do nazismo na 2. ^a Guerra – naturalmente – importante – é – visceralmente contra a União Europeia e contra a imigração, especialmente de muçulmanos – obviamente – mais – viva – polêmica – amiúde – estampa – manchetes – é – círculo vicioso – líderes – militantes – imprecam – violentamente – imigrantes – destaque – atraindo – ainda mais – insatisfeitos – dispostos – populistas – contudo – diferente – principais líderes – Alexander Gauland – tratou-o – político qualquer – porta-voz – estridente – xenófobos – racistas – eurocéticos – muito – caros – como mudanças climáticas, aposentadoria e avanços da vida digital – com alguma ironia – publicamente – imenso – despreparo – que se limita a propor a implosão do establishment sem conseguir dizer o que pretende colocar no lugar – talvez se possa dizer – “opiniões” – ditadura – mulheres – homossexuais – bandidos – bastante – conhecidas – é preciso – Previdência – dívida pública – responsabilidade fiscal – planos – educação – saúde – saneamento básico – cruciais – é preciso – afinal – outro qualquer
Marcas de subjetividade por meio do <i>espaço</i> relacionado à <i>instância de discurso</i> de quem enuncia.	País
Marcas de subjetividade por meio da existência de um tempo linguístico da <i>instância de discurso</i>, que é o tempo de quem enuncia.	já – são – é – tem – parecem – é – é – exercita – já – compreende-se – se idealiza – acrescentam – se prestam – acaba – posa – se apresenta – não é – tem – recentemente – publicaram – foi – mobiliza – conquistou – se dá – confundiu – diz – seria – é – suscita – estampa – É – imprecam – ganham – No dia 12 passado – experimentou – tratou-o – foi – sabem – têm – são – foi – queria – era – se apresenta – não soube – que se limita – pretende – ressaltou – se tratava – se possa – já – são – é – a partir de agora – é
Marcas de subjetividade por meio de verbos que equivalem a um ato convencionalmente socialmente, como é o caso de “jurar”, “prometer”, “garantir”, entre outros.	
Marcas de subjetividade por meio de verbos <i>subjetivos</i>, como “crer”, “achar”, “pensar”, “supor”, entre outros.	
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de pronomes que se atualizam na/pela <i>instância de discurso</i> a cada <i>enunciação</i>.	
Marcas de <i>subjetividade</i> pela expressão específica da primeira pessoa (<i>estrita</i> – “eu” – ou <i>amplificada</i> – “nós”)	

Fonte: da autora (2020)

O editorial intitulado “Bolsonaro e a imprensa” (Quadro 9) aborda o modo como a imprensa estava questionando o então candidato Jair Bolsonaro, limitando-se a temas polêmicos sobre os quais, segundo o *enunciador*, já se sabia a opinião dele. O editorial defende que essa

abordagem acabava consolidando o capital eleitoral do candidato e nada acrescentando ao debate nacional. O *enunciador* destaca que compreende que os jornalistas queiram mostrar o que classifica como “truculência” de Bolsonaro, que contraria o que considera o ideal à democracia no País, mas convoca a imprensa a questionar o candidato sobre temas como a Previdência e a dívida pública. Diante dessa abordagem, conforme o *enunciador*, o candidato posa de vítima da imprensa e do “politicamente correto”, o que classifica como um “trunfo” da campanha “antissistema” de Bolsonaro. Demonstrando que há casos semelhantes em outros países, o *enunciador* traz dois exemplos: o primeiro deles é o do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, contra o qual a imprensa americana publicou editoriais em repúdio à desmoralização que estava sofrendo por parte do líder. O segundo exemplo apresentado pelo *enunciador* é o do partido Alternativa para Alemanha, que ele avalia estar ascendendo naquele país com a proposta de “implosão” da classe política, mas que um de seus líderes demonstrou despreparo quando questionado por um jornalista sobre suas propostas sobre temas como mudanças climáticas, aposentadoria e avanços da vida digital. Do mesmo modo como sugeriu a revista The Atlantic aos americanos, o *enunciador* levanta a possibilidade de que Bolsonaro passasse a ser questionado sobre temas como Previdência, dívida pública, responsabilidade fiscal, planos para educação, saúde e saneamento básico, concluindo que era preciso tratá-lo como os demais candidatos.

Abordando exclusivamente a conduta de um candidato à presidência, o *enunciador* não restringe sua crítica, classificando, inclusive, esse comportamento como contrário ao que idealiza para a democracia no País, demonstrando não ter receio com relação à imparcialidade. Essa convocação da imprensa, demonstra o papel do jornalista como intermediário, conforme orienta o *Manual de redação e estilo* (1997) do jornal.

Este editorial, no qual o *enunciador* expressa uma sugestão à imprensa acerca da abordagem feita ao então candidato à presidência Jair Bolsonaro, apresenta marcas de *subjetividade* que se revelam pelo modo como ele mobiliza a *língua* para influenciar o comportamento de seu *alocutário*, isso ocorre tanto por meio da escolha das formas quanto pelo modo como o *discurso* é organizado. É possível identificar marcas dessa *intersubjetividade* a partir do uso de aposto, por meio do qual o *enunciador* destaca uma informação ou análise, por exemplo: “*Quase invariavelmente, Bolsonaro é confrontado a respeito de suas opiniões pregressas e correntes a respeito de tortura ou é instado a comentar a conquista de direitos por minorias, ocasiões em que*

exercita seu já conhecido deboche – para grande excitação de seus ardorosos seguidores nas redes sociais.”

Outras expressões utilizadas pelo *enunciador* também têm essa função de organizar o discurso e demonstram uma relação *intersubjetiva*: “Ou seja, é preciso tratar Bolsonaro, afinal, como um candidato como outro qualquer.”. O uso dos verbos no modo subjuntivo, expressando uma expectativa, projeção ou incerteza, revela a perspectiva de quem enuncia: “O mesmo talvez se possa dizer da imprensa brasileira no caso de Bolsonaro”; O *enunciador* também se marca pelas expressões modalizadoras, pelas quais expressa sugestão: “As ‘opiniões’ desse candidato sobre a ditadura, mulheres, homossexuais e bandidos já são bastante conhecidas; é preciso, a partir de agora, questioná-lo sobre Previdência, dívida pública, responsabilidade fiscal, planos para educação, saúde e saneamento básico, entre outros temas cruciais para o País.” “Ou seja, é preciso tratar Bolsonaro, afinal, como um candidato como outro qualquer.”

Além disso, as escolhas que o *enunciador* faz diante das possibilidades da língua deixam marcas de suas *subjetividade*, como é possível observar pelo uso dos adjetivos, que demonstram uma avaliação: “Quase invariavelmente, Bolsonaro é confrontado a respeito de suas opiniões pregressas e correntes a respeito de tortura ou é instado a comentar a conquista de direitos por minorias, ocasiões em que exercita seu já conhecido deboche – para grande excitação de seus ardorosos seguidores nas redes sociais.”; “No dia 12 passado, contudo, um jornalista alemão, Thomas Walde, experimentou algo diferente: ao entrevistar para a TV ZDF um dos principais líderes do AfD, Alexander Gauland, tratou-o como um político qualquer, e não como porta-voz estridente de xenófobos, racistas e eurocéticos.”.

Os substantivos também marcam como o *enunciador* classifica determinadas situações ou indivíduos: “Quase invariavelmente, Bolsonaro é confrontado a respeito de suas opiniões pregressas e correntes a respeito de tortura ou é instado a comentar a conquista de direitos por minorias, ocasiões em que exercita seu já conhecido deboche – para grande excitação de seus ardorosos seguidores nas redes sociais.”; Compreende-se o afã dos jornalistas de expor a truculência de Bolsonaro, perfeita antítese do que se idealiza para a democracia no País”.

Os verbos utilizados neste editorial também podem revelar sob que perspectiva o *enunciador* produz o seu discurso: Compreende-se o afã dos jornalistas de expor a truculência de Bolsonaro, perfeita antítese do que se idealiza para a democracia no País.”. Nesses casos, quando enuncia que ‘compreende-se’ e ‘se-idealiza’, embora pareça se tratar de um consenso, é uma

avaliação do enunciador. O que também ocorre por meio dos advérbios: “*Quase invariavelmente, Bolsonaro é confrontado a respeito de suas opiniões pregressas e correntes a respeito de tortura ou é instado a comentar a conquista de direitos por minorias, ocasiões em que exercita seu já conhecido deboche – para grande excitação de seus ardorosos seguidores nas redes sociais.*”; “*As “opiniões” desse candidato sobre a ditadura, mulheres, homossexuais e bandidos já são bastante conhecidas.*”

Com relação aos indicadores de *subjetividade* revelados pela *categoria de espaço*, observa-se o uso de ‘País’ sem uma referência objetiva que possa ser retomada: “*Compreende-se o afã dos jornalistas de expor a truculência de Bolsonaro, perfeita antítese do que se idealiza para a democracia no País*”. Nesse caso, a referência que situa o sentido de ‘País’ está na *instância de discurso*, no *espaço* de onde se enuncia.

As formas verbais no presente empregadas pelo *enunciador* expressam o que *ele* tem observado ocorrer no mesmo momento da *enunciação*: “*Compreende-se o afã dos jornalistas de expor a truculência de Bolsonaro, perfeita antítese do que se idealiza para a democracia no País. No entanto, ao lhe dar espaço para reafirmar opiniões que nada acrescentam ao debate nacional e se prestam somente a mobilizar sua claque, a mídia em geral acaba por consolidar o capital eleitoral de Bolsonaro – que, além de tudo, posa de vítima de campanha da imprensa e dos militantes do “politicamente correto”, um grande trunfo para quem se apresenta como o candidato “antissistema”.*”

Já os verbos no passado são parte de relatos de fatos anteriores ao momento da *enunciação* que reforçam a tese do *enunciador*: “*Não é apenas no Brasil que a imprensa tem encontrado dificuldades para lidar com a ascensão desses brucutus políticos. Nos Estados Unidos, recentemente, mais de 300 jornais publicaram editoriais, de maneira coordenada, contra a estratégia do presidente Donald Trump de desmoralizar a imprensa. Foi mais um round do embate que mobiliza os jornalistas americanos desde que Trump conquistou a presidência com um discurso hostil a vários dos mais caros valores democráticos”; “*O mesmo se dá na Alemanha, onde a ascensão do Alternativa para a Alemanha (AfD, na sigla em alemão) confundiu o establishment – contra o qual, não à toa, esse partido populista de direita diz lutar.*”; No dia 12 passado, contudo, um jornalista alemão, Thomas Walde, experimentou algo diferente: ao entrevistar para a TV ZDF um dos principais líderes do AfD, Alexander Gauland, tratou-o como um político qualquer, e não como porta-voz estridente de xenófobos, racistas e eurocéticos.”; “*Ao**

destacar esse caso, a revista americana *The Atlantic* **ressaltou** que se **tratava** de uma lição a ser aprendida pelos jornalistas dos Estados Unidos a respeito de como tratar o presidente Trump e a extrema direita.

O enunciador também utiliza expressões não verbais, mas que têm como referência o tempo presente da *instância de discurso*, o momento da *enunciação*: “**No dia 12 passado**, contudo, um jornalista alemão, Thomas Walde, experimentou algo diferente: ao entrevistar para a TV ZDF um dos principais líderes do AfD, Alexander Gauland, tratou-o como um político qualquer, e não como porta-voz estridente de xenófobos, racistas e eurocéticos.” Nesse caso, o alocutário retoma o ‘dia 12’ mais recente em relação ao momento da *enunciação*. Isso também ocorre em: *O mesmo talvez se possa dizer da imprensa brasileira no caso de Bolsonaro. As “opiniões” desse candidato sobre a ditadura, mulheres, homossexuais e bandidos já são bastante conhecidas; é preciso, a partir de agora*, questioná-lo sobre Previdência, dívida pública, responsabilidade fiscal, planos para educação, saúde e saneamento básico, entre outros temas cruciais para o País. Neste caso, o ‘a partir de agora’ tem como referência o momento da *enunciação*.

Quadro 11 - Discurso III - jornal *O Estado de São Paulo*

(continua)

Mistificação – publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 23/08/2018

Era mesmo necessário que alguém da **estatura** de FHC, **reconhecido internacionalmente**, **visse** a público **manifestar** seu **repúdio mais veemente** contra essa **campanha** de **desinformação** e **má-fé** da **máquina lulopetista**

O jornal britânico *Financial Times* **publicou no dia 21** um artigo de Fernando Henrique Cardoso no qual o ex-presidente **critica duramente** seu sucessor, Lula da Silva, por **enxovalhar** a imagem do Brasil no exterior – **a mais recente estocada foi** um artigo, publicado pelo *New York Times*, em que o petista **diz**, entre outras **barbaridades**, que sua prisão “foi a última fase de um golpe em câmera lenta destinado a marginalizar permanentemente as forças progressistas no Brasil”.

Em **resposta** a essa **patacoada**, FHC **escreveu** que “a maneira que Lula da Silva escolheu para se defender perante o mundo (...) tem de ser contestada”, pois “sua versão da história recente do Brasil guarda escassa relação com a realidade”. **Diz também** que “o ex-presidente retrata o Brasil como uma democracia em ruínas, na qual o Estado de Direito deu lugar a medidas arbitrárias destinadas a enfraquecê-lo e a seu partido”, o que “não é verdade”.

Depois de descrever as **muitas mentiras** de Lula sobre o “**golpe**” contra a presidente Dilma Rousseff e sobre o processo que **condenou** o petista à **cadeia**, FHC **afirma** que “é uma grave distorção da realidade (...) dizer que há uma campanha no Brasil para perseguir indivíduos específicos” e **termina** com um **protesto**: “Meu país merece mais respeito”.

Já não era sem tempo. A **máquina lulopetista** de **agitação** e **propaganda**, **calejada** depois de mais de três décadas **destruindo reputações alheias** e **construindo** a **mitologia** de seu **morubixaba**, há muito tempo **trabalha** para **convencer** a **opinião pública** no exterior de que o **impeachment** de Dilma e a **prisão** de Lula foram parte do tal “**golpe**” **destinado** a “reverter o progresso dos governos do PT”, como **diz** o **caviloso** artigo do **chefão** petista. **Era mesmo necessário** que alguém da **estatura** de FHC, **reconhecido internacionalmente** como

(conclusão)

estadista, viesses a público manifestar seu repúdio mais veemente contra essa campanha de desinformação e má-fé.

Mas o fato é que o estrago está feito. O aparato da seita de Lula para desmoralizar a democracia brasileira no exterior mobilizou tantas frentes que hoje é praticamente impossível tentar conter seus danos por meios tradicionais, como a diplomacia, ou com artigos na imprensa estrangeira.

São artistas, intelectuais, professores universitários e políticos de diversos países, todos convencidos de que Dilma Rousseff caiu em razão de um “golpe” e que Lula da Silva é um “preso político”. Pudera: até uma “greve de fome” os petistas deflagraram para caracterizar o “estado de exceção” brasileiro.

Essa campanha de desinformação não para de dar frutos. No mês passado, por exemplo, o cientista político Steven Levitski, de Harvard, autor do best-seller Como as Democracias Morrem, disse em entrevista ao Estado que o impeachment de Dilma “viola o espírito das leis” e que a exclusão de Lula da corrida presidencial “é algo perigoso a se fazer” – como se, em ambos os casos, a lei não tivesse sido seguida.

O mesmo equivoco, mas numa dimensão muito maior, cometeu o ex-chanceler do México Jorge Castañeda. Em artigo no *New York Times*, intitulado *Por que Lula deve ter permissão para concorrer à Presidência*, Castañeda argumenta que “a causa de Lula foi endossada por muitas figuras internacionais ao redor do mundo” e sugere que seu caso se assemelha à perseguição política empreendida pelas ditaduras da Venezuela e da Nicarágua contra seus oponentes. Após dizer que impedir a candidatura de Lula seria marginalizar milhões de eleitores que querem “seu ídolo de volta à Presidência”, ele completa: “As acusações (contra Lula) são tão frágeis, os alegados crimes, tão pequenos, a sentença, tão escandalosamente desproporcional (...) que a democracia deveria se sobrepor ao Estado de Direito” – ou seja, o “desejo” dos eleitores de Lula deveria prevalecer sobre a lei.

Quando prestigiados intelectuais, alguns com boas credenciais democráticas, se deixam encantar dessa forma pelas patranhas de Lula, a ponto de abdicar da defesa do Estado de Direito – que é o pilar da democracia, pois assegura que ninguém, nem mesmo deidades como Lula, está acima da lei –, só resta esperar que a Justiça brasileira não vergue ante essa espantosa histeria coletiva.

Fonte: Disponível em <https://opinio.estadoa.com.br/noticias/geral,mistificacao,70002469083>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Quadro 12 - Marcas de subjetividade do Discurso III do jornal *O Estado de São Paulo*

(continua)

<p>Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de modos verbais, apostos e expressões explicativas, formas subjetivas (verbos, advérbios, adjetivos, substantivos ou locuções), que indicam uma relação <i>intersubjetiva</i> considerada da perspectiva de quem enuncia, buscando influenciar o comportamento do <i>alocutário</i></p>	<p>Mistificação – mesmo – necessário – estatura – reconhecido – internacionalmente – viesse – manifestar – repúdio – mais – veemente – campanha – desinformação – má-fé – máquina – lulopetista – crítica – duramente – enxovalhar – estocada – barbaridades – resposta – patacoada – também – muitas – mentiras – “golpe” – cadeia – protesto – máquina – lulopetista – agitação – propaganda – calejada – destruindo – reputações – alheias – construindo – mitologia – morubixaba – convencer – opinião pública – impeachment – prisão – “golpe” – destinado – caviloso – chefão – mesmo – necessário – estatura – reconhecido – internacionalmente – estadista – viesse – manifestar – repúdio – mais – veemente – campanha – desinformação – má-fé – o fato é que – estrago – aparato – seita – Lula – desmoralizar – democracia – brasileira – exterior – frentes – praticamente – impossível – tentar – conter – danos – meios – tradicionais – diplomacia – artistas – intelectuais – professores universitários – políticos – convencidos – “golpe” – “preso político” – até – “greve de fome – caracterizar – “estado de exceção” – campanha – desinformação – frutos – por exemplo – autor do best-seller <i>Como as Democracias Morrem</i> – impeachment – exclusão – corrida presidencial – como se, em ambos os casos, a lei não tivesse sido seguida – equivoco – dimensão – muito maior – perseguição – empreendida – ditaduras –</p>
---	---

(conclusão)

	opponentes – marginalizar – ou seja – “desejo” – prevalecer – alguns com boas credenciais democráticas – encantar – patranhas – abdicar – defesa – que é o pilar da democracia, pois assegura que ninguém, nem mesmo deidades como Lula, está acima da lei – só resta – esperar – espantosa – histeria coletiva.
Marcas de subjetividade por meio do <i>espaço</i> relacionado à <i>instância de discurso</i> de quem enuncia.	
Marcas de subjetividade por meio da existência de um tempo linguístico da <i>instância de discurso</i>, que é o tempo de quem enuncia.	era – viesse – publicou – no dia 21 – a mais recente – foi – diz – escreveu – diz – condenou – afirma – termina – trabalha – diz – era – viesse – é – está – mobilizou – hoje – é – são – caiu – é – pudera – deflagraram – não para – no mês passado – disse – tivesse sido – cometeu – argumenta – sugere – assemelha – seria – querem – completa – deveria – se deixam – é – assegura – está – resta – não vergue
Marcas de subjetividade por meio de verbos que equivalem a um ato convencionalizado socialmente, como é o caso de “jurar”, “prometer”, “garantir”, entre outros.	
Marcas de subjetividade por meio de verbos <i>subjetivos</i>, como “crer”, “achar”, “pensar”, “supor”, entre outros.	
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de pronomes que se atualizam na/pela <i>instância de discurso</i> a cada <i>enunciação</i>.	
Marcas de <i>subjetividade</i> pela expressão específica da primeira pessoa (<i>estrita</i> – “eu” – ou <i>amplificada</i> – “nós”)	

Fonte: da autora (2020)

O editorial intitulado “Mistificação” (Quadro 11) aborda a imagem do Brasil que o ex-presidente Lula estaria passando para o exterior. O *enunciador* traz inicialmente um artigo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal britânico *Financial Times*, em resposta a outra publicação assinada por Lula, no *New York Times*, na qual classifica sua prisão como um golpe. Em resposta, FHC escreveu que a versão que Lula conta da história recente do Brasil que pouco reflete a realidade. Também diz não ser verdade que a democracia no Brasil estaria em ruínas. Depois de descrever o que o *enunciador* classifica como “as muitas mentiras de Lula”, o artigo de FHC diz haver uma grave distorção da realidade e pede respeito ao Brasil. Para o *enunciador*, era necessário que alguém como FHC, reconhecido internacionalmente como estadista, viesse a público manifestar seu repúdio contra o que ele caracteriza como uma campanha

de desinformação e má-fé. O *enunciador* destaca que depois de tantas frentes mobilizadas por Lula para desmoralizar a democracia brasileira no exterior é praticamente impossível conter seus danos por meio da diplomacia ou com artigos na imprensa estrangeira. Também relata que há artistas, intelectuais, professores universitários e políticos de diversos países convencidos da versão de Lula. Como exemplo cita o cientista político Steven Levitski, de Harvard, que teria dito em entrevista que o *impeachment* de Dilma “viola o espírito das leis” e que a exclusão de Lula da corrida presidencial “é algo perigoso a se fazer”. O *enunciador* observa, em tom crítico, que Levitski fala como se ambos os casos não tivessem seguido a lei. Outro exemplo citado é o do ex-chanceler do México Jorge Castañeda, que classifica o caso de Lula como perseguição política semelhante ao que ocorre na Venezuela em artigo para o *New York Times*. Castañeda acrescenta que as acusações contra Lula são frágeis e que a sentença contra ele foi desproporcional, concluindo que a democracia deveria se sobrepôr ao Estado de Direito. Com isso, o *enunciador* analisa que o que Castañeda defende é que os desejos dos eleitores de Lula prevaleçam sobre a lei. E conclui dizendo que quando intelectuais atuam em defesa de Lula, a ponto de abdicar da defesa do Estado de Direito, que considera o pilar da democracia por assegurar que ninguém está acima da lei, só resta esperar que a Justiça brasileira se mantenha firme diante do que classifica como “histeria coletiva”.

Embora o *Manual de redação e estilo (1997)* recomende a imparcialidade e que sejam evitadas afirmações enfáticas e definitivas, de modo a permitir que os leitores tirem suas próprias conclusões, observa-se que o *enunciador* posiciona-se de forma veemente contra as afirmações de Lula e isso fica evidente nas muitas caracterizações e uso de termos qualificadores, os quais são destacados na análise.

O modo como o *enunciador* mobiliza a *língua* para enunciar também revela uma relação *intersubjetiva* que deixa marcas linguísticas de *subjetividade*, já que ele faz escolhas buscando influenciar o comportamento de seu *alocutário*. Para isso, dispõe tanto das formas como dos modos de organização do *discurso*. Essas marcas podem ser observadas neste editorial pelo uso de aposto, que acrescenta uma informação ou análise do *enunciador*: “Essa campanha de desinformação não para de dar frutos. No mês passado, por exemplo, o cientista político Steven Levitski, de Harvard, autor do best-seller Como as Democracias Morrem, disse em entrevista ao Estado que o *impeachment* de Dilma “viola o espírito das leis” e que a exclusão de Lula da corrida presidencial “é algo perigoso a se fazer” – como se, em ambos os casos, a lei não tivesse sido seguida.”.

O enunciador também revela sua subjetividade pelo uso de expressões que organizam o discurso: “As acusações (contra Lula) são tão frágeis, os alegados crimes, tão pequenos, a sentença, tão escandalosamente desproporcional (...) que a democracia deveria se sobrepor ao Estado de Direito” – **ou seja**, o “desejo” dos eleitores de Lula deveria prevalecer sobre a lei.

As formas verbais no modo subjuntivo expressam imprecisão, projeção ou incerteza da perspectiva do enunciador: “Essa campanha de desinformação não para de dar frutos. No mês passado, por exemplo, o cientista político Steven Levitski, de Harvard, autor do best-seller *Como as Democracias Morrem*, disse em entrevista ao Estado que o impeachment de Dilma “viola o espírito das leis” e que a exclusão de Lula da corrida presidencial “é algo perigoso a se fazer” – **como se, em ambos os casos, a lei não tivesse sido seguida.**”

O enunciador também expressa certeza: “Mas o fato é que o estrago está feito.” Ou expectativa: “Quando prestigiados intelectuais, alguns com boas credenciais democráticas, se deixam encantar dessa forma pelas patranhas de Lula, a ponto de abdicar da defesa do Estado de Direito – que é o pilar da democracia, pois assegura que ninguém, nem mesmo deidades como Lula, está acima da lei –, **só resta esperar que** a Justiça brasileira não vergue ante essa espantosa histeria coletiva.”

Com relação às escolhas dos termos qualificativos que o enunciador faz, observa-se o uso de adjetivos, que reforçam seu posicionamento no discurso: “Já não era sem tempo. A máquina **lulopetista** de agitação e propaganda, **calejada** depois de mais de três décadas destruindo reputações **alheias** e construindo a mitologia de seu morubixaba, há muito tempo trabalha para convencer a opinião pública no exterior de que o impeachment de Dilma e a prisão de Lula foram parte do tal “golpe” destinado a “reverter o progresso dos governos do PT”, como diz o **caviloso** artigo do chefe petista. Era mesmo **necessário** que alguém da estatura de FHC, **reconhecido** internacionalmente como estadista, viesse a público manifestar seu repúdio mais **veemente** contra essa campanha de desinformação e má-fé.

Os substantivos presentes no discurso também derivam das escolhas conforme o modo que o enunciador classifica termos, condutas ações e situações: “Já não era sem tempo. A **máquina** lulopetista de **agitação** e **propaganda**, calejada depois de mais de três décadas destruindo **reputações** alheias e construindo a **mitologia** de seu **morubixaba**, há muito tempo trabalha para convencer a opinião pública no exterior de que o **impeachment** de Dilma e a **prisão** de Lula foram parte do tal “**golpe**” destinado a “reverter o progresso dos governos do PT”, como diz o caviloso

artigo do **chefão** petista. Era mesmo necessário que alguém da **estatura** de FHC, reconhecido internacionalmente como estadista, viesse a público manifestar seu **repúdio** mais veemente contra essa **campanha** de **desinformação** e **má-fé**.”; “Mas o fato é que o **estrago** está feito. O **aparato** da **seita** de Lula para desmoralizar a democracia brasileira no exterior mobilizou tantas **frentes** que hoje é praticamente impossível tentar conter seus danos por meios tradicionais, como a **diplomacia**, ou com artigos na imprensa estrangeira.”. O que também ocorre com os advérbios: “O jornal britânico Financial Times publicou no dia 21 um artigo de Fernando Henrique Cardoso no qual o ex-presidente critica **duramente** seu sucessor, Lula da Silva, por enxovalhar a imagem do Brasil no exterior – a mais recente estocada foi um artigo, publicado pelo New York Times, em que o petista diz, entre outras barbaridades, que sua prisão “foi a última fase de um golpe em câmera lenta destinado a marginalizar **permanentemente** as forças progressistas no Brasil.”.

Por fim, marca-se pela escolha de verbos que consistem em sua avaliação feita pelo enunciador: “O jornal britânico Financial Times publicou no dia 21 um artigo de Fernando Henrique Cardoso no qual o ex-presidente critica duramente seu sucessor, Lula da Silva, por **enxovalhar** a imagem do Brasil no exterior – a mais recente estocada foi um artigo, publicado pelo New York Times, em que o petista diz, entre outras barbaridades, que sua prisão “foi a última fase de um golpe em câmera lenta destinado a **marginalizar** permanentemente as forças progressistas no Brasil”.

Os verbos escolhidos pelo enunciador também revelam marcas de *subjetividade* por meio do tempo, que está relacionado à *instância de discurso*, isto é, ao momento da *enunciação*. Neste discurso, além de expressar uma ação ou constatação que ocorre concomitante à *enunciação*, as formas verbais no presente são usadas pelo enunciador com uma função descritiva: “O jornal britânico Financial Times publicou no dia 21 um artigo de Fernando Henrique Cardoso no qual o ex-presidente **critica** duramente seu sucessor, Lula da Silva, por enxovalhar a imagem do Brasil no exterior – a mais recente estocada foi um artigo, publicado pelo New York Times, em que o petista **diz**, entre outras barbaridades, que sua prisão “foi a última fase de um golpe em câmera lenta destinado a marginalizar permanentemente as forças progressistas no Brasil”. **Diz** também que “o ex-presidente retrata o Brasil como uma democracia em ruínas, na qual o Estado de Direito deu lugar a medidas arbitrárias destinadas a enfraquecê-lo e a seu partido”, o que “não é verdade”. “Essa campanha de desinformação não **para** de dar frutos.”; O mesmo equívoco, mas numa dimensão muito maior, cometeu o ex-chanceler do México Jorge Castañeda. Em artigo

no *New York Times*, intitulado *Por que Lula deve ter permissão para concorrer à Presidência*, Castañeda **argumenta** que “a causa de Lula foi endossada por muitas figuras internacionais ao redor do mundo” e **sugere** que seu caso se assemelha à perseguição política empreendida pelas ditaduras da Venezuela e da Nicarágua contra seus oponentes. Após dizer que impedir a candidatura de Lula seria marginalizar milhões de eleitores que querem “seu ídolo de volta à Presidência”, ele **completa**: “As acusações (contra Lula) são tão frágeis, os alegados crimes, tão pequenos, a sentença, tão escandalosamente desproporcional (...) que a democracia deveria se sobrepor ao Estado de Direito” – ou seja, o “desejo” dos eleitores de Lula deveria prevalecer sobre a lei”.; “Quando prestigiados intelectuais, alguns com boas credenciais democráticas, **se deixam** encantar dessa forma pelas patranhas de Lula, a ponto de abdicar da defesa do Estado de Direito – que **é** o pilar da democracia, pois **assegura** que ninguém, nem mesmo deidades como Lula, **está** acima da lei –, só **resta** esperar que a Justiça brasileira não **vergue** ante essa espantosa histeria coletiva.”

As formas verbais no passado são utilizadas para indicar fatos trazidos ao discurso para embasar os argumentos do enunciador: “São artistas, intelectuais, professores universitários e políticos de diversos países, todos convencidos de que Dilma Rousseff caiu em razão de um “golpe” e que Lula da Silva é um “preso político”. Pudera: até uma “greve de fome” os petistas **deflagraram** para caracterizar o “estado de exceção” brasileiro. Depois de descrever as muitas mentiras de Lula sobre o “golpe” contra a presidente Dilma Rousseff e sobre o processo que **condenou** o petista à cadeia, FHC afirma que “é uma grave distorção da realidade (...) dizer que há uma campanha no Brasil para perseguir indivíduos específicos” e termina com um protesto: “Meu país merece mais respeito”. Essa campanha de desinformação não para de dar frutos. No mês passado, por exemplo, o cientista político Steven Levitski, de Harvard, autor do best-seller *Como as Democracias Morrem*, **disse** em entrevista ao Estado que o impeachment de Dilma “viola o espírito das leis” e que a exclusão de Lula da corrida presidencial “é algo perigoso a se fazer” – como se, em ambos os casos, a lei não tivesse sido seguida. O mesmo equívoco, mas numa dimensão muito maior, **cometeu** o ex-chanceler do México Jorge Castañeda. Em artigo no *New York Times*, intitulado *Por que Lula deve ter permissão para concorrer à Presidência*, Castañeda argumenta que “a causa de Lula foi endossada por muitas figuras internacionais ao redor do mundo” e sugere que seu caso se assemelha à perseguição política empreendida pelas ditaduras da Venezuela e da Nicarágua contra seus oponentes.

Formas não verbais empregadas pelo *enunciador* também estão referenciadas no *presente da instância de discurso*: “O jornal britânico *Financial Times* publicou **no dia 21** um artigo de Fernando Henrique Cardoso no qual o ex-presidente critica duramente seu sucessor, Lula da Silva, por enxovalhar a imagem do Brasil no exterior – **a mais recente** estocada foi um artigo, publicado pelo *New York Times*, em que o petista diz, entre outras barbaridades, que sua prisão “foi a última fase de um golpe em câmera lenta destinado a marginalizar permanentemente as forças progressistas no Brasil”. “O aparato da seita de Lula para desmoralizar a democracia brasileira no exterior mobilizou tantas frentes que **hoje** é praticamente impossível tentar conter seus danos por meios tradicionais, como a diplomacia, ou com artigos na imprensa estrangeira.”. No primeiro exemplo, o *alocutário* compreende ‘*dia 21*’ como sendo o mais próximo do momento da *enunciação*. O mesmo ocorre com ‘*a mais recente*’, que se considera em relação ao tempo em que se enuncia. No caso de ‘*hoje*’ é o momento concomitante à *enunciação*.

Em uma análise geral dos três *discursos* do jornal *O Estado de São Paulo* trazidos nesta seção é possível afirmar que as marcas de *subjetividade* que mais se fizeram presentes foram as relacionadas às *categorias de pessoa e de tempo*. Nos três *discursos*, o *enunciador* deixou marcas de sua relação com seu *alocutário*, principalmente pelo uso de apostos, do modo subjuntivo, de asserções, modalizadores e pelas escolhas lexicais, que resultaram em um grande número de adjetivos e substantivos que refletem a perspectiva do *enunciador*, contrariando, inclusive, a recomendação do *Manual de redação e estilo* (1997) do jornal *O Estado de São Paulo* tanto no que se refere ao uso de expressões definifivas que possam impor um posicionamento e quanto à imparcialidade e ao posicionamento definitivo ou enfático.

Pela *categoria de tempo* também foi possível identificar marcas de *subjetividade* nos três *discursos* por meio das formas verbais, todas elas referenciadas a partir da *instância de discurso* que se instaura pela *enunciação*. Além delas, outras formas temporais referenciadas no presente da *enunciação* foram identificadas, revelando que a temporalidade do *discurso* está sob dependência do tempo que o *sujeito* enuncia.

Nenhum dos *discursos* abordados nesta seção apresentou marcas de *subjetividade* por meio de verbos que equivalessem a um ato convencional; por meio de verbos *subjetivos* como “crer”, “achar”, “pensar”, “supor”; ou pela expressão específica da *primeira pessoa* (“eu”) ou da *pessoa amplificada* (“nós”).

Já as marcas relacionadas ao *espaço* e aos pronomes, que se atualizam pela *instância de discurso*, aparecem em dois editoriais, dos três analisados, todas relacionadas ao termo ‘país’.

Sobre o tema dos *discursos*, os três fazem críticas diretas, dois deles ao ex-presidente Lula e um ao então candidato Jair Bolsonaro. Não se observa preocupação com a imparcialidade ou com a restrição do uso de expressões enfáticas ou qualificativas, sendo os *discursos* repletos de adjetivos e substantivos frutos da escolha do *enunciador* a partir da *sua* análise da situação descrita.

4.2.3 Análise de editoriais publicados no jornal *O Globo*

Na seção 3.1.3 são analisadas as diretrizes sobre como o *Manual de redação e estilo* do jornal *O Globo* (1999) orienta que seja o discurso jornalístico de sua equipe. Cabe destacar que o manual busca orientar para uma linguagem jornalística mais moderna, considerando que o profissional da área tem sido cada vez mais cobrado por sua capacidade técnica.

Com relação ao editorial, em geral, os jornalistas são orientados a conhecer a opinião do jornal e expressarem-se com clareza, exatidão, concisão, sem abrir mão do estilo. A simplicidade, a correção e o vasto vocabulário também foram destacados como desejáveis a atuação do jornalista, com atenção para uso de adjetivos, pronomes indefinidos ou verbos declarativos que possam deturpar o sentido do discurso ou comprometer a clareza.

Outras características a serem evitadas no discurso jornalístico, conforme o manual, são a imprecisão, o exagero, a inadequação e a redundância.

Mesmo que no manual conste que, inevitavelmente, é o jornalista que avalia a abordagem a ser feita, chamou atenção o fato de atribuir ao jornal o papel de *enunciador* no editorial. Com relação ao estilo, o editorial é descrito com uma certa liberdade em relação aos demais gêneros, embora também esteja sujeito a normas. Entre as recomendações, está a de que o *discurso* seja baseado em fatos e argumentos, sem ser pomposo.

Quanto à temática, segundo o manual, o editorialista pode buscar como fonte o noticiário, mas não deve limitar-se a isso, acrescentando com a sua análise, que deve considerar a linha editorial do jornal, de modo que ela não o limite a ponto de comprometer a descrição dos fatos.

Quadro 13 - Discurso I - jornal *O Globo*

<p>A <u>vitimização</u> de Lula na manobra da candidatura – publicado no Jornal O Globo em 16/08/2018</p> <p>O <u>projeto</u> é levá-la o <u>mais longe possível</u>, para ajudar na transferência de votos a Haddad</p> <p><u>Não se nega</u> ao PT a <u>competência</u> em <u>torcer fatos</u> e <u>repetir à exaustão</u> sua <u>versão</u>, para conseguir <u>dar a volta por cima</u> nos próprios <u>maus momentos</u>, e <u>fazer valer</u> seu discurso.</p> <p>A <u>carreira</u> política de Lula <u>estaria</u> encerrada, <u>ou pelo menos bastante abalada</u>, na condenação no processo do triplex do Guarujá, <u>em duas instâncias</u>, com <u>vários</u> recursos negados, <u>até</u> no Supremo, <u>não fosse ele</u> uma <u>liderança política caudilhesca</u>, com <u>ares de divindade</u>.</p> <p><u>Seguidores fiéis se recusam</u> a examinar as provas materiais e testemunhais que <u>atestam</u> que um apartamento simples no prédio concluído pela OAS <u>foi</u> substituído pela cobertura triplex, reformada, com elevador interno e cozinha moderna (<u>comprada na mesma loja que forneceu a cozinha do sítio de Atibaia, assunto de outro processo</u>).</p> <p><u>Em troca</u>, o PT <u>abriu as portas</u> da Petrobras para a empreiteira. Daí tantos juízes <u>rejeitarem</u> argumentos da defesa do ex-presidente.</p> <p>O roteiro seguido para registrar a candidatura de Lula a presidente, para <u>que ele possa</u> se eleger pela terceira vez, <u>segue</u> um padrão. <u>Inelegível, pelo que estabelece de forma clara a Lei da Ficha Limpa — segundo a qual condenados em segunda instância ficam impedidos de concorrer a eleições por oito anos —</u>, Lula <u>mobilizou</u> partido e <u>aliados</u> para resistir e tentar <u>emparedar</u> o Judiciário.</p> <p><u>Em parte, consegue</u> no Supremo, mas <u>enfrenta dificuldades</u> na Justiça Eleitoral. Todas as indicações <u>são</u> de que a Ficha Limpa <u>também valerá</u> para <u>ele</u>, seguindo o <u>inegociável</u> princípio republicano de que a lei <u>é</u> para todos.</p> <p><u>Tanto que</u> o PT <u>deixou engatilhado</u> um <u>plano B: assume</u> o lugar de Lula na chapa Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo, o candidato a vice, e, substituindo este, Manuela D'Ávila, inicialmente candidata à Presidência pelo satélite PCdoB.</p> <p><u>Parece bem executada</u> a <u>tática</u> de levar até o fim a candidatura do ex-presidente, numa <u>tentativa ousada</u> de <u>inseminar sua</u> foto na urna e <u>mesmo</u> de <u>contrabandear-lo</u> para o programa eleitoral.</p> <p>A <u>recém-empossada</u> presidente do TSE, <u>ministra Rosa Weber</u>, <u>não se mostra disposta</u> e permitir <u>que</u> o tribunal <u>seja</u> um <u>joguete</u> na <u>manobra lulopetista</u>. E <u>espera-se que o mesmo ocorra</u> no Supremo, aonde <u>deverá</u> chegar um <u>último</u> recurso.</p> <p><u>Tudo isso</u> para <u>tentar</u> ampliar <u>ao máximo</u> a capacidade de transferência de votos lulistas para Haddad, <u>mal cotado</u> em pesquisas em que <u>seu</u> nome <u>foi</u> incluído. Para <u>turbinar ainda mais</u> esta manobra, o partido e o ex-presidente <u>procuram</u> usar <u>ao máximo</u> o <u>clássico ingrediente</u> da <u>vitimização</u> — <u>truque sempre utilizado</u> no PT. <u>Militantes</u> nas ruas, <u>versões distorcidas espalhadas</u> nas redes e artigos na imprensa estrangeira <u>servem</u> para <u>criar a falsa ideia</u> de um <u>mártir do povo</u>, um <u>injusticado</u>. <u>De nada valem</u> os <u>robustos</u> autos dos processos.</p>	
--	--

Fonte: Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opinia0/a-vitimizacao-de-lula-na-manobra-da-candidatura-22982144>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Quadro 14 - Marcas de subjetividade do Discurso I do jornal *O Globo*

(continua)

<p>Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de modos verbais, apostos e expressões explicativas, formas subjetivas (verbos, advérbios, adjetivos, substantivos ou locuções), que indicam uma relação <i>intersubjetiva</i> considerada da perspectiva de quem enuncia, buscando influenciar o comportamento do <i>alocutário</i></p>	<p>vitimização – projeto – mais – longe – possível – não se nega – competência – torcer fatos – repetir – à exaustão – versão – dar a volta por cima – maus momentos– fazer valer – carreira – ou pelo menos bastante abalada – em duas instâncias – vários – até – não fosse – liderança política caudilhesca – ares de divindade – seguidores – fiéis – se recusam – atestam – foi – (comprada na mesma loja que forneceu a cozinha do sítio de Atibaia, assunto de outro processo) – em troca– abriu as portas – rejeitarem – que ele possa – inelegível – pelo que estabelece de forma clara a Lei</p>
---	--

(conclusão)

	da Ficha Limpa – segundo a qual condenados em segunda instância ficam impedidos de concorrer a eleições por oito anos – aliados – emparedar – em parte – dificuldades – são – também – valerá – inegociável – tanto que – engatilhado – plano B – parece – bem executada – tática – tentativa – ousada – inseminar – mesmo – contrabandeá-lo – recém-empossada – ministra Rosa Weber – não se mostra – disposta – que seja – joguete – manobra – lulopetista – espera-se – que o mesmo ocorra – deverá – último – tudo isso – ampliar – ao máximo – mal cotado – turbinar – ainda mais – ao máximo – clássico – ingrediente – vitimização – truque – sempre – utilizado – militantes – versões – distorcidas – espalhadas – criar a falsa ideia – mártir do povo – injustiçado – De nada valem – robustos
Marcas de subjetividade por meio do <i>espaço</i> relacionado à <i>instância de discurso</i> de quem enuncia.	
Marcas de subjetividade por meio da existência de um tempo linguístico da <i>instância de discurso</i>, que é o tempo de quem enuncia.	é – não se nega – estaria – não fosse – se recusam – atestam – foi – forneceu – abriu as portas – rejeitarem – que ele possa – segue – estabelece – ficam – mobilizou – consegue – enfrenta – são – valerá – é – deixou – assume – parece – ousada – não se mostra – que seja – espera-se – que ocorra – deverá – foi – procuram – servem – valem
Marcas de subjetividade por meio de verbos que equivalem a um ato convencionalmente socialmente, como é o caso de “jurar”, “prometer”, “garantir”, entre outros.	
Marcas de subjetividade por meio de verbos <i>subjetivos</i>, como “crer”, “achar”, “pensar”, “supor”, entre outros.	
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de pronomes que se atualizam na/pela <i>instância de discurso</i> a cada <i>enunciação</i>.	
Marcas de <i>subjetividade</i> pela expressão específica da primeira pessoa (<i>estrita</i> – “<i>eu</i>” – ou <i>amplificada</i> – “<i>nós</i>”)	

Fonte: da autora (2020)

O editorial intitulado “A vitimização de Lula na manobra da candidatura” (Quadro 13) descreve o que *enunciador* classifica como sendo a manobra de Lula e do PT para transferir seus votos ao candidato Fernando Haddad caso não conseguisse registrar a candidatura. Inicialmente, o editorial destaca a habilidade do PT em manipular os fatos para fazer valer o seu discurso. Ele cita o exemplo da condenação do caso Triplex, que poderia acabar com o político Lula se ele não fosse uma “liderança caudilhesca com ares de divindade”, nas palavras do *enunciador*. Também destaca o fato de os seguidores do partido ignorarem provas que mostram a troca do apartamento por vantagens para OAS na Petrobras, o que os juízes teriam considerado ao rejeitarem os argumentos

da defesa de Lula. Em seguida, traça a estratégia atribuída a Lula, que inicia pela mobilização do partido e dos aliados para “emparedar” o Judiciário diante do fato de ser inelegível pela Lei da Ficha Limpa.

Segundo o *enunciador*, a manobra funciona em parte no STF, mas esbarra na Justiça Eleitoral, onde ele demonstra acreditar que a lei se fará valer para Lula também. Ele também explica que, caso não desse certo a estratégia, o plano B seria a candidatura de Fernando Haddad e Manuela D’Ávila, do “satélite” PCdoB. O *enunciador* avalia como ousada e bem executada a tática de tentar levar a imagem de Lula até o fim. Porém, ressalta que a ministra Rosa Weber “não se mostra disposta a permitir a manobra”, o que ele espera que também ocorra no Supremo. Por fim, *ele* conclui que de nada valem os “robustos autos dos processos” diante da imagem de vítima e “mártir do povo” que PT e Lula criam e espalham nas redes e na imprensa estrangeira, segundo *sua* avaliação.

A relação *intersubjetiva* que marca a presença do *enunciador* e de seu *alocutário* pode ser identificada tanto pela escolha dos termos que qualificam, classificam e caracterizam indivíduos ou situações quanto pelo modo como o *discurso* é organizado, o que revela como o *enunciador* se posiciona diante de *seu alocutário*.

Os apostos podem revelar essa relação *intersubjetiva* por acrescentarem uma informação, fazerem um esclarecimento ou uma análise do *enunciador* a *seu alocutário*: “A carreira política de Lula estaria encerrada, **ou pelo menos bastante abalada**, na condenação no processo do triplex do Guarujá, **em duas instâncias**, com vários recursos negados, **até no Supremo**, não fosse ele uma liderança política caudilhesca, com ares de divindade”; “Inelegível, pelo que estabelece de forma clara a Lei da Ficha Limpa — **segundo a qual condenados em segunda instância ficam impedidos de concorrer a eleições por oito anos** —, Lula mobilizou partido e aliados para resistir e tentar emparedar o Judiciário. Esses apostos fazem um chamamento ao *alocutário*, marcando a relação com o *enunciador*.

Outras expressões também deixam marcas de *subjetividade* por direcionarem a perspectiva sob a qual o *alocutário* deve encarar o *enunciado*: “**Tanto que** o PT deixou engatilhado um plano B: assume o lugar de Lula na chapa Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo, o candidato a vice, e, substituindo este, Manuela D’Ávila, inicialmente candidata à Presidência pelo satélite PCdoB.”

Marcas dessa *intersubjetividade* podem ser identificadas ainda pelas *asserções*, que indicam certeza sob a perspectiva do *enunciador*: “*O projeto é levá-la o mais longe possível, para ajudar na transferência de votos a Haddad.*” e pelos verbos no modo subjuntivo, expressando projeção ou expectativa: “*E espera-se que o mesmo ocorra no Supremo, aonde deverá chegar um último recurso.*”

As escolhas feitas pelo *enunciador* revelam *subjetividade* e podem influenciar o *alocutário* com relação ao *discurso*, como pode ser visto pelo uso de substantivos, que nomeiam e caracterizam: “*O roteiro seguido para registrar a candidatura de Lula a presidente, para que ele possa se eleger pela terceira vez, segue um padrão.; “*Parece bem executada a tática de levar até o fim a candidatura do ex-presidente, numa tentativa ousada de inseminar sua foto na urna e mesmo de contrabandear-lo para o programa eleitoral.*”; “*A recém-empossada presidente do TSE, ministra Rosa Weber, não se mostra disposta e permitir que o tribunal seja um joguete na manobra lulopetista.*”*

Essa caracterização também pode ser observada pela escolha dos adjetivos ou locuções adjetivas, que partem da perspectiva do *enunciador*: “*A carreira política de Lula estaria encerrada, ou pelo menos bastante abalada, na condenação no processo do triplex do Guarujá, em duas instâncias, com vários recursos negados, até no Supremo, não fosse ele uma liderança política caudilhesca, com ares de divindade.*”; “*Seguidores fiéis se recusam a examinar as provas materiais e testemunhais que atestam que um apartamento simples no prédio concluído pela OAS foi substituído pela cobertura triplex, reformada, com elevador interno e cozinha moderna (comprada na mesma loja que forneceu a cozinha do sítio de Atibaia, assunto de outro processo).*”; “*Parece bem executada a tática de levar até o fim a candidatura do ex-presidente, numa tentativa ousada de inseminar sua foto na urna e mesmo de contrabandear-lo para o programa eleitoral.*”

O uso de alguns verbos também revelam os efeitos de sentido que se originam das escolhas do *enunciador*: “*Inelegível, pelo que estabelece de forma clara a Lei da Ficha Limpa — segundo a qual condenados em segunda instância ficam impedidos de concorrer a eleições por oito anos —, Lula mobilizou partido e aliados para resistir e tentar emparedar o Judiciário.*”; “*Parece bem executada a tática de levar até o fim a candidatura do ex-presidente, numa tentativa ousada de inseminar sua foto na urna e mesmo de contrabandear-lo para o programa eleitoral.* “*E espera-se que o mesmo ocorra no Supremo, aonde deverá chegar um último recurso.*” Todos esses termos

poderiam ter sido substituídos de acordo com a impressão que o enunciador tem do que compõe o seu discurso, sendo, assim, marcas de sua *subjetividade*.

Os indicadores da *categoria de tempo*, referenciados no presente da *instância de discurso*, revelam-se pelo uso de formas verbais no presente, que o *enunciador* utiliza para descrever uma ação ou uma constatação que está ocorrendo no momento da *enunciação*: “Seguidores fiéis se recusam a examinar as provas materiais e testemunhais que atestam que um apartamento simples no prédio concluído pela OAS foi substituído pela cobertura tríplice, reformada, com elevador interno e cozinha moderna (comprada na mesma loja que forneceu a cozinha do sítio de Atibaia, assunto de outro processo).”; “Em parte, consegue no Supremo, mas enfrenta dificuldades na Justiça Eleitoral. Todas as indicações são de que a Ficha Limpa também valerá para ele, seguindo o inegociável princípio republicano de que a lei é para todos.”; “A recém-empossada presidente do TSE, ministra Rosa Weber, não se mostra disposta e permitir que o tribunal seja um joguete na manobra lulopetista. E espera-se que o mesmo ocorra no Supremo, aonde deverá chegar um último recurso.”

Já o uso dos verbos no passado ajudam a narrar fatos que embasam os argumentos do *enunciador*: “Inelegível, pelo que estabelece de forma clara a Lei da Ficha Limpa — segundo a qual condenados em segunda instância ficam impedidos de concorrer a eleições por oito anos —, Lula mobilizou partido e aliados para resistir e tentar emparedar o Judiciário.”; “Tanto que o PT deixou engatilhado um plano B: assume o lugar de Lula na chapa Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo, o candidato a vice, e, substituindo este, Manuela D’Ávila, inicialmente candidata à Presidência pelo satélite PCdoB.”; “Em troca, o PT abriu as portas da Petrobras para a empreiteira. Daí tantos juízes rejeitarem argumentos da defesa do ex-presidente.” E os verbos no futuro indicam projeções feitas pelo *enunciador*: “Todas as indicações são de que a Ficha Limpa também valerá para ele, seguindo o inegociável princípio republicano de que a lei é para todos. E espera-se que o mesmo ocorra no Supremo, aonde deverá chegar um último recurso.”;

Todas essas expressões temporais, sejam de presente, passado ou futuro, têm como referência o momento em que se enuncia, fazendo seus deslocamentos a partir dele e estando relacionadas à *instância de discurso* e, portanto, ao *sujeito* que enuncia.

Além das formas verbais, relacionadas à *instância de discurso*, outros termos não verbais podem ser atualizados nessa mesma relação. Conforme pode ser observado no enunciado: “A recém-empossada presidente do TSE, ministra Rosa Weber, não se mostra disposta e permitir que

o tribunal seja um brinquedo na manobra lulopetista. E espera-se que o mesmo ocorra no Supremo, aonde deverá chegar um último recurso.” Neste caso, o termo ‘recém-empossada’ só pode ser remetido a um momento próximo ao da *enunciação*.

Conforme orienta o *Manual de redação e estilo* do jornal *O Globo* (1999), o enunciador busca fazer uma análise trazendo para o seu discurso o relato de fatos, possivelmente noticiados pelo próprio jornal. Embora seja período eleitoral, não há demonstrada uma preocupação com a isenção, o que fica evidenciado pelas acusações que o *enunciador* faz e pelo modo como qualifica o PT e os políticos do partido, beirando a inadequação e exagero descritos pelo manual como condutas a serem evitadas.

Quadro 15 - Discurso II - jornal *O Globo*

(continua)

A necessidade do diálogo depois das eleições – publicado no Jornal O Globo em 17/08/2018

País requer reformas que **precisam** de **entendimento** entre as **diversas** forças políticas

Este início da fase mais intensa da campanha merece uma **revisita aos últimos 16 anos** de disputas eleitorais, a começar por 2002, quando Lula, em meados do ano, deu um **cavalo de pau no transatlântico chamado Brasil** e **assinou** a Carta ao Povo Brasileiro, com o compromisso de assumir contratos, respeitar a sensatez em política econômica.

Não convenceu a todos — **tanto que o câmbio disparou** —, mas **serviu** para reduzir tensões. O PT **partia** para o terceiro **embate** consecutivo com o PSDB, pela primeira vez com **reais chances de vitória**. A eleição de Lula e não de José Serra **levou** Fernando Henrique Cardoso a organizar uma **civilizada transição**. **Até parecia** que o que **os uniu no enfrentamento** da ditadura militar e **os levou** a compartilhar palanques **havia ressurgido**.

A **boa atmosfera** dos preparativos para a transmissão do poder **em certa medida foi** preservada no início do governo Lula, quando os tucanos **se identificavam** com o eixo da política econômica. O presidente **cumpria** o que **prometera**. O entendimento entre as duas forças políticas **se mostrava** essencial para a votação de **questões-chave, como mudanças na Previdência**.

O **escândalo** do mensalão, **exposto em 2015**, **quebrou** qualquer **encanto que pudesse ter sido criado** pelo **entendimento relativo** entre PSDB e PT ou pela **simpatia nunca reprimida, até hoje**, por FH em relação a Lula.

A campanha de reeleição de Lula, **em 2006, tendo o tucano Geraldo Alckmin como adversário**, **apresentou** uma **temperatura mais elevada** e **ajudou** a afastar **mais ainda** PT e PSDB. Entre **erros** tucanos — Alckmin sem defender as privatizações **bem feitas** por FH e querendo ostentar um papel de **defensor** de algumas estatais — e mais um **escândalo** petista, o dos “aloprados” (**dossiê falso contra Serra**), Lula **se reelegeu**, e qualquer **possível** ponte entre PT e PSDB para viabilizar um projeto **responsável** de reformas **foi implodida**.

A campanha do primeiro mandato de Dilma **afastou de vez** os dois polos da disputa político-eleitoral. O uso de marqueteiros para **golpes rasteiros passou** a ser uma **tônica** na campanha **agressiva** do PT — mais tarde, o casal de marqueteiros João Santana e Mônica Moura **seria apanhado** pelo **arrastão** da Lava-jato. O embate entre Dilma Rousseff e Aécio Neves **aprofundou feridas** petistas e tucanas.

E assim o segundo turno entre os dois **ergueu sólido muro** entre os dois partidos. Depois de perder a eleição para uma Dilma de **estilo arrogante, por apenas 3 milhões de votos**, Aécio **colocou** o pleito sob suspeita e **pediu** uma auditoria.

A economia **já mergulhava** em **funda recessão**, causada pelos **erros** da dupla Lula-Dilma, e a presidente **cometeu** crime de responsabilidade, ao permitir que bancos públicos financiassem o Tesouro. **Teve** aprovado o **seu** impeachment.

(conclusão)

Campanhas **duras, além do limite do respeito, injuriosas e difamatórias impediram** qualquer **possibilidade** de entendimento entre oposição e governo. **Serve de alerta** para os candidatos a assumir o governo **em 1º de janeiro**, que **se enfrentam de forma direta**, e **cada vez mais, a partir de agora**.

Estes 16 anos de disputa político-partidária **ensinam** que **não há** vitória, **por mais inebriante que seja, que garanta** a hegemonia política eterna. **Ainda bem**. Lula e Dilma **atingiram níveis estratosféricos** de popularidade. Mas a democracia **prevê** rodízio no poder, e o **país requer** reformas que **necessitam** de entendimento entre as forças políticas.

Esta década e meia de História **precisa** estar viva na memória dos candidatos, **para que tenham** consciência de que, um deles, **depois da virada do ano, enfrentará** a **situação mais difícil de toda sua vida pública**. Não **terá** chances se ficar sozinho.

Fonte: Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/a-necessidade-do-dialogo-depois-das-eleicoes-22984785>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Quadro 16 - Marcas de subjetividade do Discurso II do jornal *O Globo*

(continua)

<p>Marcas de subjetividade por meio de modos verbais, apostos e expressões explicativas, formas subjetivas (verbos, advérbios, adjetivos, substantivos ou locuções), que indicam uma relação intersubjetiva considerada da perspectiva de quem enuncia, buscando influenciar o comportamento do alocutário</p>	<p>A necessidade – diálogo – entendimento – diversas – este início da fase mais intensa da campanha – merece – revisita – cavalo de pau – no transatlântico chamado Brasil – tanto que o câmbio disparou – reais chances de vitória – civilizada transição – boa atmosfera – em certa medida – questões-chave – como mudanças na Previdência – escândalo – exposto em 2015 – encanto – que pudesse ter sido criado – entendimento relativo – simpatia nunca reprimida – até hoje – em 2006 – tendo o tucano Geraldo Alckmin como adversário – temperatura mais elevada – mais ainda – erros – bem feitas – defensor – escândalo – (dossiê falso contra Serra) – possível – responsável – implodida – de vez – golpes – rasteiros – tônica – agressiva – arrastão – feridas – É assim – sólido muro – estilo – arrogante, – por apenas 3 milhões de votos – colocou – funda – recessão – erros – cometeu – duras – além do limite do respeito – injuriosas – difamatórias – possibilidade – alerta – em 1º de janeiro – se enfrentam – de forma direta – cada vez mais – a partir de agora – ensinam – não há – por mais inebriante que seja – que garanta – ainda bem – níveis estratosféricos – prevê – necessitam – precisa – para que tenham – depois da virada do ano – situação mais difícil de toda sua vida pública – sozinho</p>
<p>Marcas de subjetividade por meio do espaço relacionado à instância de discurso de quem enuncia.</p>	<p>País – país</p>
<p>Marcas de subjetividade por meio da existência de um tempo linguístico da instância de discurso, que é o tempo de quem enuncia.</p>	<p>requer – precisam – merece – revisita – aos últimos 16 anos – assinou – não convenceu – disparou – serviu – partia – levou – até parecia – os uniu – os levou – havia ressurgido – foi – se identificavam – cumpria – prometera – se mostrava – quebrou – que pudesse ter sido criado – até hoje – apresentou – ajudou – se reelegeu – afastou – passou – seria apanhado – aprofundou – ergueu – colocou – pediu – já – mergulhava – cometeu – teve – impediram – serve – em 1º de janeiro – se enfrentam – a partir de agora – ensinam – não há – que seja – que garanta – atingiram – prevê – requer – necessitam –</p>

(conclusão)

	precisa – para que tenham – depois da virada do ano – enfrentará – terá
Marcas de subjetividade por meio de verbos que equivalem a um ato convencionalmente socialmente, como é o caso de “jurar”, “prometer”, “garantir”, entre outros.	
Marcas de subjetividade por meio de verbos subjetivos, como “crer”, “achar”, “pensar”, “supor”, entre outros.	
Marcas de <i>subjetividade</i> por meio de pronomes que se atualizam na/pela <i>instância de discurso</i> a cada <i>enunciação</i>.	
Marcas de <i>subjetividade</i> pela expressão específica da primeira pessoa (<i>estrita</i> – “eu” – ou <i>amplificada</i> – “nós”)	

Fonte: da autora (2020)

O editorial intitulado “A necessidade do diálogo depois das eleições” (Quadro 15) faz uma análise dos 16 anos de disputa eleitoral entre o PT e o PSDB desde 2002 como alerta aos candidatos à presidência. Conforme o *enunciador*, tudo começa em 2002, em uma primeira aproximação entre os partidos na transição de Fernando Henrique Cardoso a Lula. Segundo *ele*, o entendimento entre PT e PSDB ocorria pela identificação com a política econômica e acabava favorecendo mudanças importantes como a da Previdência.

Fazendo um parêntese, o *enunciador* vai a 2015, quando o escândalo do mensalão rompeu o entendimento relativo entre os partidos na sua avaliação. Voltando a 2006, para o *enunciador*, os partidos se afastaram ainda mais na campanha em que o PT protagonizou o escândalo do dossiê falso contra Serra (PSDB). O embate entre Dilma e Aécio Neves também teria sido marcado pelo tom agressivo, com a vitória de uma “Dilma arrogante”, nas palavras do enunciador, resultado questionado por Aécio.

Ele também avalia que os erros de Lula e Dilma levaram a uma recessão econômica que culmina com o crime de responsabilidade que a tira do poder. Em tom de conclusão, o *enunciador* afirma que essa falta de entendimento entre oposição e governo serve de alerta para os então candidatos, destacando que os 16 anos relatados mostram que a hegemonia política não é eterna, e intercala com a avaliação “ainda bem”. Para *ele*, além de a democracia prever rodízio no poder, as reformas necessárias ao país precisavam de entendimento entre as forças políticas. Por fim, *ele*

conclui que a história da política relatada deve servir para conscientizar os então candidatos de que não poderiam governar sozinhos após eleitos.

Neste editorial, a relação *intersubjetiva* de um “eu” que fala para um “tu” pode ser identificada por meio dos apostos utilizados pelo *enunciador*, que acrescentam uma informação, uma explicação ou uma análise sobre o *discurso*: “*Não convenceu a todos — tanto que o câmbio disparou —, mas serviu para reduzir tensões.*”; “*O uso de marqueteiros para golpes rasteiros passou a ser uma tônica na campanha agressiva do PT — mais tarde, o casal de marqueteiros João Santana e Mônica Moura seria apanhado pelo arrastão da Lava-jato.*”

Também se observam marcas dessa relação pelas asserções que o *enunciador* expressa, indicando uma certeza: “*A campanha do primeiro mandato de Dilma afastou de vez os dois polos da disputa político-eleitoral.*”

Por meio do uso de verbos no modo subjuntivo, o *enunciador* revela um anseio ou uma projeção ao *alocutário*: “*Estes 16 anos de disputa político-partidária ensinam que não há vitória, por mais inebriante que seja, que garanta a hegemonia política eterna.*” E pelos modalizadores, que indicam sugestão: “*Esta década e meia de História precisa estar viva na memória dos candidatos, para que tenham consciência de que, um deles, depois da virada do ano, enfrentará a situação mais difícil de toda sua vida pública.*”

Os adjetivos também indicam a perspectiva de quem enuncia acerca do *discurso*: “*O PT partia para o terceiro embate consecutivo com o PSDB, pela primeira vez com reais chances de vitória.*”; “*O escândalo do mensalão, exposto em 2015, quebrou qualquer encanto que pudesse ter sido criado pelo entendimento relativo entre PSDB e PT ou pela simpatia nunca reprimida, até hoje, por FH em relação a Lula.*”; “*A campanha de reeleição de Lula, em 2006, tendo o tucano Geraldo Alckmin como adversário, apresentou uma temperatura mais elevada e ajudou a afastar mais ainda PT e PSDB. Entre erros tucanos — Alckmin sem defender as privatizações bem feitas por FH e querendo ostentar um papel de defensor de algumas estatais — e mais um escândalo petista, o dos “aloprados” (dossiê falso contra Serra), Lula se reelegeu, e qualquer possível ponte entre PT e PSDB para viabilizar um projeto responsável de reformas foi implodida.*”; “*A economia já mergulhava em funda recessão, causada pelos erros da dupla Lula-Dilma, e a presidente cometeu crime de responsabilidade, ao permitir que bancos públicos financiassem o Tesouro. Teve aprovado o seu impeachment.*”

Isso ainda resta demonstrado pela escolha dos substantivos, que caracterizam e classificam indivíduos e situações: “O PT partia para o terceiro **embate** consecutivo com o PSDB, pela primeira vez com reais chances de **vitória**.”; “Até parecia que o que os uniu no **enfrentamento** da ditadura militar e os levou a compartilhar **palanques** havia ressurgido.”; “O **escândalo** do mensalão, exposto em 2015, quebrou qualquer **encanto** que pudesse ter sido criado pelo **entendimento** relativo entre PSDB e PT ou pela **simpatia** nunca reprimida, até hoje, por FH em relação a Lula.”. E pelos advérbios e locuções adverbiais: “Serve de alerta para os candidatos a assumir o governo em 1º de janeiro, que se enfrentam **de forma direta**, e **cada vez mais**, a partir de agora. A campanha de reeleição de Lula, em 2006, tendo o tucano Geraldo Alckmin como adversário, apresentou uma temperatura **mais** elevada e ajudou a afastar **mais ainda** PT e PSDB. Entre erros tucanos — Alckmin sem defender as privatizações **bem feitas** por FH e querendo ostentar um papel de defensor de algumas estatais — e mais um escândalo petista, o dos “aloprados” (dossiê falso contra Serra), Lula se reelegeu, e qualquer possível ponte entre PT e PSDB para viabilizar um projeto responsável de reformas foi implodida.”

A respeito da *categoria de espaço*, que atualiza os termos a partir do *aqui* de quem enuncia, mais uma vez aparece a palavra “país”: “**País** requer reformas que precisam de entendimento entre as diversas forças políticas”. Nesse caso, o *espaço* é atualizado pela *instância de discurso*, ligada ao *sujeito* que enuncia, sendo, portanto, marca de *subjetividade*.

Já as marcas da *categoria de tempo*, que também são referenciadas na *instância de discurso*, podem ser identificadas pelo uso das formas verbais no presente, que o *enunciador* utiliza para indicar um fato ou uma constatação que ocorre no mesmo momento da *enunciação*: *Este início da fase mais intensa da campanha* **merece** uma revisita aos últimos 16 anos de disputas eleitorais, a começar por 2002, quando Lula, em meados do ano, deu um cavalo de pau no transatlântico chamado Brasil e assinou a Carta ao Povo Brasileiro, com o compromisso de assumir contratos, respeitar a sensatez em política econômica.”; “Estes 16 anos de disputa político-partidária **ensinam** que não há vitória, por mais inebriante que seja, que **garanta** a hegemonia política eterna. Ainda bem. Lula e Dilma atingiram níveis estratosféricos de popularidade. Mas a democracia **prevê** rodízio no poder, e o país **requer** reformas que **necessitam** de entendimento entre as forças políticas.

Pelas formas temporais no passado, o *enunciador* relata fatos que embasam seus argumentos: “Não **convenceu** a todos — tanto que o câmbio **disparou** —, mas **serviu** para reduzir

*tensões. O PT partia para o terceiro embate consecutivo com o PSDB, pela primeira vez com reais chances de vitória. A eleição de Lula e não de José Serra **levou** Fernando Henrique Cardoso a organizar uma civilizada transição. Até parecia que o que os **uniu** no enfrentamento da ditadura militar e os **levou** a compartilhar palanques havia ressurgido.”; “A boa atmosfera dos preparativos para a transmissão do poder em certa medida **foi** preservada no início do governo Lula, quando os tucanos se **identificavam** com o eixo da política econômica. O presidente **cumpria** o que **prometera**. O entendimento entre as duas forças políticas se **mostrava** essencial para a votação de questões-chave, como mudanças na Previdência.”; “O escândalo do mensalão, exposto em 2015, **quebrou** qualquer encanto que pudesse ter sido criado pelo entendimento relativo entre PSDB e PT ou pela simpatia nunca reprimida, até hoje, por FH em relação a Lula.”; “A campanha de reeleição de Lula, em 2006, tendo o tucano Geraldo Alckmin como adversário, **apresentou** uma temperatura mais elevada e **ajudou** a afastar mais ainda PT e PSDB.”; “E assim o segundo turno entre os dois **ergueu** sólido muro entre os dois partidos. Depois de perder a eleição para uma Dilma de estilo arrogante, por apenas 3 milhões de votos, Aécio **colocou** o pleito sob suspeita e **pediu** uma auditoria.”*

Alguns termos não verbais utilizados pelo *enunciador* também expressam relação temporal com a *instância de discurso*, pela qual são atualizados, como ocorre nos seguintes trechos: “Este início da fase mais intensa da campanha merece uma revisita **aos últimos 16 anos** de disputas eleitorais, a começar por 2002, quando Lula, em meados do ano, deu um cavalo de pau no transatlântico chamado Brasil e assinou a Carta ao Povo Brasileiro, com o compromisso de assumir contratos, respeitar a sensatez em política econômica.”; “Campanhas duras, além do limite do respeito, injuriosas e difamatórias impediram qualquer possibilidade de entendimento entre oposição e governo. Serve de alerta para os candidatos a assumir o governo em 1º de janeiro, que se enfrentam de forma direta, e cada vez mais, **a partir de agora**.” A primeira expressão em destaque tem como referência o presente da *enunciação* para regredir 16 anos a partir do momento em que se enuncia. Na segunda, esse ‘agora’ é atualizado como o momento em que se está enunciando, vinculando à *instância de discurso* criada pela *enunciação*, que o liga ao *sujeito* que enuncia.

Com relação às orientações do *Manual de redação e estilo* do jornal *O Globo* (1999), observa-se que o *enunciador* procura embasar suas análises em fatos, conforme recomendado. Para isso, usa da liberdade conferida a esse *discurso* jornalístico pelo próprio jornal *O Globo* e tece sua

crítica aos governos do PT, desta vez, diferentemente do editorial anterior (Quadro 13), também menciona em tom crítico o PSDB. Embora pareça uma tentativa de isenção, o uso de termos qualificativos e as análises intercaladas as descrições de fatos demonstram o posicionamento do enunciador diante do *discurso*.

Quadro 17 - Discurso III - jornal *O Globo*

Eleição depende de desfecho rápido no caso de Lula – publicado no Jornal O Globo em 18/08/2018

A decisão sobre o registro da candidatura **não pode**, porém, deixar de seguir os ritos previstos **Conforme costuma agir** o PT — **dentro de uma tática, aí sim, de lawfare, guerra judicial** —, a **candidatura tríplice** de Lula **foi** registrada, **com Fernando Haddad de vice e Manuela D'Ávila, do PCdoB, de reserva**, para abrir **mais um round judicial**.

O partido e aliados **desrespeitam a clareza** com que a Lei da Ficha Limpa **torna** inelegível o ex-presidente, por **ter sido condenado** em duas instâncias, nas acusações de corrupção e lavagem de dinheiro, no processo do apartamento do Guarujá.

O partido — **sob comando do próprio Lula, de sua cela em Curitiba, convertida em comitê eleitoral** — **segue** a aplicação do plano de estender ao extremo essa discussão, a fim de que o **presidiário Lula, com a candidatura sub judice, possa** fazer campanha ao lado de Haddad.

O ideal para petistas é que Lula **apareça** na urna, **mesmo que a candidatura venha a ser cassada depois. Seria o golpe perfeito**: as pessoas **votariam** com a cara de Lula na tela da urna, mas **dariam** o voto a Haddad. **Um estelionato**.

Anuncia-se que a equipe de defesa de Lula, **que já demonstrou sua inventividade, prepara-se** para entrar com recursos em série nas Cortes superiores. Além do TSE, no Superior Tribunal de Justiça (**STJ**) e no Supremo (**STF**).

O objetivo **seria** estender o conflito jurídico **até 17 de setembro**, limite para a substituição de Lula por Haddad e deste por Manuela. **Caso isso ocorra, terá sido bem-sucedida** a manobra de **confundir** Haddad com Lula. **Pelo menos é** o que **acham** petistas. Se **dará** certo, só esperando.

Não se pode menosprezar a capacidade de a defesa do ex-presidente “fazer o diabo” — **termo de Dilma Rousseff** —, nessas circunstâncias. O pedido de habeas corpus entregue numa sexta-feira, no fim do expediente, em Curitiba, para um desembargador **ex-companheiro libertar** Lula **demonstra** a que ponto **chega a falta de escrúpulo**.

Segundo a legislação eleitoral, **elaborada sem que fosse prevista tamanha desobediência a um poder da República**, candidato eleito **pode** perder os votos até depois de encerrado o pleito. **Se acontecer, será** uma **tragédia**, devido à **instabilidade** política que **causará, logo quando se precisa** de **altas doses** de **legitimidade para que** os vencedores das urnas de outubro **aprovem** no Congresso **difíceis** e **cruciais** medidas para evitar uma **hecatombe fiscal** de **consequências inimagináveis**. Lula **tomou** o **país** de **refém** e pede de **resgate que se rasquem** todas as **fundadas denúncias contra ele**.

O **afunilamento** do **atual capítulo** desta história **aponta** para **o dia 31, sexta-feira**, como uma data-limite, por ser o início da propaganda eleitoral no rádio e na TV. **O melhor** para o Brasil **é que tudo esteja resolvido até lá**.

A procuradora-geral da República, **Raquel Dodge, tem** esta preocupação. **Tudo indica** que o relator do caso, **ministro Luís Roberto Barroso, também. Não se pode** perder tempo, mas **é imprescindível** cumprir os ritos legais.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/eleicao-depende-de-desfecho-rapido-no-caso-de-lula-22989660>.

Acesso em: 31 jan. 2020.

Quadro 18 - Marcas de subjetividade do Discurso III do jornal *O Globo*

<p>Marcas de subjetividade por meio de modos verbais, apostos e expressões explicativas, formas subjetivas (verbos, advérbios, adjetivos, substantivos ou locuções), que indicam uma relação intersubjetiva considerada da perspectiva de quem enuncia, buscando influenciar o comportamento do alocutário</p>	<p>depende – desfecho – rápido – não pode – conforme costuma agir– dentro de uma tática, aí sim, de lawfare, guerra judicial – candidatura tríplice – com Fernando Haddad de vice e Manuela D’Ávila, do PCdoB, de reserva – round – desrespeitam – clareza – torna – ter sido condenado de sua cela em Curitiba – presidiário Lula, com a candidatura sub judice – possa ideal – mesmo que a candidatura venha a ser cassada depois– golpe – perfeito – estelionato – anuncia-se – que já demonstrou sua inventividade – prepara-se – (STJ) – (STF) – caso isso ocorra – terá sido bem-sucedida – confundir – pelo menos – acham – não se pode menosprezar – termo de Dilma Rousseff – ex-companheiro – libertar – falta de escrúpulo – elaborada sem que fosse prevista tamanha desobediência a um poder da República – pode – se acontecer – tragédia – instabilidade – altas doses – legitimidade – difíceis – cruciais – hecatombe fiscal – consequências inimagináveis – refém – resgate – que se rasguem – fundadas denúncias contra ele – afunilamento – melhor</p>
<p>Marcas de subjetividade por meio do espaço relacionado à instância de discurso de quem enuncia.</p>	<p>país</p>
<p>Marcas de subjetividade por meio da existência de um tempo linguístico da instância de discurso, que é o tempo de quem enuncia.</p>	<p>depende – não pode – foi – desrespeitam – torna – segue – possa – é – apareça – mesmo que venha a ser cassada depois– seria – votariam – dariam – anuncia-se – já demonstrou – prepara-se – seria – até 17 de setembro – caso isso ocorra – terá sido – é – acham – dará – não se pode – demonstra – chega – sem que fosse – pode – se acontecer – será – causará – se precisa – aprovem – tomou – pede – que se rasguem– atual – aponta – o dia 31 – é – até lá.</p>
<p>Marcas de subjetividade por meio de verbos que equivalem a um ato convencional socialmente, como é o caso de “jurar”, “prometer”, “garantir”, entre outros.</p>	
<p>Marcas de subjetividade por meio de verbos subjetivos, como “crer”, “achar”, “pensar”, “supor”, entre outros.</p>	
<p>Marcas de subjetividade por meio de pronomes que se atualizam na/pela instância de discurso a cada enunciação.</p>	
<p>Marcas de subjetividade pela expressão específica da primeira pessoa (estrita – “eu” – ou ampliada – “nós”)</p>	

Fonte: da autora (2020)

O editorial intitulado “Eleição depende de desfecho rápido no caso de Lula” (Quadro 17) avalia como o PT e o Lula se mobilizam para garantir a presença deste ao lado de Haddad na campanha. Relatando que a candidatura de Lula foi registrada, com Fernando Haddad de vice e Manuela D'Ávila, do PCdoB, de reserva, o editorial faz uma crítica ao PT, afirmando que o partido desrespeita a Lei da Ficha Limpa, que claramente torna Lula inelegível. Segundo ele, o plano de Lula segue sendo executado sob seu comando da cadeia, no qual a ideia é que ele apareça na urna, mesmo cassado, o que o enunciador classifica como um “estelionato”. Para isso, a defesa de Lula entraria com recursos estendendo o conflito até 17 de setembro, limite para a substituição de Lula por Haddad, cujo desfecho o *enunciador* tem como incerto.

Em tom de crítica e caracterizando a ação como falta de escrúpulos, *ele* admite a habilidade da defesa de Lula para fazer de tudo nessas circunstâncias, como o pedido *de habeas corpus* a desembargador que ele caracteriza como sendo um “ex-companheiro”, para libertar Lula. O *enunciador* também projeta que caso algum candidato perca votos após eleito, o que é previsto na lei, pode gerar instabilidade política, exigindo altas doses de legitimidade ao novo presidente para aprovar no Congresso difíceis medidas econômicas.

Por fim, o *enunciador* defende que é preciso que a situação se resolva antes que inicie a propaganda eleitoral no rádio e na TV, o que ocorreria duas semanas depois. No entanto, lembra que, embora não se possa perder tempo, é preciso seguir a lei.

Com relação a *intersubjetividade* entre as pessoas do *discurso* presente no editorial, observa-se que o *enunciador* faz uso de apostos, que indicam o acréscimo de uma informação, uma explicação ou uma análise, marcando sua relação com o *alocutário*: “Conforme costuma agir o PT — **dentro de uma tática, aí sim, de lawfare, guerra judicial** —, a candidatura tríplice de Lula foi registrada, com Fernando Haddad de vice e Manuela D'Ávila, do PCdoB, de reserva, para abrir mais um round judicial.”

Do mesmo modo, a relação *intersubjetiva* também fica evidenciada pelo uso de expressões que revelam ao *alocutário* a perspectiva do *enunciador* acerca do *discurso*: **Tudo indica** que o relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso, também. Não se pode perder tempo, mas é imprescindível cumprir os ritos legais. Os verbos modalizadores também revelam uma sugestão do enunciador ao *alocutário*: “**Não se pode** perder tempo, mas **é imprescindível** cumprir os ritos legais.”

Sobre as marcas de *subjetividade* a partir da *categoria de espaço*, que tem referência na *instância de discurso*, observa-se que o *enunciador* usa mais uma vez a palavra “país” no trecho: “Lula tomou o país de refém e pede de resgate que se rasguem todas as fundadas denúncias contra ele.”. Neste caso, a referência de espaço de “país” é atualizada com base no espaço onde ocorre a *enunciação*, o “aqui” de quem enuncia, estando, assim, ligada ao *sujeito*.

As escolhas dos termos que caracterizam o *discurso* feitas pelo *enunciador* revelam sua *subjetividade*, nesta análise isso pode ser observado pelo uso de adjetivos, que evidenciam o posicionamento do enunciador: “Caso isso ocorra, terá sido bem-sucedida a manobra de confundir Haddad com Lula.”; “O pedido de habeas corpus entregue numa sexta-feira, no fim do expediente, em Curitiba, para um desembargador ex-companheiro libertar Lula demonstra a que ponto chega a falta de escrúpulo.”; “Se acontecer, será uma tragédia, devido à instabilidade política que causará, logo quando se precisa de altas doses de legitimidade para que os vencedores das urnas de outubro aprovem no Congresso díficeis e cruciais medidas para evitar uma hecatombe fiscal de consequências inimagináveis. Lula tomou o país de refém e pede de resgate que se rasguem todas as fundadas denúncias contra ele.”

Essa caracterização também pode ser observada pela escolha dos substantivos: “Conforme costuma agir o PT — dentro de uma tática, aí sim, de lawfare, guerra judicial —, a candidatura tríplice de Lula foi registrada, com Fernando Haddad de vice e Manuela D’Ávila, do PCdoB, de reserva, para abrir mais um round judicial.”; O partido — sob comando do próprio Lula, de sua cela em Curitiba, convertida em comitê eleitoral — segue a aplicação do plano de estender ao extremo essa discussão, a fim de que o presidiário Lula, com a candidatura sub judice, possa fazer campanha ao lado de Haddad. Seria o golpe perfeito: as pessoas votariam com a cara de Lula na tela da urna, mas dariam o voto a Haddad. Um estelionato.” E pelos verbos: “Caso isso ocorra, terá sido bem-sucedida a manobra de confundir Haddad com Lula. Pelo menos é o que acham petistas.”

As marcas de *subjetividade* pela *categoria de tempo*, referenciada no presente da *instância de discurso*, são reveladas pelos verbos no presente, que o *enunciador* utiliza para denotar ações ou constatações que ocorrem ou vem ocorrendo no momento em que enuncia: “O partido — sob comando do próprio Lula, de sua cela em Curitiba, convertida em comitê eleitoral — segue a aplicação do plano de estender ao extremo essa discussão, a fim de que o presidiário Lula, com a candidatura sub judice, possa fazer campanha ao lado de Haddad.”; “Anuncia-se que a equipe

de defesa de Lula, que já demonstrou sua inventividade, prepara-se para entrar com recursos em série nas Cortes superiores. O pedido de habeas corpus entregue numa sexta-feira, no fim do expediente, em Curitiba, para um desembargador ex-companheiro libertar Lula demonstra a que ponto chega a falta de escrúpulo.”

Já os verbos no passado fazem parte de narrativa de fatos ou constatações que ilustram os argumentos do enunciador: “Conforme costuma agir o PT — dentro de uma tática, aí sim, de lawfare, guerra judicial —, a candidatura tríplice de Lula foi registrada, com Fernando Haddad de vice e Manuela D’Ávila, do PCdoB, de reserva, para abrir mais um round judicial. Anuncia-se que a equipe de defesa de Lula, que já demonstrou sua inventividade, prepara-se para entrar com recursos em série nas Cortes superiores.”; “Lula tomou o país de refém e pede de resgate que se rasguem todas as fundadas denúncias contra ele.”

A partir das formas verbais no futuro do pretérito, o enunciador faz uma projeção de algo que supostamente pode ocorrer, como no trecho: “Seria o golpe perfeito: as pessoas votariam com a cara de Lula na tela da urna, mas dariam o voto a Haddad.”. Também denotam projeção os verbos no futuro do presente: Se acontecer, será uma tragédia, devido à instabilidade política que causará, logo quando se precisa de altas doses de legitimidade para que os vencedores das urnas de outubro aprovem no Congresso difíceis e cruciais medidas para evitar uma hecatombe fiscal de consequências inimagináveis.

Algumas expressões não verbais também são referenciadas no tempo relacionado ao presente da enunciação. Quando o enunciador diz “O afunilamento do atual capítulo desta história aponta para o dia 31, sexta-feira, como uma data-limite, por ser o início da propaganda eleitoral no rádio e na TV. O melhor para o Brasil é que tudo esteja resolvido até lá.”, esse ‘atual’ está relacionado ao momento da enunciação, ao presente da instância de discurso. O mesmo ocorre no trecho: “O objetivo seria estender o conflito jurídico até 17 de setembro, limite para a substituição de Lula por Haddad e deste por Manuela”, que só é singularizada de acordo com o tempo em que a enunciação ocorre, do contrário poderiam ser qualquer 17 de setembro de todos os tempos.

Todas essas relações temporais, sejam de presente, passado ou futuro, têm como referência o presente da instância de discurso, que tem o sujeito como centro de referência, sendo, assim, marcas de subjetividade.

As marcas de subjetividade presentes neste editorial têm como efeito no discurso uma crítica direta com o uso termos qualificativos, mas que seguem uma das orientações do *Manual de*

redação e estilo do jornal *O Globo* (1999), que é a da clareza e objetividade tanto na descrição dos fatos quanto nas análises que são feitas.

Considerando os três discursos do jornal *O Globo* que foram analisados nesta seção, foi possível identificar marcas de *subjetividade* por meio das formas linguísticas ligada às *categorias de pessoa, de tempo e de espaço*. Nos três discursos foi possível evidenciar a relação *intersubjetiva* do *enunciador* com seu *alocutário*, seja pelo uso de apostos, verbos no modo subjuntivo, de asserções, modalizadores ou a partir das escolhas lexicais. Observou-se o uso de adjetivos e substantivos qualificando e classificando pessoas ou ações em todos os discursos, contrariando as recomendações do *Manual de redação e estilo* (1999) do jornal *O Globo*. Quanto à imparcialidade, o enunciador não demonstrou receio ao fazer acusações a candidatos e possíveis candidatos à presidência, mesmo em período de propaganda regulamentada pela legislação.

Pela *categoria de tempo* também foi possível identificar marcas de *subjetividade* nos três discursos, que se revelaram nas formas verbais, referenciadas no *presente linguístico* da *instância de discurso* que se instaura a cada *enunciação*. Além delas, outras formas temporais não verbais, mas que são atualizadas de acordo com o momento da *enunciação* também foram identificadas, revelando que o tempo em que o *sujeito* enuncia a referência de todas as formas temporais.

Nenhum dos discursos abordados nesta seção apresentou marcas de *subjetividade* por meio de verbos que equivalessem a um ato convencional; por meio de verbos *subjetivos* como “crer”, “achar”, “pensar”, “supor”; ou pela expressão específica da *primeira pessoa* (“eu”) ou da *pessoa amplificada* (“nós”) ou por pronomes que se atualizam pela *instância de discurso*.

Sobre o tema dos discursos, chama atenção a crítica ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao ex-presidente Lula, feita enfaticamente nos três discursos, sem que se observe a imparcialidade e com vasto repertório de termos qualificativos.

Chegando ao fim desta análise enunciativa, cabe retomar a proposta lançada pelo problema de pesquisa que conduziu este estudo e concluir que ainda que os principais manuais de redação do Brasil orientem o jornalista a ser objetivo quando escreve e as leis eleitorais exijam isenção da imprensa em período de campanha, estudos enunciativos comprovam uma relação inseparável entre *enunciador* e *discurso*, a qual é possível evidenciar por meio de indicadores de *subjetividade* referenciados na teoria enunciativa de Émile Benveniste.

Os conceitos benvenistianos que permitiram por à mostra indicadores de *subjetividade* no *corpus* desta pesquisa estão mais fortemente referenciados no modo como Benveniste (1989, p. 84)

descreve o *ato enunciativo*, o qual ocorre quando “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro”.

A discussão desses conceitos de forma mais geral e específica, relatada no capítulo 2 desta pesquisa, permitiu formalizar critérios e indicadores que demonstrassem o quanto as *categorias de pessoa, tempo e espaço* – que representam o conceito benvenistianos de *índices específicos* – são condições necessárias do *ato enunciativo*, mesmo em circunstâncias em que o *enunciador* é orientado a evitar se marcar no *discurso*, o que restou comprovado como inconcebível, na perspectiva de Benveniste.

Nos *discursos* analisados, observou-se que os *enunciadores* revelam sua *subjetividade* ao estarem relacionados à mesma *instância do discurso* que é referência para as *categorias de pessoa, tempo e espaço*. Esses indicadores de *subjetividade* puderam ser evidenciados pelos tempos verbais, por escolhas lexicais e termos que só se atualizam na/pela *enunciação*.

Os pressupostos benvenistianos também mostraram que a organização do *discurso* é regida por um *aparelho de funções* – o que Benveniste conceitua como *procedimentos acessórios* – o qual marca a perspectiva de quem enuncia, servindo-se da língua para influenciar o comportamento do *alocutário* e marcar uma relação *intersubjetiva*, também condição necessária para a *enunciação*.

Esse *aparelho de funções* pôde ser evidenciado nos *discursos* analisados pela escolha dos modos verbais, modalizadores, asserções, formas lexicais, organização sintática, fraseologia, aspas, aposto e outros recursos que o *enunciador* utilizou para marcar a relação *intersubjetiva* com seu *alocutário*.

Os *discursos* apresentados nos três jornais demonstraram um posicionamento crítico, que foi além das restrições que os três manuais recomendavam, como isenção e apartidarismo, marcado pelo uso de termos qualificativos, e até mesmo pejorativos, que evidenciaram que tanto os manuais quanto a legislação eleitoral não impedem os *enunciadores* de marcarem, muitas vezes de forma clara e incisiva, sua *subjetividade* em editoriais produzidos em período de campanha eleitoral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que *língua* e *sujeito* são inseparáveis, esta pesquisa se propôs a buscar na Teoria Enunciativa de Émile Benveniste embasamento para identificar marcas de *subjetividade* em editoriais. Para isso, foram abordados os principais pressupostos benvenistianos acerca da *enunciação* constantes nos dois volumes dos *Problemas de Linguística Geral* (1989, 1995), os quais permitiram elencar os indicadores que conduziram a análise enunciativa dos *discursos* dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* produzidos durante a campanha eleitoral de 2018 no Brasil.

A revisão sobre o estado da arte e acerca da recepção dos estudos benvenistianos no País mostrou que, embora tenha enfrentado resistência entre os estudiosos brasileiros, a rede de conceitos sobre a *enunciação* apresentada por Benveniste (1989; 1995) tem sido cada vez mais frequente nas pesquisas linguísticas, como foi possível observar nos estudos de Flores (2005, 2008, 2009, 2013, 2016, 2017, 2018); Teixeira (2012, 2013, 2019); Toldo (2012, 2013, 2016, 2017, 2018); e Silva (2018), que abordam diferentes perspectivas do *discurso*, com base no *quadro formal* da *enunciação* e na relação entre *homem*, *linguagem*, *língua* e *intersubjetividade*.

Dos estudos de Benveniste (1989; 1995) trazidos nesta pesquisa, mostraram-se fundamentais as definições de *subjetividade*, *categoria de pessoa*, *categoria de tempo* e *categoria de espaço*, revelando uma relação necessária entre o *sujeito* e o *ato enunciativo*, que ocorre por meio de *índices específicos* e *procedimentos acessórios*, outros conceitos centrais na análise.

A fim de observar sob que condições o *sujeito* enuncia o *discurso* que compôs o *corpus* desta pesquisa, foram analisados o *Manual da redação do jornal Folha de São Paulo* (2018), o *Manual de redação e estilo do jornal O Estado de São Paulo* (1997) e o *Manual de redação e estilo do jornal O Globo* (1999), que demonstraram a preocupação das empresas jornalísticas com os usos da língua, principalmente aqueles que refletem posições enfáticas, os quais são abordados nos três manuais como usos a serem evitados. Sobre a caracterização do editorial, observou-se que os manuais conservam a definição tradicional de que o editorial expressa a opinião do jornal, embora todos reconheçam que não é possível ao sujeito apartar-se da sua subjetividade ao enunciar. Os manuais também recomendam, como conduta do profissional, o apartidarismo, a isenção, a pluralidade, qualidades que representam um jornalismo que busca ser independente, mas que também se define como crítico.

O recorte temporal do *corpus* também buscou verificar se os editorialistas consideraram questões legais ou relacionadas aos princípios jornalísticos que possam impor restrições ao enunciar. A pesquisa mostrou que a preocupação dos veículos de comunicação na divulgação de suas coberturas foi mais com relação à agilidade da informação do que referente à conduta de seus profissionais, feita a ressalva das campanhas contra as *fake news* que marcaram o período, perante os ataques à credibilidade sofridos pela imprensa.

O problema que conduziu a análise descrita foi: *ainda que os principais manuais de redação do Brasil orientem o jornalista a ser objetivo quando escreve e as leis eleitorais exijam isenção da imprensa em período de campanha, estudos enunciativos têm demonstrado uma relação inseparável entre linguagem e sujeito. Nesse sentido, em que medida a Teoria da Enunciação de Benveniste possibilita identificar marcas de subjetividade em editoriais escritos em período eleitoral?*

O percurso compreendido pela pesquisa permitiu comprovar a possibilidade de identificar marcas de *subjetividade* no *corpus* analisado por meio do que Benveniste (1989) conceitua como *índices específicos*, os quais se revelam pelas *categorias de pessoa, tempo e de espaço*, que têm como referência o *eu* que se enuncia em uma *instância de discurso*. Além disso, também foi demonstrado que é possível identificar essas marcas a partir do modo como o locutor mobiliza a língua para influenciar o comportamento de seu *alocutário*, por meio de aparelhos de funções que são caracterizados nos estudos enunciativos como *procedimentos acessórios*. O quadro de indicadores elaborado com base nesses pressupostos teóricos permitiu ainda por à mostra a diversidade e quantidade de usos da língua que explicitam a presença do sujeito que enuncia, comprovando o potencial da teoria Benvenistiana na análise linguística da *subjetividade*.

Observou-se, também, que o período eleitoral (leia-se a regulamentações impostas pela legislação) e as orientações contidas nos manuais não impedem que os editorialistas revelem sua *subjetividade* seja pelas escolhas que fazem a partir da língua, seja pelo modo como conduzem a relação *intersubjetiva* com seu *alocutário*.

Ciente da extensa rede de conceitos que compõem os estudos benvenistianos, e dada sua natureza, embora esta pesquisa tenha se limitado a realizar a análise enunciativa de editoriais, destacando como aparecem as marcas de *subjetividade* nesse discurso jornalístico, abre-se a partir daqui um amplo espectro de futuras pesquisas pela perspectiva enunciativa de Benveniste, tanto por parte desta pesquisadora, em um futuro doutorado, quanto por parte de outros estudiosos, que,

com base no que aqui foi proposto, desenvolvam novas análises, tais como: o detalhamento do *aparelho de funções* do qual o enunciador dispõe para enunciar conceituado por Benveniste (1989) como *procedimentos acessórios*; o estudo da enunciação sob a perspectiva da conversão de sentido em palavras, sugerida por Benveniste (1989); o uso do vocativo como indicador da relação intersubjetiva na enunciação; a distinção entre enunciação falada e enunciação escrita; o presente linguístico como referência na *categoria de tempo* do discurso; a distinção entre *pessoa* e *não-pessoa* nos estudos benvenistianos. São esses alguns dos questionamentos que surgiram ao longo deste estudo.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Revisão de Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução e revisão técnica de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BRASIL. **Lei nº 4.737**, BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14737.htm. Acesso em: 1 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Dispõe sobre as normas para eleições no Brasil. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 1 ago. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.547**, de 18 de dezembro de 2017. Dispõe sobre representações, reclamações e pedidos de resposta previstos na Lei nº 9.504/1997 para as eleições. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, [2017]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2017/RES235472017.html>. Acesso em: 1 ago. 2019.

CHAGAS, Mariana Rosa Medeiros. **Marcas de autoria em editoriais**. Dissertação (mestrado) 2010. Orientadora: Maria Teresa Tedesco Vilar do Abreu. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. Instituto de Letras. Programa de Pós-graduação em Letras. Rio de Janeiro-RJ.

COBERTURA da Folha teve reportagens exclusivas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 out. 2018a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/cobertura-da-folha-teve-reportagens-exclusivas-e-inovacoes.shtml>. Acesso em 23 jun. 2020.

COBERTURA das eleições no Globo terá conteúdo exclusivo e dinâmico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jul. 2018b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/cobertura-das-eleicoes-no-globo-tera-conteudo-exclusivo-dinamico-22927515>. Acesso em 23 jun. 2020.

ELEIÇÕES 2018: ‘Estado’ terá análises e apuração em tempo real. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. 26 out. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estadao-tem-recorde-de-audiencia-com-1-turno,70002544639>. Acesso em 22 jun. 2020.

ESTADÃO tem recorde de audiência com 1º turno. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. 12 out. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estadao-tem-recorde-de-audiencia-com-1-turno,70002544639>. Acesso em 22 jun. 2020.

ESTADO tem cobertura multiplataforma. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. 21 ago. 2018a. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,estado-tem-cobertura-multiplataforma,70002466241>. Acesso em 22 jun. 2020.

ESTADO dará destaque à cobertura em tempo real. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. 04 out. 2018b. Disponível em <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,estado-dara-destaque-a-cobertura-em-tempo-real,70002531903>. Acesso em 22 jun. 2020.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, Valdir do Nascimento; SILVA, Silvana; LICHTENBERG, Thais Weigert. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges; FINATTO, Maria José Bocorny; TEIXEIRA, Marlene (org.) **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. As perspectivas para o estudo das formas complexas do discurso: atualidades de Émile Benveniste. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 7, p. 71-83, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. As teorias enunciativas e a linguística no Brasil: o lugar de Émile Benveniste. **Revista Antares Letras e Humanidades**. Vol.8, n.15. Jan.-jun.2016.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Saussure e Benveniste no Brasil**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual. **DELTA**. 2018, vol.34, n.1, pp.395-417.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Problemas gerais de linguística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

FOLHA dá início à cobertura especial da corrida eleitoral. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/folha-da-inicio-a-cobertura-especial-da-corrida-eleitoral.shtml>. Acesso em 31 maio. 2020.

FRANCO, Eda Mariza Machado. **A voz na apresentação do telejornal**: um estudo enunciativo do Jornal Nacional da Rede Globo. Tese (doutorado) 2013. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Letras. Porto Alegre-RS.

GARCIA, Luiz. **O Globo**. Manual de Redação e Estilo. 26. ed. São Paulo: Globo, 1999.

GHISLENI, Ana Cristina. **A palavra do jornal**: a construção da política no espaço dos editoriais. Dissertação (mestrado) 2003. Orientadora: Celi Regina Jardim Pinto. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre-RS.

MAC CORD, Manuela. **O discurso outro em editoriais jornalísticos**. Dissertação (mestrado) 2008. Orientadora: Vanise Medeiros. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. Instituto de Letras. Programa de Pós-graduação em Letras. Rio de Janeiro-RJ.

MANUAL DA REDAÇÃO. **Folha de São Paulo**. 21. ed. São Paulo, SP: Publifolha, 2018.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes (Org.). **Manual de redação e estilo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes (Org.). **Manual de redação e estilo**. 3ª ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

NORMAND, Claudine. Leituras de Émile Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. In: **Letras de hoje**. Porto Alegre, PUCRS, Volume 44, janeiro/março de 2009.

O GLOBO fará cobertura digital especial do segundo turno das eleições. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 out. 2018. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/o-globo-fara-cobertura-digital-especial-do-segundo-turno-das-eleicoes-23190208>. Acesso em 23 jun. 2020.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano 94, n. 31.055, 16 ago. 2018b. País, p. 10-11. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020180816>. Acesso em 23 jun. 2020.

OPINIÃO do Globo. **O Globo**. Rio de Janeiro, ano 94, n. 31.055, 16 ago. 2018. País, p. 7. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020180816>. Acesso em 23 jun. 2020.

PRINCÍPIOS Editoriais do Grupo Globo. **O Globo**. Rio de Janeiro, 06 ago. 2011. Disponível em <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em 23 jun. 2020.

SILVA, C. L. C.. O estudo do texto em uma perspectiva enunciativa de linguagem. **Delta**. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 34, p. 420-433, 2018.

TEIXEIRA, Marlene. Um olhar enunciativo sobre o discurso. In: DI FANTI, Maria da Glória; BARBISAN, Leci Borges (org.). **Enunciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2012a.

TEIXEIRA, Marlene. O ato enunciativo e a instauração da experiência de trabalho de profissionais de enfermagem. **Moara**, n.38, p.37-53, jul./dez., 2012b.

TEIXEIRA, M.; MELLO, V. H. D. DE. O aposto como marca de intersubjetividade: uma análise enunciativa. **Letras & Letras**, v. 29, n. 1, 2013.

TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir. **Linguística da Enunciação**: uma entrevista com Marlene Teixeira e Valdir Flores. **ReVEL**, v.9, n.16, 2011. Disponível em http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_16_entrevista.pdf. Acesso em 24 maio 2019.

TOLDO, Cláudia. VALÉRIO, Patrícia da Silva. A subjetividade: um olhar enunciativo sob o gênero blog. **Revista Intercâmbio**, v. 26, p. 154-169, 2012.

TOLDO, Claudia. Uma reflexão enunciativa para o trabalho com o texto na escrita. **Letras & Letras** (UFU), v. 29, p. 1-7, 2013.

TOLDO, Claudia; VALÉRIO, Patrícia da Silva . Tempo e pessoa: categorias que singularizam no uso da língua. **Antares: Letras e Humanidades**, v. 8, p. 29-47, 2016.

TOLDO, Claudia; SILVA, R. A. C. . A não-presença em “Na terceira pessoa”, de Mia Couto: um estudo enunciativo. **Desenredo** (PPGL/UPF), v. 13, p. 100-118, 2017.

TOLDO, Claudia. O aparelho formal da enunciação: que aparelho é este? **Desenredo**, v. 14, p. 424-434, 2018.

ANEXOS

ANEXO A – Artigos dos PLG I e PLG II em ordem cronológica de publicação

(continua)

Ano	Título	Periódico onde foi publicado	Livro
1939	Natureza do signo linguístico	Acta Linguistica I - Copenhague	PLG I
1946	Estrutura das relações de pessoa no verbo	Bulletin de la Société de Linguistique de Paris	PLG I
1949	O sistema sublógico das preposições em latim	Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague (Recherches structurales)	PLG I
1949	Eufemismos antigos e modernos	Die Sprache I	PLG I
1950	A frase nominal	Bulletin de la Société de Linguistique de Paris	PLG I
1950	Ativo e médio no verbo	Journal de Psychologie - Paris	PLG I
1951	Dom e troca no vocabulário indo-europeu	L'Année Sociologique	PLG I
1951	A noção de "ritmo" na sua expressão linguística	Journal de Psychologie - Paris	PLG I
1952	Comunicação animal e linguagem humana	Diogène - Problèmes du langage - Paris	PLG I
1952	A classificação das línguas	Conférences de L'institut de linguistique de L'Université de Paris	PLG I
1952	A construção passiva do perfeito transitivo	Bulletin de la Société de Linguistique de Paris	PLG I
1954	Tendências recentes em linguística geral	Journal de Psychologie - Paris	PLG I
1954	Problemas semânticos da reconstrução	Word Volume X	PLG I
1954	Civilização: contribuição à história da palavra	Hommage à Lucien Fabvre - Paris	PLG I
1956	Observações sobre a função da linguagem na descoberta Freudiana	La Psychanalyse I -	PLG I
1956	A natureza dos pronomes	For Roman Jakobson - Haia	PLG I
1957	A frase relativa, problema de sintaxe geral	Bulletin de la Société de Linguistique de Paris	PLG I
1958	Categorias de pensamento e categorias de língua	Les études Philosophiques - Paris	PLG I
1958	Da Subjetividade na linguagem	Journal de Psychologie - Paris	PLG I
1958	Os verbos delocutivos	Mélanges Spitzer	PLG I
1959	As relações de tempo no verbo francês	Bulletin de la Société de Linguistique de Paris	PLG I
1960	"Ser" e "ter" nas suas funções linguísticas	Bulletin de la Société de Linguistique de Paris	PLG I
1962	"Estrutura" em linguística	Sens et usages du terme "structure" dans les sciences humaines et sociales - Haia	PLG I
1962	Os níveis de análise linguística	Proceedings of the 9th International Congress of linguists - Cambridge	PLG I
1962	Para a análise das funções casuais: o genitivo latino	Língua Volume XI - Amsterdam	PLG I
1963	Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística	Académie des inscriptions et belles-lettres - Paris	PLG I
1963	Saussure após meio século	Cahiers Ferdinand de Saussure - Genebra	PLG I
1963	A filosofia analítica e a linguagem	Les études Philosophiques - Paris	PLG I

(conclusão)

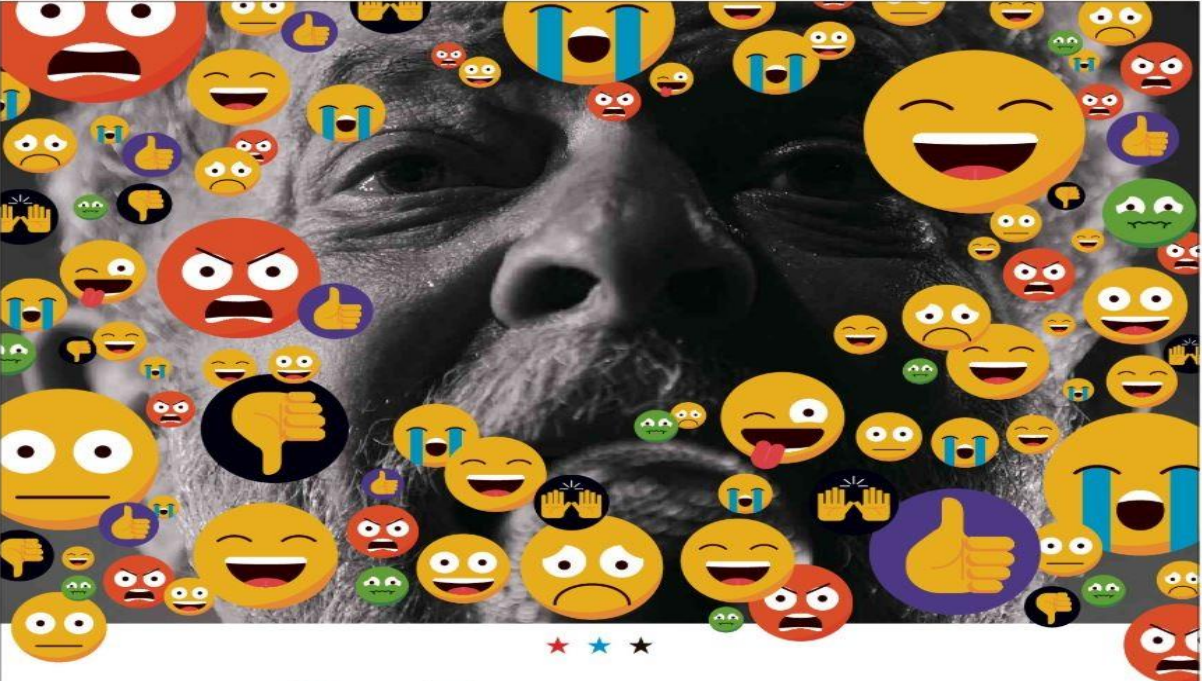
1965	A linguagem e a experiência humana	Diogène - Problèmes du langage - Paris	PLG II
1965	Estrutura das relações da auxiliaridade	Acta Linguistica Hafniensia - Copenhagen	PLG II
1965	O antônimo e o pronome em francês moderno	Bulletin de la Société de Linguistique de Paris	PLG II
1966	Convergências tipológicas	L'Homme - Revue française d'anthropologie - La Haye	PLG II
1966	As transformações das categorias linguísticas	Directions for Historical Linguistics (Symposium in Historical Linguistics) - Austin - London	PLG II
1966	Formas novas da composição nominal	Bulletin de la Société de Linguistique de Paris	PLG II
1966	A forma e o sentido na linguagem	Le Langage II (Sociétés de Philosophie de langue française, Actes du XIII Congrès, Genève)	PLG II
1966	A blasfemia e a eufemia	Archivio di Filosofia L'analyse du langage théologique: le nom de Dieu - Roma	PLG II
1966	Como se formou uma diferenciação lexical em francês	Cahiers Ferdinand de Saussure - Genebra	PLG II
1967	Fundamentos sintáticos da composição nominal	Bulletin de la Société de Linguistique de Paris	PLG II
1968	Estruturalismo e linguística	Les Lettres françaises (entrevista por Pierre Daix)	PLG II
1968	Esta linguagem que faz a história	Le Novel Observateur (especial literário)	PLG II
1968	Estrutura da língua e estrutura da sociedade	Convegno: Linguaggi nella società e nella tecnica - Milão	PLG II
1969	Semiologia da língua	Semiotica - La Haye	PLG II
1969	Mecanismos de transposição	Cahiers Ferdinand de Saussure - Genebra	PLG II
1969	Difusão de um termo de cultura: o latim orarium	Studia classica et orientalia Antonino Pagliaro oblata I - Roma	PLG II
1969	Gênese do termo scientifique	L'Age de la science	PLG II
1970	O aparelho formal da enunciação	Langages - Paris	PLG II
1970	Dois modelos linguísticos da cidade	Échanges et communications - homenagem a Claude Lévi-Strauss - La Haye	PLG II
1972	Para uma semântica da preposição alemã vor	Athenaeum - Paris	PLG II

Fonte: BENVENISTE (1989; 1995)

ANEXO B – Anúncio do jornal *Folha de São Paulo*

FOLHA DE S.PAULO ***

QUINTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2018 A17




★ ★ ★

CUL “ O Lula comandou
um grande esquema
de corrupção no país. ”
PADO
OU
CAÇA
“ Eleição
sem Lula
é fraude. ” DO?

Você vê todo tipo de opinião na Folha.
Mas só publicamos nas reportagens
aquilo que aconteceu.

folha.com.br/opinioesefatos

ABERTA 
A OPINIÕES,
FECHADA
COM OS FATOS.
FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

Fonte: FOLHA (2018).

ANEXO C – Anúncio do jornal O Globo

10 | País

Quarta-feira 13 de Junho de 2018 O GLOBO

O GLOBO Quarta-feira 13 de Junho de 2018

País | 11



Seria ótimo dizer que o fim da fake news é um fato.

Mas o único fato verdadeiro é que as fake news serão sempre um problema.

E, quando todos voltam os olhos para o jornalismo, nós também olhamos para o nosso papel.

Nossa obrigação é manter você bem informado.

E convenhamos, mentiras não informam ninguém. Elas deformam.

Por isso, nós duvidamos de tudo e não deixamos passar nada.

Nenhuma mentira. Nada que é fake sobrevive à investigação do jornalismo. Só fatos resistem.

É uma questão de responsabilidade e de respeito.

Duvidando, o fake deixará de ser um problema.

Quando isso acontecer, nós noticiaremos.

Mas só se for verdade.

Jornalismo é isso. A gente duvida. A gente confere. A gente informa.

Fato ou Fake.

É jornalismo para o fake não virar news.

FATO  OU FAKE

CBN ÉPOCA EXTRA G1 O GLOBO INDIAS O GLOBO Valor

Fonte: O GLOBO (2018a).